



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

LUIZ LAURO BILEK

**MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E CRISE DO
SINDICALISMO: O CASO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS
DE LONDRINA (1985-2004)**

**LONDRINA
2004**

LUIZ LAURO BILEK

**MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E CRISE DO
SINDICALISMO: O CASO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS
DE LONDRINA (1985-2004)**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da UEL, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (Área de estudo: Grupos, Sociedade e Representações Sociais)

Orientador: Prof.Dr. Ariovaldo de Oliveira Santos

LONDRINA
2004

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arioaldo de Oliveira Santos

Prof. Dr. Giovanni Alves

Prof. Dr. José Flávio Bertero

Londrina, ____ de _____ de 2004.

DEDICATÓRIA

**Aos meus pais Partênio e Madalena (in
memoriam)**

AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador, prof. Ariovaldo de Oliveira Santos, pela oportunidade, generosidade e competência.

Aos professores da Banca de Qualificação, prof. José Flávio Bertero e prof. Giovanni Alves pelas sugestões valiosas e apreciação cuidadosa do meu esforço de pesquisa.

Ao Departamento de Ciências Sociais da UEL, pela formação desde a graduação.

À CAPES, pelas condições materiais.

Aos dirigentes do SEEB/LD, companheiros de luta, que me ensinaram o valor da resistência. Além disso, permitiram a pesquisa dos dados e se dispuseram a falar comigo sobre a temática.

À Ileizi e Yolanda, pelo amor e paciência.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade analisar a temática da crise do sindicalismo à luz do estudo de caso do Sindicato dos Bancários de Londrina. Prioriza-se aqui o período de 1985 a 2004, uma vez que tem-se, nesse espaço de tempo, a incorporação e a crise de uma perspectiva sindical de caráter classista, representada pelo novo sindicalismo. Para tanto, trabalhou-se a seguinte hipótese: a reestruturação do sistema financeiro alterou a organização do trabalho bancário potencializando a acumulação e diminuindo os gastos com a força-de-trabalho, dessa forma criou uma série de novos problemas para o movimento sindical, que experimentava, desde os anos de 1980, surtos de mobilizações e fortalecimento de concepções de sindicato de tipo classista. Entretanto o desenvolvimento da crise no movimento sindical não poderia ser explicado apenas pela reestruturação do capitalismo financeiro; a crise estaria ligada também às concepções e práticas dos dirigentes sindicais, que orientavam formas de lutas e confrontos com os capitalistas; a observação da experiência do Sindicato dos Bancários de Londrina-Pr à luz das análises existentes sobre a reestruturação financeira e o movimento sindical brasileiro possibilitou a formulação da hipótese no sentido de compreender a crise do movimento sindical bancário também do ponto de vista interno, ou seja, as condições criadas no interior dos sindicatos que direcionaram as formas de “adaptação” às novas realidades do trabalho nos bancos.

A hipótese sobre a existência da crise baseou-se, então, nos pressupostos de que os sindicatos teriam se encaminhado, cada vez mais, de um sindicalismo classista para um sindicalismo de tipo propositivo. Assim, busca-se, através dela, apreender como o processo de expansão e reestruturação dos bancos, impulsionados pelas novas tecnologias de informação, acabou por se refletir na forma de organização dos trabalhadores, conduzindo-os a lutas defensivas. O estudo estrutura-se em três capítulos: o primeiro analisa a reestruturação do sistema financeiro e os primeiros reflexos no movimento sindical nacional e local, demonstrando a reconfiguração do trabalho bancário e o crescimento do desemprego. No segundo e no terceiro capítulos, o foco é o movimento sindical bancário diante do processo de intensas mudanças na esfera financeira do capitalismo: no segundo, reflete-se sobre o surgimento do novo sindicalismo nos anos de 1970 e o aparecimento da Central Única dos Trabalhadores - CUT, que orientou as formas de organização de grande parte dos sindicatos no país; o terceiro capítulo aborda o desenvolvimento deste sindicalismo nos últimos vinte anos, ocasião em que diminuía as possibilidades de um sindicalismo de tipo classista e, ao contrário, fortalecia-se um sindicalismo propositivo e gerencial em conciliação com o capital financeiro.

Palavras-chave: sindicalismo, reestruturação produtiva, SEEB/LD.

ABREVIATURAS

ANAPAR - Associação Nacional dos participantes de Fundos de Pensão
APELER - Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos
BB - Banco do Brasil
BEM - Banco do Estado do Maranhão
BEP - Banco do Estado do Paraná
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reestruturação e Desenvolvimento
BISA - Banestado Informática S.A.
CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCLAT - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CCQ - Círculos de Controle de Qualidade
CEF - Caixa Econômica Federal
CGT - Central Geral dos Trabalhadores
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNB - Confederação Nacional dos Bancários
CSC - Corrente Sindical Classista
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
FEBRABAN - Federação Brasileira dos Bancos
FEEB/PR - Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraná
FMI - Fundo Monetário Internacional
FS - Força Sindical
FSP - Folha de São Paulo
G7 - Grupo dos Sete Países Mais Industrializados
IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
MR 8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
PAB - Posto de Atendimento Bancário
PBQP - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PEBE - Programa Especial de Bolsas de Estudos
PT - Partido dos Trabalhadores
PEA - População Economicamente Ativa
PDV - Programa de Demissão Voluntária
PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
SD - Social-democracia
SEEB/LD - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Londrina e Região
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI - Serviço Social da Indústria
US - Unidade Sindical

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições que passaram pelo processo de reestruturação do sistema financeiro e os Bancos compradores de 1996 a 2000.....	34
Quadro 2 - Venda de bancos com recursos do PROER	36
Quadro 3 - Lucros (em reais) de alguns bancos no período de 1996 a 2000	37
Quadro 4 - Estimativa do número de Bancários no Brasil, de 1986 a 2001	38
Quadro 5 - Estimativa de bancários em alguns bancos de Londrina	39
Quadro 6 - Estimativa da evolução do emprego bancário na base do SEEB/LD entre 1988 e 2003.....	39
Quadro 7 - Instituições públicas privatizadas e as instituições compradoras.....	44
Quadro 8 - Estimativa de bancários por agência do Banestado na base territorial do SEEB/LD.....	50
Quadro 9 - Número de transações diretas com bancários e automáticas nos bancos, no Brasil, em 1996.....	52
Quadro 10 - Número, Participação (em %) e Variação (em %) dos tipos de operações bancárias, no Brasil, de 2000 a 2002	53
Quadro 11 - Estimativa de bancários do CESEC/ Londrina (1990 -1998).....	54
Quadro 12 - Número de agências bancárias no Brasil (de 1998 a 2002).....	63
Quadro 13 - Número de correspondentes bancários no Brasil.....	64
Quadro 14 - Total de equipamentos de auto-atendimento nos bancos, no Brasil, em 1996.....	67
Quadro 15 - Total de equipamentos de auto-atendimento nos bancos, no Brasil, de 2000 a 2002	68
Quadro 16 - Principais reivindicações das campanhas salariais dos bancários	121
Quadro 17 - Taxa de desemprego total (% da PEA)	136
Quadro 18 - Taxa de sindicalização* (em%)	136

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAPÍTULO 1 - A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E AS TENDÊNCIAS DO MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO	20
2.1 O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE LONDRINA NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO	22
2.2 AS BASES DAS MUDANÇAS NOS BANCOS: A HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO	28
2.3 CONCENTRAÇÃO E PODER DOS BANCOS <i>VERSUS</i> DEMISSÕES EM MASSA	32
2.4 AS PRIVATIZAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO E OS SEUS EFEITOS NO MOVIMENTO SINDICAL.....	42
2.4.1 A privatização do Banestado.....	47
2.5 UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO TRABALHO BANCÁRIO: MUDANÇAS NAS FORMAS DE ATENDER AOS CLIENTES	51
2.5.1 Interpretando os usos da tecnologia no capitalismo financeiro	56
2.6 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO TERCEIRIZADO NO SETOR BANCÁRIO	61
2.7 TRANSFORMAÇÕES DAS AGÊNCIAS	66
2.8 AS MUDANÇAS NO PERFIL DO BANCÁRIO: OS VENDEDORES DE PRODUTOS.....	70
2.9 O PAPEL IDEOLÓGICO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	76
3 CAPÍTULO 2 - O CRESCIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL NACIONAL E DO SINDICALISMO BANCÁRIO DIANTE DO MOVIMENTO DO CAPITAL	81
3.1 MOMENTO DO CRESCIMENTO DO SINDICALISMO BRASILEIRO: O SURGIMENTO DO <i>NOVO SINDICALISMO</i>	82
3.1.1 A organização dos bancários no contexto do <i>novo sindicalismo</i>	99
3.1.2 Alguns elementos na constituição do SEEB/LD e o <i>novo sindicalismo</i>	103
3.2 MUDANÇAS IDEOLÓGICAS NO SINDICALISMO DIANTE DO MOVIMENTO DO CAPITAL	110
4 CAPÍTULO 3 - AS MUTAÇÕES NO SINDICALISMO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	112
4.1 O ESGOTAMENTO DO MODELO SINDICAL CLASSISTA NOS ANOS 90: DA CONTESTAÇÃO À NEGOCIAÇÃO. RECONVERSÃO PROGRESSIVA DO SINDICALISMO CUTISTA EM DIREÇÃO AO PROPOSITIVO	113

4.2 O SINDICALISMO SOCIAL-DEMOCRATA: AS ORIGENS DO SINDICALISMO PROPOSITIVO E GERENCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL	126
4.2.1 As mudanças da social-democracia diante do fortalecimento do neoliberalismo: a crise da crise.....	130
4.2.2 As reformas neoliberais e as transformações no sindicalismo propositivo: o aprofundamento do sindicato como gerente	141
4.3 O PAPEL DE GESTORES DO CAPITAL: TENDÊNCIA POLÍTICA DOMINANTE?	147
4.4 O SEEB/LD: TRANSITANDO ENTRE OS MODELOS CLASSISTA, COMBATIVO-REIVINDICATIVO, CIDADÃO, PROPOSITIVO E GERENCIAL	155
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS SINDICAIS..	169
REFERÊNCIAS.....	175
ANEXOS	181

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é contribuir para a compreensão sobre as mudanças no trabalho bancário, em Londrina e, mais precisamente, compreender como os embates entre o capital e o trabalho têm conduzido o Sindicato dos Bancários local, juntamente com sua base, ao campo da defensividade. Trata-se aqui de temática que transcende a própria cidade de Londrina e o Sindicato em questão. Atente-se, nesse sentido, que os estudos sociológicos sobre o trabalho no capitalismo contemporâneo têm demonstrado as diversas facetas das mudanças no padrão de acumulação, a partir da reorganização do trabalho e de novas bases tecnológicas e científicas de controle da produção. Desde a década de 1970 ocorreu uma aceleração da história social, redimensionando as formas de vida e as formas de lutas coletivas. As lides no setor terciário, em especial nos bancos, passaram por profundas modificações, entre as quais a informatização das principais etapas dos serviços financeiros.

Observou-se que o movimento sindical dos trabalhadores bancários precisou enfrentar uma significativa redução dos postos de trabalho. O impacto do desemprego sobre as formas de mobilizações dessa categoria pode ser dimensionado comparando o número de greves, por exemplo. Tomar esse fenômeno social, em uma região do Estado do Paraná, como objeto de estudo levou a percorrer um caminho teórico que partiu de reflexões mais amplas sobre o ciclo da acumulação de capital e a “financeirização” da economia mundial até pesquisas mais específicas sobre o trabalho bancário em determinados bancos e regiões do país, além do levantamento de dados estatísticos sobre a reestruturação do emprego nesse setor e organizações coletivas nessa categoria profissional.

A construção do objeto enfrentou duas dimensões, a saber: a reestruturação do trabalho no capitalismo e o impacto no movimento sindical bancário e, em particular, do sindicalismo bancário em Londrina. A problemática sobre o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Londrina e Região - SEEB/LD encontra-se estruturada à luz de uma leitura que tem como referencial teórico a perspectiva das classes. Assim, as raízes da atual crise do sindicalismo podem ser compreendidas a partir das transformações no padrão de acumulação capitalista, que sempre impõem novas formas de intensificar a exploração dos trabalhadores.

O processo de mundialização, a reestruturação capitalista e a “financeirização” do capital forçam uma reorganização dos trabalhadores e, sobretudo, do movimento sindical. Constitui tarefa complexa apreender a dinâmica que marca a crise do sindicalismo e, em particular, esta crise nas condições específicas do caso brasileiro e singular de Londrina. Entretanto compreende-se que o desafio é apreender de fato o fenômeno e se aproximar o máximo possível da sua essência. Dentre os vários eixos de análise, acredita-se que retornar à apreensão dialética do fenômeno possibilite a utilização de elementos e categorias esclarecedores do movimento sindical no contexto da mundialização¹.

Dessa forma, as principais questões levantadas para apreender o caso do SEEB/LD foram: como as mudanças no padrão de acumulação capitalista e a reestruturação do sistema financeiro redimensionaram a relação capital-trabalho no setor bancário? Quais concepções e práticas se fortaleceram no interior do movimento sindical? Quais estratégias foram elaboradas pelos dirigentes sindicais e segundo quais contingências e concepções?

¹ Podem ser citadas como abordagens mais difundidas a liberal, a neoliberal e a social-democrata como teorias políticas, teorias econômicas e ideologias de partidos e governos organizados em vários países.

Na perspectiva mais interna ao movimento buscaram-se elementos para as seguintes questões: como os dirigentes analisam, compreendem a reestruturação do sistema financeiro e do processo de trabalho nos bancos? Como os dirigentes relacionam estes processos com as ações do sindicato? Os dirigentes entendem este contexto como um momento de crise do sindicato dos bancários? Se consideram que há uma crise, como a interpretam? Se não consideram a existência de uma crise, como explicam as mudanças no movimento sindical? E, por fim, quais concepções de sindicato e sindicalismo orientam estas reflexões e as ações do movimento e dos dirigentes? É possível visualizar propostas de um sindicato e um sindicalismo classista, alternativo ao campo do propositivo ou outras concepções reformistas?

Nesse sentido, o estudo de caso está tentando apreender como os dirigentes do SEEB/LD interpretam e enfrentam os problemas decorrentes dessa ampla reestruturação do trabalho bancário. As questões iniciais relacionavam-se com as concepções dos dirigentes sobre sindicatos, classes sociais, práticas de enfrentamento, formas de organização, entre outras. O pressuposto era o de que, apreendendo essas concepções, poder-se-ia compreender como os dirigentes continuavam reproduzindo a forma sindicato no contexto de intensas mudanças no capitalismo. Pretendia-se observar e perceber se os sujeitos aproximavam-se ou afastavam-se de uma proposta de sindicalismo classista.

A primeira hipótese da pesquisa apontava que os dirigentes sindicais interpretavam esse contexto como sendo um momento de “crise no movimento”, uma vez que estas lideranças foram formadas nos anos de 1980, tornando-se referência de concepções de sindicato do tipo “classista”. Os resultados indicaram que a maioria dos dirigentes considera que há crise no movimento sindical em geral e em particular no dos bancários, entretanto há uma parcela que não

considera a existência de uma crise específica do movimento. As interpretações sobre a existência ou não da crise variam de acordo com as concepções e práticas sobre sindicato dos dirigentes. Todos os dirigentes recorrem aos problemas conjunturais para caracterizar a crise atual e o futuro do sindicalismo, ou seja, consideram como crise os efeitos da reestruturação do sistema financeiro. Entretanto, quando pensam o refluxo sindical como sintoma da crise, se remetem aos problemas estruturais, ou seja, à essência das causas da reestruturação do sistema financeiro no contexto da dinâmica do capitalismo. Porém existem algumas diferenças no modo de avaliarem a crise do ponto de vista conjuntural, e nos sintomas como o refluxo sindical. Mesmo para os que admitem a crise, ela seria um momento de *adequação* às novas realidades. A palavra *adequação* aparece em todas as entrevistas, contudo com diferentes significados. Por exemplo, para alguns dirigentes, adequar as ações do sindicato aos novos tempos significa resistir, insistir, defender o máximo possível os direitos trabalhistas ainda vigentes; para outros dirigentes, adequar significa elaborar novas pautas, reformar a legislação trabalhista, otimizar as negociações com os banqueiros, mesmo sem o envolvimento dos bancários, hoje mais temerosos com relação à perda do emprego. Para os dirigentes que consideram que não há crise no movimento sindical, as justificativas são elaboradas em dois sentidos: a) não há crise no movimento sindical cutista, porque os dirigentes não estão estagnados, parados, ao contrário, continuam atuantes, realizando inúmeras tarefas de mobilizações e negociações, muitas vezes sem o apoio da base, por isso o movimento não estaria em crise em função da orientação dos dirigentes sindicais; b) para outros dirigentes, não há crise porque o movimento sindical conseguiu se adequar, está sobrevivendo e otimizou seu papel nas negociações conseguindo manter alguns direitos sem precisar desgastar-se em longas e trabalhosas mobilizações de massa; c) indicam também que, se há crise,

ela decorre muito mais do individualismo dos trabalhadores em função do desemprego e da flexibilização das leis trabalhistas do que em função do modo como o movimento sindical se organiza. Talvez a percepção dos dirigentes esteja presa aos resultados do trabalho realizado na década de 1980 até meados de 1990, em que lograram aumentar as taxas de sindicalizados, bem como obtiveram êxito em alguns momentos de mobilização. Outra explicação possível é a de que ocorreu uma mudança no perfil ideológico dos dirigentes, alterando-se no sentido de se abrir às propostas de mudanças na legislação trabalhista, acreditando que estas poderão minimizar os complexos problemas advindos da reestruturação do capitalismo nacional e internacional.

A segunda hipótese da pesquisa indicava que, com a reestruturação do sistema financeiro e o aumento do desemprego bancário, as taxas de sindicalização também teriam diminuído, enfraquecendo o sindicato como instituição diante do trabalhador. Os dados de sindicalização no SEEB/LD não confirmaram a hipótese sobre a queda nas taxas de sindicalização, pois estas atingiram 90% dos trabalhadores, em 2002. Certamente, só esses dados não evidenciam a situação do movimento bancário em Londrina. A partir deles, poder-se-ia imaginar que ele se “fortaleceu” no contexto da reestruturação, o que também pudemos verificar como análise equivocada.

Na reconstrução das hipóteses, as problemáticas iniciais foram reelaboradas da seguinte maneira: a reestruturação do sistema financeiro nas décadas de 1980 e 1990, no Brasil, produziu impactos no modo como os sindicatos de bancários se reorganizaram em todo o país. O estudo do SEEB/LD permite afirmar que a percepção dos dirigentes sobre as formas de lutas foram sendo alteradas, deslocando-se de uma concepção classista de sindicalismo para uma concepção de sindicalismo de oposição (combativo-reivindicativo), convivendo e já

sendo influenciado pela tendência política dominante no âmbito da CUT, que caminhou para um sindicalismo propositivo. As configurações de discursos e práticas do movimento sindical nacional não são assimiladas de forma mecânica e estanque, mas como momentos da correlação de forças entre as classes e mesmo de disputas internas entre as diversas correntes do sindicalismo que buscaram (e buscam) a hegemonia do movimento.

A concepção classista sempre foi mais “débil”, se comparada às visões mais assistencialistas e populistas anteriores a 1964. No pós-1964, foi ganhando força uma leitura que aliava a *democratização* com a noção de classes sociais. A partir de 1988, esta perde cada vez mais espaço para um direcionamento reformista da legislação, da ampliação da cidadania e do esforço excessivo nas disputas eleitorais, canalizando as energias para a tomada de posições nas três esferas de poder, e, mais recentemente, nas esferas do executivo.

A reestruturação acelerada do trabalho em geral e do sistema financeiro, em particular, enfraqueceu ainda mais as possibilidades do caráter classista de sindicato. Aos dirigentes dos anos de 1990, o cerco foi se fechando, com o crescimento do desemprego e a sofisticação dos aparelhos de repressão do trabalhador e dos seus sindicatos. As greves desta década não conseguiram, em sua maioria, atingir, sensibilizar ou ainda forçar para o atendimento das reivindicações em pauta, mantendo-se no limite da preservação dos direitos já conquistados. Até mesmo no setor público a ameaça e a perseguição aos grevistas tornou-se regra, “legítima” perante a população. De um sindicalismo que mesclava um discurso *classista e democrata*, caminhou-se para um *sindicalismo propositivo* mesclado com o denominado *sindicato cidadão*. Quando o capital endureceu e se “fortaleceu”, a perspectiva *classista*, voltada para emancipação dos trabalhadores, se “enfraqueceu”, sendo muito difícil identificá-la nas práticas dos dirigentes

sindicais, uma vez que não teve tempo para se enraizar de fato nas concepções e nas práticas dos dirigentes e dos bancários.

Para evidenciar o resultado da reestruturação do sistema financeiro no Brasil e em Londrina, levantaram-se e organizaram-se dados quantitativos sobre a concentração dos bancos em conglomerados, as privatizações dos bancos estatais, o processo de introdução de novas tecnologias informacionais, as mudanças nas agências, os lucros dos bancos, o desemprego, as taxas de sindicalização, entre outros. Para cotejar com essa arquitetura da estrutura do trabalho nos bancos, foram analisados documentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE, da Confederação Nacional dos Bancários - CNB, da Central Única dos Trabalhadores - CUT nacional, além de boletins, atas e relatórios do SEEB/LD.

As discussões sobre o mundo do trabalho e sobre as transformações (gerais) no sindicalismo foram feitas a partir de bibliografias sobre o tema. No momento em que é discutido o contexto do SEEB/LD, são utilizadas entrevistas feitas com os dirigentes dessa entidade para verificar como estes compreendem o processo. Foram feitas dez entrevistas, cujo objetivo foi o de localizar, nas falas, elementos que contribuam para o estudo de caso, mostrando várias categorias de análises². Neste sentido, foram entrevistados dirigentes de vários períodos do SEEB/LD (de 1985 até aqueles que entraram mais recentemente na direção), buscando respostas dos que participaram de todo o processo. Para todos eles foram feitas as mesmas perguntas, e cada qual, conforme a sua perspectiva, deu respostas que, somadas, ajudaram a construir a análise proposta.

Quais os processos de reflexão e ação que levaram os dirigentes do SEEB/LD a elegerem determinadas formas de lutas, de resistência, de

acomodação e de confrontação diante da avassaladora transformação do trabalho nos Bancos e em todo sistema financeiro? Este trabalho tenta explicitar este processo ao longo de seu desenvolvimento.

Procurando dar conta da proposta do estudo, no primeiro capítulo, *A reestruturação do sistema financeiro e as tendências do movimento sindical bancário*, o eixo central é a reestruturação do sistema financeiro e os primeiros reflexos no trabalho bancário e no movimento sindical nacional e local. Nesse capítulo demonstra-se como cresceu o poderio do setor financeiro do capital nos últimos anos, e como isso atingiu o sindicalismo bancário no Brasil e em Londrina. Com o processo de reestruturação financeira, os bancos beneficiaram-se amplamente e aumentaram seus lucros de forma espetacular, enquanto os trabalhadores amargavam baixos salários, a extinção de alguns direitos e as demissões em massa. Apresentando dados, mostro que a questão tecnológica, neste setor, está vinculada diretamente com as demissões, uma vez que todos os bancos mudaram o *layout* de suas agências, destacando um grande espaço delas para o auto-atendimento. Além disso, alguns serviços, que antes eram feitos nas agências, agora podem ser feitos virtualmente através das redes de computadores, na própria casa do cliente. Isso diminuiu (num primeiro momento) o movimento de clientes no interior das agências e, conseqüentemente, a necessidade do bancário. Mas, mesmo os bancos selecionando seus clientes, houve o crescimento no volume destes, os quais, com a automação bancária, já não dependem tanto do trabalho vivo. Dessa forma, os banqueiros puderam enfrentar duas questões fundamentais de uma só vez: diminuíram a sua dependência da força-de-trabalho e, ao mesmo tempo, aumentaram a sua lucratividade com a movimentação *on line* do capital. Houve, ainda, uma transformação no perfil do trabalhador: se antes havia uma

² A partir da 5ª entrevista percebe-se que concepção, modos de avaliar o sindicato, etc se repetiam,

divisão de funções nos bancos, com o setor administrativo responsável pelo funcionamento da agência, cabendo à uma outra gerência responsabilizar-se pelo setor comercial do banco, hoje todos os funcionários tornaram-se vendedores de papéis, ações, fundos, entre outros, sendo obrigados a atingir metas de produção, numa escala cada vez maior de exigências.

No segundo capítulo, *O crescimento do movimento sindical nacional e do sindicalismo bancário diante do movimento do capital*, o foco volta-se para o movimento sindical e suas mudanças no contexto de alterações na acumulação capitalista. O terceiro capítulo mantém esse mesmo eixo, mas concentrado nos últimos vinte anos. Analisa-se aqui o crescimento do movimento sindical nacional e do sindicalismo bancário diante do movimento do capital, apontando o nascimento do *novo sindicalismo* nos anos 1970, que surgiu como força política de oposição ao regime militar e acabou sendo importante para o aparecimento dos movimentos sociais e para o ressurgimento do movimento sindical nacional. Nos anos seguintes é fundada a Central Única dos Trabalhadores - CUT, que buscava dar direção aos sindicatos e romper com a relação de dependência existente entre o Estado e a estrutura do sindicalismo brasileiro, mas não conseguiu realizar seu intento. O foco da reflexão incide sobre a CUT porque o estudo sobre o SEEB/LD desenvolve suas ações políticas a partir de 1985 de forma articulada às orientações desta central, portanto, para compreender as concepções e as práticas desse sindicato, nessa região do país, faz-se necessário apreender as orientações da CUT.

O terceiro capítulo, *As mutações no sindicalismo no contexto da reestruturação produtiva*, mostra como, a partir dos anos 1990, o movimento sindical nacional incorpora as práticas sindicais que acontecem nos países de capitalismo

avançado, conciliando ações propositivas com ações que procuram gerir o capital. Isso é comprovado pelo envolvimento das organizações dos trabalhadores nos fundos de ações, nos fundos de previdência privada, nas participações em privatizações, entre outros. Do ponto de vista local, o SEEB/LD apresenta singularidades na maneira como elabora e reelabora suas práticas e concepções diante das orientações políticas hegemônicas da CUT, em nível nacional. Certamente, não há uma disseminação monolítica e automática das definições do CNB/CUT para o SEEB/LD, que vivencia as contingências da reestruturação a partir de diferentes interpretações sobre o movimento sindical do país.

2 CAPÍTULO 1 – A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E AS TENDÊNCIAS DO MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO

O capital se apropria das várias formas de trabalho, articulando formas mais antigas (Taylorismo e o Fordismo) com as formas mais modernas (Toyotismo). A reestruturação produtiva que se iniciou nos anos 1970 foi responsável pela maior concentração do capital, uma vez que no período aconteceram fusões e incorporações, que originaram a formação dos grandes oligopólios. Nesse sentido, há uma articulação com o processo de globalização e com o neoliberalismo, que redefiniram o processo de trabalho e alteraram as formas de organização dos trabalhadores, em que o capital amplia os mecanismos de dominação e de expropriação.

O processo atingiu o mundo do trabalho como um todo, mas destaca-se o setor financeiro, que passa a predominar sobre o capital produtivo, portanto falar em reestruturação produtiva remete às discussões das condições de desenvolvimento do capital financeiro.

Esse setor contém especificidades, em que o fetiche do dinheiro é mais forte do que em outros setores, já que o trabalhador está diariamente movimentando o elemento abstrato “mercadoria dinheiro”, em que predomina a idéia de que “*dinheiro gera dinheiro*” (Jinkings, 1999 e 2002). Outra especificidade, acentuada no Brasil nos últimos anos, é que a reestruturação do sistema financeiro possibilitou ganhos extraordinários em comparação com os outros setores do capital, e, mais ainda, em comparação com as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

No interior dos bancos são utilizadas as mais sofisticadas formas de dominação e exploração, ao mesmo tempo em que são criados mecanismos que

buscam a “participação” deste trabalhador. Mas a finalidade desse envolvimento é apropriar-se do conhecimento do bancário e com isso conseguir uma certa autonomia em relação à força de trabalho.

A reestruturação produtiva criou condições para que o sistema financeiro se tornasse o “centro irradiador” da nova fase do capitalismo. Após mais de vinte anos (1980-2002) de mudanças nos bancos existentes no território nacional, em suas agências e nas formas de organização do capital financeiro, é possível avaliar o impacto dessas medidas em termos do processo do trabalho bancário, da relação dos bancos com as classes sociais e no movimento sindical. Apresentamos alguns dados sobre o trabalho bancário, comparando os processos mais gerais no Brasil com as questões locais de Londrina. O objetivo é mostrar, do ponto de vista quantitativo, a concentração dos bancos, das agências, o impacto da utilização das tecnologias informacionais e das novas políticas organizacionais na diminuição do emprego nos bancos. As ações do Sindicato dos Bancários em nível nacional e em Londrina apenas serão indicadas, para análise nos dois capítulos subseqüentes. Ressalta-se que a análise dos dados visa evidenciar a configuração do sistema financeiro e o impacto no movimento sindical dos bancários, especialmente em Londrina.

Os dados apresentados sobre os números de bancos e bancários da região de Londrina foram coletados dos *Relatórios de Controle* feitos pela secretaria geral do SEEB/LD. Estes relatórios têm como base as *Guias de Recolhimento do Imposto Sindical, Reversão Salarial e Contribuição Sindical*³. Há uma quantidade grande de fontes de dados quantitativos, porém não organizadas,

³ Procurei levantar os dados nas próprias *Guias de Recolhimento*, mas isso é um trabalho muito minucioso que requer um tempo maior, por isso utilizei os *Relatórios de Controle*. Comparando os números das *Guias* e dos *Relatórios*, houve diferenças entre alguns números, entretanto isso não prejudica a pesquisa, pois o objetivo é mostrar as variações de ocupação nos estabelecimentos bancários no decorrer do período, sendo que as pequenas diferenças não alteram a tendência de queda acentuada de empregos, o que permite traçar um diagnóstico da realidade local.

ou seja, as fontes e os dados não estão sistematizados. Iniciei essa organização, mas há muito ainda para explorar em futuras pesquisas.

2.1 O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE LONDRINA NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

Como estava o Sindicato dos Bancários quando se iniciou o processo de reestruturação nos bancos? Quais eram as concepções de sindicato e como foram se transformando e se confrontando nesse contexto de reestruturação?⁴

A partir de 1985, enquanto o sistema financeiro fazia seus ajustes, provocando a diminuição no número de empregados nessa categoria, no Brasil e em Londrina o movimento sindical adquiria “novas” formas de ação, pautadas no fortalecimento do “novo” sindicalismo organizado em torno da Central Única dos Trabalhadores-CUT⁵. No momento em que os bancos já se preparavam para dar uma guinada no sentido da modernização tecnológica e organizacional no processo de trabalho bancário, os sindicatos se aglutinavam em torno da CUT, incentivando ações de confronto explícito com os banqueiros. A recorrência das greves nesse período atesta essa tendência, que emergiu também no SEEB/LD. Algumas falas dos dirigentes indicam a percepção da mudança nos rumos do sindicalismo bancário na região:

Com o golpe militar nós tivemos a intervenção no movimento sindical, e não foi diferente no sindicato nosso aqui de Londrina, dos bancários aqui de Londrina. Esse período foi um período bastante

⁴ As mudanças nas tendências e nas concepções do movimento sindical bancário serão explicitadas nos próximos capítulos. Neste sentido, apenas indicaremos, pontualmente, a relação entre as reflexões e ações do sindicato com os dados da reestruturação do trabalho nos bancos.

⁵ Sobre o sindicalismo brasileiro dos anos de 1980, discutiremos com mais cuidado nos próximos capítulos.

perdido do ponto de vista da organização dos trabalhadores, porque ele passa a ser monitorado pelo regime militar e pelo Ministério do Trabalho. Através do Ministério do Trabalho passa a ser um instrumento assistencialista, puramente assistencialista, e perde a sua condição de instrumento de luta dos trabalhadores, a gente vai [...] isso acontece em 1967, 1968 essa intervenção no Sindicato dos Bancários de Londrina e a gente vê a retomada do projeto de sindicalismo de luta a partir de 1985, já com a ascensão do movimento sindical combativo a partir das lutas deflagradas no ABC paulista, com o surgimento e retomada do sindicalismo de luta em São Paulo e Porto Alegre, com a construção da Central Única dos Trabalhadores que acontece em 1983, e ainda em 1983 com a constituição da oposição sindical em Londrina, a partir daí a gente passa, a partir de uma concepção cutista, passa a contrapor o projeto assistencialista no sindicato, o projeto determinado pelo regime militar e nesse enfrentamento, na disputa de eleição, a gente tem aí uma direção cutista assumindo este sindicato a partir de maio de 1985 (entrevista 1).

A diferença é que os trabalhadores passam a atuar diretamente no sindicato, e passam a usar o sindicato como instrumento de lutas, não é à toa que em 1985 mesmo, nós temos a maior greve da história dos bancários do país, considerada uma das maiores greves da América Latina no sistema financeiro. Em 1985 foi uma greve com proporção bastante grande, com uma participação muito grande, com a participação muito importante dos trabalhadores aqui em Londrina, então a diferenciação está nestes pontos, inicialmente um sindicato que foi constituído para a luta dos trabalhadores, mas tinha um perfil bastante assistencialista, um período nebuloso, que é no regime militar, ele foi puramente assistencialista e defensor do regime militar, das políticas do regime militar e a terceira etapa desse movimento sindical, quer dizer, uma terceira etapa, seria a retomada do sindicato como instrumento de lutas dos trabalhadores (entrevista 1).

Esse sindicato, a partir do momento que [...] passou a atuar nas ruas, a partir da greve de 1985, que foi uma greve nacional [...] trouxe repercussão nas menores cidades do país, onde havia bancário fazendo mobilização, fazendo greve, isso acabou estimulando a organização de outras categorias. A partir daí, a gente começou a perceber a criação de vários outros sindicatos de trabalhadores, ou tomada desses sindicatos que estavam sob o controle do sindicalismo pelego. Nós tivemos em Londrina, na época, vários sindicatos, [o] da Constituição Civil, da Saúde, da Alimentação, que acabou fomentando lutas na época, por conta, por conta do que? Por conta daquela proposta nova que estava colocada (entrevista 2).

Os dirigentes, atuantes desde 1985, conseguem sistematizar as fases nas lutas do sindicato em Londrina e percebem uma alteração radical em relação às concepções de classes sociais, Estado e movimento sindical. Aquele ano foi marcante em função da greve nacional dos bancários, com uma adesão significativa em todas as regiões do país. Tanto que, em Londrina, a assembléia de

deflagração da greve de campanha salarial ocorreu em um ginásio de esportes, reunindo cerca de seis mil bancários. É o marco do processo de proletarização dessa categoria, que não conseguia mais recompor seus ganhos salariais e já percebia o aumento do desemprego no país.

No espaço de quinze anos (1985-2000), a reestruturação dos bancos foi sendo implementada, cada vez mais, com maior velocidade, surpreendendo os dirigentes sindicais que, pressionados pelas contingências, tentavam “adequar” os discursos e as práticas, alterando, mesmo que de forma “inconsciente”, os rumos do que eles chamavam de “sindicalismo combativo”. É possível apreender como as ações dos dirigentes foram sendo pautadas pelas orientações do sindicalismo da CUT - nos anos de 1980, bem como marcadas pela concepção de sindicato classista - e pelas contingências da reestruturação do sistema financeiro. Os dirigentes alcançaram rapidamente uma significativa organização dos bancários em nível nacional e local, mas a viram enfraquecer com a mesma velocidade. Entretanto isso não significou o enfraquecimento do sindicato como dimensão burocrática de representação da categoria nas esferas de negociação.

A fala a seguir demonstra essa percepção:

[...] Com a redução do nosso exército nós perdemos essa capacidade de avançar nas nossas conquistas, então nós passamos a um processo de resistência, trabalhar, primeiro, a não perder direitos, e dentro da possibilidade tentar ganhar alguns direitos a mais na nossa contratação coletiva. Então tem sido uma constante hoje no nosso enfrentamento dentro do processo de negociação e até mesmo dentro do processo de paralisação. Você não tendo a massa na rua, o processo criação, de organização de greve, ela se torna menor, então há uma necessidade hoje para nós, nesse momento, de resistência, da gente adotar medidas, inclusive no que diz respeito à paralisação, que seriam paralisações mais incorporadas pela máquina sindical do que propriamente pela participação direta dos trabalhadores no processo de greve, então a gente poderia dizer que isso é uma mudança sim de estratégia, mas não significa que essa estratégia foi mudada por [...] não seria, por

exemplo, uma questão técnica, não seria bem o termo [...] seria uma debilidade no movimento sindical gerada pelo enfraquecimento dos trabalhadores em função da diminuição do número de empregos e também em função da recessão que está colocada. Então a máquina sindical tá substituindo a organização de massa que enfrentava o sistema financeiro, então essa estratégia que tá colocada hoje, mas ela não é uma estratégia que a gente vê como definitiva, porque ela tá adaptada a esse momento da conjuntura (entrevista 1).

As ações dos sindicatos tinham como objetivo a mobilização da categoria bancária. Assim, procuravam atingir “a massa” e fazer disso uma forma de pressão diante dos banqueiros. Mas essas mobilizações foram substituídas pela via da negociação. Nesse sentido, as ações de pressão do sindicato dependem, prioritariamente, dos seus dirigentes, que são trabalhadores liberados pelos bancos para atuarem no sindicato, gozando de estabilidade no emprego enquanto durar o mandato na diretoria. Os “liberados” é que sustentam as ações, que já não são mais ações de “massa”. Os dirigentes apontam esse impacto nas suas ações cotidianas:

A reestruturação produtiva junto com a globalização [...] são fenômenos que não faziam parte da cultura do movimento nos anos 1980, fenômenos mais novos, e a partir daí você tem que redefinir suas estratégias (entrevista 2).

É difícil isolar em Londrina porque é um reflexo mundial, mas se pegar pelo Brasil, a reestruturação aparentemente[...] facilita a vida da sociedade, mas no dia-a-dia a gente percebe um desmonte geral do trabalhador, tanto bancário, como o geral [...] da sociedade (entrevista 5).

Hoje os trabalhadores vêem que a reestruturação produtiva foi perversa para os trabalhadores, para a sua organização, para as suas reivindicações, acho que houve assim, vamos dizer, um sonho: para achar que quanto mais ele produzisse ele teria uma parcela nessa produção e não foi isso que aconteceu, precarizou-se as condições de trabalho, houve uma competitividade muito grande entre os trabalhadores, e o patrão ganhou com isso e os trabalhadores, não (entrevista 6).

Nesse sentido, o trabalho bancário assume importância, pois, ao mesmo tempo que concretamente faz a mediação para a produção de mais-valia, está sofrendo transformações significativas nos últimos anos, em que o cotidiano

torna-se sufocante, e está marcado pela exigência do “bom” atendimento e pelas longas filas que se formam nos bancos.

Então, as empresas e os bancos principalmente, com essa reestruturação produtiva, eles conseguiram alcançar mecanismos que chegam mais fácil ao cliente, pela Internet, chega ao seu cliente pelos serviços de auto-atendimento, que cresceu muito no país, apesar de não confiarmos nesse mecanismo, ele faz parte dessa reestruturação produtiva dos bancos, que aproveitaram muito bem para reduzir o quadro e aumentar os lucros (entrevista 2).

Com a reestruturação produtiva, houve uma maior concentração de poder do capital financeiro, predominando, agora, os grandes conglomerados que aumentaram seus lucros, enquanto caíram drasticamente as condições dos trabalhadores. Nesse sentido, as transformações tecnológicas têm um papel fundamental, pois acabam se constituindo em mais um mecanismo de demonstração e exercício de poder do capital sobre o trabalho.

Isso se aprofundou a partir de 1990, quando o neoliberalismo passou a dominar as agendas governamentais, o que facilitou ainda mais a concentração deste setor. Nas duas últimas décadas do século XX, em nível mundial, aumentou-se o poderio econômico dos bancos através da concentração do sistema financeiro em poucos conglomerados internacionais. No que se refere ao caso brasileiro, enquanto vários bancos foram fechados ou incorporados a outros, o banco Itaú e o banco Bradesco⁶ destacaram-se como as instituições privadas nacionais que mais se fortaleceram com a reestruturação do setor.

Esses elementos compõem o quadro para as ações do movimento sindical, que tem se mostrado “impotente” diante das formas de flexibilização das relações sociais, políticas e trabalhistas, pois o movimento sindical tem permanecido nos limites do “imediatismo”, não conseguindo romper com a lógica

⁶ Este banco ainda possui o monopólio dos bancos postais.

propositiva/corporativista e se “adiantar” em direção às ações políticas de confrontação ao capital. O capital “empurrou” o movimento sindical para a “defensiva”, para as ações de manutenção dos direitos trabalhistas, os quais foram sendo eliminados a cada medida de reforma econômica e política no país.

[...] na medida em que você vai para o sindicato já algum tempo de liberado, os que ficam vão incorporando hoje uma filosofia nova do banco, porque hoje a produção não é mais tanto coletiva nos bancos e nas empresas, é mais individualizada, isso faz com que os patrões..tenham um controle desses trabalhadores, forçando eles a vestir mais e mais a camisa do banco [...] os sindicatos, na maioria das vezes [...] correm em cima do que é hoje, do que foi ontem, ou seja, a gente não tem aquele preparo, aquela estratégia de estar vislumbrando conjunturas, cenários e tudo mais, a gente na verdade na maioria das vezes tem corrido atrás do prejuízo [...] nós temos muitas discussões, discussões ricas, mas na hora de implementar a coisa não é tão simples assim (entrevista 7).

Os banqueiros têm toda uma estratégia para que o bancário incorpore o seu discurso e acabe reproduzindo-o, diante das mudanças organizacionais que provocaram o aumento das demissões nessa categoria. Na dinâmica de intensificação do trabalho, disseminam-se e reforçam-se os valores do capital entre os trabalhadores. Isso acaba atingindo diretamente a atuação do sindicato, pois serve como uma barreira para a aproximação entre os trabalhadores.

A reconfiguração dos bancos e do trabalho bancário ocorre em função da mudança no modo como se dá reprodução do capital. O sistema financeiro consolida-se no eixo em torno do qual a circulação do capital-dinheiro, dos papéis, pode potencializar cada vez mais a ampliação da acumulação. Não é que o lucro e o acúmulo de capital não dependam mais do trabalho vivo, da força de trabalho. A exploração do trabalho continua como o “motor” da acumulação, entretanto as formas de realização do lucro são potencializadas no setor financeiro. Por isso, essa dimensão torna-se o centro irradiador dos modos de processar a exploração.

2.2 AS BASES DAS MUDANÇAS NOS BANCOS: A HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO

O capitalismo entrou numa nova fase de desenvolvimento a partir dos anos 1970. O capital financeiro se expande, tornando-se hegemônico, fortalecendo os laços entre o capital produtivo e o capital financeiro, que permanecem interligados, agora através dos grandes oligopólios transnacionais. Ao mesmo tempo, a expansão do capital financeiro provocou mudanças qualitativas e quantitativas no trabalho bancário.

Alves (2001) destaca que, nos anos de 1960, já se anunciava uma mudança na forma de acumulação do capital. Naquele momento, *ainda pontual*, o capital, através do ‘*mercado de eurodólar*’, começava a adquirir as características que passam a ser predominantes no momento seguinte de mundialização, porém já transitava livremente entre os países, movendo-se na direção em que pudesse alcançar maior rentabilidade. Essa circulação beneficiava o sistema bancário internacional e também os grandes grupos de empresas americanas, que haviam se espalhado em diversos países.

A nova fase do capitalismo também é estudada por Chesnais (1996), que propõe discutir as contradições inerentes ao processo de internacionalização da economia e da acumulação do capital. O capital financeiro desenvolve-se a partir da mundialização⁷, atingindo um grau de dominação em todos os espaços sociais, com conseqüências desastrosas para a classe trabalhadora,

⁷ No processo de mundialização do capital, são os países ricos que elaboram as políticas globais, mas o discurso da globalização que prega a necessidade de abertura para a entrada do capital externo não serve para os países ricos, pois suas economias estão protegidas por legislações bem rigorosas. Assim, a “globalização” tem o interesse de fortalecer a tríade (Japão, Europa e EUA) enquanto que os demais países, fora desse círculo, não conseguem ter acesso à produção e ao

numa perspectiva onde todos estão subordinados à lógica do mercado financeiro. Neste contexto, qualquer tentativa de reação contra a lógica dominante é colocada pelos meios burgueses como algo que pode afetar o “humor do mercado” e conseqüentemente desregular a economia.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo a partir dos anos 1970, atingiram tanto o capital produtivo quanto o capital financeiro. As duas formas são interdependentes, porém o capital financeiro acabou se destacando, pois se buscou nele uma forma de superação da crise de produção para assim conseguir a sua ampliação.

No Brasil, a *ascensão do capital financeiro* a que se refere Chesnais (1996), no processo de mundialização financeira e a sua hegemonia no contexto nacional, pode ser percebida mais claramente a partir dos anos 1990, quando há uma grande reestruturação do sistema financeiro, em que se inicia uma grande concentração do setor.

Nessa fase de dominação do capital, os bancos aparecem, juntamente com os fundos de pensão, como formas perfeitas de apropriação, já que o capital especulativo torna-se bem mais interessante do que o capital industrial.

Os anos 80 também assistiram ao aparecimento, em primeiro plano, de formas de centralização do capital monetário de instituições financeiras, às vezes de origem bem antiga, mas que até então haviam permanecido em situação subalterna, aos grandes bancos e grandes grupos. São os fundos de pensão, isto é, os grandes fundos de aposentadoria anglo-saxões e japoneses; os fundos mútuos, isto é, fundos comuns de aplicação e gestão de carteiras de títulos; bem como as companhias de seguros mais orientadas para os sistemas de seguro de vidas e de aposentadoria complementar (Chesnais, 1996, p. 291).

No Brasil, o crescimento dos fundos de pensão está inserido na política de desmonte da previdência pública, havendo uma relação direta entre a expansão da previdência privada e a diminuição dos benefícios pagos pela previdência pública, e quanto menores estes benefícios, mais a previdência privada ganha espaço⁸. Segundo a Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR, no Brasil os fundos de pensão⁹ somam patrimônio de R\$ 202 bilhões. Mas, enquanto no país está crescendo a participação dos fundos de pensão, estudos apontam que em diversos países estas instituições já começam a “quebrar”¹⁰. Seguindo as orientações do FMI, o governo de FHC (1995-2002) adotou as propostas do desmonte da previdência pública e, em seu lugar, acelerou o processo para criação da previdência privada. O governo de Lula (2002-2006) também segue essa linha, incentivando os trabalhadores a aderirem aos fundos de pensão das empresas.

O fortalecimento da esfera financeira (desde o pós-segunda guerra mundial) está a cargo das instituições criadas pelo capital, tais como FMI, Banco Mundial, BIRD, OCDE, OMC, entre outros, que interferem diretamente sobre as diversas nações, determinando as políticas a serem adotadas por seus governos. Apesar de estar baseada num discurso de que todos os povos estão em condições de igualdade, as contradições existentes com a globalização são enormes.

O capital financeiro faz parte do modo de produção capitalista desde a sua origem. Ao longo do seu desenvolvimento, os bancos sempre tiveram um papel de destaque para a acumulação, porém, hoje o avanço da *esfera financeira* não se limita aos bancos, mas se realiza principalmente através dos

⁸ No capítulo 3, faço uma discussão mais aprofundada, mostrando como o movimento sindical “assumiu a bandeira” pela defesa dos fundos de pensão.

⁹ Existem duas modalidades de previdência complementar: a previdência aberta, que são aquelas oferecidas pelos bancos e pelas seguradoras, e a previdência fechada, formada por categorias profissionais, ou por empresas, também chamados de fundo de pensão.

fundos de pensão e dos fundos mútuos. São instituições que se diferenciam dos bancos no que diz respeito a sua clientela, já que administram capitais específicos, mas tais instituições é que determinam as novas formas de acumulação, através da liquidez e da rentabilidade das poupanças.

Apesar de sua aparente autonomia, o importante é entender que a “*esfera financeira*” não possui liberdade total em relação ao capital produtivo, pois o capital continua ainda fortemente dependente da mais-valia para se reproduzir. Como observou Marx:

No capital produtor de juros, a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista [...] O capital em sua marcha completa é a unidade do processo de produção e de circulação, proporcionando por isso determinada mais-valia em período dado. Na forma do capital produtor de juros, esse resultado aparece diretamente, sem os processos de produção e de intervenção dos processos de produção e de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autogeradora do juro, aumentando a si mesmo [...] O capital produtor de juros é o fetiche autônomo e perfeito – o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma desaparecem todas as marcas da origem. A relação social reduz-se a relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma [...] Gerar dinheiro parece tão próprio do capital nessa forma de capital-dinheiro, quanto crescer é natural às árvores (Marx, 1981, p. 450-453).

O avanço do processo de mundialização do capital, além das condições apontadas, foi possível pela cooptação ideológica que o capital fez nos sindicatos pois a reestruturação produtiva, ditada pelo ideário neoliberal, procurou a *captura da subjetividade do trabalho*, e os sindicatos, por sua vez, buscaram implementar uma nova forma de pragmatismo, para a sobrevivência da estrutura.

Nesse contexto, no sindicalismo desponta uma “*elite proletária*”, que assume o papel de gerenciar setores do capital¹¹. Em muitos casos, os

¹⁰ Sobre isso, ver COGGIOLA, Osvaldo. *A falência mundial dos fundos de pensão em* www.apufpr.org.br/documentos/ a falência mundial dos fundos de pensão.

¹¹ De acordo com Marx, a “*aristocracia operária*”, surge com as Trade Unions, e representavam os trabalhadores que faziam parte do movimento operário que priorizavam a defesa dos interesses de um grupo de trabalhadores, negando e se distanciando do caráter classista e de enfrentamento

sindicatos passam a trabalhar em parceria com o sistema financeiro, ou como agentes financeiros propriamente ditos, intermediando os financiamentos aos trabalhadores, organizando fundos de pensão, etc. Os dirigentes sindicais, para justificar suas práticas e suas novas funções de “gerentes” do capital, utilizam o discurso de que o sindicalismo avança quando consegue “cuidar” do dinheiro dos fundos públicos e dos fundos privados¹².

2.3 CONCENTRAÇÃO E PODER DOS BANCOS *VERSUS* DEMISSÕES EM MASSA

O processo de reestruturação dos bancos está dentro da lógica de concentração, própria do capitalismo na dinâmica de expansão mundial, em que, assim como as grandes empresas eliminam ou incorporam as pequenas, os grandes grupos financeiros eliminam ou incorporam os bancos menores.

No Brasil, a concentração do capital financeiro segue as tendências mundiais já a partir de meados da década de 1960, em que os países de capitalismo avançado já estavam dando os primeiros passos rumo ao que se tornariam as políticas neoliberais. Na América Latina isso também já ocorria, especialmente no Chile. No Brasil, isso acontecia de forma mais amena, porém, em 1964, foi feita reforma bancária (Lei 4.595), que impulsionou a concentração do setor. De acordo

direto ao capital. Ao invés disso, limitavam-se à sua participação no parlamento burguês, pois acreditavam que através do sufrágio universal poderiam aumentar o poder de barganha dos interesses *econômico-corporativos* para os trabalhadores. Mas a sua participação também representava a possibilidade de melhorar o seu *status social*, já que muitas vezes havia uma aproximação com a burguesia. Assim, a “*aristocracia operária*” era vista e se entendia como uma camada superior, em comparação com a massa trabalhadora, portanto procurava identificar-se com os trabalhadores mais qualificados. Ao incorporarem os valores burgueses, em detrimento às formas mais radicais de resistência, a *aristocracia operária* teve papel fundamental para o fortalecimento da direita e o enfraquecimento do Cartismo. A partir deste conceito, desenvolvo a idéia de “elite proletária”, elite porque tem mais acesso a determinados modos de vida, e proletária porque a classe média que se proletarizou, mas incorporou a lógica capitalista. Isso fez surgir dirigentes sindicais com certa apatia política .

com o Dieese/CNB/CUT (2001), naquele ano, no Brasil, havia 336 instituições financeiras; em 1987, restaram 120 instituições. No período de 1987 a 1993, houve um crescimento do setor em que

pequenas distribuidoras e corretoras transformaram-se em bancos. Grandes grupos do “setor produtivo” também abriram suas casas bancárias, pois a rolagem dos títulos da dívida pública, os ganhos inflacionários e a possibilidade de participar do mercado interbancário “democratizaram” o mercado constituindo um espaço de fácil valorização de baixo risco para o capital nele investido (Dieese/CNB/CUT, 2001, p. 12).

Mas, a partir da década de 1990, a concentração financeira e das instituições/empresas financeiras pode ser melhor visualizada, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que concretizou o ideário neoliberal iniciado por Fernando Collor de Mello(1990-1993). A partir de então, potencializou-se ainda mais o fortalecimento do poder da esfera financeira que absorve as riquezas socialmente produzidas. De acordo com Dieese/CNB/CUT (2001), de junho de 1994 a dezembro de 2000, no Brasil, o número total de instituições financeiras passou de 246 para 197. Isso demonstra a concentração do setor.

O quadro 1 ilustra o processo de reestruturação financeira que ocorreu no Brasil, mostrando que, principalmente no período de seis anos (1996-2002), houve uma reconfiguração do sistema financeiro nacional, devido às fusões, às privatizações, às incorporações, enfim, a todos estes mecanismos para uma forte concentração, o que fortaleceu ainda mais os maiores conglomerados financeiros.

¹² Nos capítulos 2 e 3 mostro a constituição do sindicalismo social democrata, e qual o seu papel no

Quadro 1 - Instituições que passaram pelo processo de reestruturação do sistema financeiro e os Bancos compradores de 1996 a 2000.

Ano	Processos de reestruturação	Banco comprador
1996	Venda do banco Nacional	União de Bancos Brasileiros
1996	Venda do banco Econômico	Excel S.A.
1996	Privatização do Banorte	Bandeirantes
1996	Fusão do banco Econômico/Excel	Surge o Bilbao Vizcaya BR
1996	Venda do banco Tóquio	Mitsubishi
1997	Privatização do Banerj	Itaú
1997	Privatização do Credireal	BCN
1997	Venda do Bamerindus	HSBC
1997	Privatização do Meridional (federal)	Bozano Simonsen
1997	Venda do Interatlântico	Boa Vista
1997	Venda do banco Geral do Comércio	Santander
1997	Venda do banco Boa Vista	Consórcio de bancos*
1997	Venda do BCN	Bradesco
1998	Venda do banco Bandeirantes	Caixa Geral de Depósitos (Port)
1998	Venda do banco América do Sul	Sudameris
1998	Privatização do Bemge	Itaú
1998	Venda do Bilbao Vizcaya BR	Bilbao Vizcaya (Esp.)
1998	Privatização do Bandepe	ABN-AMRO
1998	Venda do Noroeste	Santander
1998	Venda do Real	ABN
1999	Privatização do Banep	Bradesco
2000	Privatização do Banestado	Itaú
2000	Privatização do Banespa	Santander
2002	Venda do Mercantil de São Paulo	Bradesco
2004	Privatização BEM	Bradesco

* banco Espírito Santo (Portugal), banco Crédit Agricole (França) e Grupo Monteiro Aranha (Brasil)
 Fontes: DIEESE- Linha Bancários, 2001 (extraído de JINKINGS, Nise 2002, p. 77), Banco Central, (extraído de SILVA, Tarcio Lopes da. NETO, Paulo de Melo Jorge, 2002, p. 584
 site do BC

Elaboração: Luiz Lauro Bilek

Com o objetivo de intensificar o processo de trabalho, os bancos foram beneficiados com o descontrole estatal e o enfraquecimento dos sindicatos em suas ações junto aos trabalhadores, conforme será demonstrado nos capítulos posteriores. Portanto, houve um maior enfraquecimento do trabalho através da flexibilização da legislação trabalhista, aumentando a autonomia e o poder do sistema financeiro.

Até os anos 1990, a rentabilidade do sistema financeiro vinha dos juros provocados pela inflação, a partir de então, e com a desregulamentação financeira, liberou-se a cobrança das taxas bancárias¹³:

O desaparecimento dos ganhos inflacionários foi utilizado pelo governo FHC para difundir a idéia de que os bancos estariam sendo sacrificados pelo Plano Real. Ocorre que o governo compensou amplamente essa perda, liberando a cobrança de taxas diversas aos clientes e, principalmente, desencadeando um processo de concentração no setor bancário, estimulado, coordenado e financiado pelo próprio Estado (Boito Jr, 1999, p. 57-58).

De acordo com o *Vida bancária* nº 439 de 03/05/1995, em 1994, com o Plano Real, as demissões no setor bancário atingiram 5% da categoria.

Em 1995, foi criado o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER, cuja finalidade foi de subsidiar as instituições financeiras privadas. Com a desregulamentação do sistema financeiro nacional nos anos 1990, exigida pelos organismos internacionais, os bancos privados nacionais que estavam em situação deficitária (como se isso fosse possível, se não houvesse desvios de dinheiro) passaram a receber um tratamento ainda mais privilegiado do governo, em comparação com o setor de produção.

O quadro abaixo é um panorama do processo de reestruturação dos bancos no Brasil. Verifica-se que o processo maior se deu no período de 4 anos (de 1996 a 2000). Este programa repassou aos banqueiros mais de R\$ 20 bilhões de recursos públicos. O banco Nacional recebeu cerca de R\$ 5.898 bilhões, o banco Econômico, R\$ 6.578 bilhões, Bamerindus, R\$ 5.7 bilhões, Banorte, R\$ 1.256 bilhões, banco Mercantil de Pernambuco, R\$ 473 milhões, o banco United recebeu R\$ 112 milhões e o banco Martinelli/Pontual, R\$ 125 milhões (*Vida Bancária* nº 506 e nº 519). No *site* da Febraban, o texto *Bancos só lucraram menos do que a*

¹³ BOITO Jr (1999, p. 58) mostra que, enquanto a rentabilidade das empresas girava em torno de 3,4% sobre o patrimônio líquido, nos principais bancos brasileiros este valor chegou a 10%.

Petrobrás em dez anos de Plano Real mostra que a CPI dos bancos apurou que os gastos dos cofres públicos chegaram a R\$ 43,3 bilhões, mas o total da ajuda aos bancos já atingiu R\$ 111 bilhões.

Quadro 2 - Venda de bancos com recursos do PROER

Banco liquidado	Instituição compradora
Econômico	Excel e CEF*
Nacional	Unibanco
Mercantil de PE	Rural
Banorte	Bandeirantes e CEF
United	Antonio de Queiroz
Martinelli	Pontual
Bamerindus	HSBC e CEF*

Fonte: Banco Central

* apenas a carteira imobiliária

O argumento do governo FHC era de que o dinheiro do PROER vinha do próprio sistema financeiro, através dos depósitos compulsórios que os bancos fazem ao BC. Porém, nestes depósitos, são utilizadas as chamadas moedas podres, além de títulos da dívida pública da União. Como estes títulos têm vencimento a longo prazo e são renegociados entre governo e bancos, a “estabilização do capital financeiro” se deu com o dinheiro público¹⁴.

Ao mesmo tempo que o crescimento dos serviços bancários tornou-se uma *condição imprescindível de sobrevivência da economia*, passou a concentrar um poder econômico e político maior. Com as transformações ocorridas na economia brasileira, as condições dos trabalhadores tornaram-se ainda mais fragilizadas, uma vez que se procurou de todas as formas retirar antigos direitos conquistados. A realidade dos trabalhadores bancários não é diferente, pois, enquanto aumentava o número de bancários desempregados, as instituições

¹⁴ Mas a “novela” PROER ainda não acabou. Segundo artigo do jornal Gazeta Mercantil de 03.05.2004, *Mais esqueletos a caminho da Justiça*, os banqueiros das instituições que tiveram o programa estão pedindo (e já ganhando) na justiça ressarcimento por eventuais danos causados a eles. Ver também: O Estado de São Paulo de 15.03.2004, *Após 9 anos, “esqueleto” do Nacional assusta o governo*.

financeiras alcançaram os maiores índices de lucratividade de suas histórias (Minella, *apud* Jinkings 2002-2003).

Quadro 3 - Lucros (em reais) de alguns bancos no período de 1996 a 2000

banco	1996	1997	1998	1999	2000	Acumul. 96/00
Itaú	593.452,00	720.474,00	1.300.993,00	1.955.567,00	1.830.336,00	6.400.822,00
Bradesco	824.493,00	830.512,00	1.012.420,00	1.104.806,00	1.740.165,00	5.512.396,00
Unibanco	285.062,00	430.843,00	454.137,00	590.683,00	739.153,00	2.499.878,00
Real*	337.520,00	218.013,00	109.600,00	253.301,00	290.634,00	1.209.068,00
BCN**	144.755,00	-109.618,00	156.451,00	200.657,00	250.194,00	642.439,00
HSBC***	-256.013,00	34.913,00	114.735,00	240.373,00	205.246,00	339.254,00
Acumul.ano	1.929.269,00	2.125.137,00	3.148.336,00	4.345.387,00	5.055.728,00	16.603.857,00

* O resultado de 1996, refere-se ao Consolidado. Desde novembro/98 sob controle do ABN AMRO Bank

**Desde maio/98 o BCN é uma subsidiária integral do Bradesco

*** De março/97 a junho/99, HSBC Bamerindus. Desde então, HSBC Bank Brasil

Fonte: Demonstrações contábeis

Elaboração: DIEESE- Linha Bancários

De acordo com dados disponibilizados no *site* da Febraban, os patrimônios líquidos dos bancos estão em constante crescimento. No ano de 1999 estavam na faixa de R\$ 72 bilhões, no ano seguinte passaram para mais de R\$ 77 bilhões, em 2001 haviam ultrapassado os R\$ 98 bilhões, e no ano de 2002 atingiram a cifra de R\$ 115,8 bilhões. Houve uma proporcionalidade inversa, comparando-se a concentração e o crescimento dos bancos com o nível de trabalho bancário, pois, no período de 1989 a 2002, houve a demissão de mais de 400 mil trabalhadores bancários e um fortalecimento do setor financeiro, que acumulou os maiores dividendos da história econômica recente.

No quadro 4, temos os números¹⁵ da categoria bancária no Brasil, no período de 1989 a 2002¹⁶.

¹⁵ Dentre os números levantados, encontramos algumas diferenças entre os dados do DIEESE SEEB/RJ e os dados contidos no Caderno de Resoluções: o número de bancários em 1994, para o DIEESE era de 637.647; já os números que aparecem no Caderno de Resoluções da CNB mostram que existiam 571.285 bancários. Segundo o DIEESE, em 1995 havia 571.582 trabalhadores, enquanto que o CR apresenta o total de 558.692. E, em 1996, para o DIEESE, havia 497.108 profissionais, enquanto que a CNB dizia existir 483.165 bancários.

¹⁶ Segundo um estudo da UFRJ, no Brasil, o processo tecnológico e a política de importação foram responsáveis pela demissão de 10,8 milhões de trabalhadores, no período de 1990 a 2001. O processo de modernização tecnológica teve um grande avanço no período, mas não chegou no seu

Quadro 4 - Estimativa do número de Bancários no Brasil, de 1986 a 2001

Ano	Número de bancários
1986	764.923
1987	739.170
1988	775.242
1989	800.780
1990	732.217
1991	679.931
1992	632.392
1993	655.211
1994	567.031
1995	558.691
1996	483.165
1997	446.830
1998	426.442
1999	392.869
2000	393.308
2001	391.685
2002	392.180

Fontes: MTE – RAIS de 31/12, (De 1986 a 2000), CAGED (2001), CNB/CUT - Relatório Sobre Tecnologia e Emprego no Setor Bancário (2002)
Elaboração: Luiz Lauro Bilek

Em Londrina, no período que vai de 1988 a 2003, houve uma redução de cerca de 61,45% no número de bancários. Somente entre 1988 e 1989 houve um crescimento de empregos, o que se observa também no período entre 1992 e 1993, mas, no restante dos anos pesquisados, a tendência de queda no número de bancários se consolidou.

Conforme o quadro 5, em 1990, o BB tinha 1122 bancários; fechou o ano de 2003 com 423 trabalhadores. Isso significa uma redução de mais de 62% em treze anos. O Banestado, que tinha 849 bancários, fechou o mesmo período com apenas 47 trabalhadores, com uma redução de 94,40%. Com a privatização do banco ao Itaú, seus funcionários estão sendo demitidos e substituídos por bancários

limite, assim, prevê-se mais demissões. Os setores da economia onde houve uma maior diminuição no número de empregos com a “modernização tecnológica” foram: setor agropecuário (8,98 milhões), indústria manufatureira (3,63 milhões), administração pública (902 mil), construção civil (757 mil), transportes e comunicação (561 mil). Paralelamente, a produtividade destes setores ficou no nível

da rede privada. O banco Bradesco que, em 1990, era o maior banco privado em números de bancários, com 643 trabalhadores, em 2003 diminuiu o seu quadro funcional para 219; foram 424 demissões, o que significa uma queda de mais de 65%.

Quadro 5 - Estimativa de bancários em alguns bancos de Londrina

Banco	1990	1992	1994	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003
América do Sul	150	107	102	71	33	32	*	*	*	*
Bamerindus/HSBC	544	429	400	336	271	138	200	206	202	187
Banespa/ Santander	102	96	83	60	34	32	*	25	17	*
Banestado	840	834	942	843	613	697	566	490	47	*
BB	1122	1204	1275	836	697	541	*	424	425	423
BCN	36	28	30	24	24	23	*	36	39	39
Bradesco	643	376	332	255	201	172	201	217	227	219
CEF	613	459	550	534	617	457	385	426	456	404
Econômico	29	23	23	19	24	20	*	*	*	*
Itaú	515	301	239	188	136	107	103	109	350	311
Mercantil de S P	135	88	61	31	31	30	*	22	19	*
Meridional	???	49	59	46	30	27	*	*	*	*
Noroeste/Santander	66	45	39	30	33	31	*	*	*	*
Real	115	132	68	77	91	74	98	108	104	106
Safra	36	30	28	20	25	15	*	22	*	20
Unibanco	58	39	36	43	46	36	38	53	72	71

* não consegui coletar estes dados. / Fontes: Relação das Guias de Contribuição Sindical / Elaboração: Luiz Lauro Bilek

Quadro 6 - Estimativa da evolução do emprego bancário na base do SEEB/LD entre 1988 e 2003¹⁷

Ano	Nº de bancários
1988	5.147
1989	5.550
1990	5.531
1991	4.711
1992	4.607
1993	4.747
1994	4.619
1995	4.200
1996	3.723
1997	3.178
1998	2.509
1999	2.400
2000	2.300
2001	2.259
2002	2.141
2003	1.984

Fonte: Secretaria do SEEB/LD

positivo. (FSP, 18.01.04). A FSP não contabilizou as demissões do setor bancário. No período que vai de 1990 a 2001, foram demitidos mais de 350 mil bancários.

¹⁷ Os números aqui apresentados foram fornecidos pela secretária do SEEB/LD.

Ao compararmos os números dos quadros 4 e 5, no período de 1988 a 2003, observamos que Londrina acompanha a mesma trajetória nacional. Isso indica que a reestruturação se deu de forma centralizada e coordenada em nível internacional e nacional. As ações da Confederação Nacional e dos sindicatos dos bancários foram sendo fragmentadas em lutas pontuais, em que as paralisações passaram a ser por bancos e não mais generalizadas para toda a categoria.

Quando a diretoria ligada à CUT assumiu, em 1985, existiam em torno de oito mil bancários na base territorial de Londrina, mas havia somente dois mil sindicalizados, ou seja, 25% da categoria¹⁸. Essa taxa também corresponde à média nacional. Nos anos seguintes ocorreram campanhas de sindicalização no país e em Londrina, aumentando as taxas de filiação da cidade. Em 2003, com 1984 bancários na base territorial, a taxa de sindicalização atingiu cerca de 97%, portanto é constante o esforço do Sindicato de Londrina em organizar e sindicalizar os bancários. Paradoxalmente, diminuíram-se os bancários, mas as taxas de sindicalização aumentaram.

A conseqüência das transformações foi a queda no número de bancários em Londrina, tanto nos bancos privados como nos bancos públicos. De 1988 a 2000, houve uma redução de 55,22 % nos empregos da categoria. As exceções foram os anos de 1989 e 1993, quando houve um aumento de trabalhadores no setor. Em 1988, o total de bancários era de 5.147; no ano seguinte aumentou para 5.550. Em 1990, o número era de 5.531 funcionários, já em 1991 o número foi reduzido para 4.711. De acordo com o *Vida Bancária* nº 283, nos primeiros 15 meses do Governo Collor, somente na região de Londrina foram demitidos 669 bancários.

¹⁸ Estes números foram fornecidos pelos dirigentes do SEEB/LD.

Em 1992, foram constatados 4.607 bancários na base; em 1993 houve um acréscimo para 4.747. Já no ano seguinte houve uma queda para 4.619 bancários. No ano de 1995 foram contabilizados 4.200 postos de trabalho. O número caiu para 3.723 bancários em 1996. O período em que houve o maior número de demissões foi de 1997 até 1998: de 3.178 bancários, passou para 2509. O ano de 1999 termina com 2.400 bancários e em 2000 restam apenas 2.300 (dados não consolidados). Os números de sindicalizações indicaram que, em 1988, os sindicalizados representavam 66,23% da categoria, mantendo o mesmo patamar até o ano de 1990. Entre 1991 e 1993, o número oscilou positivamente, ficando na faixa dos 87%. De 1994 até 1999 os sindicalizados representavam, em média, 91% da categoria; no ano de 2000 atingiram 93,39%.

Os postos de trabalho nos bancos sofreram uma redução de 55 % no período estudado. Entretanto a hipótese de que a reestruturação teria diminuído a taxa de sindicalizações da categoria não se evidenciou¹⁹. Os dados demonstram que a taxa de sindicalização sofreu um aumento, passando dos 66,23% de 1988 para 93,39% em 2000. Possivelmente o sindicato atingiu o grau de sindicalização a partir da proposta de organização da categoria e de uma vinculação maior entre os dirigentes e os representados. Esse dado indica que foram elaboradas estratégias pelas lideranças para resistir diante das mudanças supracitadas; também revela que as discussões e as pesquisas que indicaram uma baixa organização dos trabalhadores a partir da globalização e da reestruturação produtiva dos anos de 1990 precisam ser refinadas com estudos de casos específicos, para apreendermos as possibilidades de resistência e alternativas no movimento sindical.

As privatizações tiveram um papel fundamental no processo de concentração dos bancos. Os bancos estatais passaram por reformas internas,

adotando as políticas de contratação dos privados, enxugando seu quadro de funcionários, introduzindo inovações tecnológicas e se preparando para serem comprados pelos bancos privados. O crescimento do desemprego bancário deve muito às privatizações; sendo que as dificuldades de organização no movimento sindical também se tornaram complexas, uma vez que grande parte dos líderes e dirigentes sindicais eram funcionários em bancos públicos.

Bom, o teor da crise está exatamente focado nessa coisa que o movimento sindical começou muito forte, nos anos 80, com muitos trabalhadores, era um exército de trabalhadores, a categoria bancária tinha mais de um milhão na década de 80, e com as mudanças no setor bancário, a automação, enxugou este setor, enxugou e enfraqueceu, então nós tínhamos sindicatos com dois mil bancários, hoje tem 300 bancários; nós tínhamos bases sindicais com 8000 mil bancários, como era a nossa base aqui de Londrina, hoje tem cerca de 2.100 bancários, então isso representa uma mudança muito grande de comportamento da luta do trabalhador, do enfrentamento, se considerarmos com enfrentamento com o patrão é tão poderoso como são os banqueiros (entrevista 2).

2.4 AS PRIVATIZAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO E OS SEUS EFEITOS NO MOVIMENTO SINDICAL

O processo de privatização bancária atingiu o movimento sindical, pois os funcionários dos bancos públicos eram a maioria dos militantes e dirigentes. As várias tentativas dos governos federal e estaduais em acabar com este segmento têm também um forte caráter político de desestruturar o movimento sindical bancário. Muitos dirigentes sindicais vieram dessas instituições e como havia uma certa estabilidade dos trabalhadores, era mais fácil organizá-los e mobilizá-los, em comparação aos pertencentes à rede privada. Portanto destacam-se pelo caráter

¹⁹ As taxas de sindicalização tiveram uma queda na maioria dos países neste período; sobre isso, ver capítulo 3, item 3.2.1. *As mudanças da social-democracia diante do fortalecimento do neoliberalismo: a crise da crise.*

militante e pelo envolvimento com seus sindicatos, tanto que, nas greves, eram eles que reforçavam os piquetes nos bancos privados²⁰.

Com a retórica utilizada pelos defensores da privatização de que as instituições estatais serviam aos interesses políticos para os governos, começou-se o processo de desmonte do sistema. Por enquanto não houve a venda direta dos bancos oficiais (BB e CEF) para a iniciativa privada, mas já aconteceram diversas formas de privatizações no interior de suas estruturas. Primeiro, extinguindo os concursos públicos, em seu lugar contratando trabalhadores terceirizados, promovendo transferências obrigatórias, instituindo os Planos de Demissões Voluntárias - PDVs, enfim, várias formas de pressão no trabalho.

A falta de contratação de bancários fez aumentar em muito as horas extras trabalhadas, mas elas não são remuneradas. No lugar do pagamento, foi instituído o banco de horas. Em maio de 1997, os bancos de Londrina reduziram em uma hora o atendimento ao público, passando a atender das 11:00 às 16:00 horas²¹. De acordo com o “Vida Bancária”, nº 528, no primeiro mês do novo horário já haviam ocorrido 54 demissões na cidade.

O processo de privatização foi estimulado pelos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, BIRD e FMI) sob o argumento de que o setor público é oneroso e inoperante. Para isso, o governo FHC criou, em 1997, o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES. Através deste mecanismo, o governo federal pôde acelerar o fim dos bancos estatais. O quadro 6 mostra que, no Brasil, as privatizações do setor bancário tiveram um ritmo mais acelerado no período de 1997 a 2000, quando vários bancos públicos passaram para o setor privado.

²⁰ Essa participação mais incisiva foi fundamental para a greve de 1985, já que os funcionários predominavam nas assembleias.

²¹ O horário de atendimento nos bancos de Londrina, até então, era das 10 às 16 horas.

Outro exemplo comum para nós e que mexe muito com a ação sindical, voltando ao exemplo da privatização do Banestado. Eu mesmo sou funcionário do Banestado a vinte e cinco anos. **Dos dez mil bancários que existiam no final de 2.000** no período da privatização, nós estamos em quatrocentos funcionários. As agências de Londrina e todo o Paraná que eram altíssimas e mantinham, principalmente as grandes, a média de cem, cento e vinte funcionários, hoje elas são tocadas com a média de vinte bancários no máximo. Se você tinha guichês de caixas com vinte caixas humanos trabalhando, hoje você tem a média de cinco, o resto totalmente desmontado (entrevista 5, grifos meus).

Portanto as privatizações tiveram um papel fundamental para o enfraquecimento do movimento sindical.

Quadro 7 - Instituições públicas privatizadas e as instituições compradoras

Ano	Instituição privatizada	Instituição compradora
1997	Banerj	Itaú
1997	Credireal	BCN
1997	Meridional (federal)	Bozano Simonsen
1998	Bemge	Itaú
1998	Bandepe	ABN-AMRO
1999	Banep	Bradesco
2000	Banestado	Itaú
2000	Banespa	Santander
2004	BEM	Bradesco

Fonte: Dieese Linha bancários 2001 e Boletim *Folha Bancária*
Elaboração: Luiz Lauro Bilek

Conforme Silva (2002), o que caracterizava os bancos estaduais é que eles não tinham implementado a tecnologia como os demais bancos. Assim, não conseguiam competir com o BB, com a CEF e nem com os bancos da rede privada. A solução apontada para essas debilidades foi a privatização. Portanto a implementação PROES para o setor público é defendida oficialmente com algo necessário para o equilíbrio dos bancos.

A partir de relatório do BC, de 1988 a 2000 os bancos estrangeiros, que tinham 9,62% de participação no total dos ativos e do sistema financeiro nacional, encerraram o período com 33,11%, enquanto que no mesmo período em os bancos os nacionais tiveram sua participação decrescida, passando de 56,5%

para 42,46%, e os bancos públicos foram de 33,53 para 24,33% (Jinkings 2002/2003).

Mesmo antes do processo de privatização, o Banespa de Londrina já estava diminuindo o seu quadro funcional. A entrada do banco Santander no mercado brasileiro em Londrina, que tinha comprado o banco Meridional²², o banco Banespa e o banco Noroeste²³, reduziu o número de trabalhadores. O Banespa tem uma agência na rua Minas Gerais. Em 1995, chegou a ter 71 bancários; com a sua privatização, este número caiu para 17 bancários em 2002. O banco Noroeste, que também foi comprado pelo banco espanhol, tinha uma agência na avenida Rio de Janeiro com 31 funcionários em 1998, que foi fechada em julho de 2004.

Breve análise sobre os PDVs

Para Druck (2002), no estudo *“Bancário: Um Emprego de Múltiplos Riscos”*, os processos de automação bancária, das mudanças organizacionais e das demissões, que antes da reestruturação eram uma realidade do setor privado, passaram a fazer parte também dos bancos públicos. Assim, houve a implementação e a intensificação dos PDVs. Mas, para a autora, estes programas não contêm nada de voluntário e nem de incentivo, ao contrário, são mecanismos de pressão e de ameaças sobre os bancários.

Nos anos 1990, houve um bombardeio ideológico dos valores liberais no mundo do trabalho, incentivando o “empreendedorismo” existente em cada pessoa. Nos bancos públicos foram diversas as estratégias de pressão adotadas, entre as quais os PDVs. Tais programas visam à diminuição do quadro funcional, a partir da “vontade” do bancário; também contribuíram para que fossem pioradas as condições de trabalho nos bancos, intensificando o trabalho,

²² Agência de Londrina e Rolândia

pressionando funcionários que eram levados á adesão. O SEEB/LD sempre denunciou estes mecanismos e fazia campanhas contra eles.

Mesmo com a falta de bancários, o governo também lançou os PDVs, o que contribuiu ainda mais para a o enfraquecimento destes bancos e provocou a piora dos serviços; com isso houve o aumento das críticas de que este setor era inoperante, além de descaracterizar sua função social²⁴. A implementação destes programas se intensificaram nos bancos públicos a partir de meados de 1990.

O PDV do banco Banespa, que foi lançado em junho de 1996, era destinado aos bancários de fora do Estado de São Paulo. Em Londrina, o banco demitiu 5 trabalhadores que não “aceitaram” aderir ao programa de desligamento funcional, mas o SEEB/LD entrou com um pedido de reintegração na justiça. Também em 1996, o banco Banestado criou o Programa de Desligamento Espontâneo – PDE, cujo objetivo era atingir 1200 bancários. Em Londrina somente 5 bancários aderiram ao programa.

O PDV do BB em 1995 atingiu cerca de 12 mil bancários, mas mesmo assim o banco não ficou satisfeito com a “baixa” adesão ao plano. Em 1996, lança o Plano de Adequação dos Quadros – PAQ, cujo objetivo também era a diminuição do número de bancários, mas não se limitava às dispensas diretas. Faziam parte deste plano transferências compulsórias e o fechamento de agências. Intensificou-se a transferência compulsória para agências distantes, sem nenhum critério ou anuência do bancário. Mas o PDV também foi implementado nos bancos do setor privado, caso do Unibanco e do Excel/Econômico (1996).

Em todos os PDVs, o SEEB/LD procurou mobilizar e denunciar junto aos bancários sobre o risco de se aceitar os planos, enfatizando que estes

²³ A agência de Londrina está fechando.

mecanismos tinham por finalidade o desmonte do setor público e a concentração maior dos bancos privados, além do risco do desemprego nas conjunturas da época.

De privados aos estaduais, todos os bancos adotaram nos últimos dois anos algum tipo de plano, programa ou simplesmente demitiram os funcionários em alta escala. Nos bancos públicos, BB, CEF, Banespa, Banestado e muitos outros, os PDVs, intitulados de programas de demissões voluntárias, fizeram um enxugamento geral no funcionalismo. O terror nas unidades serviu de tempero para esses processo de cortes , que se traduziu no Banco do Brasil em mais de duas dezenas de suicídios nos últimos anos (Vida Bancária nº 489, ano XII, 09/07/1996).

A Comissão de funcionários do Excel-Econômico e a CNB-CUT consideram o PDV bastante ruim. É bom lembrar aos que acharem vantajoso aceitar este plano que a conjuntura do país não possibilita o retorno rápido ao mercado de trabalho. Os benefícios que o banco oferece não são grandes e os recursos recebidos agora podem acabar em pouco tempo. Se acontecer algum tipo de pressão em sua agência para aderir ao PDV do Excel-Econômico, entre em contato com o sindicato (Vida Bancária, nº 484, ano XII, 04/06/1996).

Outra forma de pressão exercida pelas direções dos bancos públicos que tornou-se comum nos últimos tempos são as transferências compulsórias, em muitos casos para lugares distantes. Além da concentração dos bancos em conglomerados, das privatizações, dos PDVs, a expansão da informatização nas agências solapou as possibilidades de preservação dos empregos.

2.4.1 A privatização do Banestado

Dos processos de privatização até agora realizados, o que mais atingiu os bancários no Estado do Paraná e em Londrina foi o do banco Banestado, em 2000, já que era o banco estadual que mais tinha bancários. Diante do processo

²⁴ Os bancos privados não mantêm agências nos locais distantes. Cabe ao setor público este papel.

de privatização, o SEEB/LD desenvolveu diferentes ações contra a entrega do banco ao setor privado. Com isso, conseguiu o envolvimento dos bancários da região, em diferentes momentos de mobilização.

A privatização do Banestado pode ser questionada através de plebiscito nacional. O Sindicato dos Bancários de Londrina e Região lançou, ontem, no calçadão, uma campanha para coletar assinaturas a favor da consulta popular. A campanha está sendo deflagrada em todo o País. O objetivo é embasar uma proposta de projeto de iniciativa popular, a ser elaborado pela Assembléia Legislativa, explicou o presidente do Sindicato, José Francisco da Silva. "O processo de saneamento e privatização do Banestado está avaliado em R\$ 5 bilhões e desconfiamos desse valor. Vamos também pedir apenas o saneamento do Banco, que custaria ao Estado pouco menos de R\$ 1 bilhão" (Jornal de Londrina, 17.09.2000).

O enxugamento do Estado era e é uma exigência dos organismos internacionais, como elemento fundamental para o controle dos gastos estatais, mas o que se observa é que, após a entrega de diversas empresas públicas ao setor privado, houve uma piora em todas as áreas: na saúde, na educação, etc. Já o capital (em especial, o financeiro) conseguiu grandes ganhos. Através desta constatação, caem por terra os argumentos daqueles que defendiam uma menor intervenção estatal na economia como condição da liberdade do mercado necessária para o crescimento do país. No Estado do Paraná, o caso do Banestado mostra bem essa realidade, pois, com a sua privatização, alguns municípios que só tinham agências desse banco acabaram ficando sem nenhum atendimento à sua população, pois o banco Itaú fechou diversas unidades.

A criação do banco Banestado visou, entre outros motivos, a subsidiar o desenvolvimento do Paraná; assim, mantinha agências em todos os municípios, mesmo o de pequeno porte. Com sua venda ao banco Itaú, esse perfil se modificou, uma vez que está voltado para a dinâmica do mercado financeiro, com vendas de produtos, fundos, seguros, entre outros. Municípios pequenos não

fornece muitos clientes com esse potencial. Assim, as agências estão sendo fechadas.

Em 1999, já era possível observar o movimento do governo estadual no sentido de privatizar o Banestado, tanto que lançou o PDV, no intuito de diminuir o quadro funcional e portanto torná-lo mais atraente para a venda. Também houve grandes incentivos fiscais, por parte do governo, para os bancos que se interessaram pela compra do Banestado; após a venda do banco, o Estado comprometeu-se a manter as contas públicas por um prazo mínimo de cinco anos junto ao banco comprador. Já dos bancários foram retirados os seus direitos, como o emprego, o plano de saúde, o fundo de previdência, enfim, a garantia dos direitos trabalhistas. Isso é mais um exemplo da defensividade em que se encontra o movimento sindical, que não consegue garantir nem os direitos já conquistados.

O Banestado estava presente em 21 locais da região em 1995²⁵. Isso representava (somado com os bancários de Londrina) 939 trabalhadores. Com a privatização, houve uma redução drástica neste número; em 2002, ele caiu para 200 e no ano seguinte para 144. Além disso, o banco Itaú fechou várias agências as quais, em muitos casos, eram o único banco da região. Na base territorial do SEEB/LD ainda não houve fechamento de agências, mas o que ocorreu em vários municípios foi à unificação da agência do banco Itaú e da agência do antigo Banestado²⁶.

O quadro a seguir mostra o processo de demissões no Banestado²⁷. Até 1995, havia uma certa estabilidade de empregos, já que os números não sofreram uma alteração significativa. Já a partir dos números de 1997,

²⁵ Estou utilizando os números do ano 1995, pois foi nesta data que o Banestado atingiu o seu maior número de trabalhadores, na base territorial do SEEB/LD, conforme o período estudado.

²⁶ Antes da privatização do BEP, o banco Itaú possuía agências somente nas cidades de Rolândia e de Cambé.

observa-se a tendência de queda mais acentuada, aprofundada com a venda do banco para o Itaú.

Quadro 8 - Estimativa de bancários por agência do Banestado na base territorial do SEEB/LD

Agência	1990	1993	1995	1997	2002*	2003*
Assai	25	27	25	15	07	05
Bela Vista	19	18	19	12	06	06
Cambé	47	47	48	36	17	11
Centenário do Sul	20	18	16	11	07	04
Centro	272	343	236	130	39	26
Florestópolis	11	14	13	10		
Guaporé		20	27	25	12	08
Higienópolis	28	31	36	31	23	17
Ibiporã	23	24	27	24	10	09
Jaguapitã	15	05	11	08	06	
Lago Igapó		10	24	26	12	09
Miraselva	10	08	08	06		
N.Sra. das Graças	06	09	08	04		
Ouro Verde	138	125	108	84	21	18
Porecatu	25	23	21	13	07	04
Primeiro de Maio	17	13	13	12	06	03
Rancho Alegre	12	11	10	08		
Rolândia	36	34	31	28	15	13
Sertanópolis	19	15	15	12	06	07
Uraí	17	15	17	12	06	04

*Os números destes anos já se referem aos funcionários que passaram a fazer parte do banco, depois do processo de privatização do BEP.

Fontes: Relação das Guias de Contribuição Sindical

Elaboração: Luiz Lauro Bilek

O ano de 2000 foi marcado pela total insegurança dos bancários do Banestado, devido ao processo de liquidação e de privatização do banco e as conseqüentes demissões, já que com a venda da instituição ao banco Itaú, esses bancários foram totalmente descartados e substituídos por trabalhadores com salários menores.

No processo de privatização do Banestado, o SEEB/LD organizou paralisações de diversos dias contra a venda do banco. Além dos bancários,

²⁷ Não apresentei dados das agências de Alvorada do Sul, Casoni, Jataizinho, Sta. Cecília do Pavão, S. Jerônimo da Serra, S. Sebastião da Amoreira, Tamarana e Tiradentes, pois não consegui levantar os números de bancários dessas agências.

procurou o envolvimento da população. Mas isso não foi suficiente para reverter o processo e, no dia 17 de setembro, o BEP foi vendido ao banco Itaú

Em entrevista à TV Coroados no dia 18 de outubro de 2000, Reinhold Stephanes afirmou que pouca coisa mudaria com a passagem do banco estadual para o setor privado. Mesmo sabendo que não era verdade, dizia que o banco Itaú não demitiria mais que 20% do quadro de funcionários.

2.5 UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO TRABALHO BANCÁRIO: MUDANÇAS NAS FORMAS DE ATENDER AOS CLIENTES

Houve um grande investimento por parte dos bancos nos serviços de auto-atendimento, aliado à política dessas instituições em diminuir o movimento de clientes e de usuários no interior das agências bancárias. Conseqüentemente, as funções que antes eram feitas pelos bancários passaram a ser operadas pelos próprios clientes. Isso teve reflexos no trabalho, pois os bancos deixaram de ficar totalmente dependentes da força de trabalho e com maior capacidade de resistência às reivindicações da categoria bancária. O quadro 9 mostra que já em 1996, do total da movimentação financeira no Brasil, somente 33% dependia do trabalho vivo; o restante das transações já eram feitas utilizando-se o aparato tecnológico.

Quadro 9 - Número de transações diretas com bancários e automáticas nos bancos, no Brasil, em 1996.

Transações diretas com bancários	Absoluto	Relativo
Em agências	4.880.726	31,8%
Outras	199.372	1,6%
Transações automáticas		
Externas	560.331	4,4%
Internas	2.348.448	18,3%
<i>Internet</i>	38.786	0,3%
<i>Home/Office Banking</i>	442.148	3,5%
Auto-Atendimento	4.158.201	32,5%
Comércio (POS)	171.128	1,3%
Total	12.799.143	100,0%

Fonte: Febraban – Balanço Social dos Bancos – 1998
Elaboração DIEESE – Subseção ANABB

O quadro 9 mostra as alterações no setor bancário entre 2000 e 2002. Se em 1998 a participação do trabalho vivo ainda representava 33% da movimentação bancária, em 2002 estes números caíram para menos de 25%. No ano seguinte cresceu um pouco, chegando a 26,2%, e em 2002 teve uma nova queda, ficando no patamar dos 22%. Enquanto isso, houve um crescimento no número de operações e transações realizadas pelos clientes com os mecanismos que dispensam o trabalhador, tais como: automáticas externas, auto-atendimento, *home e Office banking*, *Internet banking*, entre outras. A *Internet banking*, por exemplo, foi acionada por 369.779.262 clientes em 2000, representando 2,3% do total das transações; em 2002, 2.279.806.252 clientes utilizaram esse tipo de operação, representando 11,7% do total de transações. Olhando os dados do quadro 10, observa-se que, em 1996, a *Internet* representava apenas 0,3% do total das transações, com 38.786 clientes acionando essa operação.

Quadro 10 - Número, Participação (em %) e Variação (em %) dos tipos de operações bancárias, no Brasil, de 2000 a 2002

Operações	2000		2001		2002		Variação 02/01
	Quantidade	Part	Quantidade.	Part	Quantidade.	Part	
Automáticas externas (1)	556.712.639	3,4%	653.111.035	3,3%	691.789.854	3,5%	5,9%
Automáticas internas (2)	3.585.073.509	21,8%	4.006.026.514	20,2%	4.391.307.081	22,5%	9,6%
Auto-atendimento (3)	6.615.656.359	40,3%	7.765.556.839	39,2%	6.094.450.794	31,2%	-21,5%
Home e Office Banking (4)	813.702.698	5,0%	736.554.636	3,7%	709.131.607	3,6%	-3,7%
Internet Banking (5)	369.779.262	2,3%	820.410.109	4,1%	2.279.806.252	11,7%	177,9%
POS - Ponto de Venda no Com.(6)	313.894.301	1,9%	380.108.153	1,9%	549.100.608	2,8%	44,5%
Envolvendo funcionários (7)	4.027.473.117	24,5%	5.187.684.510	26,2%	4.462.621.457	22,8%	-14,0%
Outras (8)	129.636.735	0,8%	241.849.772	1,2%	380.023.279	1,9%	57,1%
Total	16.411.928.620	100,0%	19.791.301.568	100,0%	19.558.230.932	100,0%	-1,2%

Fonte: Febraban

- (1) débitos automáticos de contas, crédito de salário e outros;
- (2) tarifa de serviços, crédito de dividendos de ações e outras;
- (3) operações realizadas pelos clientes, nos equipamentos de auto-atendimento;
- (4) transações via computadores em linha direta com o banco;
- (5) transações via computadores pela *Internet*;
- (6) transferência de fundos via terminais em lojas, supermercados, postos de gasolina e no comércio;
- (7) saques e pagamentos de contas no caixa;
- (8) via central de atendimento com ajuda de funcionário do banco.

O impacto da introdução das novas tecnologia foi sentido, primeiramente, nos Centros de Processamentos de Dados – CPDs, em que, a partir dos anos 1980, com a introdução de novas tecnologias e com as mudanças organizacionais, o trabalho vivo foi sendo cada vez mais substituído pelas máquinas, quando o serviço de compensação dos cheques passou a ser feito instantaneamente via eletrônica.

A partir de então, na maioria dos bancos, estes setores foram extintos, e aqueles que sobraram sofreram modificações de funções. Conseqüentemente, houve muitas demissões no setor. Isso teve reflexos imediatos no movimento sindical, pois eram locais de grandes aglomerações de trabalhadores e de maior facilidade de comunicação dos dirigentes com os bancários, haja visto que o trabalho nestes setores não tinha as mesmas características das agências, principalmente no que diz respeito ao atendimento ao cliente.

Então, se a partir dos anos 1980 os bancos começaram a reestruturar os seus *CPDs*, no período de uma década, praticamente, foram extintos.

A maioria dos bancos tinham os *CPDs* separados das agências, pois eram setores que exigiam grandes espaços. Com a sua desativação, foram anexados aos prédios das agências. Em Londrina, era no *CESEC* do Banco do Brasil que havia a maior concentração de bancários. A unidade, que ficava na rua Tiete, chegou a ter 716 trabalhadores em 1992. Em 1996, a direção do Banco do Brasil começou o processo de fechamento dos *CESECs* no país. Naquele ano, ainda havia 145 unidades, porém em 1998 sobraram somente 43 unidades em todo o país. Em Londrina, a unidade foi fechada em 22 de julho de 1998 e os serviços foram transferidos para a cidade de Curitiba. Os 90 funcionários da unidade, na época, foram transferidos para as agências da região²⁸.

Quadro 11 - Estimativa de bancários do CESEC/ Londrina (1990-1998)

Ano	Bancários
1990	352
1991	504
1992	716
1993	696
1994	647
1995	493
1996	360
1997	258
1998	143

Fonte: Reversão salarial
Elaboração: Luiz Lauro Bilek

Com o processo de inovações tecnológicas houve um crescimento das formas de controle sobre o trabalhador. Nos bancos, por exemplo, o uso do cartão magnético tornou-se muito eficaz no auxílio aos chefes como mecanismo de

²⁸ Utilizam-se dados do *CESEC* para mostrar a desativação do setor. Isso ocorreu em todos os demais bancos, mas estes dados não foram conseguidos.

controle, pois substituiu o cartão ponto, passando a registrar a entrada e a saída dos bancários, bem como todas as suas atividades durante a jornada.

Além disso, com a intensificação da informática, houve um aprofundamento da divisão do trabalho nos bancos, onde se privilegia o trabalhador mais qualificado que possui um conhecimento técnico e que exerce uma função de maior responsabilidade, em detrimento do trabalho bancário responsável por funções mais simples que exigem menor qualificação como escriturários, serviços gerais, expedição, entre outros. Portanto, através dessa divisão do trabalho, desenvolve-se uma forma de segregação entre trabalhadores qualificados em comparação com os trabalhadores desqualificados²⁹. Assim, ao mesmo tempo em que “empurra” o bancário para o subemprego, passa a exigir uma maior qualificação da força de trabalho. A informática também facilitou no controle sobre os caixas dos bancos, pois é possível determinar o ritmo de trabalho destes através da verificação do número de autenticações que foram efetuadas durante um determinado período.

Existem diferentes interpretações a respeito do papel e das conseqüências trazidas pelas inovações tecnológicas. Algumas análises tendem a apontar este processo como algo que pode alcançar um maior número de pessoas, proporcionando a facilidade no acesso ao mercado e ao consumo. Outros vão no sentido de compreender essas mudanças como algo irreversível, em que a informatização está ligada ao *determinismo tecnológico*. Estas idéias estão limitadas porque entendem o avanço tecnológico na perspectiva de uma *invariável histórica*, em que, em última instância, as evoluções técnicas por si só são a causa principal da eliminação dos postos de trabalho mais convencionais. Esta explicação fica na aparência do fenômeno, como se a tecnologia fosse independente e neutra diante

²⁹ Conforme Segnini (1998), é neste contexto de desqualificação que se insere o trabalho da mulher nos bancos, pois a maioria dos cargos exercidos por elas é de *suporte*, já as funções de maior responsabilidade acabam ficando com os homens. Com isso, o serviço feminino não propiciava a ascensão no banco, além de os salários das mulheres serem inferiores aos salários dos homens.

dos processos de acumulação de capital. Obviamente, a utilização pelos bancos das novas tecnologias foi condicionada pelo direcionamento que o sistema financeiro empreendeu no sentido de fragmentar seu atendimento de acordo com os estratos sociais, priorizando os setores com capacidade de aplicações de grandes aportes de capital no mercado financeiro e na obtenção de empréstimos a juros elevados. Conforme aponta Druck:

O processo de internacionalização do sistema financeiro, através de fusões, incorporações, venda dos bancos nacionais e privatizações dos bancos estatais; transferência dos recursos públicos ao sistema financeiro através do PROER; mudanças organizacionais e automação bancária; “privatização da cultura organizacional” nos bancos que ainda não foram vendidos, através da mudança na sua função social: **deixam de ser bancos de apoio ao desenvolvimento econômico e social e se transformam em bancos comerciais, submetidos, dessa forma, às pressões e exigências de competitividade do mercado e, portanto, vender serviços aos clientes, intermediar aplicações financeiras e investir no mercado passam a ser as prioridades.** (Druck, pg. 2002, grifos meus).

Os bancos buscaram se livrar do atendimento às classes populares e aos não correntistas, limitando os recebimentos de taxas de serviços básicos, tais como: contas de água, de luz, telefone, impostos, entre outros. A utilização das tecnologias de auto-atendimento possibilitou o direcionamento dos serviços bancários para determinados estratos sociais, focando seus serviços personalizados para os que movimentam grandes somas de dinheiro.

2.5.1 Interpretando os usos da tecnologia no capitalismo financeiro

As análises de Leite (1994) e Druck (1999) procuram compreender a tecnologia como um processo contraditório que transcende a relação no local de

trabalho, indicando as inovações não como a “causa” última das demissões, mas sim como elementos condicionados pelas relações de produção. Essas análises levam em consideração o conteúdo político e social que favorece mais a expansão tecnológica num setor e menos em outro, entendendo que não existe uma autonomia da *revolução tecnocientífica* em relação ao campo político, pois ela é o *resultado de decisões políticas e econômicas*.

A questão da tecnologia não envolve somente os aspectos econômicos e materiais relacionados diretamente com a produção, uma vez que acaba extrapolando o espaço da produção. É algo mais profundo, que está relacionado com a subjetividade dos trabalhadores, que interfere na sua cultura e nos seus valores e, conseqüentemente, tem reflexos nos seus *desejos* e nas suas *fantasias*.

É portanto, a partir das experiências vividas dentro e fora da fábrica, no enfrentamento contra o poder do capital e do Estado, das lutas travadas contra exploração e opressão a que se vêm cotidianamente submetidos, que os trabalhadores vão construindo sua identidade de classe e com ela vão se constituindo num sujeito coletivo capaz de criar organizações autônomas voltadas para a defesa de seus interesses. Essa identidade é determinada não só pela experiência vivida na esfera da produção, mas também pela experiência de luta mais geral, ela é também fundamental no sentido de determinar a subjetividade do trabalhador frente à máquina e às novas formas de organização do processo de trabalho (Leite, 1994, p.39).

O avanço tecnológico faz parte da complexidade e do confronto entre o capital, que busca aperfeiçoar os mecanismos de domínio sobre o processo de produção e sobre a força de trabalho, e os trabalhadores, que buscam formas de resistências a estas tentativas de controle. Assim, na busca de entender essas questões da complexidade do avanço tecnológico, Leite (1994) afirma que a dominação e a resistência fazem parte da relação conflituosa própria do mundo do trabalho. Neste contexto, o capital constantemente busca a *dominação dos*

produtores, configurando uma disputa pelo poder do interior dos estabelecimentos produtivos.

Outra questão abordada pela autora diz respeito à forma como é interpretada a precarização do trabalho. Em suas análises, a autora demonstra a idéia de que o processo tecnológico está sendo utilizado para a intensificação e o aumento da *rotatividade* do trabalho, como imperativo da substituição do “modelo” de produção que já não era capaz de garantir ampliação e diversificação da acumulação do capital. O esforço das empresas em organizar outros modelos de produção se dá em função do aumento da concorrência no mercado mundializado. Há um incentivo de se investir na microeletrônica, como forma de diminuir o custo com a força de trabalho e como forma de se sobressair às demais empresas concorrentes. Portanto, neste novo contexto, a microeletrônica foi desenvolvida com o objetivo de atender às demandas de expansão e diversificação do mercado, a partir de uma homogeneização maior do processo de trabalho em termos de controle e de conhecimento, ao mesmo tempo que flexibilizava e fragmentava as formas de contratação e emprego, Leite afirma:

O aparato gigantesco, custoso e rígido em que se apoiava o fordismo começou a se mostrar extremamente ineficaz no contexto de um mercado altamente competitivo, onde a maleabilidade do aparelho produtivo para acompanhar mais rapidamente as exigências do mercado emergia como um dos principais requisitos (Leite, 1994, p.84).

Outro fator relevante, característico da intensificação tecnológica, foi a redução do tempo de produção. Enquanto as máquinas mais antigas absorviam um tempo maior para completar o processo de produção, com o aperfeiçoamento tecnológico, as máquinas mais modernas passaram a fazer os produtos de forma mais rápida e mais sofisticada. Com isso, diminuíram *uma série de tempos mortos em operações de regulagens e alimentação*, implementando o “*tempo oculto*”, onde

são executadas várias operações simultaneamente, fazendo com que os tempos mortos sejam transformados em tempos produtivos. Além de que, com a redução do tempo morto, os trabalhadores precisam acompanhar o fluxo produtivo no processo ditado pela automação.

Os dados de Leite (1994) apontam a existência de uma relação entre a tecnologia e a qualificação da força de trabalho. Com o avanço tecnológico, as habilidades que eram necessárias no processo de trabalho convencional deixam de ter importância em relação às novas formas de gestão e à introdução de máquinas mais modernas, e as empresas passam a exigir novas qualificações dos trabalhadores. No contexto da reorganização da gestão da produção, houve diminuição da força de trabalho que era responsável em desenvolver uma única função ou em cuidar de uma única máquina. No lugar desse trabalhador “rígido”, as empresas começaram a requerer um trabalhador mais flexível, capaz de operacionalizar mais de uma máquina ao mesmo tempo. Com isso, a escolarização dos trabalhadores tornou-se um critério de seleção na maioria das empresas. O trabalho cada vez mais deixa de ser feito manualmente para tornar-se mais *intelectual*. Na avaliação de Leite (1994), outra consequência da introdução da robótica é a de que os trabalhadores têm ainda menos controle do ritmo da produção. Assim, há uma certa autonomia do capital em relação à força de trabalho, uma vez que as máquinas garantem um maior ritmo de trabalho de qualidade dos produtos.

As análises de Shaiken (*apud* Leite, 1994) sobre as mudanças ocorridas na produção com a intensificação da tecnologia são bastante elucidativas. Segundo seus estudos, a tecnologia *resolveu o principal problema de Taylor: controlar o trabalho dos operários qualificados das oficinas de produção limitada, onde a variedade do trabalho impossibilitava o parcelamento das tarefas*, uma vez

que os computadores passaram a fazer trabalhos que antes necessitavam de um bom quadro de trabalhadores. Com a implementação da tecnologia, houve uma grande economia de tempo para a execução do serviço, conseqüentemente, uma economia na utilização da força de trabalho, uma vez que o computador assumiu o seu lugar³⁰.

Na perspectiva de Leite (1994), o trabalhador, enquanto elemento da classe social, é entendido como sujeito fragmentado e heterogêneo que está em constante transformação e reelaboração das formas de trabalho. Neste contexto de mobilidade, a autora procura entender como os trabalhadores estão enfrentando a questão do avanço tecnológico, tendo como característica marcante o antagonismo desse processo, pois a tecnologia causa um *fascínio* e uma *repulsa*, decorrentes do fato de que se tem o desejo de conhecer e dominar a tecnologia, mas ao mesmo tempo existe um *temor* de que ela possa dominá-lo. Por isso, essas relações são marcadas pela *recusa, aceitação, submissão, negação e interiorização das formas de dominação*. Mas a tecnologia não está relacionada somente com o aumento da produtividade do trabalho, esse mecanismo age também como resultado do enfrentamento cotidiano pelo controle do processo de produção. Portanto a tecnologia deixou de significar somente *novos equipamentos*, mas representa também *novas formas de organização do processo de trabalho*. A autora observou que trabalhar com máquinas tecnológicas acaba criando no trabalhador um sentimento de importância e de *status* do trabalho, além de gerar a competição entre eles, aumentando o desgaste mental em comparação às atividades mais manuais.

³⁰ Para verificar melhor este processo, ver LEITE, Márcia de Paula. O Futuro do Trabalho: Novas

2.6 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO TERCEIRIZADO NO SETOR BANCÁRIO

O terceirizado está inserido num *ambiente político* que acaba levando a *precarização do trabalho, do emprego, da saúde e da ação sindical*, a partir do fato de que, no mesmo local de trabalho, passaram a existir duas categorias de trabalhadores: os efetivos e os terceirizados. A primeira faz parte de uma “elite” que ainda consegue alcançar melhores condições de vida. A segunda categoria refere-se àqueles trabalhadores sem as garantias que os “estáveis” ainda possuem, pois estão em condições mais precárias, com uma carga horária ainda maior. Nesse sentido, a terceirização faz parte não somente do contexto econômico de redução de custos, mas também de uma *estratégia política* porque atinge a identidade coletiva dos trabalhadores, reforçando a idéia de *identidade corporativa*, em contraposição à idéia de *identidade de classe* (Druck 1999).

Observa-se que as mudanças ocorridas a partir dos anos 1970 tiveram como eixo a fragmentação do trabalho industrial, mas este generalizou-se nos demais setores, chegando aos bancos, cuja intensificação deste processo desencadeou a subproletarização da categoria bancária, através do trabalho parcial, do trabalho temporário, das subcontratações³¹, da utilização dos estagiários, da produção *em domicílio*, enfim, de todas as formas. Em síntese,

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora

Tecnologias e Subjetividade Operária, 1994, p. 85.

³¹ A subcontratação, apontada como uma das razões de enfraquecimento dos trabalhadores e um dificultador dos sindicatos em aglutiná-los, já era encontrada nos primórdios do capitalismo industrial, quando o capitalista passava para aqueles trabalhadores mais qualificados a responsabilidade de contratar, e com isso *arrolar o trabalhador como cúmplice voluntário de sua própria exploração*. Nesse sentido, não é algo criado pelo toyotismo, mas é um processo próprio do capitalismo, que ocorre com o seu aperfeiçoamento e sua intensificação.

o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (Antunes, 1995, p.41).

Hoje todos os bancos utilizam o trabalho terceirizado, mas este processo não está restrito ao serviço de limpeza ou de manutenção, já está presente em seus mais diversos setores. O trabalho terceirizado tornou-se uma prática comum nos bancos a partir dos anos 1980, quando setores de digitação e transporte tornaram predominantemente terceirizados. Rapidamente, o trabalho terceirizado se estendeu às agências, atingindo o serviço de compensação, o atendimento telefônico, o atendimento nos caixas eletrônicos e, recentemente, chegou aos caixas.

Outra forma de serviço terceirizado que cresceu bastante a partir da década de 1980 (e que nos anos 1990 foram incorporados por praticamente todos os bancos) foi o *telemarketing*, que é o atendimento por telefone aos clientes. Para tanto, foram criadas centrais de atendimento que, através de programas de computadores, acabam determinando o ritmo de trabalho dos operadores. Com isso há um controle no tempo de atendimento aos clientes e quando os trabalhadores passam do limite de tempo, ou quando demoram em atender o cliente, as informações são repassadas imediatamente aos chefes.

[...] o software que organiza e controla o trabalho, distribuindo chamadas telefônicas entre os operadores, orientando procedimentos, mensurando o tempo de duração do atendimento, emitindo relatórios de produtividade, registrando interrupções do trabalho, gravando todas as ligações telefônicas (Jinkings, 2002-2003, p. 241).

Neste sentido, a junção da teleinformática com as formas de organização do trabalho estão propiciando, de um lado, o aumento da acumulação de capital e o do outro, o aumento da exploração sobre o trabalhador³².

A partir dos anos 1990, o processo de terceirização dos serviços bancários não ficou limitado às mudanças no interior dos bancos, mas acabou sendo estendido de forma mais ampla, uma vez que casas lotéricas, farmácias, a ECT, cooperativas, enfim, uma série de outras empresas passou a prestar serviços bancários. Para acelerar a terceirização no setor bancário, em 1999, o Banco Central autorizou a ECT a atuar como “correspondente bancário” na abertura de contas de depósito e de poupança; recebimento e pagamento de contas; aplicações e resgates em fundos de investimento; recebimento e pagamento decorrentes de convênios de prestação de serviços; execução de ordens de pagamento, recepção e encaminhamento de empréstimos e de financiamentos; análise de crédito e cadastro; execução de cobrança de títulos.

Os quadros 12 e 13 mostram a diferenças na expansão das agências bancárias e os correspondentes bancários, no Brasil. Enquanto as primeiras tiveram um crescimento de 4,79, passando de 16.060 para 17.049 postos de trabalho, no período entre 1998 a 2002, no período de 2000 a 2004, os correspondentes bancários tiveram um crescimento de 277%, passando de 5.976 para 22.550 postos.

Quadro 12 - Número de agências bancárias no Brasil (de 1998 a 2002)

	1998	1999	2002	2003	Variação 98/ 03
Agências bancárias	16.060	16.158	17.049	16.829	4,79%

Fontes: Banco Central e Dieese
Elaboração: Luiz Lauro Bilek

³² É comum denúncias contra a extrapolação do trabalho de telemarketing nos bancos. Estes trabalhadores constantemente são obrigados a trabalhar acima do jornada formal.

Quadro 13 - Número de correspondentes bancários no Brasil

	2000	2002	2004	Varição 00/04
Correspondentes bancários	5.976	13.950	22.550	277,34%

Fonte: Banco Central e *site* jbonline.terra.com.br

Elaboração: Luiz Lauro Bilek

Conforme a *Folha Bancária* nº 4615 de 08 a 12 de julho 2004, 44% dos “correspondentes bancários” se encontram na região sudeste. Isso demonstra como o discurso oficial, que dizia que estes serviço tinham por finalidade principal a expansão aos lugares mais longínquos do país, é falso.

Além dos “correspondentes bancários”, outras formas de terceirização estão surgindo. É o caso do banco postal, em que o banco Bradesco e a ECT passaram a prestar serviços bancários³³ (principalmente nas cidades em que não existe nenhuma agência). Nesta forma de terceirização, o Bradesco não precisou ter custos com a estrutura, já que passou a utilizar as instalações da ECT.

Essas formas de “atendimento bancário” evidenciam claramente a reestruturação do sistema financeiro, que passou a priorizar o grande capital, os serviços que levam a reprodução ao capital. Apesar de movimentar uma certa quantia de dinheiro, os serviços destinados às classes populares já não interessam aos bancos, pois são valores que não podem ser remetidos ao mercado de ações.

Além dessa questão, os bancos não têm interesse em atender as classes populares nas agências. Para tanto, “orientam” as pessoas que têm que fazer algum pagamento a se dirigirem a estes outros locais, fora da agência bancária. Com isso, os bancos oferecem dois serviços nas agências: à classe média, o auto-atendimento, e, o serviço personalizado para as grandes contas.

Além disso, destaca-se que as empresas terceirizadas, mesmo atuando com um banco, ficam isentas do pagamento dos mesmos benefícios e salários que os bancários possuem. Em Londrina, o banco Bradesco possui 15

³³ Conforme dados da ECT, já existem 5.254 postos de bancos postais no país.

agências (em 2004) em 8 cidades da base territorial do SEEB/LD. Por outro lado possui 27 bancos postais³⁴ nesta mesma base.

Druck (2002) concluiu que, com as mudanças organizacionais, não houve a diminuição da quantidade de trabalho, mas o que está ocorrendo é a sua transferência para os trabalhadores terceirizados e para os próprios clientes, já que a *“alma da flexibilização”* permite contratar e demitir o trabalhador de forma mais rápida e com menos despesas.

Enquanto que, para empresários e banqueiros, a terceirização representa uma forma na redução dos custos, para os trabalhadores significa a tentativa dividí-los, pois passam a existir dois "tipos": os estáveis e os precários, e cada vez mais os primeiros são substituídos pelos segundos.

O movimento sindical bancário ainda não possui uma estratégia clara para esses trabalhadores. Isso foi possível perceber em algumas entrevistas, pois quando perguntados sobre as políticas para organizar os trabalhadores terceirizados, os entrevistados assumiram que:

Primeiro nós não concordamos com trabalhadores terceirizados. A nossa política é sempre na defesa do fim da terceirização. Nossa luta é contra o fim da terceirização, é evidente que está muito grande, pesou demais com a mudança da reestruturação produtiva, ela desviou o eixo e a terceirização ficou com um espaço interessante. A CNB tem uma política de organizar esses trabalhadores. Em alguns setores, inclusive de São Paulo, de greve no ABC, há até uma negociação com uma empresa de terceirização e que se filia ao sindicato. Espero que este não seja o caminho que seja trilhado, vou caminhando, ainda, pensando no fim da terceirização, na valorização do trabalho bancário (entrevista 2).

[...] uma das maiores lutas nossas, dos bancários no país todo, não é contra a terceirização, o que nós queremos é a garantia desse trabalhador terceirizado fazer parte do todo que a legislação permite como direitos trabalhistas. Se a empresa ou banco contrata um universitário para fazer estágio num banco, ele deve ser um estagiário vinculado ao curso que ele faz na universidade. O que é burlado legalmente, e profissionalmente, é esse estagiário, ele tem um contrato terceirizado dentro do banco, ele exerce carga horária

³⁴ Só não existe banco postal na cidade de Prado Ferreira.

altíssima dentro do banco, ele exerce a função do bancário conhecido legalmente e tem um salário irrisório e é totalmente explorado e desvinculado da sua ação de estágio dentro de uma empresa bancária. Então nós não somos contra o terceirizado, nós somos contra a precarização do trabalhador, do trabalho escravo e do estagiário num todo (entrevista 5).

Na verdade essa discussão está caminhando a algum tempo, mas está meio lenta, nós temos dificuldades, dificuldades para entrar nesse setor (entrevista 8).

As três afirmações revelam diferentes formas de analisar o problema da terceirização. Um dirigente é contrário, propõe o fim desse processo. Um segundo dirigente é contrário, mas acredita na possibilidade de legalização e ordenamento dessa forma de trabalho. E um terceiro reconhece que os dirigentes estão em dúvida e que a discussão está lenta. Os dirigentes realizam diagnósticos muito presos à conjuntura das reformas econômicas e políticas em curso, não “arriscam” análises mais estruturais sobre o capitalismo.

2.7 TRANSFORMAÇÕES DAS AGÊNCIAS

As agências foram diminuindo de tamanho, devido às estratégias organizacionais dos bancos, à intensificação da utilização da informatização, à terceirização de vários serviços e de setores, o que provoca a demissão dos trabalhadores. Ao mesmo tempo que cresceu o processo de automação dos bancos e a exigência da qualificação dos bancários, houve um crescimento do número de caixas eletrônicos nas próprias agências e também fora delas, dos Postos de Atendimento Bancário (PABs), principalmente no interior de empresas e de órgãos públicos, do sistema *on line* através da *Internet*. Com os mecanismos que dispensam o trabalho vivo, muitos serviços que antes eram feitos por bancários

passaram a ser feitos pelos próprios clientes das instituições financeiras, e parte dos serviços passou para o auto-atendimento (Segnini,1998).

Do ponto de vista da racionalidade econômica do banco, é cada vez mais obsoleta a prática de oferecer tratamento igual a quem tem depósitos no valor de R\$500,00 ou de R\$500.000,00 (DIEESE, 1997^a, p.27).

A segmentação nas formas de atendimento nos bancos pode ser visualizada também nos investimentos em equipamentos a serem disponibilizados para os usuários comuns, com saldos em conta pequenos ou até mesmo os que não possuem contas nos bancos. Os quadros 14 e 15 mostram o crescimento dos equipamentos em todos os espaços de atendimento dos bancos e fora deles.

Quadro 14 - Total de equipamentos de auto-atendimento nos bancos, no Brasil, em 1996

Equipamentos	Dentro da agência	Ante-sala	Quiosques	Postos	Total
ATM (saques/depósitos)	506	3.777	1.257	222	5.762
<i>Cash dispenser</i>	14.816	6.334	371	4.471	2.592
Terminal de depósitos	2.934	388	10	5	3.337
Terminal de extrato/saldo	25.330	1.984	152	3.442	30.908
Dispensador de cheques	232	596	1	6	835
outros	961	21	0	221	1.203
total	44.779	13.100	1.791	8.367	68.037

Fonte: Febraban - Balanço Social dos Bancos - 1996.

Quadro 15 – Total de equipamentos de auto-atendimento nos bancos, no Brasil, de 2000 a 2002.

Equipamentos	Ano	Em agências	Ante-salas de auto-atendimento	Quiosques em locais públicos	Em postos de atendimento	Total
ATMs - saque e depósito	2000	4.602	7.476	2.975	586	15.639
	2001	4.717	11.677	3.340	2.803	22.537
	2002	11.490	17.718	4.396	4.879	38.483
<i>Cash-dispenser</i>	2000	27.150	13.635	1.063	5.770	47.618
	2001	36.991	13.700	1.557	5.818	58.066
	2002	33.781	17.814	4.303	8.100	63.998
Terminal de depósito	2000	9.086	6.236	14	364	15.700
	2001	10.263	7.627	7	219	18.116
	2002	11.750	4.820	1.332	1.206	19.108
Terminal de extrato e saldo	2000	11.663	8.776	30	1.791	22.260
	2001	12.159	10.974	150	976	24.259
	2002	4.747	2.825	0	1.736	9.308
Dispensador de cheques	2000	5.961	1.206	12	5	7.184
	2001	6.791	2.260	9	32	9.092
	2002	8.506	1.884	573	56	11.019
Total	2000	58.462	37.329	4.094	8.516	108.401
	2001	70.921	46.238	5.063	9.848	132.070
	2002	70.274	45.061	10.604	15.977	141.916

Fonte: Febraban

A expansão dos PABs em substituição às agências tradicionais também está inserida no processo de flexibilização do trabalho. Nesses locais há uma maior diversificação do horário de atendimento aos clientes e as funções (desde a abertura da agência, passando pelo setor administrativo, até a função de gerente) ficam a cargo de um único funcionário. Além do que, em muitos casos, são eles que se responsabilizam pelo transporte de valores, o que é feito em carro próprio e sem equipamentos necessários para a sua segurança³⁵.

O processo de automação dos bancos fez aumentar a velocidade de informações e a rapidez na movimentação financeira. Houve a intensificação do processo de trabalho com a criação do cargo de caixa “executivo”, e as funções que antes eram realizadas por outros setores foram transferidas para esse cargo, que passou a desenvolver o serviço de outros bancários. Com a implementação tecnológica, segundo o DIEESE (1997a), o caixa de banco deixou de trabalhar com

³⁵ Essa prática fez aumentar o número de trabalhadores assaltados.

uma “máquina registradora”, passando a trabalhar com um terminal que faz as funções do pessoal da retaguarda (Segnini, 1998).

Segundo a Febraban, em 31 de maio de 2004 haviam 17.159 agências bancárias no Brasil. Porém a concentração maior delas está na região sudeste e na região sul, já as outras regiões possuem um número bem menor. Isso demonstra que não há o interesse pelos bancos em permanecer onde o capital não tem grande circulação, característica que se intensifica com a privatização dos bancos públicos.

Em Londrina, também a abertura e a desregulamentação do sistema financeiro nacional possibilitou o fortalecimento dos grandes conglomerados financeiros, e os bancos de menor tamanho que foram vendidos acabaram sendo fechados. Em quatorze anos, observa-se uma grande concentração das agências bancárias em Londrina. No início da década de 1980, elas eram concentradas na região central da cidade denominada de “Calçadão”. A partir dos anos seguintes, observa-se um movimento no sentido aos pólos onde poderia se atingir uma clientela específica. Foi o caso dos bancos que se instalaram na Avenida Bandeirantes e na Rua Souza Naves, onde há concentração de clínicas médicas e hospitais, visando atender ao setor da saúde da cidade. Houve também uma expansão para o lado da avenida Tiradentes, região onde está instalada boa parte das indústrias e serviços. Para atender ao estrato social de maior renda, alguns bancos abriram agências na Avenida Higienópolis, próxima a uma região considerada “nobre”; são agências que atendem um segmento pequeno que tem tratamento especial, como por exemplo a agência do Itaú Personalité.

As incorporações dos bancos brasileiros não são características atuais da reestruturação do sistema financeiro nacional, já que fusões ocorreram em

diversos períodos da história brasileira³⁶, principalmente após o Regime Militar, em que foram formados grandes conglomerados financeiros. Mas foi no governo Collor que foram criadas políticas liberalizantes, que tinham como objetivo a abertura ao capital externo em contraposição ao enfraquecimento do Estado. Neste contexto, criou-se toda uma atmosfera de condenação dos bancos públicos, que foram alvos de ataques da mídia, dos empresários e do próprio governo. Para tanto, na presidência do BB e da CEF foram escolhidos nomes que tinham o papel de enfrentar o movimento sindical, isolando-o dos bancários destas instituições. No BB isso coube ao Sr. Lafaiete Coutinho, enquanto que na CEF coube ao Sr. Álvaro Mendonça.

Assim como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal também está passando pelo processo de reestruturação do sistema financeiro. Além do pequeno quadro de funcionários, o que marca a instituição é a utilização de um grande número de trabalhadores terceirizados

2.8 AS MUDANÇAS NO PERFIL DO BANCÁRIO: OS VENDEDORES DE PRODUTOS

No processo de reestruturação dos bancos, houve transformações das atividades bancárias, em que se intensificou o caráter mercadológico das instituições³⁷. Neste contexto, o *bancário tradicional*, que manuseava o papel moeda, dá lugar a um “novo profissional”, o “consultor”, que precisa dominar rapidamente os números do mercado financeiro para indicar ao cliente a melhor forma de aplicação e de rentabilidade do capital.

³⁶ Sobre o processo de formação do capital financeiro no Brasil anterior ao período de 1964, ver Neves (1998).

³⁷ Isso não quer dizer que antes os bancos não possuíam este caráter, mas havia uma certa divisão das funções.

Segundo Araújo (2001), o objetivo principal dos bancos é a *captação de recursos*; para isso desenvolve estratégias para o *cultivo de clientes*, tornando todo o quadro de trabalhadores, vendedores dos produtos das instituições³⁸. Para isso, houve investimentos na automação e na formação dos bancários. A partir de dados da Febraban, a autora mostra que, nos anos 1980, os bancos aplicaram mais recursos no quesito tecnologia, enquanto que, nos anos 1990, houve um investimento maior na formação e no treinamento de seus funcionários. Isso se deu para com o intuito de envolver os bancários na lógica do mercado.

Até pouco tempo atrás, para se trabalhar num banco procurava-se verificar se o trabalhador tinha um conhecimento em contabilidade e se *era capaz de ser responsável, honesto, correto com o dinheiro dos outros*. Hoje a exigência é o *bom atendimento aos clientes* e a capacidade para a venda dos produtos que são apresentados. Como os bancos segmentaram o atendimento, o quadro gerencial também tende a ser segmentado; de forma geral exige-se dele um conhecimento sobre a movimentação da capital³⁹, mas para determinado produto há um gerente específico.

Com a reestruturação produtiva, a informação também tornou-se uma mercadoria para a venda e para a concorrência, pois através dela pode-se indicar a melhor forma de ganho; com isso aumentou-se a exigência do conhecimento e a utilização da tecnologia, que, via *on line*, possibilita o acesso a

³⁸ Além da mudança no perfil do trabalhador bancário, também há uma mudança no perfil dos clientes. Hoje os bancos trabalham com três tipos de usuários: os que não são correntistas, mas que precisam pagar suas dívidas (ex. Impostos), os pequenos correntistas (grupo geralmente formado por trabalhadores que recebem seus salários em conta corrente), mas não movimentam grandes somas de dinheiro, para os quais o banco prioriza os serviços de auto-atendimento; e os grandes correntistas, que movimentam grandes quantias de capital. As instituições financeiras direcionam os seus serviços e os seus produtos prioritariamente para este último grupo de correntistas, mas a venda de produtos não se limita a esse grupo. Destaca-se também a *"venda casada"* de produtos, ou seja, em muitos casos, para a pessoa conseguir determinado serviço, ela é coagida a comprar outro produto.

³⁹ Entre eles, o acompanhamento das bolsas de valores.

respostas mais imediatas e mais precisas aos clientes. A Febraban lançou o projeto “*Qualidade em Atendimento*”, com o qual pretende dar orientações de atendimento de forma personalizada a seus clientes.

Mas essas mudanças não ocorreram somente no quadro gerencial, todos os bancários foram transformados em vendedores de produtos.

Conforme o DIEESE (1997), com a reestruturação produtiva ocorre uma alteração no perfil da força de trabalho, onde as chefias intermediárias e escriturários estão sendo diminuídas e substituídas por funções automatizadas. Assim, há uma inversão no quadro funcional, pois anteriormente o setor administrativo (chefes de seção, gerentes administrativos, caixas e retaguarda) empregava um maior número de trabalhadores em relação ao setor de negócios, enquanto que atualmente ocorre uma diminuição no quadro operacional em contrapartida ao número de cargos gerenciais e de comissionamento. Portanto há uma relação direta entre a intensificação do trabalho e a exigência da polivalência, em que o bancário passa a desempenhar variadas funções. Assim, também os funcionários operacionais são obrigados a vender produtos que antes eram de função do setor gerencial de negócios.

Os bancos determinam metas de venda dos seus produtos, seja por agência, seja por funcionário. É comum nas agências encontrar, no quadro de avisos, uma relação com os nomes e o número de vendas, além das metas a serem atingidas. Portanto as metas agem como formas de pressão que atingem todos os trabalhadores, independentemente do cargo que exercem. As metas acirram o caráter competitivo entre os trabalhadores, criando um mal-estar para aqueles que não apresentam um bom desempenho. Assim, a expressão "superar as metas" tornou-se uma preocupação constante entre os próprios bancários, devido ao desemprego.

Os banqueiros sempre enfatizaram a importância da hierarquização. Nesse sentido, os chefes administrativos sempre se impuseram sobre o restante dos bancários, exercendo uma pressão sobre o trabalho, tanto que os sindicatos constantemente denunciavam essas práticas.

Não é só o Bradesco que tem seus dinossauros dirigindo bancários. O Banestado também encontrou um fóssil pré-histórico para ser administrativo da agência de Sertãozinho. Prepotente, autoritário e desrespeitando constantemente os funcionários, o Ademir entrou para a legião dos dinossauros que tantos prejuízos causam nas relações de trabalho. O nosso sindicato vai adotar medidas energéticas para que o Ademir Stábile caia na real (Vida Bancária, nº 392, 03/03/1994).

Para atingir os objetivos de um tal PRD – Plano de Redução de Despesas-, os funcionários e clientes da agência do Banestado de Jataizinho estão amargando um calor de quase 40°, mesmo a agência possuindo 5 aparelhos de ar condicionado. Os aparelhos estavam desligados porque o gerente, que não se encontrava na agência, queria economizar energia (Vida Bancária nº 609, 02/03/1999).

Hoje essa pressão se dá de forma mais velada, com o componente “competição” a que os bancários são submetidos. Além da competição do mercado, houve a ampliação de vendas dos produtos dos bancos para todos os setores, e os bancários passaram a trabalhar mais diretamente com os clientes. Assim, desenvolveu-se uma “*relação de pressão e de controle*”, onde acabam sendo supervisionados, pelas chefias e também pelos próprios clientes.

Na avaliação de Jinkings (2002-2003), os bancos se *converteram em “empresas dinâmicas” orientadas para os negócios*, onde o papel central é a venda dos seus produtos. Há um incentivo para que o bancário se transforme em vendedor e para isso houve um aperfeiçoamento das formas de controle e de dominação, em que se procura mesclar *premiações e punições*. A partir da participação e do envolvimento de todos os trabalhadores, as direções dos bancos procuram criar uma certa “*identidade de interesses*”. Como prêmio, os bancos

adotaram as formas de pagamento individual, sempre vinculadas às metas atingidas: gratificações, participação nas vendas, remuneração variável, etc. Mas a autora destaca que estes mecanismos de pagamento fazem parte do ideário neoliberal, já que incentivam o bancário a isoladamente conseguir o seu salário.

De fato, ao individualizar os rendimentos, promovendo diferenças salariais em função do cumprimento e metas por trabalhador, por unidades ou equipes de trabalho, este sistema maximiza a exploração do trabalho e conduz a atitudes pouco solidárias nos ambientes laborais (Jinkings, 2002-2003, p. 236).

Como essas formas de salários são mecanismos ideológicos para a conquista da subjetividade do bancário, em detrimento da solidariedade de classe, contendo na sua essência a individualização do trabalhador e incentivando a competição entre os bancários, acabam provocando um reflexo no movimento sindical, com o discurso da luta coletiva perdendo forças. Além disso, tornam mais complexa a luta do sindicato contra o controle e a pressão exercida diretamente pela administração do banco. Conforme visto anteriormente, a pressão incorpora outros elementos (clientes e mercado) que levam os trabalhadores a se vigiarem.

Enquanto isso, os bancos estão utilizando o discurso da "responsabilidade social", além de participar de projetos, idealizados pela classe dominante. Na verdade, a "missão" da "responsabilidade social" acaba camuflando a luta de classes, pois enquanto se dizem engajados "na construção do país", os trabalhadores dessas empresas são explorados.

Com as mudanças organizacionais das agências, houve o aperfeiçoamento do discurso patronal, que responsabiliza o bancário pela sobrevivência do banco. É exigido do trabalhador um maior envolvimento com os bancos, mas continua prevalecendo a submissão e a obediência à hierarquia. Nesse contexto, a "qualidade total" e a "remuneração variável" passaram a desempenhar

um papel fundamental de controle e de dominação sobre os bancários, reforçando os sentimentos de medo e de ansiedade em um ambiente de competição pela busca da excelência.

[...] hoje o cara que era bancário ele é financeiro, ou está na seguradora, na verdade não foi se extinguindo a categoria bancária, ela está se modificando, os bancos tentando achar um outro caminho para baixar custo (entrevista 10).

Portanto os bancos estão munidos de diferentes formas para a conquista do inconsciente do trabalhador. Entre os bancários, incentivam a competição; para os clientes, tentam mostrar-se melhor preparados do que os concorrentes no atendimento e na oferta de produtos. Para isso utilizam revistas específicas, *sites*, enfim, todos os mecanismos possíveis.

O cotidiano bancário está sendo marcado pelas *novas formas de uso da força de trabalho*. Para que o trabalhador assimile estas mudanças, além dos mecanismos citados, também há uma redefinição das formas de reorganização das funções dos trabalhadores através da exigência de escolarização (Segnini, 1998, p. 52), enfatizando a necessidade de constante atualização e qualificação dos trabalhadores. Isso traz conseqüências para o movimento sindical, já que acabou por ser incorporado também por uma parte dos diretores do SEEB/LD:

Olha só na direção desse sindicato aqui: a maioria esmagadora dos diretores já cursou ou já freqüentou uma universidade, porque hoje o banco está exigindo isso do camarada que está lá fazendo carreira. Você vai fazer um curso de área afim do banco, ou direito, ou informática, economia, ou contabilidade, ou administração ou computação [...] E poucos são os diretores que pararam, como os bancários, que pararam no segundo grau [...] O bancário vê que ele está falando com alguém do seu nível sócio-econômico e cultural, isso é importante também, não está falando com qualquer um, ele vê que a maioria dos dirigentes muitas vezes tem até mais de um curso superior no seu currículo. Aqui no sindicato mesmo nós temos dois, três, nessa condição. Vê que muitos também estão fazendo uma pós-graduação, acho que isso traz respeito, confiança nas pessoas que estão diretamente na luta, a gente passa a ter mais confiança, a ser mais respeitado (entrevista 3).

O caráter ideológico das relações sociais que os bancos desenvolvem é necessário para que se aumente a produtividade, constituindo-se em uma dimensão essencial para o controle dos trabalhadores. Destaca-se a importância dada pelos bancos à escolarização, que acabou atingindo também os dirigentes sindicais. Neste sentido, a captura da subjetividade do bancário e do dirigente sindical tornou-se uma estratégia fundamental, em que se procura um perfil mais “correto” do trabalhador bancário, que diz respeito à aparência física e também ao caráter ideológico que este trabalhador deve seguir. Portanto são constantes e diversificadas as formas de controle sobre estes trabalhadores (Canêdo, 1978).

2.9 O PAPEL IDEOLÓGICO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O capitalismo, desde a sua origem, procura ampliar mecanismos de dominação e de controle do trabalho, assim como de diminuição do poder dos sindicatos perante a classe trabalhadora. Uma das formas encontradas pelo capital foi - e continua sendo - através das escolas profissionalizantes, que procuram formar um trabalhador “*dócil*” e “*produtivo*”; assim, a qualificação profissional tornou-se importante aliada dos patrões. Partimos da perspectiva gramscianiana de que a questão da qualificação profissional aplicada aos trabalhadores significa muito mais o “*adestramento*” ideológico do que a aprendizagem de operacionalização para a reprodução da força de trabalho e do capital. Portanto o capital faz com que o controle sobre o trabalhador não fique restrito somente ao local de trabalho, mas acabe estando presente na vida social. Esta questão está cercada de tal complexidade que o próprio movimento sindical acabou incorporando (e

intensificando) o discurso da necessidade de o trabalhador estar sempre se requalificando para o mercado.

De acordo com a Febraban, em 14 de novembro de 2003 foi feito um acordo entre a federação e o Ministério do Trabalho, chamado Projeto Adolescente Aprendiz, em que os jovens recebem treinamentos para desenvolver funções dentro dos bancos. A direção da federação destacou ainda que estes “*adolescentes aprendizes terão grandes chances de permanecer nos bancos após o treinamento, pois, como a regra geral na maioria dos grandes bancos é o sistema de carreira fechada, existe um fluxo permanente de entradas e saídas*” (Site www.febraban.com.br).

Conforme mostra Druck (1999), no Brasil, o modelo de organização toyotista começou a fazer parte das indústrias já nos anos 1980, onde as práticas de gestão mais difundidas eram os Programas de Qualidade Total – CCQs - e a terceirização. Mas é na década de 90, quando o governo Collor adota a política liberal, em que prevalece a *cultura da qualidade*. E para acelerar o processo de modernização nacional é criado o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), e as empresas prontamente adotam essa política, com o argumento de que, com isso, poderiam competir com mercado externo. Assim, o papel do PBQP era criar mecanismos para o controle do desperdício da produção; adotar políticas para a abertura da economia nacional; incentivar a competitividade entre as empresas e o aumento de produtividade.

No interior das grandes empresas, os programas de treinamento, quando realizados, se concentram em atividades cujo objetivo principal é convencer sobre a cultura da qualidade, que tem no envolvimento e na cooperação do trabalhador, sua base de sustentação. Na perspectiva gerencial, transformar cada empregado num ‘parceiro’, que interiorize as metas e os objetivos da empresa, concentrando seus esforços no aperfeiçoamento do trabalho, buscando maior produtividade, racionalidade e redução de custos, a fim de que contribua para a sobrevivência da empresa no mercado, é um desafio que tem assumido, em muitos casos, a forma de ameaça aos trabalhadores (Druck, 1999, p.126).

Todos esses programas acabam interferindo nos sindicatos, com seu teor ideológico forte. Nesse sentido, as condições dos anos 1990, em que o trabalho e o sindicalismo enfraqueceram, foram favoráveis à implementação dos programas de qualidade. Mesmo assim, em muitos casos, o “envolvimento” do trabalhador a estes programas acontece devido ao medo de ser demitido se não participar. Nessa perspectiva, os estudos de Segnini (1998) apontam que a qualificação está inserida no contexto das relações sociais. E, por essa razão, contém um aspecto dialético, que procura *o controle do capital e a resistência e subjetividade dos trabalhadores*. A partir do estudo de caso sobre o Banco Bradesco, a autora mostra como se dá o processo que procura moldar a força de trabalho, onde a disciplina e o respeito à hierarquia são as bases para *a assimilação de valores de classe dominante*. Em 1971, quando os militares liberaram a formação profissionalizante para o setor privado, o banco cria a Fundação Bradesco, que atua em duas frentes: uma destinada à educação de crianças carentes, potencialmente prontas para serem mão-de-obra do banco, e a outra destinada à seleção e treinamento de seus funcionários⁴⁰. Em ambos os casos, o eixo central é a disciplinarização para o trabalho e *o controle moral e social*.

A escola é utilizada como instrumento de transmissão de valores e princípios morais que atende aos interesses da empresa, já que a criança hoje formada de acordo com esses princípios será o funcionário do banco amanhã, que exigirá um dispêndio menor com relação a esquemas de controle. Ele os terá dentro de si (Segnini, 1988, p.44).

A Fundação Bradesco, como qualquer entidade patronal, disponibiliza condições para conquistar ideologicamente os trabalhadores. Isso se

dá através da distribuição de material escolar, assistência médica e odontológica, alimentação, entre outros. Assim, os cursos profissionalizantes, mais que “educar” a mão-de-obra para o trabalho, têm a função de criar a submissão à *ideologia da empresa*. E, conseqüentemente, aquele que melhor se adapta às regras disciplinares e que mais se aproxima ideologicamente dos valores dominantes acaba tornando-se um trabalhador do Bradesco. Em suas pesquisas, a autora aponta que, para muitos, o trabalho bancário em si já é entendido como uma ascensão social, assim, poder colocar os filhos numa instituição como a Fundação Bradesco, que prepara as crianças, acaba significando a possibilidade de ascensão social.

Segundo Segnini (1998), a requalificação do trabalho bancário tem como objetivo desenvolver o *vendedor dos negócios*. Assim, a informatização e a reorganização do trabalho passam a exigir um trabalhador com maior grau de escolarização, para atuar junto aos clientes do banco.

No atendimento ao público nas agências, é considerado bancário qualificado aquele que realiza um grande número de negócios [...] Nesse sentido, torna-se necessário não só conhecê-los, mas também possuir um conjunto de habilidades, adquiridas fora do espaço do trabalho e reforçadas neste, que lhe possibilitem exercer sua função de formas mais produtiva como, por exemplo, ter capacidade de trabalhar com diferentes 'produtos' e serviços dos bancos ao mesmo tempo (Segnini, 1998, p.162).

Desta forma, o trabalhador bancário que tinha uma função específica, foi sendo substituído por um trabalhador mais flexível, *generalista*, com atribuições mais amplas, de venda e de atendimento ao cliente. O exemplo do Banco Bradesco apresentado por Segnini (1988) mostra como é forte o caráter ideológico da qualificação profissional; aliada com a filosofia da empresa, incentiva a competição, valorizando demasiadamente o cumprimento às regras e a obediência à

⁴⁰ A autora ressalta que o Bradesco não é o pioneiro na tentativa de disciplinar os trabalhadores. Essa tentativa de controle é típica dos estados autoritários, como o fascismo italiano, o nazismo

hierarquia, e isso tudo acontece perante uma vigilância ideológica da direção do banco sobre seus funcionários e sobre os alunos da Fundação Bradesco. Todo o processo acaba criando uma ambivalência entre a exigência do trabalhador polivalente e o caráter rígido de hierarquização, que está presente de forma geral em todos os bancos.

Portanto a reestruturação que está acontecendo no sistema financeiro, e que faz parte da reestruturação maior do capital, tem reflexos imediatos no movimento sindical.

3 CAPÍTULO 2- O CRESCIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL NACIONAL E DO SINDICALISMO BANCÁRIO DIANTE DO MOVIMENTO DO CAPITAL

Para apreender as concepções e as práticas dominantes no movimento sindical bancário, recorreu-se à história do sindicalismo brasileiro, priorizando o período posterior ao golpe dos militares, pois, a partir dos fatos desse momento histórico, é possível encontrar os elementos que influenciaram o SEEB/LD após 1985. A concentração de renda e as desigualdades sociais promovidas pelo regime militar fizeram com que, no final dos anos de 1970 e também na década seguinte, ressurgissem movimentos sociais e a organização sindical. O movimento operário emerge, em um primeiro momento, tentando romper com algumas características da ordem econômica vigente da repressão do regime militar e de exploração dos trabalhadores, construindo novos espaços de organização política para trabalhadores brasileiros. Neste momento, alteraram-se as relações de trabalho, criando condições para a participação do trabalhador no *direito de formular projetos alternativos de sociedade e também o direito de legitimamente competir por sua implementação* (Cardoso, 1992).

Neste capítulo, também, discute-se como o movimento sindical brasileiro se relaciona com o Estado. Mesmo o “novo sindicalismo”, que inicialmente procura romper com tais práticas, acaba renovando-as, com o agravante da contradição existente nessa prática. A institucionalização do movimento sindical torna-se assim uma característica forte e com elementos específicos.

3.1 MOMENTO DO CRESCIMENTO DO SINDICALISMO BRASILEIRO: O SURGIMENTO DO NOVO SINDICALISMO.

O sindicalismo brasileiro, ao longo de sua história, está marcado pelo caráter de atrelamento junto ao Estado, com especificidades em cada período histórico, em que interagem um conjunto amplo de relações complexas entre os governos e os sindicatos. De certa maneira, nessas relações, a estrutura do sindicalismo oficial acaba sendo incorporada à estrutura estatal.

Neste quadro, na tentativa de cooptar os sindicalistas, o Estado reconheceu os sindicatos como representantes oficiais dos trabalhadores. Para enfraquecer as organizações que tinham grande influência dos imigrantes estrangeiros, principalmente dos europeus, que já conheciam o sindicalismo inspirado no anarquismo, Getúlio Vargas criou todo um mecanismo de controle proibindo a participação dos estrangeiros nas direções sindicais, promovendo o modelo corporativista que incentivou a segmentação da classe trabalhadora. E para acabar com o caráter reivindicatório dos sindicatos, desenvolveram-se ações de assistencialismo. Os militares (1964-1985) também foram nesta linha e impuseram ao movimento regras rígidas de controle vertical sobre os sindicatos.

O controle estatal é dado como uma imposição às organizações dos trabalhadores, porém a sua forma de agir aponta para uma aceitação das normas estabelecidas pelo Estado. Este atrelamento da relação se dá, ora em maior amplitude, em que se adere totalmente ao controle estatal, ora menos incisivamente. Contudo, em todos os momentos destaca-se a defesa do sindicalismo oficial, não havendo uma verdadeira liberdade sindical.

Os anos do Regime Militar brasileiro (1964-1985) foram marcados pela perseguição e pela repressão violenta em todos os setores da sociedade, em

que a vida política nacional estava cerceada pelos aparatos de censura. O poder ditatorial fechou muitos sindicatos e cassou seus dirigentes, e no lugar destes nomeou interventores. Nesse contexto, houve uma despolitização das direções, e o controle acontecia desde as questões financeiras até a sua atuação política, com isso os sindicatos estavam limitados a prestar serviços assistenciais para seus sócios, tanto que neste período foram reimplantadas as práticas do sindicalismo fascista de Getulio Vargas: assistência médica, jurídica e odontológica, distribuição de bolsas de estudos, através do Programa Especial de Bolsa de Estudos (PEBE), além de oferecer aos sindicalizados formas de lazer. Portanto predominava a subordinação e o peleguismo no sindicalismo atrelado ao Estado⁴¹.

No aspecto econômico, a década de 1970 foi marcada por um período de crescimento das taxas de inflação; com isso os salários ficavam cada vez mais defasados, aumentando o descontentamento dos trabalhadores brasileiros. No ABC paulista surgiram as primeiras greves contra a política econômica do governo militar. Mas este movimento não era encabeçado pelas direções sindicais, e sim pelas oposições que atuavam nos locais de trabalho. Essas oposições destacaram-

⁴¹ Martins (1985) mostra que, durante o período em que os militares assumiram o controle do Estado brasileiro, houve uma redefinição do seu papel frente ao processo de industrialização, intensificando a sua ação que favoreceu o setor privado, com o fortalecimento dos mecanismos estatais de *apropriação da coisa pública*, pelo interesse privado. O Estado brasileiro pós-64 foi sendo moldado a partir dos interesses da burguesia nacional emergente e do capital internacional, assumindo o papel de agente transformador capitalista, incorporando as características de empresas privadas. A ação intervencionista do regime militar moldou o processo de industrialização do país, mas sua ação atingiu também os conflitos sociais, dando a eles o tom politizado dos problemas e expondo a luta de classes, e para garantir o controle e a centralização estatal, os militares fortaleceram o seu aparelho repressivo. No Brasil (e de modo geral nos países de capitalismo retardatário), o Estado assume o papel de principal agente capaz de efetivar alguma forma de mudança. Assim, cabe a ele a função de *“gerir o relacionamento com o centro capitalista, mediar a ação dos grupos estrangeiros inseridos na produção local e, ainda, legitimar o exercício desenvolvido que desses novos poderes de intervenção faz a burocracia estatal em benefício próprio”* (Martins, 1985, p. 25). O Estado ampliou a sua estrutura burocrática baseada na descentralização e na autonomia das empresas públicas. As empresas estatais responsáveis pelo gerenciamento dos fundos públicos começaram a ter recursos financeiros próprios, com isso elas podiam decidir de que forma utilizar as verbas da união. Cada vez mais, o Estado amplia a sua condição de empresa, torna-se o elo de mediação entre o capital nacional e o capital mundial, *“dotadas de personalidade jurídica de direito privado e nas quais o Estado detenha a sua totalidade, parte majoritária e/ou parcela do capital que lhe garanta o controle das decisões”* (Martins 1985, p. 57). Segundo Fernandes (1975), coube ao Estado a organização para a reprodução do capital, porque a burguesia nacional era fraca, dependente das pressões exteriores e incapaz de

se por não serem atreladas nem ao Estado, nem a estrutura sindical vigente. Assim, surge o “*novo sindicalismo*”, que defende o rompimento dessas características e começa a lutar por questões mais amplas de caráter político, que não existiam no sindicalismo nacional naquele momento, tornando-se referência para a reação dos trabalhadores contra a falta de liberdade política, contra o arrocho salarial, etc. Através dele houve uma aproximação por interesses conjunturais em comum, e este sindicalismo tornou-se um importante elo entre a organização da classe trabalhadora e outros movimentos sociais que surgiram⁴².

Rodrigues (1991) enfatiza que o sindicalismo brasileiro reaparece na cena política nacional em meados dos anos 1970, como movimento de resistência contra o Regime Militar, e isso deu-se de maneira rápida em comparação ao contexto de perseguição à esquerda brasileira pelos militares. Este fato foi possível, em consequência da estrutura sindical existente, posto que os militares não acabaram com ela, e sim procuraram manter um controle político sobre essas organizações; e, ainda, pelo fato de que surgia no Brasil uma geração de sindicalistas que não fazia parte do *esquema político janguista*, nem possuía ligações com os PCs, nem com o PTB, nem com a luta armada. A confluência de todos esses elementos contribuiu para o aparecimento de uma nova geração de sindicalistas, sem que os militares “percebessem” o fato. Mas parte desse novo modelo de sindicalistas não possuía uma formação política e ideológica nos moldes dos líderes socializados no período anterior e procurava conseguir um maior espaço de negociação com o capital⁴³.

assumir os compromissos históricos próprios; nesse sentido, ela teve mais uma função política de dar sustentação às estruturas dominantes.

⁴² É interessante ressaltar que, enquanto no Brasil o “*novo sindicalismo*” propunha políticas de cunho classista, em nível internacional, o sindicalismo estava em declínio, mudando o seu perfil para uma forma mais amena, deixando as lutas mais radicais e aderindo ao aspecto negocial entre capital e trabalho.

⁴³ Um exemplo é o caso de Lula, que admite na Revista Caros Amigos, n.º 44, de novembro de 2000, que a sua participação política deveu-se ao seu irmão, que era um militante sindical ligado ao PCB, mas que não aceitou participar da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Lula acabou

O sindicalismo brasileiro pós-64 foi marcado por diferentes tendências, entre as quais se destacam: a extrema esquerda, a Unidade Sindical-US, as oposições sindicais e os sindicalistas denominados “*autênticos*”, entre outros. A primeira tendência era formada pelos militantes que estavam envolvidos com os grupos de guerrilha, se aproximava do sindicalismo revolucionário que propunha a explicitação da luta de classes. A US reunia os sindicalistas ligados ao MR 8, ao PCB e ao PC do B, e procurava preservar a autonomia (relativa) dos sindicatos em relação a interferência do Estado nos assuntos internos; defendia a idéia de que era preciso fazer uma aliança entre os trabalhadores e a burguesia nacional, para que fossem criadas as condições ideais para a revolução socialista. Foi neste contexto que surgiram as oposições sindicais, em contraposição ao modelo de sindicalismo “pelego”⁴⁴ atrelado ao Estado. Essas oposições eram formadas pelos sindicalistas “*autênticos*”⁴⁵, que passam a disputar as direções das organizações dos trabalhadores com o sindicalismo oficial, formando a base do “*novo sindicalismo*”.

Rodrigues (1991), indica também uma mudança de postura dos militantes das oposições sindicais, que defendiam uma participação maior das comissões de fábricas, porém, quando tornavam-se dirigentes dos sindicatos, os “*autênticos*” privilegiavam os delegados sindicais como representantes diretos dos trabalhadores no local de trabalho, distanciando-se aos poucos das práticas que enfatizavam a participação das “bases”. O autor destaca ainda que, no início, os “*sindicalistas autênticos*”, tinham uma certa rejeição de participação conjunta com o movimento estudantil e a Igreja. Mas a conjuntura de repressão dos militares

entrando na diretoria no lugar do irmão, porém afirma que, naquele momento, “*ainda, a questão política não queria dizer nada*”.

⁴⁴ O termo “pelego”, no movimento sindical, procura dar um ar pejorativo às práticas atreladas ao Estado.

⁴⁵ O grupo dos “*autênticos*” era formado predominantemente por pelos dirigentes sindicais ligados aos metalúrgicos. Faziam parte desse grupo Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Hugo Peres, que pertencia à Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, entre outros.

propiciou a aproximação de setores da Igreja católica, em especial os da linha da Teologia da Libertação, do movimento sindical e dos movimentos populares, o que contribuiu para que no Brasil florescessem os mais diferentes movimentos sociais e a fortificação de uma linha de sindicalismo de caráter oposicionista ao Governo. Assim, o grupo que se dominava “*sindicalistas autênticos*” começou a se articular com os sujeitos sociais da Pastoral Operária, da Comissão Pastoral da Terra, e também com parte do sindicalismo brasileiro (aqueles ligados aos PCs), articulando os movimentos de protestos e reivindicatórios. Posteriormente, em 1978, ocorre também uma aproximação do grupo dos “*sindicalistas autênticos*” com lideranças sindicais do PCB, o que resultou na Carta de Princípios:

[...] que pedia a redemocratização do país (eleição direta para presidente, governadores e senadores), convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, revogação das leis de exceção , etc. No plano sindical, a Carta de Princípios pedia direito de greve sem restrições, livre negociação com os empregadores, substituição do contrato individual de trabalho pelo contrato coletivo, liberdade de filiação a organismos sindicais internacionais, etc (Rodrigues, 1991, p.16).

Em fevereiro de 1980, ocorreu o Encontro de João Monlevade-MG, que teve a participação de representantes da Teologia da Libertação, de militantes das oposições sindicais e dos “*sindicalistas autênticos*”. Neste encontro foi feito um documento que procurava expandir a participação dos trabalhadores, porém as propostas deste documento não tinham um caráter socialista que procurasse romper com a lógica do capital. Em junho do mesmo ano, ocorreu o Encontro de São Bernardo-SP, onde definiu-se pela unificação dos trabalhadores das cidades com os trabalhadores rurais e a luta pela posse da terra. Na ocasião houve a discussão sobre a relação do movimento sindical com a questão partidária, afirmando que deveria existir uma autonomia dos movimentos populares e dos sindicatos em relação aos partidos políticos.

Através do estudo dos documentos que foram feitos a partir dos diversos encontros, Rodrigues (1991) aponta que os representantes dos movimentos populares e das pastorais não defendiam a criação de uma central sindical exclusivamente para a organização dos trabalhadores, mas propunham a criação de uma organização popular que englobasse pastorais, sindicatos, e movimentos sociais. Porém a idéia de reunir todos esses segmentos encontrou dificuldades pela especificidade de cada setor e também pelo interesse dos sindicalistas em criar uma estrutura sindical própria. Como a maioria que participava do encontro era de sindicalistas, os encaminhamentos dados foram pela criação de uma central sindical. Mesmo assim, a formação da CUT deve ser entendida como resultado da unificação da Igreja, do sindicalismo e dos movimentos populares.

Em 1981, quando o sindicalismo “autêntico” já havia ganhado vários sindicatos, ocorreu em São Paulo a Conferência da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em que participaram os mais variados grupos políticos que existiam dentro do movimento, contribuindo para a criação de uma nova central. Na ocasião, foi eleita uma Comissão Pró-CUT que ficou responsável em dar encaminhamentos necessários para isso. E, em 1983, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, o CONCLAT⁴⁶, que acabou resultando na fundação da CUT.

As principais reivindicações que uniam precária e momentaneamente as diferentes tendências eram: estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas sem perdas salariais, reformas da CLT, direito de greve e de sindicalização dos funcionários públicos, fim da lei de exceção, liberdade de organização partidária, anistia, convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, reforma agrária, autonomia dos sindicatos diante do Ministério do Trabalho, etc. (Rodrigues, 1991, p. 32).

⁴⁶ Na história do sindicalismo brasileiro, houve três CONCLATs. O primeiro, realizado em 1981, denominado Conferência da Classe Trabalhadora, foi o mais amplo em nível de participação, pois reuniu diversos grupos existentes no movimento sindical. Em 1983, houve dois Congressos: primeiro, o que definiu a criação da CUT, do qual a US não participou e, segundo, o realizado pela US, que resultou na formação da CGT.

Destaca-se que, no contexto brasileiro, o sindicalismo expandiu-se, em grande parte, graças à formação da CUT. Esta central passou a ser uma das mais duradouras e com grande capacidade de organização da classe trabalhadora, influenciando no contexto político e social brasileiro, contribuindo para a criação do Partido dos Trabalhadores, o PT.

A Unidade Sindical, que já havia se afastado tanto dos “autênticos” como das Pastorais, rompe com o sindicalismo Pró-CUT, e não participa da CONCLAT que resultou na formação dessa central. Ao invés disso, realiza o seu próprio CONCLAT, e vai se aliar aos sindicalistas ligados a Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, e aos sindicalistas com idéias próximas ao sindicalismo dos EUA, em especial Rogério Magri e Luís Medeiros, para criar a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Esta central sindical, apesar de possuir uma prática mais moderada em relação ao movimento cutista, era formada por um agrupamento mais heterogêneo do que aqueles que faziam parte da CUT, tanto que aconteceram uma série de divisões políticas no interior da CGT. Depois de disputas internas, Joaquinzão, junto com o PCB, mantém-se na CGT; o PC do B forma a Corrente Sindical Classista, que entra no campo da CUT, enquanto que Magri e Medeiros partem para o modelo de “*sindicalismo de resultados*”, formando, em 1991, a Força Sindical -FS, que defende abertamente o tipo de sindicalismo norte-americano de cunho altamente anticomunista e pragmático, buscando uma aliança com os empresários.

Nos anos de 1980, as práticas da CUT procuravam mostrar-se como uma opção alternativa ao sindicalismo até então vigente, que buscava a unificação da classe trabalhadora. Tanto que, entre 1983 (ano da sua fundação) e

1989, a central promoveu a organização de greves, que atingiram milhões de trabalhadores⁴⁷.

O movimento grevista da época atuava em duas dimensões, econômica e política: econômica, porque pedia a equiparação salarial dos trabalhadores diante da perda que a inflação causava e representava a retomada da organização da classe trabalhadora para a garantia de melhores condições de trabalho; e política, pois entre suas bandeiras de luta estava o enfrentamento aos militares para ampliar os direitos sociais, a defesa da Reforma Agrária e do não pagamento da dívida externa. O papel da CUT, na Constituinte de 1988, foi importante, pois elaborou Emendas Populares, para a garantia de direitos aos trabalhadores, entre as quais, o direito à greve, a questão da aposentadoria, etc. Dessa forma, a prática sindical, no início do “*novo sindicalismo*”, *não se esgotava na luta reivindicativa*, ela buscava romper com o *bloco do poder*⁴⁸.

A retomada da defesa da organização pela base, ou seja, nos locais de trabalho, deu-se pela reorganização das comissões de empresas⁴⁹ como fatores relevantes para a vitória dessa forma de sindicalismo, pois elas tiveram um papel fundamental na organização dos trabalhadores que estavam distanciados dos sindicatos, conforme destaca Jácome Rodrigues:

[...] as **comissões surgem como uma expressão organizada da resistência dos trabalhadores frente à organização capitalista do processo de trabalho**; são nesse sentido, organização de defesa dos empregados frente ao despotismo fabril. Ao mesmo tempo, porém, são na sua forma recente a expressão da necessidade de um instrumento que seja canal permanente e institucionalizado dos conflitos que permeiam o dia-a-dia da empresa (Jácome Rodrigues, 1991, p. 158, grifos meus).

⁴⁷ De acordo com BOITO Jr (1999, p.133-134), em 1983, o movimento grevista atingiu entre dois e três milhões de trabalhadores. As greves de 1986 e 1987 tiveram a participação de dez milhões de trabalhadores, e em 1989, chegou aos vinte milhões.

⁴⁸ Esses aspectos são ressaltados tanto por Boito Jr (1999) quanto por Jácome Rodrigues (1991).

As comissões, tendo o caráter de aglutinar as demandas dos trabalhadores, transformaram as relações internas dos locais de trabalho. De acordo com Jácome Rodrigues (1991), as comissões nos locais de trabalho representam uma maior autonomia perante os sindicatos, por isso o movimento sindical (metalúrgicos de São Bernardo do Campo), que surgiu graças às oposições sindicais e às comissões de trabalhadores, procurou incentivar essas práticas, mas também manter um controle sobre elas. No desenvolver da CUT, a importância das comissões dos trabalhadores foi sendo minimizada: das *comissões permanentes* de 1983, passou-se para o delegado sindical, como extensão dos sindicatos. No início, a experiência das comissões de trabalhadores, foi o que destacou o “*novo sindicalismo*” da estrutura sindical oficial brasileira, mas, com o processo de reestruturação produtiva, as comissões de fábrica aprofundaram um “*pragmatismo*” maior, na direção do processo via negociação. Com isso, as comissões de fábricas acabaram desenvolvendo as características do sindicalismo de empresa:

As lideranças sindicais optaram por participar das discussões e negociações e sobre as mudanças na organização da produção e do trabalho na indústria automobilística, antecipando, com essa postura, a possibilidade de interferir, ainda que minimamente, nessa dinâmica (Jácome Rodrigues, 1998, p. 150).⁵⁰

Boito Jr (1999, p.140) argumenta que a CUT desenvolveu *ações de massa*, mas a questão da organização por local de trabalho foi algo que deixou a desejar, e existiu uma certa desconfiança nas comissões de empresas, uma vez que estas representaram um *concorrente incômodo* à estrutura sindical.

⁴⁹ As comissões não são mecanismos novos no movimento sindical brasileiro pós-64. Essa prática já era exercida pelo PCB, que, à sua maneira, buscava a organização no local de trabalho.

⁵⁰ Sobre o papel desempenhado pelas comissões de fábricas, hoje é possível questionar se elas não acabaram sendo direcionadas pela tendência que se tornou dominante nos anos de 1990, constituindo-se em elementos fundamentais para o desenvolvimento da (*auto*) *gestão* da força de trabalho e da negociação por empresas, características do sindicalismo *gerencial* que também se desenvolveu na CUT.

O “*novo sindicalismo*”, que no seu início tecia uma crítica à estrutura sindical oficial brasileira, acabou por abrandar suas críticas na medida em que ganhava as direções dos sindicatos. A CUT, na sua formação, possuía uma ideologia, na qual fazia uma defesa da liberdade sindical em contraposição ao sindicalismo “pelego”, mas na prática real demonstrou-se propícia a aceitar a adesão às políticas do Estado, em que o “novo” procura uma reedição das antigas práticas sindicais brasileiras.

Na história do sindicalismo brasileiro, sempre que se logrou construir organizações desvinculadas da burocracia de estado, os sindicalistas que implementavam ou que implementam uma linha de atuação sindical mais agressiva no plano reivindicativo (grosso modo: os comunistas, no período pré 64, e os petistas, na atualidade), uniram-se aos pelegos para incorporar essas organizações independentes à estrutura sindical de Estado. Não foram ao sindicato oficial para se chegar às ‘massas’ e, segundo se sugere, retirá-las de lá; senão que lutaram para levar as massas, até então organizadas de modo independente, para o interior da estrutura sindical (Boito Jr, 1991b, p. 97).

Portanto, o “novo” também não conseguiu superar o atrelamento junto ao Estado, ao invés disso o que houve foi uma adaptação ao caráter oficial, em que se conservou o caráter corporativo. Como destaca Cardoso (1992), o movimento sindical dos anos de 1980 ficou limitado em *coordenar a ação dos sindicatos filiados* e em alcançar uma legitimidade junto ao Estado.

Com isso, o movimento (cutista) alcançou, de certa forma, uma autonomia em relação ao Estado, mas isso não significou o rompimento definitivo com a estrutura sindical brasileira. A CUT caminhou para um sindicalismo de Estado; foi o caso das associações dos funcionários públicos⁵¹, em que o discurso da central vai no sentido da importância maior do sindicato, ao invés das associações. Optou-

⁵¹ A partir da Constituição Federal do Brasil, de 1988, foi permitida aos funcionários públicos a organização em sindicatos.

se por ganhar “por dentro” os sindicatos à uma possível organização autônoma dos trabalhadores.

A CUT, na sua origem, confrontou-se internamente a respeito de assumir a bandeira da legalidade ou não, diante do Estado. Com o passar do tempo, firmou-se essa idéia, tanto que hoje não existem mais documentos nem falas em sentido contrário. Prevaleceu, portanto, o sindicalismo legalista.

O sindicalismo de Estado proposto pela CUT diferencia-se do modelo do sindicalismo “pelego” tradicional, no que diz respeito à interferência do judiciário no processo de negociação das campanhas salariais. A central, no início, via na sua interferência um entrave no momento dos dissídios coletivos, já que na maioria das vezes, os trabalhadores eram prejudicados. Porém, mesmo assim, desenvolveu o “sindicalista legalista”, que buscava contar com a interferência do Estado, diante da sua passividade nas transformações que ocorrem no interior do movimento sindical. Assim, ocorre uma “submissão” política, e também uma dependência material, tanto que a maioria dos sindicatos acaba se beneficiando das taxas obrigatórias, criadas pelo Estado, para a sua sobrevivência, e a submissão voluntária à regra legal estabelecida pelo Estado é uma constante, no interior do movimento sindical brasileiro. Essa submissão, que o autor chama de *legalidade sindical*, mostra que todas as decisões políticas dos sindicatos oficiais não podem ser consideradas impensadas, todas elas estão de acordo com os seus interesses (Boito Jr, 1991b).

O movimento sindical cutista, desde a sua formação, foi marcado por um embate ideológico entre as forças políticas internas, que demonstra como a central cada vez mais aderiu ao sindicalismo de Estado. Uma parte defendia a filiação direta das oposições sindicais na central, e um grupo, formado majoritariamente pelos metalúrgicos de São Bernardo, defendia a idéia da não-

filiação das oposições bancárias e das comissões de fábricas. A proposta dos metalúrgicos de São Bernardo foi vitoriosa, tanto que a CUT foi instituída de forma verticalizada com sindicatos, federações e confederações⁵².

Entendemos que, com o surgimento do “*novo sindicalismo*”, ocorreu um salto qualitativo para a organização dos trabalhadores, pois este contribuiu para o crescimento dos vários movimentos sociais, que marcaram os anos 1980. Entretanto o impulso inovador foi pouco a pouco reconfigurando, de forma moderna, as práticas sindicais oficiais existentes no país até 1964. Para elucidar esta posição, tomamos o estudo de Marco Aurélio Santana (1998) que mostra a relação conflituosa do movimento sindical, uma vez que num momento procura romper com o modelo vigente, já no momento seguinte reproduzindo-o. Conseqüentemente, o que marca essa relação é o seu caráter de adesão e de continuidade ao modelo vigente.

Tentando mostrar que houve uma diferença na forma de ação dos sindicatos, para Santana (1998), o que caracteriza o “*novo sindicalismo*” é que ele surge no setor mais desenvolvido da economia brasileira, o automobilístico. Este sindicalismo propunha a autonomia e a negação, em relação ao Estado e à estrutura do sindicalismo oficial. Este modelo tinha como força motriz a sua origem nos locais de trabalho, o que lhe deu maior condição de aproximação com o trabalhador, enquanto que o “*velho sindicalismo*”, *oficial, pelego e reformista* era caracterizado como distante dos locais de trabalho, e com fraco poder de reivindicação, conseqüência do seu atrelamento ao Estado. Por isso, além de ser um modelo novo de organização dos trabalhadores, procurou ser uma forma de ruptura das formas de agir do sindicalismo oficial de até então. Nesse sentido, procurou se distanciar do

⁵² Ver BOITO Jr (1991, p. 151) em que ele mostra que, já no 3.º Congresso da CUT, em 1988, procurou-se diminuir a representação das oposições sindicais.

modelo de sindicalismo populista, que predominou entre 1945/1964, e que era considerado um *mero apêndice do jogo de dominação das elites*.

Um indicador interessante para demonstrar essa problemática é o modo como o sindicalismo trabalha sua relação com o Estado. O Estado como um gestor “imparcial” dos conflitos entre as classes sociais, agindo como um instrumento de garantia das reformas necessárias para a melhoria de vida dos trabalhadores não foi de todo extirpado das concepções e práticas dos dirigentes sindicais. Nessa perspectiva, onde cabe ao Estado a proteção aos trabalhadores, o papel dos sindicatos é o de representá-los. Nem mesmo o “*novo sindicalismo*” foi capaz de superar a estrutura do sindicalismo de Estado. Mesmo a CUT, que propunha, na sua origem, ser um sindicalismo independente em relação ao Estado, não radicalizou em suas propostas sobre a estrutura sindical calcada na burocracia do Estado, conforme Boito nos adverte:

As correntes sindicais mais poderosas que integram a CUT lutaram, fundamentalmente, contra esse modelo ditatorial de gestão do aparelho sindical de Estado, controle policial dos sindicatos, monopólio do peleguismo sobre o aparelho sindical, determinação dos reajustes salariais exclusivamente através de decretos governamentais, etc. **Mas não lutaram contra a estrutura sindical** (Boito Jr, 1991a, p. 58, grifos meus).

Portanto, a CUT, desde a sua criação, incorpora o modo de se relacionar com o Estado presente na estrutura sindical oficial, que passa a ser problematizada e criticada mais no plano teórico, em que defende a liberdade sindical e uma maior autonomia diante do Estado, e menos no plano concreto, em que acaba criando uma estrutura verticalizada, com sindicatos, federações e confederações, com feições da estrutura estatal.

Como destaca Boito Jr (1991a), na história do movimento sindical brasileiro há duas concepções de tutela do Estado: o *legalismo-estatismo sindical de*

esquerda e o *legalismo-estatismo sindical de direita*. No primeiro caso, o sindicalismo parte da idéia da tutela do Estado como algo necessário para garantir reformas. Foi um modelo que predominou no movimento sindical brasileiro até 1964; hoje é possível verificar essa prática tanto na CUT, como na FS⁵³.

Então a mudança [...] a CUT, ela mudou assim a relação...a gente pode dizer com certeza da água pro vinho, depois claro que nem tudo é perfeito, existem, como eu disse lá no começo, as defecções, existem, quem [...] existe sindicatos que só tem a grife da CUT. Olha eu sou CUT, não vou ter oposição, sou CUT. Entendeu? Tem esse tipo de coisa, tem sim, mas não é grande maioria dentro da CUT, **a CUT deu assim uma moralizada no peleguismo, nos interventores que tinham dentro dos sindicatos**. Inclusive alguns interventores vieram pro campo da CUT, né? Existem casos aí que aconteceu, mas a CUT assim deu um basta naquele estado de coisas que existiu, no tempo da ditadura, toda aquela herança, foi com a abertura democrática (entrevista 3, grifos meus).

O segundo caso não tem a conotação de defesa das reformas em prol do interesse dos trabalhadores, mas propõe ações no sentido de se aproximar do capital e contém um caráter ideológico contra o sindicalismo mais à esquerda. Essa prática predomina na Força Sindical. Assim, a partir do regime militar, ocorre uma mudança na forma de política de integração entre Estado e sindicatos. O caráter populista e reformista é substituído pelo Estado militarizado, que passa a ser dirigido pelos grandes monopólios, os quais procuraram diminuir qualquer espaço dos sindicatos junto ao governo.

O autor acredita que, se o movimento sindical não incorporasse a lógica do sindicalismo oficial, e em seu lugar buscasse outras formas para organizar os trabalhadores, talvez houvesse uma ruptura que poderia gerar uma crise da estrutura sindical brasileira, mas, ao contrário, adotou o discurso e a prática da necessidade de tomar os sindicatos dos pelegos. E quando a intervenção sobre os

⁵³BOITO Jr, (1999) diferencia as ações da CUT e da FS, já que está representa o que é mais reacionário no movimento sindical brasileiro, pois desde a sua formação age na defesa do interesse do capital, além de possuir a característica de ser *imobilista*.

sindicatos acabou, o “*novo sindicalismo*” preferiu incorporar-se à estrutura sindical oficial.

Na cena política nacional, no movimento sindical entre os anos de 1970 e 1980, sobressaem dois grupos: de um lado, setores do sindicalismo brasileiro tradicional, entre eles os PCs e o MR-8, junto com dissidências do PMDB, que formavam a Unidade Sindical, e que posteriormente se reuniram na CGT; de outro lado, o sindicalismo denominado “autêntico”, que criou a CUT. O diferencial entre estes dois grupos foram suas posições políticas em relação ao regime militar. Enquanto os primeiros propunham uma forma de ação em que se evitava o confronto direto com a repressão, já que no seu interior estavam agregadas forças atreladas ao Estado, o segundo grupo propunha o enfrentamento direto contra o governo. No restante, não se pode dizer que foram tão diferentes.

Santana (1998) propõe-se a analisar como os conceitos empregados pelo “velho” e pelo “novo” contêm elementos ideológicos que os aproximam. Assim, o período foi marcado pelas disputas políticas, em que cada grupo procurava demarcar posições, mas estas disputas fizeram com que, muitas vezes, o foco central a respeito da continuidade das práticas sindicais fosse desviado. Desta forma, mesmo havendo dois grupos distintos, em alguns momentos ocorreram aproximações político-ideológicas entre eles, mesmo que os “novos sindicalistas” procurassem mostrar-se contrários às organizações oficiais pré-64, pois diziam que no período prevaleceu a falta de organização no local de trabalho⁵⁴:

As profundas alterações na estrutura social e econômica brasileira, promovidas pela modernização conservadora sob o regime militar, e a concomitante alteração dos marcos do debate político no pós-64, **davam a nítida impressão que uma ruptura completa havia se estabelecido [...]** Tampouco se deu o valor a força dos dispositivos de controle estatal sobre o movimento operário, **os quais**

⁵⁴ Para SANTANA, (1998, p.19-35), o PCB, que constituiu o sindicalismo pré-64, também aderiu ao discurso da falta de organização de base pelos sindicatos da época.

sobreviviam impavidamente servindo ditaduras e ensaios de democracia e que pareciam frágeis diante de tanta força retórica. Menos ainda se falava da importância do fato de que nomes, que cada vez mais iam se integrando à linha de frente da CUT e do PT, haviam sido socializados politicamente no campo que agora criticavam tanto (Santana, 1998, p. 23, grifos meus).

O problema das composições entre sindicalistas “pelegos” e sindicalistas “autênticos” não foi analisado em toda a sua complexidade pelas lideranças que, ao canalizarem suas ações para a conquista dos sindicatos, entendiam essas coligações como momentâneas e táticas, acreditando que apenas os autênticos cooptariam e influenciariam os pelegos e não o inverso, ou seja, os pelegos estariam lá, mas seriam dominados. O resultado dessas composições para ganhar os sindicatos só melhoraram o modelo de sindicalismo da CUT, segundo um dirigente do SEEB/LD:

Só melhorou, muda a forma de organizar e se estruturar, você acompanha a CUT através da organização do movimento bancário nacional. A CUT, ela vem paralela a essa ação dos operários, de todos os trabalhadores, **e os bancários é um exemplo de desenvolvimento e organização na sociedade brasileira. Ele é um modelo**, exemplo junto com os metalúrgicos, os operários, mas ele é de extrema importância na organização, se era uma organização no local, hoje ela é internacional, pela própria mudança no sistema bancário que eu já mencionei, com as privatizações, e bancos internacionais transitando nacionalmente, então ele é fundamental para a organização da CUT (entrevista 5).

Pode-se destacar que, dentre as principais características que marcaram a continuidade do modelo sindical oficial estão a questão das taxas obrigatórias, o distanciamento e a forma de organização no local de trabalho, a estrutura sindical, os interesses políticos, a burocratização, entre outros elementos que evidenciam que a convivência com os dirigentes pelegos deixou marcas na forma de gerir o aparelho sindical. Neste contexto, os desafios históricos não foram superados, certamente, tornou-se mais comum observar estas características de

continuidade, passados vários anos da formação da CUT. Este distanciamento proporcionou verificar como a central deslocou-se de sua crítica inicial para a “adesão” ao sindicalismo oficial (Santana, 1998).

A configuração do modelo cutista significou embates internos e lutas até que realmente se tornasse dominante, conforme afirma outro dirigente do SEEB/LD:

[...] a partir de 85 realmente avançou demais, o sindicato de Londrina, na primeira gestão, enfrentou a greve de 85 e foi um marco na história do sindicalismo brasileiro. **Depois, mais para frente, a diretoria se dividiu porque uma parte não era cutista e a outra queria levar as bandeiras da CUT e avançar o sindicato cada vez mais na defesa dos trabalhadores** (entrevista 2, grifos meus).

A formação da CUT, na sua primeira fase (1983-1986), significou a tentativa de se construir no país um modelo de sindicalismo em que se propunha a explicitação e o confronto entre as classes. Mas a central não propunha a luta pelo socialismo e este tema não se tornou prioritário em suas discussões, pois suas bandeiras de lutas estavam circunscritas ao caráter democrático popular, afastando-se do ideário socialista. A CUT foi e é marcada pelas disputas internas, e um dos momentos de maior explicitação dos conflitos internos, conforme indica Alves (2000), aconteceu no seu IV Congresso (1991).

Foi um embate político-ideológico, em que se discutiu qual seria o caráter organizacional da central. De um lado estava a Articulação Sindical, dos dirigentes social-democratas, que tinha como proposta a CUT-organização, com uma estrutura sindical verticalizada; e de outro lado, os grupos minoritários, socialistas revolucionários, que defendiam a CUT-movimento, com uma estrutura sindical horizontal, sendo aprovada a proposta da Articulação Sindical.

3.1.1 A organização dos bancários no contexto do novo sindicalismo

Foi no contexto do “*novo sindicalismo*” que o movimento sindical bancário fez ressurgir a participação dos trabalhadores, constituindo-se, ao lado dos metalúrgicos e petroleiros, nas principais categorias que impulsionaram as atividades de massa, reorganizando-se nos anos de 1980 e desenvolvendo ações de mobilização de massa no enfrentamento aos banqueiros. Assim foi criado, em 1985, o Departamento Nacional dos Bancários (DNB), dentro da estrutura da central, que unificou as campanhas salariais, dando um caráter nacional às lutas bancárias. Foi, ainda, importante no apoio às oposições bancárias e na organização das eleições sindicais que surgiam no país. Na formação do DNB, o SEEB/LD estava representado pelo dirigente Antonio Paula dos Santos. Os dirigentes atuais atribuem uma importância significativa à criação do DNB/CUT:

Vamos voltar um pouco mais, primeiro **a gente cria o Departamento Nacional de Bancários da CUT, que seria o modelo de organização vertical na estrutura orgânica da central, da CUT.** A partir daí nós percebemos o seguinte, **que o DNB tinha um papel fundamental na articulação das lutas dos bancários em âmbito nacional, só que ela não conseguia travar no que diz respeito na questão da representação formal jurídica, ela não conseguia se estabelecer por conta de que, por ordem da estrutura sindical, quem acabava prevalecendo nessa condição era a CONTEC,** e acabou se travando aí uma disputa sindical entre os trabalhadores da CUT, e os trabalhadores [...] e a direção da CONTEC. Isso acabou acontecendo tanto no âmbito de disputas de sindicatos onde a CUT acabou levando vantagem durante todo esse período, ganhou vários sindicatos importantes de capitais, no interior, né? (entrevista 1, grifos meus).

Como ressalta o dirigente do SEEB/LD, o DNB tinha limites no processo de negociação e nos litígios judiciais, pois não tinha representação formal, não era reconhecido juridicamente. Assim, em 1992, o DNB foi transformado na

Confederação Nacional dos Bancários (CNB), reconhecida oficialmente, podendo estruturar as federações estaduais e a luta pelo contrato coletivo nacional de trabalho, que foi assinado em 1992.

Então passamos a criar as FETECs, então as FETECs, o papel delas é garantir o funcionamento do CNB, mas o papel tanto da CNB como da FETEC é viver o momento de transição para a gente chegar na estrutura mais adequada que a gente defende, que é a organização da CUT, organização que se dá em âmbito horizontal, que é a representação de todos os trabalhadores, e dentro da CUT a organização vertical, que seria a organização do ramo financeiro, que se daria a partir dessa confederação, tendo como base as confederações e os sindicatos, né? (entrevista 1, grifos meus).

Observa-se que a implementação da proposta de verticalização da estrutura sindical iniciou-se imediatamente após a aprovação dessa concepção no IV CONCUT (1991). Os bancários constituíram-se cada vez mais no pólo hegemônico e dinâmico da configuração da estrutura cutista do sindicalismo brasileiro. Os dirigentes do SEEB/LD acreditam que essa verticalização na estrutura interna da CUT não impede a horizontalização nas ações mais amplas de organização dos trabalhadores em geral, como destaca o entrevistado citado acima⁵⁵. A idéia de organizar os sindicatos, ou, em outros termos, “tomar” os sindicatos, muito fortalecida na CUT, foi bastante disseminada nos sindicatos locais, conforme ressaltam alguns dirigentes do SEEB/LD:

⁵⁵ “E com relação à CNB, que é a nossa confederação, percebeu-se que para negociar com os banqueiros era fundamental a organização de uma Confederação Nacional dos Bancários, com representantes dos sindicatos, via federações estaduais. Elege-se durante um mandato representantes para manter essa Confederação Nacional dos Bancários, que busca na leitura local, estadual e federal a ação sindical bancária. A nossa confederação consegue fazer o diálogo com os representantes dos banqueiros e manter mesas de negociações o ano todo para se chegar num patamar de consenso, nem tanto lá, nem tanto cá, mas que seja digno, ou equivalente às nossas reivindicações e que mantenha as ações determinadas pelo coletivo, pelo Acordo Coletivo de Trabalho Bancário. **Então essa ação é fundamental para a estruturação, juntamente com a estruturação dos trabalhadores da representação da CUT nacional**” (entrevista 5, grifos meus).

[...] a CNB, da mesma forma que a FETEC, só que aí uma **organização em nível nacional, foi criada justamente para fazer com que os sindicatos, as entidades sindicais bancárias, elas trabalhassem de forma unificada**, sem ficar, ao invés de um sindicato ficar brigando, utilizando de um procedimento, e o outro, outro procedimento diferenciado, unificou a luta em benefício de todos os trabalhadores bancários. Então esse foi o motivo da criação das duas: **organizar os sindicatos e conseqüentemente os trabalhadores** (entrevista 10, grifos meus).

Nosso sindicato raramente trabalha uma ação isolada. A ação isolada é para o fato isolado; se a estratégia é nacional, então nosso sindicato está na estratégia nacional. As orientações das Comissões de Empresa, da Executiva Nacional, da Confederação Nacional são acompanhadas de perto pelo Sindicato dos Bancários de Londrina, e são executadas.[...] As ações que são articuladas nacionalmente, o sindicato aliás participa da articulação disso [...] **Cabe a essas entidades, a FETEC no Estado, organizar os sindicatos, dar diretriz, e cabe à CNB, em nível nacional, também orientar as federações para que os sindicatos sigam as orientações** (entrevista 2, grifos meus).

As campanhas salariais, a partir de 1985, mostram a tendência de ascensão do sindicalismo bancário, pois conseguem uma participação da “base” em nível nacional. Uma série de fatores contribuíram para que a campanha salarial de 1985, em Londrina, provocasse uma efervescência política nos trabalhadores na região. Depois de anos imobilizada pelos “pelegos”, a nova diretoria tinha crédito da categoria bancária. No plano econômico, a inflação passava de 200%, os bancos alcançavam grandes lucros e o poder aquisitivo do trabalhador ficava defasado. A CUT era uma grande referência do sindicalismo combativo e posicionava-se na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, contra o modelo de sindicalismo atrelado ao Estado. Isso fez com que houvesse grande participação no movimento grevista e o envolvimento acabou atingindo os grandes sindicatos do país. Durante a greve, houve o fechamento de diversas agências na cidade e na região. Os bancos foram surpreendidos com a mobilização dos bancários. E como não tinham nenhuma estratégia para manter as agências abertas, tiveram que enfrentar uma grande manifestação dos bancários, conforme o relato de um diretor:

Ao mesmo tempo o patronato nesses anos se especializou, do que foi pego mais ou menos de surpresa em 1985 (entrevista 6).

Já em 1986, houve mudanças no cenário político e econômico brasileiro. O governo Sarney implementou o Plano Cruzado e a inflação (oficial) teve uma queda. As ações sindicais das décadas de 70 e 80 tinham como pano de fundo a questão salarial. Isso decorreu das altas taxas de inflação que atingiam os trabalhadores, portanto as datas-base priorizavam o aumento salarial e a reposição das perdas inflacionárias. Com a diminuição inflacionária, os bancos já estavam num processo de demissão dos trabalhadores e tinham implementado estratégias para um possível fechamento de agências, como ocorreu no ano anterior e:

[...] a burguesia financeira do país lançara mão de mecanismos de poder para pressionar o governo da Nova república pela decretação imediata de ilegalidade da greve e pelo uso da violência policial contra os trabalhadores. Deste modo, articulados com o Estado, os banqueiros tentaram impedir a ação dos piquetes ou comissões de esclarecimento desde os primeiros momentos de paralisação, com o apoio da força policial (Jinkings, 2002, p. 286).

Mesmo com essa adversidade, em Londrina, como no resto do país, a campanha salarial foi marcada pela participação da categoria bancária, ainda que os bancos insistissem em abrir as agências.

Até 1985 eu nunca tinha visto uma greve de bancários, de ouvir falar no jornal: olha, parou a categoria, entendeu? Em 85 foi [...] de 85 a 91 foi a época das grandes greves que o povo ia pra rua mesmo. O sindicato chegou a fazer assembléia com cinco, seis mil pessoas no Moringão (entrevista 3).

O crescimento do envolvimento dos trabalhadores nos movimentos de greves ao longo dos anos de 1980 foi marcante em Londrina, tendo o SEEB/LD como a referência da formação do “novo sindicalismo”. Há que se ressaltar que nesse município não tínhamos os metalúrgicos ou os petroleiros como categorias em

grande número e com força política, como ocorreu em outras regiões do país (como no próprio ABC paulista, em Santos, petroleiros do Rio de Janeiro e de outros estados da federação, etc). Assim, o SEEB/LD acaba por cumprir um papel fundamental de disseminador e organizador dos chamados novos movimentos sociais e do novo sindicalismo, conforme indicaremos na seqüência.⁵⁶

3.1.2 Alguns elementos na constituição do SEEB/LD e o *novo sindicalismo*

Depois do golpe militar, ocorreu a intervenção no SEEB/LD no ano de 1968, quando os militares nomearam uma Junta Governativa que ficou responsável em controlar o movimento sindical bancário londrinense, determinando Edison Ribeiro Lopes como presidente (este permaneceu no cargo até 1985), conjuntamente com um representante do Ministério do Trabalho. Neste período predominou o aspecto estritamente burocrático e assistencialista, totalmente submisso aos militares, em que não podia haver a participação dos trabalhadores nem nas assembleias⁵⁷, que tornaram-se momentos de mera formalidade e adquiriram um caráter de despolitização total dos bancários⁵⁸.

⁵⁶ O município de Londrina é muito jovem ainda, completou 69 anos em 2003. Sua origem ocorreu no último surto de colonização no Estado do Paraná, a partir dos anos de 1930, calcado na expansão das lavouras de café. Dessa forma, do ponto de vista econômico, desenvolveu-se em torno da agricultura e do comércio, e, em menor proporção, em torno dos setores industriais. O setor bancário desde sempre foi importante, em função da posição de pólo comercial desse município.

⁵⁷ A partir das Atas das Assembleias, verificamos a adoção de mecanismos para dificultar a participação dos bancários, como por exemplo, o horário das assembleias, que inviabilizavam a participação dos bancários: “[...] às 16 horas da referida data, o Sr. Presidente deste órgão de classe abriu os trabalhos” (Assembleia realizada em 27/03/68), “[...] às 10:30 horas em segunda convocação]” (Assembleia realizada em 19/04/68). “[...] às 14 horas, em segunda convocação” (Assembleia realizada em 20/07/68).

⁵⁸ “[...] tivemos a honrosa participação em nossa assembleia do Sr. Rubens Teixeira, mui digno representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social]” (Assembleia realizada em 23/05/68). As assembleias eram convocadas pela Junta Governativa, que às transformaram em monótonas reuniões de aprovação de contas, de distribuição de bolsas de estudo e de elogios aos militares: “Referiu-se o Sr. Presidente ao programa de bolsas de estudo (PEBE), tecendo elogiosas palavras ao governo federal, que objetiva maior aprimoramento do ensino dos trabalhadores e seus filhos, conclamando a todos os presentes para colaborarem com a difusão do referido programa, o qual se

Em 1983 surge a oposição bancária em Londrina, que passou a desenvolver ações de enfrentamento ao governo militar, como também de organização dos bancários, indo na contramão das práticas assistencialistas e apolíticas dos dirigentes interventores. Essa postura contestadora e as práticas de enfrentamento deram condições para a oposição bancária se firmar como referência para a categoria. Este grupo tinha uma aproximação ideológica com o sindicalismo da CUT, que despontava no país.

A gente tem que fazer aí até uma correção porque nós temos três períodos: antes do regime militar, pós-intervenção do regime militar e pós-1985. Se a gente for considerar a história do nosso sindicato, nosso sindicato a princípio [...] foi construído dentro de um modelo sindical não só assistencialista, mas também de tradição de luta. Inicialmente, esse sindicato tinha essa característica, tinha esse perfil, juntamente com a Confederação Nacional dos Bancários que também tinha esse perfil (entrevista 1).

A primeira eleição sindical bancária em Londrina depois do golpe militar aconteceu em 1985. Nela concorreram duas chapas: uma composta por membros da direção do sindicato, encabeçada por Edison Ribeiro Lopes, e a outra, de oposição, encabeçada por Joaquim Borges Pinto⁵⁹, que acabou vencendo⁶⁰.

*apresenta como fator positivo para o soerguimento do sindicato]” (Assembléia realizada em 27/03/68). Conforme OLIVEIRA (1999), o IAPB não pode ser entendido somente como um mecanismo utilizado pelo Estado para o controle dos trabalhadores, mas *constituiu-se em importante instrumento político e fonte de poder para as lideranças sindicais bancárias. Além disso, consideramos que o IAPB serviu de canal para uma disputa entre o Partido Comunista – grupo dominante na categoria – e outros setores bancários, constituindo-se, portanto, num elemento decisivo do sindicalismo corporativo de Estado* (pg.141). O IAPB e os sindicatos tiveram atuação *complementares*, e o instituto acabou ficando responsável pela assistência médica dos trabalhadores. A autora destaca que o movimento sindical bancário era contra a criação de um instituto que abrangesse um maior número de trabalhadores, pois isso representaria a equiparação da categoria bancária com outras menos significativas. Para Canêdo (*apud* Oliveira, 1999) a defesa do IAPB feita pelas direções bancárias significava a defesa da *sobrevivência política dos próprios sindicatos*. Mas Oliveira (1999) insiste na idéia de que o IAPB foi criado também graças à pressão e à organização dos trabalhadores, sendo um dos pilares de sustentação política de muitas direções sindicais. Entre suas propostas estava a *aposentadoria ao cinqüenta anos de idade ou aos trinta de serviço; a estabilidade do emprego a partir do primeiro ano de serviço; financiamento do Instituto tripartite: os bancos contribuiriam com três por cento da receita bruta, os bancários com contribuições médias entre três e cinco por cento dos salários e o governo faria aportes dos recursos equivalentes a três por cento dos lucros do bancos; caixa única e de caráter nacional*. Contudo somente em 1956 os sindicatos conseguiram indicar alguém para a presidência da entidade. Mas a gestão do primeiro mandato no IAPB indicado pelos bancários foi marcado por suspeitas de corrupção. De forma geral, o IAPB foi marcado por prática de clientelismo e de apadrinhamento político.*

⁵⁹ A chapa de oposição contou com membros da diretoria que haviam se afastado do grupo político ligado ao presidente do SEEB/LD.

Na época você tinha dois ou três dirigentes, ou mesmo um que inflamava os trabalhadores e no momento em que o processo de informatização não era tão grande e dependia muito do trabalhador braçal, você não tinha tantos auto-atendimentos nos bancos, não tinha esse processo todo de terceirização de correspondentes bancários [...] no local de trabalho no período de greve, por exemplo, muitos postos você não tocava, então você afetava mais as empresas (entrevista 7).

Foi aquela mudança enorme porque foram pessoas que foram espelhos [...] eu mesmo aderi ao movimento aqui em Londrina pelo respeito que eu tenho ao Joaquim, ao Ceará, aquele pessoal antigo, João, Odete [...] eles acharam que era hora de estar partindo para uma mudança, eu acho que eles foram mais corajosos do que esse pessoal é hoje (entrevista 9).

Como a nova diretoria tinha uma forte vinculação ideológica com o movimento mais à esquerda, propõe a desfiliação junto à FEEB/PR⁶¹, por acreditar que tal federação não representava os interesses dos bancários paranaenses; em seu lugar, propõem a criação de uma federação própria. Com isso explicitou-se a divisão política no movimento sindical estadual. Em 1987, filia-se à CUT e ajuda a criar a FETEC/PR⁶².

Desde 1985, já ocorreram sete eleições para a diretoria do SEEB/LD. Em todas elas, a chapa ligada à CUT foi vencedora. Até a eleição de 1997, havia uma chapa ligada à FEEB/PR, mas a partir de então isso deixou de ocorrer, pois este grupo acabou se desarticulando politicamente e acomodando-se em outros espaços.

A nova direção sindical tinha o objetivo de estruturar e organizar os trabalhadores, assim foi fundamental para as oposições de outros sindicatos em Londrina, tais como: Sindicato dos Telefônicos, Sindicato da Construção Civil,

⁶⁰ Nas eleições posteriores, sempre foi vencedora a chapa da CUT. Em 1991 e 1994 o presidente foi Elzo Augusto Carreri; nas eleições de 1997 e de 2000 foi escolhido José Francisco da Silva; em 2003 o eleito foi Geraldo Fausto dos Santos. A partir de 1997, concorre somente a chapa cutista.

⁶¹ Edison Ribeiro Lopes não era somente da direção do SEEB/LD, mas também fazia parte da direção da FEEB/PR. Portanto havia uma ligação entre o sindicalismo bancário de Londrina e o sindicalismo estadual.

Sindicato dos Professores, Sindicato dos Vigilantes, Sindicato da Saúde e Sindicato dos Servidores Municipais. No Paraná, destaca-se a ajuda às oposições dos bancários em: Apucarana, Cornélio Procópio, Arapoti, Curitiba, Paranavaí, Umuarama, Toledo, Campo Mourão.

Sindicato maior, de massa, que a gente poderia assim dizer: sindicato de massa com trabalhadores que davam uma capacidade de enfrentamento maior, foi o Sindicato dos Trabalhadores Bancários. Esse sindicato, a partir do momento que ele passou a atuar nas ruas, a partir da greve de 1985 [...] acaba sendo de âmbito nacional. **Então trouxe repercussão nas menores cidades do país onde havia bancário fazendo mobilização, fazendo greve, isso acabou estimulando a organização de outras categorias, a partir daí a gente começou a perceber a criação de vários outros sindicatos de trabalhadores, ou tomada desses sindicatos que estavam sob o controle do sindicalismo pelego.** Nós tivemos em Londrina, na época vários sindicatos, de constituição civil, de saúde, de alimentação, que acabou fomentando lutas na época, por conta, por conta do que? Por conta daquela proposta nova que estava colocada (entrevista 1, grifos meus).

Observa-se nesse processo o desenvolvimento de um tipo de sindicalismo bem afinado com as orientações do *novo sindicalismo*, dos dirigentes *autênticos, combativos*, engajados em várias frentes de lutas, para além da sua categoria. Os dirigentes do SEEB/LD foram desde o início estimulados a participarem politicamente, atuando em conselhos municipais e no PT. A tática inicial de ganhar sindicatos para organizar os trabalhadores foi estendida para outras esferas burocráticas governamentais, ou seja, os dirigentes deveriam ocupar os espaços de decisões sobre as políticas públicas, representando os interesses dos trabalhadores e não somente dos bancários.

A ação sindical bancária [cutista] cria um marco que é o do **sindicato cidadão**, porque além da ação bancária que a gente é constantemente atuante, **e é um exemplo a nível nacional**, nós temos **a ação social de cidadão, todos os diretores representam**

⁶² A criação da FETEC/PR proporcionou, além do esvaziamento político, o enfraquecimento financeiro da FEED/PR.

algum órgão, alguma ação na sociedade que envolva Londrina, politicamente, socialmente, departamentalmente, em todos os aspectos, mas só melhorou e fortaleceu o nosso sindicato, **a nossa ação sindical é de extrema importância para o movimento político e social de Londrina.** Como eu já disse **tem representantes nossos na maioria dos órgãos e associações ou conselhos de Londrina, um exemplo mesmo é o Projeto Rede da Cidadania da Cultura de Londrina,** que eu fazia parte e todas as ações da cultura de Londrina, nós estamos, o SEEB de Londrina está representado neles (entrevista 5, grifos meus).

Dessa forma envolveu-se nos Conselho de Saúde, Conselho das Crianças e dos Adolescentes, Conselho da Assistência Social, Conselho do Trabalho, Conselho de Educação, etc. Sua participação foi fundamental, pois confrontou com os interesses particulares dos grupos que também faziam parte destas entidades⁶³. Em diversas ocasiões disponibilizou sua infra-estrutura para os movimentos sociais, tais como: as pastorais sociais católicas da Teologia da Libertação, o Movimento dos Sem-Terra - MST, as associações de moradores, o movimento estudantil, entre outros. Na região, contribuiu com o movimento dos “*caras pintadas*” contra Fernando Collor de Mello, ajudou a estruturar o movimento de moralidade pública denominado *Pés Vermelhos e Mãos Limpas*, em 1999-2000, que cassou o prefeito em função de desvios de dinheiro, além de também liderar a luta contra a privatização da Companhia Paranaense de Eletricidade - Copel.

No plano da política partidária, dois dirigentes do SEEB/LD destacaram-se no PT, conseguindo eleger-se para cargos políticos, primeiramente no legislativo e recentemente no executivo. Nedson Michelete e Paulo Bernardo foram eleitos para deputados federais, em 1998. Posteriormente, Nedson Michelete elegeu-se prefeito, em 2000 e Paulo Bernardo conseguiu a reeleição para deputado

⁶³ No Conselho da Saúde, detectou problemas em sua condução por parte de algumas entidades e denunciou os representantes de hospitais por manobram verbas públicas somente para os grandes hospitais. Já sua participação no Conselho de Educação confrontou com os interesses dos donos de escolas particulares que tentam controlar a educação infantil.

federal, em 2002. Além disso, a entidade apóia outros candidatos aos cargos públicos, que tenham vínculos com a CUT⁶⁴.

Esta também era uma tendência que amadurecia na CUT, ou seja, disputar espaços nas arenas decisórias do Estado, competir nas eleições, se envolver ideologicamente com outros projetos mais amplos do que a luta sindical, conforme atesta trecho da entrevista abaixo:

[...] trazer para os trabalhadores uma outra proposta de expectativa de vida, uma outra proposta de interesse que teria que ser buscada através da luta sindical. **Não era mais só o interesse econômico, era o interesse também em relação às políticas sociais**, a questão da educação a questão do emprego, a questão da saúde, entre outras necessidades que o trabalhador tem no dia-a-dia. **A construção ideológica através da organização partidária, da participação do trabalhador na disputa do Estado**, porque até então ele só disputava o salário minimamente. De repente ele passa a disputar não só o salário, passa a disputar salário, passa a disputar a *necessidade de geração de emprego, distribuição de renda, de política econômica* (entrevista 1, grifos meus).

Um momento difícil para o SEEB/LD ocorreu quando a administração petista da prefeitura de Londrina, em 2001, propôs a privatização de parte da empresa municipal de telefonia móvel (celular), a SERCOMTEL. O prefeito, ex-dirigente do SEEB/LD, foi até o sindicato defender a proposta e, mesmo assim, o SEEB/LD colocou-se contrário à privatização dessa empresa.

No ano de 2000, foi responsável pela fundação da Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos –APELER- em Londrina, entidade que tem por objetivo a organização dos trabalhadores portadores das doenças decorrentes da intensificação do trabalho repetitivo. Portanto a marca deste sindicato é que ele está envolvido em questões que vão desde a falta de instalação de uma porta rotatória, ou a demora e o mau atendimento aos usuários dos bancos, até questões de caráter mais político, como, por exemplo, o processo de privatização do

⁶⁴ Nas eleições presidenciais, a maioria dos diretores apoiou e trabalhou para Lula.

setor público brasileiro. O SEEB/LD procura politizar toda e qualquer atividade em que há seu envolvimento, assim como consegue transformar uma questão específica da categoria bancária numa questão social mais ampla e de interesse geral.

Outro exemplo muito amplo nosso aqui, que se tornou uma associação e modelo do sistema bancário, e ultrapassou o bancário porque envolve vários trabalhadores, **é a associação dos lesionados, é a APELER**, que protege, e em muitos casos devolve o bancário demitido por lesão de esforços repetitivos, que é uma coisa desumana causada pelos banqueiros, a exploração e a desumanização do trabalho (entrevista 5, grifos meus).

O SEEB/LD cancelou a cobrança do imposto sindical e da reversão salarial e transformou essa questão numa discussão política⁶⁵, defendendo a idéia da importância do sindicato ser sustentado diretamente pelo trabalhador.

Com um projeto sindical amadurecido no sentido de fazer um trabalho, de ter um novo modelo de organização sindical, nós estamos já adequados para isso, **é um sindicato por exemplo que sobrevive sem o imposto sindical**, que foi criado já para manter os sindicatos atrelados ao Estado. Então nós sobrevivemos hoje sem o imposto sindical, **nós temos condições de sobreviver hoje só com as taxas decididas voluntariamente pelos trabalhadores**, então do ponto de vista estrutural, físico, nós somos diferentes hoje, **e somos independentes do Estado e do patronato**. Do ponto de vista da organização temos propostas ideológicas, propostas de enfrentamento a políticas do capital que é as políticas de concentração de renda, políticas de exploração dos trabalhadores (entrevista 1, grifos meus).

Diante do perfil desse sindicato, cabe indagar: estes embates ajudam a reproduzir ou a superar as condições sociais do capitalismo? Reforçam quais concepções de sindicato? Como classificar essas atuações? Cooperativas, propositivas, defensivas, classistas, cidadãs?

As respostas para estas questões poderão se desenvolver a partir da apreensão das tendências políticas dominantes e das residuais, que disputavam

hegemonia na direção do movimento cutista nacional e no SEEB/LD, ou seja, possivelmente as diferentes concepções se entrecruzem, apareçam em diferentes entrevistas realizadas com os dirigentes, indicando se há ou não uma tendência dominante, em torno da qual as outras são subordinadas.

3.2 MUDANÇAS IDEOLÓGICAS NO SINDICALISMO DIANTE DO MOVIMENTO DO CAPITAL

O movimento sindical nacional que surge a partir de meados dos anos 1970 possuiu uma perspectiva classista. O “*novo sindicalismo*” representou um crescimento extraordinário das organizações destinadas aos trabalhadores em resposta ao avanço do capital. Em Londrina, o SEEB/LD é o responsável pela reorganização dos trabalhadores na região e responsável também por dar direção ao movimento sindical.

Portanto, nos anos 1980, houve uma expansão do movimento sindical, enquanto que no contexto internacional os movimentos já estavam passando por um período de refluxo.

Aos poucos, o movimento sindical brasileiro acaba se transformando e abandona o enfrentamento, acompanhando as tendências do sindicalismo internacional no sentido de atuar como gestor, em que a partir dos anos 1990 destaca-se o caráter *propositivo*. A partir de então, os sindicatos deixam de avaliar o caráter estrutural das transformações no mundo do trabalho e passam a discutir as questões, no prisma meramente conjuntural, o que muitas vezes acaba dificultando uma avaliação mais profunda. Diante da hegemonia política neoliberal, a ação sindical, mesmo com o aparecimento da organização com a perspectiva

⁶⁵ Embora não tenha conseguido derrubar na justiça a cobrança do Imposto Sindical, o SEEB/LD

classista nos anos de 1980, acaba sendo limitada por práticas liberais de adequação às reformas. Os sindicatos não se apresentam mais como um núcleo capaz de garantir condições mínimas de segurança e previsibilidade no ciclo de vida dos trabalhadores.

O estilhaçamento dos espaços de produção, a eliminação de postos de trabalhos, que não são retomados em fases de recuperação do crescimento econômico, desenham novas formas de sociabilidade, demarcadas por um espaço desregulado, incerto, competitivo, jogando os trabalhadores numa situação de extrema insegurança. Assim, nesse contexto de fragmentação do trabalho, os sindicatos passam por uma crise estrutural, em que necessitam romper com suas práticas de subordinação ao capital.

Nos anos 1990, a CUT, em menos de uma década de existência, acaba sendo capturada pelo elemento propositivo. Diante da precarização do trabalho, os sindicatos deixaram de lado o caráter de enfrentamento mais radical à lógica do capital e passaram a adotar mecanismos na tentativa de conciliar o conflito entre as classes sociais.

As tendências de desenvolvimento das reestruturações no mundo do trabalho apontam para desafios que transcendem simplesmente a luta meramente econômica, típica do sindicalismo tradicional (ou mesmo as agitações políticas de caráter reformistas) [...] A ofensiva do capital, portanto, tende a revelar a natureza essencial do sindicalismo, colocando os sindicatos cada vez mais na defensiva, obrigando-os a adotar, sob pena de arruinar-se, uma perspectiva ideológica típica de um sindicalismo neocorporativo e de participação, que pode ganhar contornos liberais (Alves, 2003, p.17).

Até meados dos anos 1980, as lutas sindicais (cutistas) possuíam um caráter classista, e a partir dos anos 1990 já não se mostraram eficazes diante da conjuntura em que predomina o neoliberalismo.

4 CAPÍTULO 3 - AS MUTAÇÕES NO SINDICALISMO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

No capítulo anterior foram mostradas as transformações que ocorreram no movimento sindical nacional em meados da década de 1970 e as “tendências” das ações sindicais delimitadas pela reformulação do capital. Discutiu-se sobre surgimento do *novo sindicalismo* e da CUT, que nasceram com a emergência dos movimentos de democratização e de concepções do sindicalismo de classe, priorizando ações políticas de enfrentamento ao processo daquele período. As mudanças no direcionamento do SEEB/LD, que foram demarcadas pelas tendências dominantes em nível internacional e nacional, acabaram interferindo no movimento local. Também foram abordadas as mudanças entre o sindicalismo bancário londrinense anterior a 1985 e o sindicalismo posterior a esse período, em que se destaca o caráter político que o SEEB/LD adquiriu, tornando-se referência de luta no “imaginário” da comunidade da cidade⁶⁶.

Neste capítulo, discutem-se as transformações no movimento sindical, agora apontando as suas reformulações, em especial a partir dos anos 1990, rumo ao propositivo, tornando o movimento sindical mais pragmático, a ponto de, no final dessa década, tornar-se mero gestor do capital. Nesse sentido, fortaleceu-se como aliado do capital e da administração dos conflitos com os trabalhadores, mas enfraqueceu-se como mediação das lutas políticas no sentido da emancipação dos trabalhadores. Destacou-se então a estrutura burocrática dos sindicatos, altamente institucionalizada, como mais um fator de legitimação dos interesses do capital. O aparelho sindical desenvolveu uma série de funções que em nada se relacionam com metas políticas de superação do capitalismo.

Demonstra-se também que a experiência particular do SEEB/LD apresenta especificidades importantes quando relacionada às concepções de sindicato, ainda em fase reelaboração pelos dirigentes locais, com as tendências políticas predominantes na direção nacional do movimento sindical cutista. Assim, percebe-se que as formas de readequação das práticas sindicais em Londrina ainda guardam muito do conteúdo de um sindicalismo combativo/reivindicativo como desdobramento da formação dos dirigentes no ambiente de lutas dos anos de 1980.

4.1 O ESGOTAMENTO DO MODELO SINDICAL CLASSISTA NOS ANOS 90: DA CONTESTAÇÃO À NEGOCIAÇÃO. RECONVERSÃO PROGRESSIVA DO SINDICALISMO CUTISTA EM DIREÇÃO AO PROPOSITIVO

Nos anos de 1990, o movimento sindical passou a priorizar as negociações de questões, tais como: a Remuneração Variável, a Participação nos Lucros e Resultados, a discussão da flexibilização da jornada de trabalho (a questão do banco de horas), entre outras. Essa mudança de foco ocorreu:

Diante da questão do desemprego [...] o sindicato, por um lado, aceita ceder em certos direitos antes intocáveis - salários diretos e alguns benefícios - e, de outro, a empresa concorda em discutir seu planejamento estratégico, política de investimento etc [...] tanto o capital como o trabalho se reconhecem mutuamente e começa a desenvolver uma maior confiança entre as partes (Jácome Rodrigues, 1997, p. 129).

Portanto essa estratégia faz parte da *necessidade de se criar uma nova identidade*, para o sindicalismo que parte para um modelo propositivo ao invés do conflito. O desemprego é um fator fundamental na mudança dos rumos das

⁶⁶ Através dos jornais locais, é possível verificar sua participação na vida política da cidade (vide

campanhas salariais, entretanto ressalta-se que o fato de o sindicalismo ter dado uma guinada desde 1987, para um esforço de “reciclagem” na formulação das análises sobre a sociedade capitalista e sobre o projeto de transformação social, levando-o para uma priorização “excessiva” em torno da questão salarial, também contribuiu para que, sem uma profunda reflexão dos dirigentes mais influentes, o movimento se orientasse para práticas do sindicalismo propositivo, em que buscasse acordos com maior rapidez e com o mínimo de enfrentamento, através de mobilizações de massa, até porque, a “massa” diminuiu quantitativamente de tamanho.

Se nos anos de 1980 no Brasil surgiu o “*novo sindicalismo*”, que explicitava o conflito entre capital e trabalho e propunha a luta de classes, nos anos seguintes essa tendência ao confronto foi se enfraquecendo e o movimento sindical acaba incorporando o modelo reformista, afastando-se dos ideários socialistas, como o fim da propriedade privada dos meios de produção, o fim das classes sociais e a emancipação do ser humano. Boa parte dos dirigentes cutistas se distanciou dos locais de trabalho, intensificando as práticas no sentido de buscar sua sobrevivência individual no interior da estrutura sindical. Aquilo que foi o objeto de crítica no sindicalismo “pelego”, que são os dirigentes se perpetuando na estrutura burocrática, agora pode ser visto em grande parte dos sindicatos ligados à CUT.

Concomitante com o avanço do ideário neoliberal, nos anos de 1990, o movimento sindical começa a romper com a perspectiva do enfrentamento, que o marcou na década anterior, sendo que a radicalização dá lugar às ações pragmáticas, voltadas às questões econômicas. Porém, com o avanço neoliberal, nem nesses aspectos os sindicatos conseguem desenvolver ações de enfrentamento aos cortes dos direitos aos trabalhadores, pois o capital mostra-se

mais “competente” e aperfeiçoa os mecanismos de cooptação dos trabalhadores e também de boa parte dos dirigentes sindicais.

Neste momento, a CUT se aproxima do sindicalismo exercido pela Força Sindical e é absorvido pela lógica da flexibilização.

Enquanto a CUT permanecia firme na proposta do banco de horas e da câmara setorial do regime automotivo, a FS negociava em torno dos percentuais de redução da jornada de trabalho, além do período de estabilidade no emprego e a garantia do nível de emprego no setor (Martins e Rodrigues, 1999, p. 175).

Assim, a partir dos anos 1990, o movimento sindical nacional, que até então possuía duas estratégias políticas distintas (CUT e FS), começa a vê-las convergir no sentido de acreditar ser possível a aproximação entre capital e trabalho. Como exemplo, a estratégia da FS é baseada na diminuição da jornada de trabalho, vinculada à diminuição do salário, enquanto que a estratégia da CUT baseia-se na adoção do banco de horas, sem a redução salarial. Considera-se que tanto as formas encontradas pela CUT como as formas da FS representam ações limitadas não só pela reestruturação produtiva, que é em última instância determinante, mas, também, é limitada pela forma como essas centrais elaboram suas análises e reflexões sobre o momento e decidem sobre as estratégias de ações e lutas. Ou seja, o modo de conceber o sindicalismo é uma variante a ser considerada nas análises sobre os movimentos sindicais da década de 1990 e dos primeiros anos do século XXI.

Nos anos 1990, a Articulação Sindical, tendência majoritária na CUT, foi percebendo as dificuldades de continuar numa linha de combatividade constante, com mobilizações de massa, ou seja, no sentido da prática reivindicativo-econômica de caráter “obreirista”. Dessa forma, foi priorizando cada vez mais a sua

participação nos fóruns tripartites entre Estado, capital e trabalho⁶⁷, o que Boito (1999) vai chamar de “*participacionismo*”, em que a central passa a elaborar e apresentar propostas a serem discutidas nestes fóruns; já Alves (2000) denomina este processo de “*tendências sindicais propositivas de cariz neocorporativismo*”. Isso leva ao recuo político da CUT que, ao invés de se reafirmar como referência de resistência contra as políticas neoliberais que começam a ser implementadas no país, limita-se a uma postura de *denúncia* das arbitrariedades do governo contra os direitos dos trabalhadores.

Desde então, o sindicalismo cutista passa do caráter de massa para o predomínio da via participativa e de negociação, na qual acreditava-se ser possível a “isenção” do Estado. Para Boito Jr (1999, p. 145-147), a partir dos governos José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, pode-se perceber que essa postura fez a central cair em armadilhas do jogo político, como, por exemplo, na época do governo José Sarney: enquanto se acreditava numa solução negociada, este lançou o Plano Cruzado (1986). Isso ocorreu novamente em 1987: enquanto a central esperava Sarney chamá-la para negociar, era lançado o Plano Bresser. A partir do Governo Collor, quando este estava implementando as políticas de desestruturação do trabalho e da economia nacional, mais uma vez lá estava a CUT, acreditando ser possível avançar nas conversas a respeito de se manter os direitos dos trabalhadores. Mas Collor preferiu negociar com a Força Sindical. No governo Itamar Franco o fiasco se repete: enquanto o movimento sindical esperava para negociar, o governo lançava o Plano Real (1994). Continuou apostando em possíveis “acertos” junto ao Governo Federal, sob a gestão

⁶⁷Essa “crença” na negociação e na eficácia de acordos com o Governo federal acerca dos interesses dos trabalhadores aparece também em alguns dirigentes do SEEB/LD, conforme o trecho da seguinte entrevista: [A resposta do movimento sindical] **deve vir de um acerto** entre o movimento sindical e dos seus representantes dentro do Governo Federal, acho que daí que se costumam as coisas. (entrevista 10, grifos meus). A direção da CUT dissemina essa orientação e investe nessa tática de luta, que vai encaminhando a central para uma tendência do sindicalismo propositivo.

de Fernando Henrique Cardoso; nesse caso, o primeiro acordo de impacto referiu-se à Reforma da Previdência, em que as negociações se iniciaram em 1995 e foram concluídas em fevereiro de 1996. Nesse acordo, as questões mais polêmicas foram as relativas ao tempo de serviço e de contribuição dos trabalhadores de renda baixa, restringindo seus direitos. As correntes de esquerda, minoritárias da CUT, criticaram, mas foram derrotadas, o que fez a central abandonar a programação de uma campanha contra o projeto de reforma. Entretanto os partidos de esquerda, incluindo-se o PT, anunciaram que votariam contra a proposta no Congresso Nacional, forçando José Vicente de Paulo, o presidente da entidade na época, a desistir de assinar o acordo.

A CUT revelara ter estrutura e força suficientes para implementar uma estratégia sindical de protesto ao longo dos anos 80, mas não para comprometer os governos e os empresários com uma estratégia de negociação no plano nacional. Foi por isso que todos os governos puderam se desembaraçar da negociação sempre que julgaram conveniente. A estratégia de sindicalismo propositivo tem uma **componente irrealista** muito acentuada (Boito Jr, 1999, p. 148, grifos meus).

É possível verificar que esse “componente irrealista” do sindicalismo propositivo atingiu as bases do movimento nacional, quando analisamos as entrevistas dos dirigentes do SEEB/LD, uma vez que, para alguns, essa estratégia é “menos trabalhosa” do que as que foram adotadas nos anos de 1980, quando demandava-se uma organização de massa, muitas vezes, para obter resultados pífios, entenda-se resultados econômicos, como os reajustes salariais. Assim um dirigente do SEEB/LD se expressa:

Não, eu acho que a mentalidade dele [trabalhador] mudou, embora ele não participe, ele acredita no sindicato, **e a gente tem conseguido sim mobilização**, embora seja mais na base da máquina, né? A máquina sindical, **a gente tem conseguido alguns avanços, o que anteriormente fazia até greve anteriormente e não conseguia com facilidade. Agora eu acho que hoje está mais fácil** (entrevista 4, grifos meus).

Imagina-se “agora ser mais fácil”, uma vez que o trabalho mais intenso é concentrado diretamente no foco, na negociação com o patronato, conseguindo “acordos interessantes” (ver quadro 16), “ganhos”, sem muita mobilização de massa.

Outro dirigente do SEEB/LD leva esse “componente irrealista” do sindicalismo propositivo a um alto grau de imaginação sobre as lutas após 1995, quando considera que o sindicato continua mobilizando, mas de outra maneira,

A luta sempre, parou dançou, bobou ficou pra trás. Então você tem que estar sempre se reciclando, tem que estar sempre com o discurso atualizado, para você convencer a sua base, pra que haja uma resposta mínima que seja dentro do banco. Para que o banco sintam que o sindicato tem o poder de mobilizar, pelo menos, se não faz essa mobilização física, **vou chamar de mobilização mental**, que o cara tá lá dentro do banco ele pensa, ele reage, ele denuncia, o sindicato vai e fiscaliza, entendeu? (entrevista 3, grifos meus).

Haveria, então uma “mobilização mental”, uma vez que a direção nacional, a CNB/CUT, estará negociando com os banqueiros, o sindicato local estará informando os bancários, recebendo denúncias e sugestões, encaminhando para a direção nacional e cada bancário em seu posto de trabalho estará “torcendo” pelo sucesso dos dirigentes negociadores, esperando os “resultados” desse modelo de sindicalismo, já que é o que ele está “prometendo”.

Outro indício de certo obscurantismo nas avaliações sobre as ações participacionistas e de negociações legais diz respeito às críticas sobre a intervenção do judiciário no movimento sindical; os próprios dirigentes apontam que um possível crescimento do sindicalismo está relacionado com as reformas sindicais e trabalhistas que estão sendo anunciadas e apostam na “evolução” positiva da arquitetura da legislação trabalhista. Evidencia-se um paradoxo: de um lado, criticam a interferência do Estado, mas, do outro, acreditam que os problemas serão superados com a intervenção estatal. Observe-se a diferença entre as entrevistas:

Nós estamos nos avizinhando com uma reforma, com o apontamento duma reforma sindical que pode trazer sensivelmente um avanço no processo de organização dos trabalhadores...então o futuro do sindicalismo de certa forma está dependendo dessa reforma sindical e da reforma trabalhista que vem no ano que vem (entrevista 1).

[...] então hoje a esperança do movimento sindical é que a nova legislação sindical que está em curso possa quebrar essa hegemonia do movimento sindical, que vive um paradigma de ter uma ponta produzindo e a outra destruindo (entrevista 2).

[...] nesse projeto do governo, aí que acho que foi adiado para o ano que vem, das reformas, né? Reformas trabalhistas e reformas sindicais. Acho que vai melhorar um pouco em relação, porque havia muito abuso também [...] então se essas mudanças forem, forem feitas de forma bem organizada, o que restar de sindicatos, eu acho que é o que melhor tem representação do trabalhador (entrevista 4).

Tá vindo uma reforma, reforma sindical que, pelo que nos foi colocado, vai ser uma coisa boa porque vai acabar com muitos sindicatos de gaveta, né? (entrevista 3).

Eu acredito que o sindicalismo vai continua existindo, deve haver modificações, não sei se radicais, nessa [...] nesse projeto do governo, aí que acho que foi adiado para o ano que vem, das reformas, né? Reformas trabalhistas e reformas sindicais. Acho que vai melhorar um pouco em relação, porque havia muito abuso também. Existem sindicatos não sei porque são criados (entrevista 4).

A partir das práticas assumidas pela CUT, ao longo dos vinte anos de sua existência, podemos dizer que este movimento (assim como a FS) contribuiu para a *modernização conservadora* do sindicalismo brasileiro, atualizando a tendência historicamente dominante na política nacional, em que as soluções dos conflitos ocorrem nos acordos entre as elites. A organização sindical dos anos de 1990 é mais moderna, porque envolve mais os trabalhadores na gestão dos seus interesses, porém não com compromissos e participações diretas nas relações e nas arenas decisórias. Reforça-se a idéia de que uma elite, um líder, mesmo que sejam os trabalhadores, agora legitimados nas instâncias das estruturas sindicais, irá resolver os problemas decorrentes das lutas de classes.

Assim, esta central acabou por reeditar o modelo antes criticado, dando a ele uma versão mais moderna, já que surge a partir de um movimento de greves que marcaram os anos 1979/1989, mobilizando os trabalhadores e questionando a linha mais *conservadora fundada na submissão histórica dos trabalhadores à estrutura sindical de controle [do Estado]* (Nogueira, 1997, p. 23).

Observa-se, no processo das Campanhas Salariais dos bancários e nas principais reivindicações e acordos, após as agendas de mobilizações, o fortalecimento da concepção mais próxima à tendência propositiva. É interessante destacar a PLR-Participação nos Lucros e Resultados, que passou a fazer parte dos acordos coletivos, a partir de 1995, e os abonos que foram concedidos a partir de 1996, como forma encontrada pelos banqueiros de disfarçar as perdas ocorridas com a falta de reposições salariais desde anos de 1980, que nunca foram cheias, sempre havendo um resíduo qualquer que deixou de ser pago. De acordo com o quadro 16, por exemplo, no ano da aplicação deste mecanismo (1996) reivindicava-se 21,08 % de reposição salarial. Esse índice não foi atingido, sendo acordado 10,28%, além de um abono salarial de 45% do salário⁶⁸. Assim, este mecanismo de abono foi sendo incorporado em todos os acordos salariais seguintes, sendo que nos bancos públicos não havia reposição salarial, prevalecendo somente os abonos. O abono é grande aliado dos bancos para o fechamento das Campanhas Salariais, pois acaba sendo aceito no lugar de uma reposição cheia das perdas.

⁶⁸ Este abono estava limitado entre o mínimo de R\$ 315,00 e o máximo de R\$ 1.125,00.

Quadro 16 - Principais reivindicações das campanhas salariais dos bancários

Ano	Principais reivindicações do movimento sindical	O que foi acordado
1985	reajuste salarial trimestral.	
1986	- 26,5% de reposição salarial; - 10% de produtividade; - 3 mil cruzados de piso salarial.	- 62,44% de reajuste salarial
1987	- 102% de reajuste salarial; - estabilidade; - reajuste mensal; - reposição dos dias parados na greve de março; - comissão de bancos; - piso salarial Cz\$ 18.000,00; - piso de caixa e digitador Cz\$ 20.700,00; - piso de comissionados Cz\$ 22.500,00	O TRT determinou um reajuste de 56,57% para os bancos privados; A CEF pagou 41,73% de reajuste salarial; No Banespa o reajuste variou de 48% a 64%;
1988	- 102% de reajuste salarial; - reajuste mensal de salário; - 26% do Plano Bresser; - piso de escriturário Cz\$90.000,00; - piso de caixa Cz\$108.000,00; - BB: 40% de equiparação com o BC; 15 % de produtividade	- 86,12% de reajuste (bancos privados); - 122,2% de reajuste (BB e CEF); - 79,68% de reajuste (Banespa); - Piso de escriturário Cz\$ 53.092,34 (privados)
1989	campanha salarial de março: - 81,16% de reajuste salarial; - reajuste mensal; - 26,05% da URP; - respeito à jornada de 6 horas. campanha salarial de setembro - 150% de reajuste salarial; - reajuste mensal do salário; - 15% de produtividade; - gratificação semestral	Campanha salarial de setembro TST determinou 142,64% de reajuste para o BB; 62% de reajuste salarial para o Banespa
1990	campanha salarial de março: - 84% de reposição salarial; - estabilidade no emprego; - piso salarial de Cz\$25.000,00; - reajuste mensal dos salários; - pagamento de horas extras; - mudança no horário de atendimento bancário, das 9 às 17 hs. campanha salarial de setembro: - 300% de reajuste salarial; - estabilidade no emprego; - 21% de produtividade; - reajuste mensal.	Campanha salarial de setembro: - 173,76% a 219,39% de reajuste (privados); - ajuda alimentação de CR\$4.400,00 (6 horas) e CR\$6.600,00 (8 horas) - 104% em média de reajuste (BB e CEF)
1991	- unificação dos pisos salariais; - reajuste mensal de salários; - estabilidade no emprego; - reposição das perdas salariais ; - segurança no trabalho; - auxílio creche; auxílio alimentação; - fim das demissões.	Bancos privados: - 351,44% de reposição integral (referente setembro de 1990 a setembro de 1991) BB: - 87% a 152 % de reajuste salarial;
1992	-reposição integral da inflação (calculada pelo -DIEESE: de 84, 58% a 122,53%); -reajuste mensal; -26% de produtividade; -direito de organização nos locais de trabalho; -ampliação do horário de atendimento: das 9 hs às 17 hs.	Bancos privados: - reposição salarial de 83,83% a 121,63%; - 5% de produtividade; - unificação do auxílio alimentação para todos bancários; - piso de portaria de Cr\$1.100.000,00; - piso de caixa de Cz\$1.566.000,00
1993	- reajuste mensal integral Pisos: - Portaria CR\$41.700,00; - Escriturário CR\$45.870,00; - Caixa CR\$67.000,00; - comissionado CR\$87.500,00; - gratificação semestral; - reposição das perdas.	- Antecipação salarial de 54%,69% para até Cr\$ 29.187.836,00; acima desse valor, 51,47%. - Pisos salariais para junho (Não consegui dados de setembro)

1994	<ul style="list-style-type: none"> - reajuste mensal integral; - reposição salarial: - 116,95% a 139,23% (privados), - 114,73 a 121,65 % (Federais), - 89,87% (Banestado), - de 93,10% a 112,92% (Banespa); - 13,2% de produtividade. <p>BB:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do PCS (Plano de Cargos e Salários); - Delegados sindicais; - Comitê de Relações trabalhistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - 16 % de reajuste; - Cesta alimentação: R\$ 80,00; - Tíquete refeição: R\$ 5,00 - Auxílio creche: R\$ 60,00
1995	<ul style="list-style-type: none"> - 67% de reajuste salarial; - PLR; - respeito à jornada de 6 horas; - 12,07% de produtividade; - abono salarial. 	- Aumento salarial de 3,33% a 8,5 acima da inflação
1996	<ul style="list-style-type: none"> - 21,08% de reposição salarial; - 6,7% de produtividade; - 29,20% de reajuste nos benefícios; - PLR. 	<ul style="list-style-type: none"> - 10,28% de reajuste; - 12% de reajuste nos pisos; - abono de 45% sobre os salários reajustados; 60% + R\$270,00 de PLR
1997	<ul style="list-style-type: none"> - 7,54% de reposição salarial; - 3,14% de resíduo (da inflação do ano anterior); - 11,63 de produtividade; - 25% PLR. 	<ul style="list-style-type: none"> - 5% de reajuste; - PLR: 80% do salário + R\$300,00 fixos
1998	<ul style="list-style-type: none"> - 7,7% de reajuste; - 14,8% de produtividade; - PLR; - Gratificação semestral; - Auxílio educação; - Diminuição das tarifas. 	<ul style="list-style-type: none"> - 1,2% de reajuste; - PLR: 80% do salário + R\$300,00 fixos
1999	<ul style="list-style-type: none"> - 5,65% de reajuste; - 15% de produtividade; - 25% PLR; - R\$188,41 de auxílio babá; - garantia de emprego, saúde e segurança; - defesa dos bancos públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - 5,5% de reajuste; - PLR: 80% do salário + R\$400,00 fixos; Piso de ingresso: - Portaria: R\$320,61; - Escriturário: R\$468,60; - Caixa: R\$613,22 (salário + gratificação).
2000	<ul style="list-style-type: none"> - 8% de reajuste; - 19,96% de produtividade; - 25% PLR; - 2% de anuênio; <p>pisos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Portaria R\$918,15; - Escriturário R\$1.224,21; - Caixa R\$1.836,32. 	<ul style="list-style-type: none"> - 7,2% de reajuste; - PLR: 80% do salário + R\$450,00 fixos; Pisos de ingresso: + de 90 dias - Portaria R\$343,69; R\$378,56 - Escriturário R\$502,34; R\$552,81 - Caixa R\$657,37 R\$781,16 - ATM (anuênio): abono de R\$1.100,00 de indenização pelo seu fim. Bancos públicos: - BB: 1,7% de reajuste e abono de R\$2.500,00; - CEF: abono de R\$1.200,00.
2001	<ul style="list-style-type: none"> - Reposição da perdas quando a inflação atingir 3%; - 25% PLR; - 2% de reajuste do anuênio; - 100% de adicional de horas extras; - 50% de gratificação de caixa; - gratificação salarial de 1,5 salários; - 21,12% de reajuste (privados); - 64,93% (BB); - 71,64% (CEF). 	<p>Privados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5,5% de reajuste; - PLR: 80% + R\$500,00 fixos; - Abono de R\$1.100,00 <p>BB: 2% de reajuste; abono de 1 salário</p>
2002	<p>BB:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 17,28 % de reajuste salarial; <p>CEF:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 19,62% de reajuste salarial; <p>Banco privados</p> <ul style="list-style-type: none"> - 13,39% de reajuste salarial; - auxílio alimentação de R\$ 173,49; - tíquete refeição de R\$ 10,98; - PLR: 25% do lucro dos bancos; - Manutenção e ampliação dos postos de trabalho. 	<p>Bancos privados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 7% de reajuste salarial; - R\$ 1.200,00 de abono; - PLR: 80% do salário, mais R\$ 550,00 fixos

2003	<ul style="list-style-type: none"> - 21,58% de reajuste salarial; - PLR: 25% do lucro dos bancos; - Emprego; - Fim do assédio moral; - igualdade e oportunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - 12,60 de reajuste salarial; - abono: R\$ 1.500,00 - PLR: 80% do salário, mais R\$ 650,00 fixos (privados e CEF), - 40%, mais R\$ 325,00 fixos (BB), Salários de ingresso (privados): - Portaria: R\$ 436,85; - Escritório, tesouraria e caixa: R\$ 638,52
------	--	---

Fontes: Boletins Vida Bancária e Vida Fax

Elaboração: Luiz Lauro Bilek

Com todas as mudanças estruturais no trabalho, o SEEB/LD tem buscado caminhos para “sobreviver” como entidade que defende os direitos sociais dos bancários e dos trabalhadores em geral. O sindicato tem uma movimentação constante, mas destaca-se o período das campanhas salariais, quando procura-se envolver os bancários. Mas a partir dos anos 1990, houve uma queda na participação dos bancários e com isso o sindicato acabou se utilizando mais do aparato institucional. Como nos anos 1990 houve uma queda na participação dos bancários nas atividades do SEEB/LD, conseqüentemente estas passaram a ser feitas pela máquina sindical, os diretores acabaram utilizando cada vez mais essa tática. Mas eles próprios admitem que é necessário mudar e romper com a idéia de que as mobilizações podem ser feitas somente com a máquina sindical:

daí o sindicato usa a sua máquina para suprir essa ausência, mas ela não é a maneira mais adequada porque ela não supre de fato, dá para se fazer o processo de resistência, mas não é uma coisa que traz para os trabalhadores uma condição de luta mais adequada, né? (entrevista 1).

A máquina sindical [...] já se fala máquina, ela também pode enferrujar, ela pode ter problema, ela pode...a máquina sindical não está azeitada o tempo inteiro para um conflito maior, precisa [...] a injeção da máquina é a classe trabalhadora, é o trabalhador, se ele está com medo, se ele não consegue dar uma resposta, se aquela pauta não lhe motiva, certo? (entrevista 2).

Além do uso da máquina sindical, aprimorou-se na CNB/CUT a ocupação de espaços nas arenas decisórias do Estado, investindo na participação de sindicalistas nas diversas eleições para os cargos do legislativo e do executivo.

Nos anos de 1990, no contexto da mundialização do capital e diante do avanço da ideologia liberal, enquanto o capital busca reorganizar a força de trabalho de acordo com os seus interesses, o movimento sindical brasileiro optou por implementar “*novos compromissos*”, agora assumindo o seu papel de gerenciador do capital. Também intensificou a sua participação nas instâncias políticas burguesas e nas eleições: muitos candidatos surgiram das fileiras das centrais sindicais. Assim, incorporou a lógica de Przeworski, que defende (sob outras circunstâncias) o envolvimento dos trabalhadores no jogo eleitoral.

Se pretendem fazer uso das oportunidades oferecidas pela democracia, os trabalhadores devem organizar-se como participantes. E, mesmo sendo uma oportunidade limitada, é a única institucionalizada, a única disponível aos trabalhadores enquanto coletividade. A participação na política democrática é necessária se os trabalhadores precisam ser capazes de empreender outras formas de luta, inclusive o confronto direto com os capitalistas [...] a participação parlamentar constituía o único recurso disponível aos trabalhadores (Przeworski, 1989, p. 25).

O arranjo político do sindicalismo brasileiro, que se iniciou nos anos 1990 e passou a ser a tônica a partir do ano 2000, foi o seu caráter propositivo, onde se busca profissionalizar a ação sindical, agilizando as negociações sem muito desgaste dos trabalhadores. Portanto essas práticas permitem iniciar a compreensão do refluxo sindical, e o seu momento defensivo, em que predominam as ações propositivas.

[...] os bancos mudaram, a linguagem dos bancos mudou, o perfil do bancário mudou, o sindicato não pôde continuar o mesmo, ele teve que ir se adequando, muitas vezes fazendo concessões até, muitas vezes você acaba concedendo, você acaba admitindo determinado tipo de coisas porque você não conseguiu breca aquilo ali (entrevista 3).

[...] nós, dirigentes sindicais, temos que nos preparar melhor, nos formar melhor, não perder o bonde, porque as novas tecnologias evoluem todos os dias, e **nós não podemos ficar “greve, greve”**,

“queremos aumento de salários”; o mundo do trabalho, com o processo de globalização, de reestruturação produtiva não se resume mais a isso. Acho que o capital tem vencido a gente nessa discussão com informações muito mais rápidas, com decisões mais rápidas (entrevista 7, grifos meus).

Enquanto que os meados dos anos 1980 foram marcados por grandes mobilizações da categoria bancária, a partir da década seguinte o movimento sindical perdeu essa força.

Hoje as greves são mais de máquinas, na verdade os sindicatos com o seu quadro de diretores, alguns poucos militantes, você faz isso, mas com a pulverização das agências, os locais de atendimento, você não consegue afetar mais tanto, o atendimento em si, o que você faz é estar passando para a comunidade, para a população, jogando a imagem do banco (entrevista 7, grifos meus).

Há uma percepção dos dirigentes do SEEB/LD de que a reestruturação do trabalho bancário leva a um refluxo no movimento sindical que tinha crescido até meados dos anos 1980. O sindicato buscou encontrar outras formas de continuar defendendo os direitos trabalhistas. Uma delas é otimizar o uso da “máquina sindical” nas atividades locais, na base, para garantir melhores negociações no topo, dos dirigentes da CNB/CUT junto aos banqueiros.

Como já foi dito, o modo de conceber o sindicalismo é uma variante a ser considerada nas análises sobre os movimentos sindicais da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI. Assim, acredita-se que a compreensão e a caracterização das diferentes concepções e práticas forjadas a partir das mudanças nas relações de produção e nas relações políticas tecidas no interior do movimento sindical podem ser explicitadas nas origens do desenvolvimento do que os autores chamam de sindicalismo propositivo. Quais as gêneses dessa concepção?

4.2 O SINDICALISMO SOCIAL-DEMOCRATA: AS ORIGENS DO SINDICALISMO PROPOSITIVO E GERENCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL

No processo de apreensão do objeto de estudo sobre o movimento bancário de Londrina, retoma-se como o fenômeno do sindicalismo se manifestou a partir da Segunda Guerra Mundial, pois foi nesse contexto de expansão do capitalismo que esta instituição social firmou-se como elemento fundamental na configuração das sociabilidades requeridas pelo capital. Portanto as transformações da organizações da classe trabalhadora ao longo do capitalismo, em certos momentos, conseguem se “distanciar” do capital de forma autônoma, mas, em outros, uma parte do movimento sindical, acaba contribuindo para a disciplinarização da força de trabalho. É o que aconteceu na Europa, onde o sindicalismo que predominou estava ancorado em uma organização fordista de produção, e quando esta entra em crise no processo de esgotamento de ampliação da acumulação do capital, desencadeia uma crise do sindicalismo conciliador. Os dirigentes do SEEB/LD localizam tanto a influência do sindicalismo europeu e americano como a crise desse modelo e a repercussão no movimento nacional:

Sem a menor duvida, há uma crise sindical que vem há muito tempo, ela é reflexo do sistema sindical mundial [...] Na verdade a gente [...] baseia a luta e a organização sindical em nosso país [no sistema sindical mundial], ela tem reflexos constantes do que tem na Europa, Estados Unidos, Japão, em diversos países, que já têm um processo mais evoluído de luta sindical. Internamente a nossa crise, ela repercute principalmente em cima do sistema financeiro instável que a gente vive, o país cheio de crises sociais, políticas cooperativistas, interesseiras que [aprofundam] cada vez mais a crise. O que ocorre e já ocorreu na Europa, os trabalhadores estão se organizando durante anos e anos, após reflexos de guerras e crises sociais e lutas e foram fazendo uma linguagem única direcionada, não que seja o melhor modelo porque a gente vai se adaptando de acordo com a nossa sociedade, mas repercute muito (entrevista 5).

Na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, o sindicalismo SD desenvolve uma estrutura em que predomina a burocratização e a verticalização do aparato institucional. Para a SD, *deixado a si próprio, o proletariado é incapaz de ultrapassar o nível da consciência imediata* (Bihr, 1999). Nesse sentido, os sindicatos desenvolvem uma forma de organização centralizada, onde passa a existir uma *elite de trabalhadores esclarecida*, necessária para dar direção ao movimento operário. Sob essa perspectiva, as negociações não são feitas diretamente entre patrões e empregados, mas por seus representantes, nomeados para decidir pelos trabalhadores.

Nesse contexto, as direções assumem o papel de vanguarda operária, com 'melhor condição' de defender os interesses das categorias, já que o cotidiano os impossibilita, uma vez que o trabalho cotidiano também é o responsável pela alienação. Neste sentido, cabe à vanguarda desempenhar o papel de formação e de direcionamento da classe trabalhadora. O capitalismo reservou à SD (sindical e partidária) um projeto específico de subordinação, *profundamente contraditório*, pois as organizações tiveram o papel de combater as revoltas contra o fordismo. Assim, o modelo SD se constituiu numa força interdependente para a reprodução do capital por sua incorporação à lógica de gestão da força de trabalho, necessária para a reprodução do capital.

[...] no curso dos últimos cinquenta anos, as organizações constitutivas do movimento operário (sindicatos e partidos) deveram a sua existência, sua eficácia e sua legitimidade simplesmente ao papel que mantiveram de mediadoras entre o capital e o trabalho. Tudo nelas: estratégia, formas de organização e de luta, ideologia, foi progressivamente colocado em função desse papel. E foi esse papel de mediadoras da relação salarial, com o qual elas se identificaram inteiramente no período pós-guerra, que, com a ruptura do compromisso fordista, essas organizações não mais assumiram (Bihr, 1999, p. 79).

Para Alves (2000), o modelo SD de sindicalismo tem a característica de debilidade *político-ideológica* em sua gênese histórica, cujas estratégias estão vinculadas às *regras do jogo das economias de mercado*. As ações reformistas ficaram circunscritas a determinadas pautas de negociação voltadas aos trabalhadores organizados em corporações⁶⁹.

[...] em vez das entidades sindicais articularem interesses gerais da classe, agregando a classe como um todo, **elas tendem a promover apenas articulações verticais, de categorias assalariadas, muito bem organizadas, fortes e ativas**, mas cuja força organizacional está associada ao peso e à importância dos setores da indústria (ou de serviços) aos quais elas - as entidades sindicais - estão vinculadas (Alves, 2000, p. 89, grifos meus).

A burocratização da estrutura sindical, *como tendência intrínseca à práxis corporativa*, é o fator determinante para que suas políticas sejam mantidas na perspectiva da ordem vigente capitalista. Diante dessa perspectiva, os sindicatos modernos não conseguem elaborar ações estratégicas para os trabalhadores, necessárias para o enfrentamento com o capital e, assim, boa parte do movimento encontra-se diante de uma *esclerose organizacional* que contribui para o distanciamento junto aos trabalhadores.

Para garantir a hegemonia de controle sobre os trabalhadores e de poder diante do Estado e dos patrões, a SD está alicerçada na burocratização da sua estrutura. Essa burocratização ajuda a moldar uma elite especializada, que acaba exercendo funções de gerenciamento de negócios capitalistas, distanciando-se cada vez mais da noção de classes e do seu papel de defesa de todos os trabalhadores. Nesse aspecto, as secretarias jurídicas e administrativas dos sindicatos passam a predominar sobre as demais, tanto que a maioria dos sindicatos

⁶⁹ ALVES (2003) mostra que as práticas corporativas já existiam desde meados do século XIX na Europa, principalmente na Inglaterra, que era o país onde o capitalismo mais se desenvolveu no período. Havia uma forte rivalidade entre os trabalhadores especializados (geralmente os artífices que

mantém uma estrutura jurídica forte ao lado de programas assistenciais. A partir de uma entrevista, observa-se como o SEEB/LD já incorporou isso:

[O uso da máquina em rápidas manifestações] está tentando buscar, está vislumbrando o futuro, como a gente deve fazer para que tal coisa não desemboque numa inércia completa, no momento em que o sindicato não sirva para mais nada, **a não ser para a homologação** (entrevista 10, grifos meus).

A característica da ação sindical SD finda em reivindicações profissionais, onde prevalece a busca por solução dos problemas econômicos e a melhor distribuição de rendas sobre a luta de classes.

Com o tempo, ocorreu a *legitimação da ideologia e da política neoliberal*, uma vez que os interesses dos trabalhadores (de um determinado setor) estão de acordo os com os interesses do capital daquele setor, e não de acordo com os interesses mais gerais da classe trabalhadora. Isso Boito vai chamar de *ideologia neocorporativa setorial*, onde predomina o interesse da “parte”, em contraposição ao interesse do “todo”.

A CUT abandonou a estratégia de luta unificada contra a política econômica do governo e substituiu a prática das greves gerais de protesto pelas sucessivas tentativas de acordo com os governos neoliberais; desarmou ideologicamente os trabalhadores frente à desregulamentação, devido à sua proposta de contrato coletivo de trabalho; não assumiu uma luta conseqüente contra a desindustrialização e o desemprego, em decorrência de ter aceito a idéia de que seria inevitável uma certa abertura e uma certa ‘modernização’ da economia, o que ficou claro na sua estratégia frente às montadoras de veículos e, particularmente, na sua participação nas câmaras setoriais; no que a CUT mais resistiu ao neoliberalismo foi na política de privatização. **A transição de um sindicalismo de oposição para um sindicalismo de participação não foi completada** (Boito Jr, 1999, p. 180, grifos meus).

dominavam de certa forma o processo de trabalho) e a grande massa de trabalhadores despossuídos, ou desempregados.

A partir de então, juntamente com o movimento popular *que entrou numa fase de reativação*, a CUT oscila, às vezes pendendo para o propositivo, outras vezes em sentido contrário (Boito Jr, 1999).

Portanto não pretende-se imputar a “culpa” nas estratégias do movimento sindical, como se elas fossem a “causa” da acumulação do capital, mas também observa-se que suas estratégias acabaram sendo absorvidas pelos empresários, que faziam as coisas a seu modo, independentemente dos representantes dos trabalhadores.

4.2.1 As mudanças da social-democracia diante do fortalecimento do neoliberalismo: a crise da crise

A partir dos anos 1970, nos encontramos num momento em que onde o processo de globalização impôs o “fim de tudo e de todos” os que não estavam de acordo com os valores dominantes. O neoliberalismo tornou-se referência para uma parcela considerável e, com a defesa “do fim de qualquer coisa”, criou-se uma fileira de economistas, analistas, políticos, cientistas sociais, entre outros, que se intitularam estudiosos, que passaram a ter como papel a defesa do neoliberalismo. Tomemos dois fins proclamados: o da história e o do trabalho; depois de um primeiro momento, em que se celebrou o apogeu neoliberal, percebeu-se o erro crasso dessa perspectiva teórica. Nesse sentido, isso se mostrou uma grande falácia, pois o que houve foram mudanças profundas nessas últimas décadas, mas mudanças são características permanentes da história.

Para sustentar a idéia de que não estamos diante do fim, mas sim perante um momento da hegemonia neoliberal, ressalta-se as reflexões de Druck

(1996). Em sua análise sobre as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, a autora mostra que, apesar de fazerem parte de um *movimento de caráter estrutural*, há uma diferença entre a reestruturação produtiva, a globalização e o neoliberalismo.

[...] a globalização e a reestruturação produtiva, estabelecem as condições materiais e objetivas dessa fase do capitalismo neste final de século, o neoliberalismo oferece as condições subjetivas necessárias para realizar de forma plena o entrelaçamento e a articulação entre os três movimentos. O conteúdo ideológico do ideário neoliberal contribui para o dismantelamento do movimento social da solidariedade, da ação coletiva (Druck, 199, p.24).

A autora entende que enquanto a reestruturação produtiva significa o processo de “*reorganização e reconversão*” das formas de trabalho, necessárias para a reprodução do capital, o neoliberalismo serve como um “*arcabouço ideológico*”, de sustentação à implementação de políticas econômicas hegemônicas burguesas, em especial na defesa da liberdade de mercado. E essa hegemonia atingiu seu ponto mais alto quando conseguiu, através do Consenso de Washington, reafirmar a relação de dominação dos países ricos para com os países pobres⁷⁰.

A conjugação de vários fatores, como a reestruturação produtiva dada pelo esgotamento do fordismo e a ascensão do toyotismo, a predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, o avanço neoliberal, entre outros, foram os elementos que forçaram a um conjunto de reformas estruturais, em nível global, atingindo os países ricos e também os periféricos. Nos países de capitalismo avançado (de modo mais contundente na Europa), as reformas neoliberais atuam no

⁷⁰ Consenso de Washington é um termo criado em 1989 pelo economista inglês John Williamson, que passou a ser utilizado como um receituário liberal dos países centrais do capitalismo para com as sociedades periféricas. De acordo com a Folha de São Paulo de 03.10.1999, este receituário foi aprovado pelo então presidente Bush (pai), como garantia dos países pobres, a um refinanciamento de suas dívidas externas para com os organismos financeiros internacionais. José Luís Fiori, em Os Moedeiros Falsos, diz que o *ajustamento das economias periféricas* passa pelo crivo do FMI, do BIRD e do Banco Mundial, os quais exigem que estes países apliquem programas de privatizações,

sentido de destruir a estrutura do Welfare State, construído pela social-democracia, e nos países de capitalismo periférico, que não tiveram em sua história um verdadeiro Estado de bem-estar social (é o caso do Brasil), procurou-se, além de acabar com o que existia de políticas públicas, estimular a concorrência entre os trabalhadores. Assim, no início da década de 1990⁷¹, no Brasil, iniciaram-se as reformas mais profundas, no Estado, que buscaram adequá-lo às exigências neoliberais. Enquanto aumentaram as críticas à forma do Estado, ocorreu um aperfeiçoamento deste, no sentido de atender melhor aos interesses do capital, além de uma articulação maior com a burguesia nacional.

Com a política neoliberal, o trabalho se intensifica e se fragmenta, e os trabalhadores se particularizam, *tornando-se cada vez menos nacionais e muito menos internacionais*. E os sindicatos têm um *fim em si mesmos*, pois deixam de buscar um projeto alternativo ao ideário neoliberal, para ficarem cada vez mais presos a legalidade capitalista. Neste contexto, os sindicatos brasileiros passam a adotar as mesmas políticas dos sindicatos internacionais, substituindo a mobilização coletiva e a unidade de luta por políticas que visam mais à manutenção da sua máquina burocrática sindical⁷².

[...] a grande maioria dos dirigentes sindicais brasileiros tem uma forte tendência a se referenciar na experiência internacional, em especial européia, considerando-a como um modelo de atuação sindical. Ora, os sindicatos europeus estão em crise desde os anos 80. E também mudaram suas práticas políticas. **Será que não é possível perceber que a experiência internacional do sindicalismo exclusivamente de negociação e participação tem demonstrado a sua incapacidade de barrar o desemprego e o curso da reestruturação produtiva?** (Druck, 1996, p.35, grifos meus).

abertura e desregulamentação das economias nacionais, controle da inflação e do déficit público, diminuição da interferência do Estado nas questões econômicas e sociais, liberação financeira, etc.

⁷¹ A tendência neoliberal já podia ser observada no Brasil desde o final dos anos 1980.

⁷² Druck (1996) mostra que também existem experiências no movimento sindical (de formas isoladas), que podem ser consideradas como tentativas de se retomar o caráter de enfrentamento à lógica de dominação capitalista. A autora cita como exemplos a greve do setor público francês, em dezembro de 1995, que ocorreu para que fossem garantidos os direitos sociais; a greve na Coréia do Sul, em 1996, contra a flexibilização do mercado de trabalho daquele país, e também os Sem-Terra brasileiros, que organizaram a “Marcha dos Sem-Terra à Brasília – Marcha pela Reforma Agrária e contra o Desemprego e por Justiça”.

Segundo os estudos de McIlroy (*apud* Druck 1999), parte significativa do sindicalismo Inglês, a partir dos anos 1980, “aderiu” à lógica individual, substituindo o coletivismo. Nesse sentido, nos últimos anos, o movimento sindical britânico priorizou, como forma de aumento de sindicalização, a prestação de serviços como cartões de crédito, financiamento mais barato para os sindicalizados, entre outros, ao invés de desenvolver ações políticas de enfrentamento. Outra característica marcante desse novo sindicalismo é seu apelo de adesão e de parceria entre trabalho e capital, o que está levando à *desagregação e à perda da coesão do movimento operário*, incorporando o discurso do mercado, em que predomina o caráter “empreendedor” do trabalhador. Concomitante à remodelação do movimento sindical inglês, o Partido trabalhista está passando por este processo, utilizando o discurso da importância da participação com o capital. Há uma aceitação das práticas do mercado livre. Outra característica que marca o mundo do trabalho inglês é o grande desinteresse pelo assunto “sindicato”, principalmente entre os mais jovens⁷³.

De acordo com as análises de Jácome Rodrigues (1998), o processo de reestruturação produtiva, que atingiu o mundo do trabalho na Inglaterra incidu sobre a organização dos trabalhadores⁷⁴. De forma geral, expandiu-se a desregulamentação do trabalho e o individualismo exacerbado, prevalecendo “a aplicação de novas formas de gestão”. Em comparação com os outros países europeus, no caso inglês há uma especificidade: não há o predomínio das negociações coletivas, uma vez que as relações de trabalho, em muitos casos, são estipuladas diretamente entre os patrões e os empregados, sem a presença dos sindicatos. Desta forma, os acordos coletivos acabaram ficando em segundo plano

em relação aos contratos individuais. Nessas condições, os sindicatos através do tempo, foram perdendo seu poder de negociação junto às empresas. Com o “*novo realismo*” surge no movimento sindical várias posições; atualmente alguns setores do movimento sindical acreditam ser necessário encontrar alguma forma para que os sindicatos tenham uma imagem mais *branda*, perante a opinião pública, outros ainda defendem a idéia do enfrentamento coletivo, em contraposição ao individualismo, dos trabalhadores contra as desigualdades provocadas pelo capital. No primeiro caso, a organização coletiva dos trabalhadores deixou de ser prioridade dos sindicatos, que estão participando junto com os patrões, das negociações e a da gestão do trabalho⁷⁵, na busca de soluções e imediatas e individuais.

Ao invés de enfatizar que as estratégias coletivas e a negociação coletiva, a idéia era que os sindicatos passassem a direcionar recursos e atenção para os membros individuais [...] **procurando explorar aspectos das estratégias gerenciais** [...] Alguns sindicatos estariam aceitando a lógica do individualismo, abandonando gradativamente o contexto coletivo e apelando para a oferta de serviço para os seus sindicalizados (Jácome Rodrigues, 1998, p.146, grifos meus).

Com isso ocorreu uma mudança estrutural e o próprio movimento sindical inglês passou por uma reestruturação interna. O autor destaca ainda que o sindicalismo inglês nos anos 1980 acreditava que as políticas neoliberais que Thatcher introduziu não teriam muita eficácia, nem duração, porém, com o tempo, perceberam que suas análises estavam incorretas, já que tais políticas neoliberais acabaram sendo referência para os demais países capitalistas. Diante dessa situação, houve uma *guinada* do sindicalismo inglês na direção de se incorporar à lógica liberal.

⁷³ Entre os trabalhadores jovens de 16 a 24 anos, somente 7 % estão sindicalizados, e somente 36% dizem filiar-se se forem *convidados*.

⁷⁴ Isso se deu tanto em países ricos como, mais tardiamente, nos países do Terceiro Mundo.

⁷⁵ Porém o autor ressalta que, nesses casos, a participação do movimento sindical tem tido um caráter consultivo.

O movimento sindical (especialmente o europeu) mudou de estratégia perante o capital nos anos 1980, reforçando a concepção de classe e o modelo combativo (reivindicativo-econômico) como elementos residuais na constelação de forças ideológicas em seu interior; em contrapartida, fortaleceu, como tendência dominante, uma postura comprometida com uma linha bem mais moderada, que *passou a valorizar as reivindicações realistas, a negociação e o “fortalecimento da sociedade civil”*. Nessa linha está a Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CILS), que procura desenvolver a *“cultura negocial”*, a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), entre outras.

As taxas de sindicalização no período entre 1970 e 1995 estão relacionadas certamente ao crescimento das taxas de desemprego, mas não só. Acredita-se que as mudanças nas concepções e práticas das principais confederações de trabalhadores dos países europeus também contribuíram para o declínio do envolvimento dos trabalhadores com os sindicatos. Isso porque seria perfeitamente explicável e lógico a diminuição numérica de sindicalizados, uma vez que se diminuiu o número de trabalhadores. Contudo isso não implicaria necessariamente em redução das taxas de sindicalizados, caso as estratégias das confederações fossem de outra natureza.

Os países em que as taxas de sindicalização foram mais reduzidas são exatamente onde as confederações se encaminharam para a concepção propositiva nos anos de 1980, como, por exemplo, a CFDT francesa, em que a taxa de sindicalizados atinge 22,3% em 1970, caindo para 9,1% em 1995; na Inglaterra, em 1970, 49,7% dos trabalhadores eram sindicalizados, chegando à taxa de 56,3% em 1980, para cair em 1995 ao nível de 32,9% de sindicalizados.

Os quadros 17 e 18 mostram que ao mesmo tempo em que o desemprego crescia nos principais países capitalistas, crescia na mesma proporção a queda nas taxas de sindicalizados destes países.

Quadro 17 - Taxa de desemprego total (% da PEA)

	1979	1989	1992	1995	1998	2003
Alemanha	3,2	5,6	4,5	8,2	9,4	10,5
EUA	5,8	5,2	7,5	5,6	4,5	6,1
França	5,9	9,4	10,9	11,7	11,7	9,6
Itália	7,6	10,9	9,0	11,4	12,3	-----
Inglaterra	5,0	7,1	10,0	8,7	9,3	5,0
Japão	2,1	2,3	2,2	3,1	4,1	5,1

Fonte: OCDE. Dados coletados em Alves, 2000, p. 77. (1979/1989), Dieese (1992/1995/1998) e FSP de 02.11.03.

Quadro 18 – Taxa de sindicalização* (em%)

	1970	1975	1980	1985	1988	1995
Alemanha	37,9	41,7	42,9	44,0	40,1	28,9
EUA	29,6	28,9	23,2	18,3	16,1	14,2
França	22,3	22,8	19,0	16,3	12,0	9,1
Itália	40,8	54,2	60,5	59,5	62,7	44,1
Inglaterra	49,7	53,6	56,3	50,5	46,1	32,9
Japão	35,1	34,4	31,1	28,9	26,8	24,0

Fonte: Instituto Sindical Europeu e OIT

* Dados coletados em Santos 2001, p. 69

No complexo da reestruturação produtiva, o capital tenta estabelecer uma nova hegemonia como força dominante, procurando capturar a subjetividade dos trabalhadores. Essa busca pela subjetividade operária cria dois momentos que se relacionam: tenta enfraquecer a noção de classes e as suas estratégias de lutas, contribuindo para que os sindicatos assumam cada vez mais o caráter propositivo, em que se prioriza as negociações, abandonando as estratégias de confronto, *assumindo, ao contrário, estratégias sindicais pró-ativas à lógica do capital, compatível com o espírito do toyotismo, que incentiva o operário a pensar 'pró-ativamente', a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam* (Alves, 2000, p. 82).

O neocorporativismo não é somente um sintoma da crise do sindicalismo, ele significa também as causas das crises. Uma ofensiva do capital, no contexto histórico da mundialização, leva à precarização dos trabalhadores. Nesse contexto, os sindicatos acabam desenvolvendo estratégias neocorporativas de *cariz propositivo*. Tais estratégias são entendidas pelo autor como expressões do enfraquecimento da solidariedade da classe trabalhadora. Desta forma, o processo de reestruturação produtiva altera as formas de trabalho, assim como as formas de organização sindical. Portanto o toyotismo está reconstruindo as bases para os novos *compromissos* entre capital e trabalho (Alves, 2001).

Desenvolve-se uma nova forma de sindicalismo social-democrata, dotado de um neopragmatismo setorial que busca o consenso e a parceria com o capital, e que propõe um novo economicismo, negando o caráter sócio-histórico das contradições entre classes.

A nova práxis sindical neocorporativa e propositiva tende a avançar nas negociações por empresas, favorecendo as realidades mais avançadas e privilegiando a organização sindical vinculada aos locais de trabalho. O objetivo de implementar a capacidade organizativa é apenas para aumentar o poder de barganha nas negociações setoriais e por empresa, num sentido pró-ativo e sem a postura classista e antagônica para com o capital (Alves, 2001, p.196).

Desde o esgotamento do modelo fordista, aumentou-se a complexidade da relação capital-trabalho. No processo de reestruturação produtiva, o capital não necessita mais dos sindicatos como interlocutores entre as partes, pois viu neles uma das causas para a crise gerada nos anos 1970. Tal estrutura sindical deixou de ter um papel estratégico, pois não responde mais aos interesses do capital e dos trabalhadores. Dessa forma, os sindicatos se encontram num processo de mutação, em que não sabem bem qual o seu novo papel na sociedade capitalista, pois sua ação estava voltada para os trabalhadores “estáveis”.

O “*novo sindicalismo*”, a partir de meados da década de 1970, teve um papel fundamental para a reorganização sindical no Brasil; a partir da década seguinte acaba “perdendo-se” diante da reestruturação do capital.

A reestruturação produtiva junto com a globalização, eles são fenômenos que não faziam parte da cultura do movimento nos anos 80, fenômenos mais novos, e a partir daí você tem que redefinir suas estratégias. Então hoje, o movimento sindical faz, já faz, o movimento de máquinas, então para poder enfrentar seu principal obstáculo que é a pressão do banqueiro. Hoje o movimento sindical tem uma estratégia nova, que não é muito eficaz, ela coloca sempre uma vanguarda na frente que dá visibilidade ao sindicato, mas do ponto de vista das conquistas ela não é muito eficiente, por que o movimento sindical mudou sua estratégia em função que é impossível mobilizar os trabalhadores, por conta do medo, do desemprego. Ele é o bicho-papão do novo século (entrevista 2).

Diante da ofensiva do capital, os trabalhadores perdem as garantias adquiridas pelo *compromisso* entre as classes feito no fordismo, assim o contexto de acumulação capitalista através da reestruturação produtiva altera as formas de trabalho. Os sindicatos mais uma vez se incorporaram à lógica do capital e passam a defender a “qualificação profissional” como forma para enfrentar o desemprego, portanto, o termo requalificação profissional tornou-se a palavra de ordem do sindicalismo.

A resposta atual do capital à crise estrutural mantém-se na superfície do problema, agindo na sua dimensão fenomênica, sem atingir os pilares essenciais do seu modo de produção. A preocupação central desta reação capitalista é reestruturar o regime de acumulação taylorista-fordista em busca de condições de flexibilidade do trabalho e da produção, bem como romper com o modo de regulação social próprio do Estado de Bem-Estar Social e redefinir o papel do Estado, especialmente no que concerne às questões sociais, enxugando a aparelhagem estatal, com vistas ao controle do déficit público (Souza, 2003, p.177).

Concentrar a discussão e a atenção dos trabalhadores no problema da qualificação possibilita a permanência na superfície do problema da

reestruturação na produção e no padrão de regulação via Estado, bem como nas forma de administração e distribuição do fundo público. Atrair os sindicatos para a gestão de fundos destinados a qualificação profissional tornou-se mais um mecanismo de capturação da dinâmica dos sindicatos a favor da adequação aos “novos tempos”.

No contexto da mundialização do capital e da sua reestruturação, está alterando a relação capital-trabalho. As transformações no mundo do trabalho apontam, por um lado, para o crescimento extraordinário da acumulação do capital, elevando as taxas dos lucros. E, por outro lado, a total fragmentação dos trabalhadores. Primeiramente, a reestruturação produtiva atingiu aqueles ligados às indústrias, mas em seguida atingiu toda a classe trabalhadora. Diante desse quadro, o movimento sindical encontra-se *nu e desarmado*, sem nenhuma estratégia diante das transformações no mundo do trabalho (Bihar, 1999). As organizações que tinham uma forte influência, em especial sobre a categoria industrial, perderam seu poder de interlocução com o capital e encontram-se *(re) norteados*, não conseguindo reagir diante da realidade de esfacelamento dos trabalhadores, que se alastra cada vez mais. Aprofundou-se na linha propositiva, que tem como característica principal o processo negocial com o capital. Com isso, condena o trabalhador *a escolher entre uma revolta estéril e uma resignação aviltante*.

[...] hoje você verifica bem menos confronto e muito mais negociação, isso é uma tendência em todos os setores do sindicato [...] Nos últimos tempos a gente tem feito, por exemplo, na época da campanha salarial, começando nos últimos dois ou três anos, fazer uma consulta na categoria para ver o que ela queria do sindicato na campanha [...] visto que o próprio sindicalismo fica perdido sem saber qual forma a ser tomada (entrevista 8, grifos meus).

A crise do sindicalismo moderno é marcada por uma dimensão *socioinstitucional* e uma debilidade *político-ideológica* diante do avanço das formas

destrutivas do capital. Essa realidade mostra que os sindicatos estão perdendo espaço para o capital, pois caem os números de seus filiados. Em função da falta de ações politizadas e da diminuição da participação dos trabalhadores, os sindicatos estão diante de sua *esclerose organizacional*, em que se fecham cada vez mais na defesa dos interesses econômicos de suas corporações, deixando de lado a perspectiva de classe. Na ordem *socioinstitucional*, observou-se uma forte queda no número de sindicalizados concomitante com o crescimento do desemprego nos países que historicamente tiveram um forte apelo à organização sindical (Alves: 2000).

A forma de trabalho estável (daquele que está protegido ainda pela legislação e que garante, por exemplo, férias, décimo-terceiro salário, aposentadoria, entre outros) está sendo substituída pelas formas de trabalhos precários. Contudo a estrutura dos sindicatos ainda preserva traços de organização próprias do *compromisso fordista*, dificultando a elaboração de novas formas de lutas mais adequadas de enfrentamento direto. A prática corporativista, que prioriza exclusivamente a luta econômica, leva os sindicatos ao processo defensivo, diante da reestruturação produtiva, assim a sua crise *político-ideológica* está relacionada com a questão do *neocorporativismo de cariz setorial*, uma vez que se desenvolveram práticas de gestão capitalista onde são reafirmadas as idéias da concorrência como fator fundamental para se sobreviver no capitalismo (Alves: 2000). A idéia de concorrência acaba se expandindo entre os trabalhadores e entre os sindicatos, e estes procuram se sustentar nas categorias organizadas há mais tempo⁷⁶.

4.2.2 As reformas neoliberais e as transformações no sindicalismo propositivo: o aprofundamento do sindicato como gerente

Assim, o refluxo do movimento sindical brasileiro mostra-se com mais veemência com a eleição de Fernando Collor de Mello (1989), uma vez que, com o seu projeto neoliberal, aliou-se à burguesia nacional contra os trabalhadores. No momento em que a *direita* estava se reagrupando, a tendência Articulação Sindical tornava-se o grupo majoritário no interior da CUT, a qual foi constituída formalmente em 1986, no II CONCURT, e que, além de ter uma aproximação ideológica, também se beneficiou dos financiamentos feitos pelo sindicalismo social-democrata europeu. Por isso, compõe políticas propositivas “*mais à direita*” do movimento sindical, defendendo uma reforma dentro do próprio capitalismo.

[...] a esse momento de refluxo de várias formas, atuando não só no movimento sindical bancário, ela se fortalece nas organizações sociais, nacionais, em conselhos, em representações jurídicas e sociais. A única forma da máquina sindical conseguir se manter no momento de refluxo estratégico e de inibições da ação conjuntural da política nacional. Para simplificar: o momento de refluxo sempre houve na história da ação sindical nacional, principalmente desde o movimento operário, e ela repercute, ela modifica a ação sindical, mas ela não consegue reter porque este refluxo está em constante movimento (entrevista 5).

Desde a década de 1980, no cenário mundial, a maioria dos governos adota a política neoliberal. No Brasil, esta política é introduzida mais fortemente a partir dos anos 90, quando ocorreu uma redefinição do papel do Estado, da burguesia e dos trabalhadores, já que passou a predominar no neoliberalismo a idéia de que era necessário o fim da intervenção do Estado nas questões relacionadas aos gastos sociais. Porém, para os neoliberais, a redução da

⁷⁶ Entre as categorias mais organizadas encontram-se também os bancários da CUT, que possuem a sua confederação que dá uma direção política ao movimento.

participação do Estado está restrita ao aspecto social, pois defendem a sua presença nas questões que visam a defender os interesses do capital.

A ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês, gestado na aurora do capitalismo, e opera com esse discurso em condições históricas novas [...] no discurso neoliberal, articulam-se de modo contraditório uma ideologia teórica, transplantada da época do capitalismo concorrencial, e uma ideologia prática que [...] corresponde à fase dos monopólios, da especulação financeira e do imperialismo (Boito Jr, 1999, p. 23).

A disseminação das políticas neoliberais no Brasil teve como facilitador a característica histórica da burguesia nacional em se submeter aos interesses do capital internacional, bem como a sua disposição sempre presente em privatizar os espaços públicos. Por isso, se identificou com as propostas de Collor e deu a ele o seu apoio para a abertura da economia nacional, para a flexibilização das relações sociais, impostas fora do país, repetindo, assim, a sua condição de dependência ao capital externo. Mantendo a concentração de renda e de poder nas mãos da elite dominante que tem acesso à riquezas, enquanto que se aumenta a exclusão social de grande parcela da população, que é considerada economicamente inviável e que vive na miséria⁷⁷.

A política neoliberal, no Brasil, não está concluída. Mesmo com a queda de Fernando Collor, a agenda liberal permanece na vida política brasileira,

⁷⁷ Na avaliação de Fernandes (1975), uma das características da burguesia nacional brasileira é o seu apelo à apropriação do espaço público pelo setor privado. Na nossa realidade, mesclou-se discursos dos valores da burguesia européia com a prática da aristocracia agrária. A burguesia brasileira *desenvolveu o aspecto modernizador de forma limitada*: no que se referia aos seus interesses conseguiu avançar, porém esse é o seu limite, já que busca sempre restringir todas as formas de desenvolvimento da classe trabalhadora. A burguesia brasileira sempre buscou garantir as condições de manutenção e reprodução das estruturas sociais dominantes, e *de tirar proveito dos tempos desiguais*, apropriando-se das vantagens tanto do *atraso* como do *adiantamento* histórico. Quando se sente ameaçada por idéias inovadoras, se alia às estruturas atrasadas, mas também alia-se às propostas liberais quando seus interesses convergem. A burguesia brasileira se mostra despreparada para defender os seus interesses de forma independente. Na sua formação, precisou da oligarquia agrária para isso e, depois, a partir da instituição do Estado Nacional, passou a depender dele para a defesa dos seus interesses. Nesse sentido, cabe ao Estado a organização para a reprodução do capital e da força de trabalho porque a burguesia nacional mostra-se fraca e incapaz de cumprir este papel.

pois, em 1994, Fernando Henrique Cardoso assume a presidência do país e dá continuidade às políticas iniciadas por Collor, intensificando a livre movimentação do mercado sem a intervenção estatal, agravando a relação de dependência com o capital externo. Para Fiori (1997), o Plano Real é a consolidação (de FHC) do ideário neoliberal, pois propõe um ajuste fiscal que prioriza o controle da inflação e do déficit público, à custa do arrocho econômico. Portanto *o Plano Real não foi concebido para eleger FHC: FCH é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial*, e no intuito de garantir apoio ao seu programa, FHC buscou uma aliança com a direita, fato que lhe assegurou a reeleição em 1994 (FIORI, 1997, p. 14).

A partir dos anos 1990, com a reordenação política baseada na desnacionalização da economia brasileira, houve a diminuição do poder econômico e da influência política interna do capital industrial; o que ocorre é o crescimento de "burguesias" ligadas ao capital financeiro, e a *nova burguesia de serviços*. No Brasil, com as políticas implementadas pelos governos de diminuição dos serviços públicos e dos gastos sociais, surge espaço para o aparecimento de uma *nova burguesia de serviços* ligada ao setor de saúde e de educação e de previdência privada, que passa a explorar os serviços que foram deixados pelo Estado:

A nova burguesia de serviços ocupa uma posição singular no bloco de poder. Embora seja diretamente interessada apenas na política de desregulamentação do mercado de trabalho e de supressão dos direitos sociais, e embora não disponha do poderio econômico dos grandes grupos industriais e bancários, ela é favorecida pela posição estratégica que ocupa na política neoliberal (Boito Jr, 199, p. 71).

Isso se deve ao fato de que a burguesia, de modo geral, pressiona no sentido do Estado reduzir seus gastos com as questões sociais. Dessa forma, contribui para a afirmação desse setor do capital. Por isso, representa o que é de mais reacionário na sociedade, já que sua ascensão está diretamente ligada ao fracasso da implementação de políticas públicas.

Nos anos de 1990, os investimentos americanos voltam a crescer na América Latina, porém com características diferentes. Agora o capital não procura se reproduzir a partir do processo produtivo, mas sim através da aquisição das empresas estatais privatizadas, compra de ações de empresas, fusões, incorporações, aplicação nas bolsas de valores, compra dos títulos do Governo. Isso afetou diretamente aos trabalhadores.

Tal política tem provocado o agravamento do movimento geral de concentração da riqueza e da propriedade nos países latino-americanos. Verifica-se, em primeiro lugar, uma acentuação na transferência de renda dos trabalhadores para as empresas e, em segundo lugar, também uma acentuação, da transferência de renda e de propriedade das pequenas e médias empresas para as grandes empresas e da empresa nacional para os grupos estrangeiros [...] processo de transferência de renda e de propriedade do setor público para o setor privado (Boito Jr, 1999, p. 41).

Nesse contexto, a abertura econômica representou o processo acelerado de desnacionalização e de desindustrialização das economias periféricas. O que ocorreu foi um crescimento da indústria de montagem de produtos importados⁷⁸ e da indústria processadora de matéria-prima.

Para explicar a estrutura de classes no Brasil nos anos 1990, Boito Jr (1999) indica três círculos concêntricos de interesses: *a) o círculo externo e maior, representando a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de*

⁷⁸ Por exemplo, no Brasil, entre 1990 e 1996, enquanto a indústria de componentes eletrônicos diminuiu 3,2%, a importação destes produtos teve um acréscimo de 211%.

redução dos direitos sociais; b) o círculo intermediário, representando a política de privatização; e c) o círculo menor e central da figura, representando a abertura comercial e financeira. No primeiro círculo encontra-se o interesse de “todas” as burguesias, ou seja, “da desregulamentação do mercado de trabalho, da redução de salários e da redução ou supressão de gastos e direitos sociais”. A burguesia nacional aplaudiu a redução da participação da classe trabalhadora na divisão do espaço público nacional, a desregulamentação da força de trabalho e a redução dos direitos sociais. O círculo intermediário já é mais reduzido que o primeiro; nele destacam-se as burguesias do grande capital privado nacional, que se beneficiam das privatizações do setor público. Prevalece neste círculo o capital monopolista, em geral as grandes empresas, em detrimento do pequeno e médio capital, ou da burguesia nacional de Estado, que anteriormente era uma das bases sociais do nacionalismo burguês na política brasileira. O terceiro círculo é o que mais tem ganho com as políticas neoliberais e encontra-se restrito ao capital bancário monopolista. É para esse capital que interessa de maneira especial a política de juros altos. Diante deste quadro de juros elevados e de flexibilização da economia nacional, em que foram vendidas várias empresas aos grandes conglomerados internacionais, a burguesia nacional prefere “renegociar os termos da política neoliberal com os bancos e com o capital financeiro internacional a romper com esse modelo”.

Nesse quadro de estrutura de classes, a CUT encontra-se diante de um dilema: ora apoiar as reformas de caráter liberais⁷⁹, ora mostrar-se contrária a essas políticas (caso das privatizações que começaram a ocorrer a partir do governo Collor).

⁷⁹ diferentemente da Força Sindical, que desde a sua formação defendeu as políticas liberais.

Diante desse quadro, podemos dizer que o controle que foi exercido sobre os sindicatos brasileiros pelo Estado, em especial até meados dos anos 1980, no contexto neoliberal assume novas feições, uma vez que a burocracia estatal é deslocada e, em seu lugar, o controle passa a ser feito diretamente pelo capital. Este fato vai marcar também o SEEB/LD, pois a direção que assumiu em 1985 teve que conviver e se adaptar a essa realidade.

Portanto, se hoje não está atuando como um sindicato classista, do ponto de vista marxista, ele acaba tendo elementos propositivos, mas não corporativos, em que formula problemas e aponta soluções, sobretudo aos ligados à cidadania social. A cidadania é óbvio que está nos limites do capitalismo, mas o sindicato se envolve porque acredita na possibilidade de ampliação desses direitos.

Nós temos a ação social de cidadão, **todos os diretores representam algum órgão, alguma ação na sociedade que envolva Londrina, politicamente, socialmente, departamentalmente, em todos os aspectos**, mas só melhorou e fortaleceu o nosso sindicato, a nossa ação sindical é de extrema importância para o movimento político e social de Londrina. Como eu já disse, tem representantes **nossos na maioria dos órgãos e associações ou conselhos de Londrina**, um exemplo mesmo é o Projeto Rede da Cidadania da Cultura de Londrina, que eu fazia parte e todas as ações da cultura de Londrina, nós estamos, o SEEB de Londrina está representado neles (entrevista 5, grifos meus).

Entretanto a CUT, em nível nacional, também incorporou outros elementos do sindicalismo SD em suas reformulações no contexto neoliberal. Conforme destaca Bernardo (1987), os sindicatos europeus e americanos aperfeiçoaram-se nas habilidades de gestão da força de trabalho, assumindo papéis de administradores de fundos corporativos que se entrelaçaram no mercado financeiro. A CUT começou a incorporar algumas dessas práticas, mas isso não significa que o SEEB/LD já apresente, de forma dominante, esses elementos em suas práticas, conforme se discutirá na seqüência.

4.3 O PAPEL DE GESTORES DO CAPITAL: TENDÊNCIA POLÍTICA DOMINANTE?

Destacamos que, neste contexto, os “*novos compromissos*” entre capital e trabalho assumem novas formas baseadas no papel de gestores que os dirigentes sindicais assumem nas empresas. Com a reestruturação produtiva, os sindicatos, ao invés de buscar resistir contra o processo de fragmentação da classe trabalhadora, acabam por acelerar este processo, pois enquanto o capital busca novas formas para aumentar a rentabilidade e há uma queda na renda do trabalhador, além do aumento das demissões, as direções sindicais estão assumindo cada vez mais espaços nos conselhos administrativos das empresas. É essa característica que Bernardo (1987) define como “capitalismo dos sindicatos”.

Os dirigentes sindicais assumem o papel de gestores do capital e passam a agir da mesma forma que os empresários tradicionais, cujo objetivo, em última instância, é o aumento da produtividade e a extração de mais-valia do trabalho. Para o autor, a análise que tenta relacionar o enfraquecimento dos sindicatos com a queda de sindicalização acaba sendo limitada, pois não leva em consideração que neste período ocorreu um *crescente poderio econômico* das instituições. No sentido inverso à diminuição do número de trabalhadores, os sindicatos estão aperfeiçoando suas formas de sobrevivência e, conseqüentemente, a prática de gestão empresarial é algo que atinge tanto os sindicatos dos países de capitalismo avançado como os dos países periféricos⁸⁰.

⁸⁰ João Bernardo (1987) mostra como os sindicatos incorporaram a noção capitalista de propriedade. Na Alemanha, a Federação Sindical Alemã (DGB) é proprietária de um número de empresas (bancos, seguradoras, comércio, construtoras, publicidade, informática, tipografia, etc.), e os sindicatos são os acionistas destas. Para gerir estes negócios, a DGB criou uma empresa *holding*. Nos EUA, os sindicatos controlam empresas aéreas, indústrias, transportes, etc. Na Inglaterra, estão ligados às direções de empresas de transporte. Em Israel, os sindicatos são acionistas de empresas ligadas à indústria pesada, aos transportes marítimos, aéreos, à agropecuária e aos bancos, entre outros. No México, o Sindicato do Petróleo da República do México (STPRM) é dono de empresas de

Hoje o movimento sindical (e a CUT em especial) intensifica o incentivo desta modalidade de previdência para os trabalhadores, acompanhando as políticas de mercado dadas pela classe dominante, tanto que possui fortes vínculos com a Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão - ANAPAR -, que defende a permanência de Ricardo Berzoini à frente do Ministério da Fazenda, pois *“A Secretaria e o Ministério vêm criando condições para incentivar os fundos de pensão, que são figuras importantes na economia nacional, uma vez que, além de complementar os benefícios dos trabalhadores associados a fundos, aumentam a poupança interna, o que pode viabilizar o crescimento auto-sustentado da economia brasileira. A troca de ministro seria, nesse momento, um retrocesso perigoso”* (José Ricardo Sasseron, presidente da ANAPAR, IN: www.anapar.com.br).

Os dirigentes já sentem o impacto dessa mudança em nível nacional, ou seja, pelo fato de terem ex-dirigentes bancários no primeiro escalão do Governo de Lula, enfrentam as primeiras cobranças para que repensem seus valores, suas visões sobre a luta dos trabalhadores:

[a crise no sindicalismo bancário] acaba atingindo os bancários [...] e os bancários ainda tem alguns adendos [...] **que é o momento que você passa a ter um representante seu lá [...] [Ricardo] Berzoini esteve de braços dados com a gente contra a Reforma da Previdência [...] há dois anos antes**, a partir do momento em que ele assumiu o ministério, **ele foi o cabeça que encaminhou as reformas** (entrevista 10, grifos meus).

Você tem as suas bandeiras, a partir do momento que o novo governador, o novo governante do país...passa a ser de uma pessoa oriunda desse movimento, você acha, na verdade tinha-se a expectativa de que ele entrasse lá e de imediato as nossas políticas, as nossas bandeiras fossem atendidas de imediato, e isso não ocorreu [...] **porque eu falava isso antes, e hoje eu não posso falar porque dizem que não é assim que funciona, quer dizer, os nossos próprios companheiros, líderes que pregavam, nos faziam acreditar [...] entraram e falaram assim: não é bem desse jeito. Então, não acredito que seja uma crise [...]** acho que esse nome crise acaba sendo até muito forte, **mas é um momento de**

[...] readequação [...] até se acreditava numa utopia, hoje algumas coisas se mostram, pelo menos no campo político, no campo do governo que certas coisas que nós acreditávamos sendo possíveis eram utopias, então aí a crise é de caráter de valores, somente (entrevista 10, grifos meus).

Este dirigente do SEEB/LD e outros já percebem que há uma nova tendência política no movimento sindical interferindo nas lutas locais. Há uma crise, segundo ele, de caráter de valores, ou seja, os valores anteriores de defesa incondicional dos direitos sociais trabalhistas, entre eles a previdência social pública, devem ser relativizados, repensados.

Entretanto, continua: [...] *a partir da observação de que as coisas não estão sendo benéficas à categoria, temos que mostrar autonomia...vamos bater de frente, nós temos que ser autônomos* (entrevista 10).

É possível identificar que a concepção de um sindicato puramente de negociação e de gestão da força de trabalho não é dominante no SEEB/LD, pois seus dirigentes estão ainda analisando o desenrolar da política nacional e da acomodação das esquerdas.

Essa tendência de gerenciamento sindical, segundo Bernardo (1987), nasce como readequação da reestruturação produtiva, em que as empresas adotaram a política de corte dos salários dos trabalhadores, em vários países da Europa e dos EUA. Enquanto que os trabalhadores estavam perdendo seus empregos e sendo submetidos às diversas formas de intensificação do trabalho, as direções sindicais assumiam com maior ênfase o seu caráter de gestão empresarial. Nesta época em que o capital produtivo estava em transformação, a redução salarial, que serve como discurso para a manutenção do emprego, serve também para que as direções sindicais adquiram ações de empresas e assumam postos nas suas administrações. Dessa forma, os trabalhadores acabaram “aceitando” ser acionistas das empresas.

A redução salarial fez com que as empresas sobrevivessem, saindo de situações deficitárias e, em pouco tempo, começassem a operar com lucros⁸¹. Porém, se isso não significou a melhora salarial, mesmo assim os *trabalhadores admitem a redução de salários e a alteração das normas de trabalho; é-lhes concedida a propriedade formal das ações, desprovida de significado prático*. As empresas que passaram por este processo, em que os sindicatos tornaram-se sócios, encontraram nesse modelo a garantia segura de que os trabalhadores assumissem a responsabilidade do pagamento das dívidas das empresas.

No “capitalismo dos sindicatos”, estes aproveitam o fato de controlar os trabalhadores e utilizam este poder para pressionar as empresas a lhes vender suas ações. Neste contexto, os trabalhadores acabam servindo como massa de pressão para que os dirigentes sindicais consigam mais posições na administração das empresas em que são acionistas. Dessa forma, os dirigentes sindicais contribuem para que o capital se reproduza.

[...] sempre que se desenvolvem lutas, as direções sindicais procuram contê-las em limites aceitáveis pelo patronato, para que as negociações possam prosseguir. **Negociar é a função dos dirigentes sindicais e o capitalismo é, talvez, capaz de negociar tudo, exceto, evidentemente o seu próprio fim**. Enquanto mantêm a luta dentro dos limites do negociável os sindicatos são uma instituição que perpetua o capitalismo (Bernardo, 1987, p.13, grifos meus).

⁸¹ De acordo com Bernardo (1987), a partir da década de 1970 foi comum por parte das empresas a ameaça das demissões se não houvesse a redução dos salários ou o seu congelamento. Assim, os sindicatos americanos acordavam com as empresas a redução dos salários dos trabalhadores em troca da sua participação nas empresas. Enquanto os salários eram achatados, as direções sindicais cada vez mais se tornavam donos de ações e assumiam cargos nestas empresas. Em 1979, a Chrysler não estava obtendo lucros e, com o aval do sindicato, fez um acordo de redução salarial; com isso, em 1981, havia conseguido uma economia de mais de 1 bilhão de dólares. Em 1982, a Pan American também utiliza a ameaça da demissão para o corte dos salários de seus empregados; até 1983, a empresa deixou de pagar o equivalente a 350 milhões de dólares em salários. Em troca, os sindicatos que representavam estes trabalhadores assumiram 13% das ações da empresa. Também em 1982, a empresa Whegling-Pittsburg reduziu o salário de seus trabalhadores, o que lhe proporcionou um ganho de 120 milhões de dólares. A Republic Airlines, de 1981 a 1987, deixou de pagar cerca de 97 milhões em salários. A Weirton Steel, com o acordo com os sindicatos, economizou aproximadamente 120 milhões de dólares. Na Kaiser Aluminum, este valor foi de 50 milhões de dólares. Na Conrial, o valor ultrapassou os 400 milhões de dólares. E a General Motors, em menos de três anos economizou mais de 3 bilhões de dólares.

Embora essa tendência não seja dominante no SEEB/LD, verifica-se sua existência de forma residual, em algumas afirmações de seus dirigentes, conforme destaca-se a seguir:

[...] Hoje prova-se que quanto mais a ação sindical tiver a participação do trabalhador, o empresário, ele vai ter retorno melhor, ele se organiza, ele não vai ter descaracterizado totalmente a ação trabalhista com a exploração humana, com a saúde, com a ausência, com tudo, então a ação sindical ela tenta não combater totalmente o movimento dos empresários, mas ela quer fazer um trabalho em conjunto que seja dividido proporcionalmente, e a ação sindical, ela vai além disso, ela quer estruturar...ela não é contra certas políticas, mas ela quer a melhoria de todos, que todos sejam favorecidos e ganhem em cima de uma estrutura lógica (entrevista 5, grifos meus).

Essa afirmação revela aquele *componente irrealista* do qual falava Boito Jr (1999) sobre o sindicato propositivo, uma vez que o dirigente do SEEB/LD acredita ser possível todos serem contemplados numa ação sindical que não combata totalmente os empresários. Todos poderão ser favorecidos. O elemento luta de classes, interesses antagônicos não lhe serve mais para poder enxergar que são irreconciliáveis.

Bernardo (1987) enfatiza que quanto mais os sindicatos aperfeiçoam as formas de negociação com as empresas, mais eles se transformam em “proprietários” e, ao assumirem espaços nas empresas, criam no trabalhador a *ilusão* de que é possível conciliar os interesses.

O sindicalismo brasileiro demonstra a sua opção no sentido de “aproximar” mais capital e trabalho, assumindo suas novas funções de *gerentes do capital*. Desenvolveram uma nova modalidade de prática sindical, qual seja: ser o avalista entre os trabalhadores e o sistema financeiro.

Assim como ocorreu na Inglaterra, nos anos de 1980, em que os sindicatos priorizaram como forma de aumento de sindicalização a prestação de serviços como cartões de crédito, financiamento mais barato para os sindicalizados. No Brasil, atualmente, as Centrais, CUT e FS, acordaram junto aos bancos que os empréstimos aos trabalhadores sejam descontados junto à folha de pagamento. Nessa operação, a Força Sindical, por exemplo, fica com 0,5% do valor emprestado, enquanto que o sindicato a que pertence o trabalhador fica com outros 0,5%⁸². De acordo com o Jornal da Tarde de 08/10/03, a Força Sindical tem a previsão de arrecadar até R\$ 7,75 milhões, como forma de “comissão”, já no primeiro ano do acordo com o Banco Santander. Para Paulo Pereira da Silva (presidente da FS), *“Essa é uma alternativa para financiamento dos sindicatos de uma forma legal”*. A CUT, por sua vez, não ficou atrás e também já firmou acordos dessa natureza. Anuncia que os juros cobrados nos empréstimos são menores para o trabalhador que é sindicalizado; este “atrativo” tem como objetivo forçar o trabalhador a se filiar ao sindicato. Na guerra entre as “grifes” do movimento sindical, cada qual procura vender o seu produto como algo mais vantajoso para o trabalhador, mas a essência dos acordos, de maneira geral, seguem um mesmo padrão.

O site da FS diz claramente que: ***“A Força Sindical e seus filiados atuarão como agentes promocionais da operação, prospectando negócios, recepcionando, centralizando e encaminhando documentos ao Grupo Santander/Banespa”***. Essa prática adotada no Brasil mostra um dos caminhos que o movimento sindical está tomando e indica que tende a se criar bancos e assumir a gestão de empresas, nos moldes citados por Bernardo (1987).

A socialização dos dirigentes sindicais bancários, no Brasil, permitiu o desenvolvimento das habilidades de administração e de negociação política, em

⁸² Valor apresentado na Folha de São Paulo, 04.11.03, página A2.

função da própria atividade nos bancos e da militância nas estruturas do movimento sindical. As lideranças que se destacaram tornaram-se referência na Central Única dos Trabalhadores-CUT e no Partido dos Trabalhadores, assumindo posições de comando nessas entidades e em outras instâncias políticas, em que representavam os trabalhadores. Na composição da estrutura de classes, isso representou, num primeiro momento, o fortalecimento das organizações dos trabalhadores (1975-1985) e, num segundo momento, significou o fortalecimento dos interesses do capital, uma vez que, segundo Francisco de Oliveira (2003, p.146):

As capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de ‘analistas simbólicos’: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o PREVI, dos funcionários do Banco Brasil, ainda estatal; fazem parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. A última floração do Welfare brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT- o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operando no BNDES. Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de ‘sujeitos monetários’: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego.

Continuando seu raciocínio, Francisco de Oliveira identifica essa “nova classe” como o núcleo duro do Partido dos Trabalhadores, alçada ao poder no governo federal, a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 2002. Essa “nova” elite política estaria desempenhando o papel de controlar o acesso aos fundos públicos, fazendo a ponte com o sistema financeiro, contribuindo para um dos incrementos na formação do lucro privado.

As formulações de João Bernardo e de Francisco de Oliveira são instigantes no sentido de pensarmos sobre a formação dessa *nova classe social*, formada exatamente no movimento sindical. O que Bernardo mostra em termos dos

países europeus e dos EUA, onde os sindicalistas gerenciam inúmeras instituições financeiras e ocupam diversos postos políticos que fazem a mediação entre o capital privado e os fundos públicos, pode ser verificada, com mais visibilidade, a partir da eleição de um sindicalista para a presidência da república no Brasil. Oliveira (2003) tem apontado isso e podemos identificar em termos numéricos o quanto ex-sindicalistas estão ocupando cargos em empresas estatais e em ministérios e secretarias do Governo Lula (2003-2006)⁸³. As categorias que lideraram os grandes movimentos sindicais nos anos de 1970, que resultou no PT e na CUT, os chamados sindicatos “autênticos”, foram: os metalúrgicos do ABC, os petroleiros e os bancários. Os funcionários de estatais, como petroleiros e parte dos bancários, se adiantaram na organização dos fundos de pensão complementares.

Somente no primeiro escalão do Governo Lula estão alocados quatro ex-dirigentes de sindicatos de bancários, seguidos de dois do setor petroquímico, um do metalúrgicos, um do sindicato dos médicos, dois jornalistas de sindicatos e um ligado ao Meio Ambiente. A predominância do setor bancário é reforçada quando verificamos os cargos do segundo e do terceiro escalão, além dos Fundos de Pensão e outros. Neste último item, dos sete cargos, cinco são ocupados por ex-dirigentes bancários e três, por ex-dirigentes petroleiros.

Essa tendência se confirma nos modos de socialização política reproduzidos nas diferentes regiões do país. No caso de Londrina, o SEEB, também desempenhou um papel importante na constituição do “*novo sindicalismo*”, e de certa maneira também forjou uma “nova classe social” e uma “nova elite política” na região norte do Paraná. Dois líderes se destacaram, sendo eleitos deputados federais, um deles prefeito de Londrina (2001-2004), que nomeou assessores e cargos de segundo escalão alguns ex-sindicalistas das diversas categorias ligadas à

⁸³ Reportagem da Folha de São Paulo, dia 11 de janeiro de 2004, Caderno A, p.6, intitulada

CUT, sendo algumas delas bancários. É interessante notar que os principais líderes que ascenderam à condição de administradores públicos são funcionários, um do Banco do Brasil e outro da Caixa Econômica Federal. Ou seja, mais uma característica da nova classe social gestada no movimento sindical bancário nacional, também presente no movimento sindical de Londrina.

4.4 O SEEB/LD: TRANSITANDO ENTRE OS MODELOS CLASSISTA, COMBATIVO-REIVINDICATIVO, CIDADÃO, PROPOSITIVO E GERENCIAL

Pode-se encontrar experiências em nível internacional e nacional de enfrentamento à lógica de dominação capitalista. São tentativas do movimento sindical, mesmo que de formas isoladas, de resistir (ao invés de admitir negociar) aos processos de flexibilização dos direitos sociais e do mercado de trabalho. Em nível internacional, são exemplos: a greve do setor público francês, em dezembro de 1995, contra a proposta do governo de redução dos direitos sociais; a greve na Coreia do Sul em 1996, contra a flexibilização do mercado de trabalho daquele país; aqui no Brasil, a greve dos petroleiros em 1995 também pretendia resistir às reformas liberalizantes. Em termos de movimentos populares, ressalta-se a *Marcha dos Sem-Terra* à Brasília, 1996, envolvendo o movimento sindical em sua organização e participação. Dessa forma, quando observa-se o refluxo do movimento sindical, também em função de suas opções políticas, é importante perceber que nunca ocorre de forma homogênea e fechada, outros caminhos são sugeridos por diferentes líderes em diferentes regiões do país e do mundo⁸⁴.

“Companheiros no Poder: De ministros a presidentes de estatais, antiga classe sindical ocupa cargos em governo do PT. Lula dá emprego a mais de 40 sindicalistas”.

⁸⁴ Conferir IN: DRUCK, Graça. Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical. IN: Globalização e Trabalho. Salvador, Caderno do CRH, n.º 24/25 Jan/Dez, 1996.

O estudo do SEEB/LD visa a apreender justamente essas particularidades de experiências que ocorrem a partir de opções políticas, propostas de sindicato não dominantes no contexto geral, mas que sobrevivem a partir de concepções e práticas incorporadas pela socialização pretérita, nos momentos iniciais do surgimento do “novo sindicalismo” e da CUT.

Assim, observa-se que a compreensão dos dirigentes do SEEB/LD sobre a crise do sindicalismo e os modos de enfrentá-la revela uma elaboração e reelaboração de diferentes concepções sobre o movimento sindical, o sindicato e a organização dos trabalhadores.

No movimento sindical bancário de Londrina, a crise toma contornos próprios. Verifica-se que, ao analisarem a crise do sindicalismo, utilizam como instrumento a teoria da crise marxista, para elucidar o movimento do capital. Ou seja, compreendem que o que há de crise no SEEB/LD e em nível nacional é sintoma dos ciclos econômicos do capitalismo caracterizados por fases de decréscimo da economia, problemas na reprodução ampliada do capital, do lucro, etc. Assim, os problemas do sindicalismo referem-se diretamente aos problemas econômicos. Há crise em função da estrutura e da conjuntura. Porém nem todos consideram que exista uma *crise de identidade, de ideologia* do movimento da *CUT da CNB e do próprio SEEB/LD*. Observa-se, ainda, um certo cuidado com a palavra *crise*. Após relatar todos os infortúnios vividos pelos trabalhadores bancários, pelos dirigentes sindicais, alguns concluem que isso não chegaria a ser um elemento de crise. Compreendem de forma ambivalente o referencial marxista sobre crise, uma vez que o conceito é intrínseco à teoria e ao raciocínio dialético. Não haveria motivo para “temer” a palavra/conceito *crise*.⁸⁵

⁸⁵ É interessante ressaltar que o conceito de crise, mesmo fora da teoria marxista, se nos atentarmos para seu significado etimológico, não precisaria ser descartado para definir o que os dirigentes do SEEB/LD estão vivenciando nesses últimos vinte anos, quando afirmam estarem “perdidos”, “não terem mais as condições anteriores na categoria”, “não conseguirem mais fazer greves gerais”,

Agora não pressupõe que houve [...] que essa crise seja uma crise, diria de identidade no processo de organização, eu diria até que o processo ideológico de busca que estes trabalhadores tenham uma participação maior em relação a como deve funcionar, por exemplo, o sistema financeiro no Brasil, essa condição ideológica ainda existe (entrevista 1).

Depende do prisma que se observa, se crise representar que estamos perdendo para a inflação, para o desemprego para as mudanças no meio de produção, enfim a modernidade, então posso concordar que há uma crise no sindicalismo bancário, mas uma crise entre aspas, ela está contextual, a crise não é exclusiva do movimento sindical, todo sistema tá numa crise. Agora, se a crise se refere ao pouca atuação, a omissão, aí eu sou obrigado a discordar. Eu falo porque eu vejo no campo da CUT, nos sindicatos à ela filiados, somos organizados, estamos constantemente chamando as base para os debates, estamos constantemente convocando os bancos para a negociação, estamos organizados em comissão de organização dos empregados que se reúnem constantemente também, né? Nunca deixamos de fazer as atividades decididas nacionalmente pela nossa confederação, as paralisações, as manifestações, mesmo as greves combinadas nacionalmente, é lógico que tem lugares que falham, mas nós aqui pelo menos, o grosso do movimento sindical bancário da CUT, o campo da Articulação tem cumprido isso (entrevista 3, grifos meus).

Há uma crise geral no país, que ela se reflete em todos os setores, então se você partir desse pressuposto, tem crise em todos os setores. Mas essa crise, ela não é uma responsabilidade nem do movimento sindical, a crise em se tratando de movimento sindical, nem de governo, esse governo que está aí, por exemplo. Então, nesse contexto, falar crise é uma coisa assim até que meio simplista (entrevista 3).

Na verdade, é possível compreender as posições dos dirigentes do SEEB/LD de forma mais complexa, ponderando que a **tendência dominante** nesse sindicato é de um sindicalismo atuante, combativo, às vezes tarefeiro (segue as determinações da CNB e da CUT), reivindicativo, em permanente contestação das práticas dos banqueiros, questionando a lógica da repartição dos ganhos de produtividade, enfim, questionando a legitimidade do poder dos banqueiros. São

“houve um enfraquecimento”, etc. Nem sempre consideram essa realidade como sintomas de uma crise, geral e particular. Pensando em crise como “estado de dúvidas e incertezas”, “fase difícil, grave na evolução das coisas, dos fatos, das idéias-crise política”, “tensão, conflito de tendências”, “situação grave em que os acontecimentos da vida social, rompendo padrões tradicionais, perturbam as organizações de alguns grupos ou de todos os grupos integrados na sociedade”, “ponto de transição

práticas de combates ininterruptos associadas ao trabalho parlamentar conduzido pelo PT e pela CUT. Mas também existem **elementos residuais**, que são várias tendências neutralizadoras porque operam subordinadas à tendência dominante. Assim, as concepções classistas, propositivas e gerenciais seriam os elementos residuais na constelação das forças no SEEB/LD.

Entretanto, em nível nacional, a tendência dominante desde 1994, no interior da CUT, é a de um sindicalismo que caminha para o modelo propositivo, marcado pelo pragmatismo reformista. Esforça-se para co-participar e dividir as responsabilidades na gestão das empresas e de parte das instâncias públicas, tais como fundos de previdências corporativas ou fundos públicos de forma geral. Como elementos residuais, no contexto nacional, estariam as visões de um sindicalismo classista, anticapitalista, que defende o socialismo; bem como a de um sindicalismo combativo, reivindicativo, muito atuante e de vigilância constante dos direitos sociais, confrontando a todo momento com os capitalistas, porém sem definição clara sobre o projeto social no sentido do socialismo, mas que não mede esforços para construir uma cidadania social que atinja todas as classes populares.

Pode-se dizer que o SEEB/LD tem como tendência local dominante o sindicalismo combativo, e como elementos residuais e às vezes híbridos o sindicalismo propositivo concentrado e engajado muito mais nas negociações do que no embate direto com os banqueiros; pode-se ainda verificar como elemento residual, as visões classistas do sindicato, sobretudo nos dirigentes mais antigos. Entretanto o SEEB/LD estaria em nível nacional na posição de um elemento residual e não dominante como tendência hegemônica, porque, como já dissemos, na CNB e na CUT a tendência dominante mescla um sindicalismo propositivo com o gerencial.

entre uma época de prosperidade e outra de depressão, ou vice-versa" (Dicionário Aurélio), pode-se,

A respeito da crise no movimento sindical, as entrevistas com os dirigentes do SEEB/LD mostram que a maioria compreende que de fato está havendo crise no contexto do sindicalismo. Das dez entrevistas feitas, seis apontam essa tendência, porém com diferentes interpretações. Alguns dirigentes analisam a crise a partir do referencial marxista do movimento do capital, conforme depreende-se das falas a seguir:

Olha, eu diria que as crises que acontecem no movimento sindical, elas fazem parte de um ciclo na organização dos trabalhadores, porque é como se a gente imaginasse uma guerra, onde você tem, no caso do movimento sindical, um confronto muitas vezes ideológico e algumas vezes de necessidades imediatas, que seriam as lutas econômicas e sociais, onde aquela organização que a gente poderia identificar como exército dos trabalhadores, passam a se debater com [...] passa ao enfrentamento com o exército do capital, que são os patrões. A partir daí, os desenhos estratégicos de cada organização, nesse tabuleiro de estratégias, determinados momentos há necessidades de recuos nessas lutas, há baixas além daquelas que se pretendia ter quando você tem, por exemplo, tem uma crise onde se aponta uma recessão econômica. Onde a diminuição dos trabalhadores organizados nos sindicatos caem acentuadamente, você vai perceber que houve um enfraquecimento daquele exército, e aquele enfraquecimento determina sim uma condição de fragilidade que a gente poderia estar identificando como crise [...] Então isso tem sido, na história da organização dos trabalhadores, tem sido uma constante, em cada momento da história a gente tem percebido isso, alguns momentos os trabalhadores avançam, em outros momentos o patronato, a organização do capital, por ele ter não só o poder dentro da fábrica, dentro da empresa, mas por ele ter o poder no Estado acaba por desproporção, aí até de força, acaba impondo o processo de recessão, processo de concentração de renda, criando um exército de desempregados que acaba fragilizando a organização sindical na forma que esta estruturada hoje (entrevista 1).

Na minha avaliação, existe um fenômeno, que pode ser chamado crise e pode não ser uma crise do movimento sindical. Em função do neoliberalismo e da globalização, o sindicalismo sofre uma tendência de ter momentos altos e baixos e é neste contexto que se pode estabelecer que existe um fenômeno, um temporário de mobilização da classe trabalhadora (entrevista 2).

[a máquina sindical resiste a] esse momento de refluxo de várias formas, atuando, **não só no movimento sindical bancário, ela se fortalece nas organizações sociais, nacionais, em conselhos, em representações jurídicas e sociais.** A única forma da máquina sindical conseguir se manter no momento de refluxo estratégico e de

inibições da ação conjuntural da política nacional. Para simplificar: **o momento de refluxo sempre houve na história da ação sindical nacional, principalmente desde o movimento operário, e ela repercute, ela modifica a ação sindical, mas ela não consegue reter porque este refluxo está em constante movimento** (entrevista 5, grifos meus).

Sobre a crise que vive o sindicalismo, as respostas de várias entrevistas procuraram distinguir a crise de forma geral no movimento sindical e a realidade dos bancários. Os dirigentes até admitem uma crise como um todo, no movimento sindical, mas quando se trata dos bancários, há o predomínio em considerar que este movimento não está em crise, sempre apontando para a atuação política do SEEB/LD.

Do ponto de vista do movimento sindical da CUT, da Confederação Nacional dos Bancários, não há uma crise, há altos e baixos da conjuntura que provoca este [...] essa queda do movimento sindical (entrevista 2).

Como poderiam considerar que o movimento sindical está em crise, se justamente nos últimos anos seus ex-dirigentes alçaram posições de comando na política e em instituições do mercado financeiro, de fundos públicos, jamais registradas na história do Brasil? Ou seja, se o movimento formou e socializou lideranças políticas que controlam posições-chave no controle dos fundos públicos, como pensar em crise? Não estaríamos em ascensão? Não seria o sintoma de fortalecimento do sindicalismo em geral e em especial do sindicalismo bancário?

Ah, eu acredito que de modo geral no Brasil, os sindicatos dos trabalhadores está tendo uma crise sim. Para o sindicato dos bancários [...] os bancários de certa forma são mais organizados, então pode até existir uma crise, mas uma crise menor do que de outras categorias, porque os bancários são [...] não sei se é uma categoria mais informada, mais politizada então a crise pode existir, mas é menor (entrevista 4).

Eu não diria uma crise sindical, acho que o movimento sindical hoje, em 2004, é diferente de 85, quando se tinha uma necessidade muito grande que a gente conseguiu a liberdade e houve uma explosão do

movimento sindical dos trabalhadores de fazer as suas reivindicações [...] e a conjuntura hoje em 2004 faz com que os trabalhadores estão em refluxo, isso não significa uma crise no movimento sindical, a crise econômica do país que leva a uma crise do movimento sindical, onde as reivindicações dos trabalhadores se tornam mais difíceis junto com o patrão. Ao mesmo tempo o patronato nesses anos se especializou (entrevista 6).

Como resquícios do período de formação da CUT, nos anos de 1980, podemos encontrar, em alguns dirigentes do SEEB/LD, concepções e práticas sindicais orientadas pela **visão de classes**, ou, ainda, análises sobre o atual período de refluxo que guardam conexões com esse tipo de referencial de luta sindical, conforme depreende-se de algumas falas:

Dessa forma que eu estava te falando: **tentando organizar os outros trabalhadores para a mesma luta**. Todos, para nós representarmos todos os trabalhadores do ramo financeiro. Especificamente enquanto exclusivo dos bancários, a gente tem uma luta interminável, são batalhas diárias nessa guerra sem fim, né? É o trabalho contra o capital e sempre vai ter esse embate. E uma das formas que esse sindicato encontra é não se omitir. Ele pode, ele pode perder batalhas, mas ele chega dentro do banco de cabeça erguida, nós lutamos (entrevista 3, grifos meus).

o desemprego na categoria bancária também ele é monstruoso e a participação do trabalhador, ela acaba sendo diminuída, a sua vontade de participar acaba sendo diminuída pelo medo em função da recessão que está colocada. então isso determina com que ele tire o pé do acelerador, que ele não participe efetivamente, não participe diretamente do processo de enfrentamento, daí o sindicato usa a sua máquina para suprir essa ausência, mas ela não é a maneira mais adequada porque ela não supre de fato, dá para se fazer o processo de resistência, mas não é uma coisa que traz para os trabalhadores uma condição de luta mais adequada, né? Então o que a gente precisa identificar: os trabalhadores bancários hoje estão fragilizados por conta do número que participa hoje da categoria e enfrenta hoje o sistema financeiro, está fragilizado por conta do processo de recessão que impõe o desemprego alto, e o único instrumento que ele tem de resistência é a máquina sindical. Então a máquina sindical tá substituindo a organização de massa que enfrentava o sistema financeiro, então essa estratégia que tá colocada hoje, mas ela não é uma estratégia que a gente vê como definitiva, porque ela tá adaptada a esse momento da conjuntura, e qual a estratégia do movimento sindical para suprir essa necessidade que é o aumento do seu exército de organização, o seu exército de trabalhadores para enfrentar capital? É fazer com que a organização dos trabalhadores não se dê mais por categorias, é somar todas aquelas pequenas categorias que estão dentro dos bancos numa categoria só, através da unificação da data-base,

através da constituição de um sindicato único do ramo financeiro, e daí essa massa de trabalhadores hoje que está resumida no país, que já foi cerca de oitocentos mil e diminuiu para trezentos mil hoje, é a nossa realidade, nós fomos até o final da década de 80 nós éramos oitocentos mil bancários no país, caímos para trezentos mil, mas o sistema financeiro hoje emprega mais de um milhão de trabalhadores, através da terceirização, através de segmentos de categorias diferenciadas como financeiros, securitários, telemarketing, vários outros segmentos de trabalhadores que estão dentro dos bancos hoje, dentro do sistema financeiro. Então qual que é a estratégia do sindicato bancário hoje? É constituir a organização no ramo financeiro, fazer com que salte aí de trezentos mil soldados, para mais de um milhão de soldados, daí o enfrentamento vai dar numa proporção diferenciada, nesse momento enquanto isso não acontece porque depende da legislação sindical, depende de toda uma mudança que vai partir aí de uma reforma no Estado, enquanto isso não acontece, por causa dessa dependência, a gente tem que criar mecanismos de resistências que é o que tá colocado hoje (entrevista 1).

Toda essa desestruturação, ou fragilização da capacidade de luta dos trabalhadores, porque ao mesmo tempo em que houve uma diminuição do número de bancários, enfraquecendo aquele exército que estava atuando no dia-a-dia dos trabalhadores frente ao sistema financeiro, **você tem ainda divisão dele por categorias dentro do sistema financeiro e cada segmento desse ou cada categoria dessa tem uma direção diferente de sindicato e muitas vezes de concepção diferente** (entrevista 1, grifos meus).

Então o movimento que nós trabalhamos, o movimento da CUT, do novo sindicalismo, ele tem buscado novas estratégias, **e às vezes barra na união da classe trabalhadora** (entrevista 2, grifos meus).

Quando você se organiza através de uma sociedade sindical, ou o sindicato dos bancários, **você não pode se fechar em si mesmo desvinculando todo o resto da sociedade ou o resto dos trabalhadores**. O trabalhador não consegue viver unicamente, especificamente daquele ambiente de trabalho, ou do seu próprio movimento sindical. Quando a gente amplia esse leque, **participando de várias áreas da sociedade, além de estruturar e trocar experiências, fortalecer e melhorar a sociedade, você traz retorno necessário ao trabalhador bancário**, ou seja, não tem como ele trabalhar e voltar para a casa, para a família e esquecer da cultura, do lazer, da saúde, do bairro dele, então nossas ações sindicais que ultrapassam os limites dos bancários, elas só dá resguardo e amplia o leque de ação e proteção ao trabalhador bancário (entrevista 5, grifos meus).

Verifica-se no SEEB/LD que, da formação a partir de uma concepção classista, dos anos 1980, os dirigentes aprimoraram em seu cotidiano de sindicato as práticas do tipo *combativo/reivindicativo*, caracterizada por manter as lideranças vigilantes e atuantes junto aos bancos. Os dirigentes mais antigos tiveram

uma formação que lhes permite discutir o projeto de uma sociedade socialista, mas já são em minoria na direção. Os dirigentes mais novos tiveram uma formação mais centrada na atuação e na organização das mobilizações, das contestações emergenciais dos anos de 1990, influenciados pelos dirigentes mais antigos. Desse modo, incorporaram a combatividade dos sindicalistas socialistas sem uma formação mais densa dessa linha de movimento sindical.

As entrevistas revelam esse ativismo constante junto aos bancários e a outros setores sociais, conforme se segue:

A política para organizar esses trabalhadores terceirizados ela o que eu já tinha comentado antes também, ela é uma coisa implantada, implementada, ela leva tempo, vai levar tempo, que é você fazer os sindicatos por ramo de atividade. Enquanto isso que isso não acontece, a política aqui é não fechar nunca as portas para esse trabalhador que vem atrás do sindicato buscar ajuda. Como que eu faço? Porque às vezes a empresa terceirizada, ela tá lá dentro realizando uma atividade meio do banco, ou uma atividade fim do banco, um serviço exclusivamente bancário. Então há uma fraude na mão-de-obra, entendeu? A interposição fraudulenta da mão-de-obra, e você [...] então você dá uma orientação para essa pessoa, já que você não pode pela lei ainda representá-lo, mas você encaminha ele para um escritório jurídico, onde ele vai tomar as providências para o ressarcimento eventual que ele fizer jus, que ele tiver direito, né? Mesmo as questões de saúde, quando esse trabalhador adocece, né? Existe um [...] hoje já nem tanto, mas um braço do sindicato que é uma associação que foi criada pelos bancários, mas está aberto pra todas as categorias que é a APELER, essa pessoa também é encaminhada pra participar disso daí, pra entender melhor as coisas, né? Então a gente tem essa política, e sempre deixando claro pra eles que a gente [...] nossa intenção é representá-los, e a gente sente, em contra- partida, que o desejo deles é de ser representados por nós também, devido ao trabalho que a gente mostra semanalmente no dia-a-dia pra eles (entrevista 3).

[...] nós fazemos paralisações, para cada conduta do banco [...] por exemplo, hoje os bancos vem vivendo a crise das demissões, que está demitindo demais e alguns administradores, diretores de bancos assumiram o compromisso de que não haveria demissões a não ser por dois modelos de demissão: justa causa [...] e a pedido. E mesmo assim eles não estão cumprindo, o diretor foi lá e assumiu esse compromisso e não cumpriu, então nós temos que ir para a porta do banco porque ele não honrou a sua palavra [...] nós temos esse encaminhamento de estar parando quando não é cumprido aquilo que foi tirado num acordo (entrevista 9).

Como desdobramento da proposta de sindicalismo combativo/reivindicativo (no limite reformista), o SEEB/LD desenvolveu o que os dirigentes denominam como sindicato cidadão. Os documentos de orientação da CUT passaram a utilizar bastante essa denominação para o que entendem como sindicato responsável, atuante em diversas esferas da sociedade civil, contribuindo em programas sociais, ações das ONGs, entre outros. O SEEB/LD incorporou essa denominação, porém interpretando o conceito cidadania a partir de suas práticas combativas, ou seja, ao se envolver em outros movimentos populares, em conselhos municipais, na organização de outras associações de trabalhadores, no atendimento aos trabalhadores terceirizados (e não sindicalizados), considera que está construindo o sindicato cidadão.

Com certeza, só vinculou a ação sindical bancária e estrutura e cria um marco que é o do sindicato cidadão, porque além da ação bancária que a gente é constantemente atuante, e é um exemplo a nível nacional, nós temos a ação social de cidadão, todos os diretores representam algum órgão, alguma ação na sociedade que envolva Londrina, politicamente, socialmente, departamentalmente, em todos os aspectos, mas só melhorou e fortaleceu o nosso sindicato, a nossa ação sindical é de extrema importância para o movimento político e social de Londrina. Como eu já disse, tem representantes nossos na maioria dos órgãos e associações ou conselhos de Londrina, um exemplo mesmo é o Projeto Rede da Cidadania da Cultura de Londrina, que eu fazia parte e todas as ações da cultura de Londrina, nós estamos, o SEEB de Londrina está representado neles (entrevista 5).

Entretanto encontramos, também, dirigentes que já assimilaram os princípios do sindicalismo **propositivo**, muitas vezes considerando-o como um avanço, outras como um momento de adaptação, que não é o ideal, mas o possível; e outros ainda, considerando que, dessa fase de negociação, o sindicalismo irá evoluir para uma legislação mais próxima dos sonhos da CUT, desde sua fundação. Enfim, é uma concepção que tende a se fortalecer também no SEEB/LD:

Não, eu acho que a mentalidade dele mudou [do bancário], embora ele não participe, ele acredita no sindicato, e a gente tem conseguido sim mobilização, embora seja mais na base da máquina, né? A máquina sindical, a gente tem conseguido alguns avanços, o que anteriormente fazia até greve anteriormente e não conseguia com facilidade. Agora eu acho que hoje está mais fácil (entrevista 4).

Ainda de forma residual, mas já sendo incorporado ao discurso de alguns dos dirigentes do SEEB/LD, encontra-se a visão gerencial de sindicato. Aqui é necessário muito cuidado para não forçarmos a evidência dessa concepção, uma vez que ela é mais visível na direção nacional do movimento sindical cutista do que na direção local. Como alguns exemplos, podemos citar as seguintes falas:

Hoje nós temos hoje um debate que faz a economia solidária, onde os próprios trabalhadores se juntam em cooperativas, eles formam a sua organização, isso tem dado resultados positivos, até porque só o trabalho de carteira assinada, hoje nós temos milhões e milhões de pessoas que estão na informalidade, e elas vão gerando a sua subsistência, então aí o que nós esperamos que para vencer essa situação, a própria organização dos trabalhadores (entrevista 6).

[...] nós, dirigentes sindicais, temos que nos preparar melhor, nos formar melhor, não perder o bonde, porque as novas tecnologias evoluem todos os dias, e nós não podemos ficar “greve, greve”, “queremos aumento de salários”, o mundo do trabalho, com o processo de globalização, de reestruturação produtiva não se resume mais a isso. Acho que o capital tem vencido a gente nessa discussão com informações muito mais rápidas, com decisões mais rápidas (entrevista 7).

E mesmo assim eles [os gerentes das agências] não estão cumprindo, o diretor foi lá e assumiu esse compromisso e não cumpriu, então nós temos que ir para a porta do banco porque ele não honrou a sua palavra [...] nós temos esse encaminhamento de estar parando quando não é cumprido aquilo que foi tirado num acordo (entrevista 9).

Uma das explicações para o enfraquecimento da concepção anticapitalista no interior da CUT, bem como de práticas combativas/reivindicativas, está na política de formação dos dirigentes sindicais. Os próprios dirigentes do SEEB/LD identificam esse problema, conforme depreende-se da entrevista abaixo

Eu também acho que, voltando um pouco até 1989, que aquele sindicalista que na época das eleições presidenciais era um jovem que se dispunha a fazer a campanha boca a boca, empunhar uma bandeira nos comícios ou nas manifestação aí no calçadão, ele mudou o seu perfil, depois de um tempo ele foi amadurecendo, ele casou, ele constituiu família, né? Ele adquiriu outras obrigações inadiáveis para sua vida e não pode mais militar no movimento como militava antigamente, né? **Muitos até foram para as administrações, onde os partidos que apoiavam ganhou as eleições, e muita gente nova foi surgindo, então em vez de crise digo sempre que tem uma falha grande do sindicatos e até da central na sua política de formação de dirigentes sindicais. Foi chegando gente nova que não tinha uma história, não tinha não, ou não conhecia a história de como veio se dando todo aquele processo até acabar com os interventores dentro dos sindicatos, então o cara chega hoje dentro do sindicato, ele é mais um que manda, então acaba se tornando assim, pouca hierarquia, pouco organizada, acaba tendo muito cacique pra pouco índio, né? Então aquele camarada que saiu, né? A secretaria de formação, a política de formação dos sindicatos, da central, eu acho que ela não foi eficiente para pegar o camarada novo, que se enxergava nele um cara...um potencial pra vir para o movimento e formar esse cara e chegar aqui com um certo conhecimento já e saber atuando, né? Às vezes a pessoa vem e ela cai naquele, naquele, [...] nas picuinhas internas do sindicato, naquela política corrosiva que tem entre as pessoas e deixa de desenvolver um potencial grande que teria em alguns setores, isso acontece bastante em sindicato. Já aconteceu no nosso, hoje não acontece mais, mas você vê bastante por aí, muita disputa interna de poder e isso deixa um pouco o objetivo principal de justificar a existência do sindicato (entrevista 3).**

Após 1989, há problemas na política de formação de dirigentes sindicais. Porque a CUT, a CNB e o SEEB/LD não investem de forma mais sistemática na formação dos dirigentes? Que tipo de formação passou a ser desenvolvida no interior da CUT e do SEEB/LD? Estaria a formação sendo “aligeirada”, focando nas questões legais de organização das campanhas salariais periódicas? Se os novos dirigentes não sabem da história do movimento sindical anterior e posterior ao golpe de 1964, sobre a história da classe trabalhadora, porque a CUT e o SEEB/LD não investiram numa formação mais longa e continua desse novos dirigentes?

Bem, muda totalmente, ela redesenha e redefine a estratégia política sindical, porque se você tem uma leitura anterior às guerras e histórica do movimento e a formação da Central Única dos Trabalhadores que está atuando há vinte anos, num patamar a longo prazo de reivindicações, e organização de vários trabalhadores, ela se redesenha e redefine atualmente de forma meio isolada, a central continua buscando todos os trabalhadores, vinculando todos os direitos trabalhistas, mas a estratégia sindical no sistema bancário, ela tem que atualizar e se renovar cada vez mais. O que vai redefinir essa estratégia, no meu caso particularmente eu penso, é a formação do dirigente sindical. A formação, ela é fundamental, se antes você tinha uma formação de luta, de campo, de enfrentamento e era uma união e uma leitura prática da atuação do trabalhador, em conjunto com a categoria, todo mundo na rua, no início da década de 90, hoje você não tem mais, você tem um distanciamento (entrevista 5).

Segundo as análises de Tumolo, são perfeitamente visíveis as mudanças significativas nas políticas de formação da CUT. Conforme afirma:

É possível constatar na política nacional de formação da CUT que houve uma transformação significativa ao longo desses dez primeiros anos desde a fase embrionária em 1984 até 1993 (2002, p. 179).

[...] Levando em conta as debilidades, os limites, inclusive aqueles de ordem política, a formação sindical no primeiro [1984 a 1986] período era a expressão de uma CUT combativa, que tinha uma perspectiva classista e anticapitalista; daí porque a necessidade de oferecer aos dirigentes e militantes, além do conhecimento referente às questões da luta especificamente sindical, uma base teórica acerca da realidade social, com o objetivo de municiá-los para o combate contra o capitalismo e para a construção do socialismo (Tumolo, 2002, p. 181).

[...] Nos primeiros anos do período posterior [1987 a 1994], que também teve debilidades e limites, é possível constatar, pelo menos como orientação, uma continuidade daquela forma de conceber a formação sindical. Contudo, tratasse muito mais de um elemento residual do que de uma tendência, uma vez que a formação sindical vai se transmutando na medida da mudança da estratégia política da CUT, que vai perdendo, paulatinamente, sua perspectiva classista e anticapitalista. O resultado disso é que na sua constituição a partir de 1987, reforçando-se na virada da década, a formação sindical da CUT vai adquirindo, gradativamente, um caráter cada vez mais de **formação instrumental**, que busca preparar os militantes para atender às demandas da conjuntura e do cotidiano sindical ou, ainda, que aborda questões específicas, vale dizer, uma formação que lida com os aspectos conjunturais, do que de uma formação de base que propiciasse uma apreensão da

realidade social em sua dinamicidade contraditória, tendo como eixo central a luta antagônica entre as classes sociais fundamentais, ou seja, uma formação que tratasse dos elementos estruturais em seu movimento de múltiplas contradições (Tumolo, 2002, p. 181-182).⁸⁶

Para o entrevistado 3, a falta de políticas de formação para os novos dirigentes que enfocasse a história do sindicalismo não tem relação com a crise no sindicalismo:

Então, o que eu falei: falta de políticas de formação, né? Uma falta de políticas de formação, sempre lembrando o que penso lá sobre a crise, a crise, não é [...] eu não admito uma crise no sindicalismo bancário, agora crise é uma crise geral. O país está em crise, então assim, onde o sindicato pecou, foi na formação do indivíduo que veio novo (entrevista 3).

Através das entrevistas, apresentamos as várias tendências existentes no interior do SEEB/LD, indicando várias formas de ação sindical, mostrando que as ações deste sindicato não têm uma única forma de atuação. Destaca-se como tendência dominante o sindicalismo combativo/ reivindicativo, mas também há uma oscilação entre os elementos residuais. Portanto os dirigentes do SEEB/LD oscilam neste complexo de concepção e práticas de sindicato em seu cotidiano.

⁸⁶ Tumolo cita duas entrevistas com dirigentes da Executiva Nacional que realizou em cursos de formação da CUT entre 1993 e 1994, em que afirmam que a marca da formação da CUT pode ser a de instrumental, ou seja, estatuariamente tem uma vocação socialista, mas não dá conta de realizar esse debate, de aprofundar a relação da sociedade e do sindicato com o Estado, não avançando essa concepção ideológica de sindicalismo, em relação ao que é estratégico, por isso fica mais nas questões conjunturais. A entrevista nº 3 de um dirigente sindical do SEEB/LD, citada anteriormente, atesta as conseqüências das mudanças dos conteúdos da formação sindical empreendida pela CUT nos últimos anos: não desenvolve mais cursos sistemáticos sobre os aspectos estruturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS SINDICAIS

A complexidade do movimento sindical bancário de Londrina, inserida no contexto da mundialização do capital, aponta que a existência de uma crise é reflexo desse momento e também reflexo da concepção que se fortaleceu no movimento (cutista) nos últimos anos.

No Brasil, o “*novo sindicalismo*” deu uma nova dinâmica para o movimento sindical (e também para os movimentos populares), principalmente no enfrentamento ao regime militar, criando as condições para que o trabalhador pudesse participar na vida política do país. Dessa forma, o movimento acabou sendo importante nos aspectos econômicos e políticos. No primeiro caso, destaca-se a luta salarial diante da inflação. Na questão política, procurou ampliar os direitos sociais.

No interior do movimento sindical, em especial da CUT, desenvolvem-se concepções e práticas que tornaram-se referência no movimento sindical dos bancários de Londrina, haja vista a relação direta entre as duas entidades. Foi neste contexto que o movimento sindical bancário reapareceu no país nos anos 1980, destacando-se pelas ações de massa que envolveram os bancários de forma geral (o caso emblemático foi a greve nacional dos bancários de 1985).

Nos anos seguintes, houve uma transformação neste sindicalismo, distanciando-se da perspectiva classista, assumindo a prática de negociação, o que marca o processo defensivo do movimento, através de ações propositivas. Atualmente o movimento sindical já não está “limitado” a negociar os direitos dos trabalhadores, mas também gerir, principalmente, os fundos e as cooperativas; assim, desenvolve-se o sindicalismo gerencial.

O movimento sindical cutista mudou de perfil, em que a concepção de classe e o modelo combativo (reivindicativo-econômico) tornam-se elementos

residuais. Em contrapartida, a tendência dominante passou a ser ações mais moderadas, em que se destacam *as reivindicações realistas, a negociação e o “fortalecimento da sociedade civil”*.

Fortaleceram-se o *neocorporativismo* e o *neopragmatismo setorial*. A crescente prática conciliatória das organizações sindicais no Brasil, acabou levando à adoção de postura *pacífica* das organizações diante do capital, ao passo que os dirigentes sindicais acabaram assumindo o papel de gestores do capital, o que rendeu aos sindicatos o crescimento das suas estruturas, que permite a sua sobrevivência.

Um sindicalismo gerencial, de dirigentes que executam políticas definidas em outras instâncias, por exemplo, no âmbito do capital e do Estado, configura uma quarta fase. Já não é somente o caráter propositivo que predomina neste movimento, que passa a gerir as formas do capital, por exemplo, através dos fundos de pensão. Se anteriormente lutava-se pela previdência pública social, nessa concepção o sindicalista assume a gerência dos fundos por categoria, por corporações. As cooperativas de trabalhadores contribuem para a terceirização de serviços e, em muitos casos, são geridas pelos sindicatos. Outro exemplo são as escolas profissionalizantes, privatizadas pelos Governos Federal e Estaduais. No lugar dos sindicatos reagirem fortemente contra o fechamento desse espaço público, passaram a assumir o gerenciamento e a implantação de cursos rápidos de qualificação profissional, com o Fundo do Amparo aos Trabalhadores – FAT e com os próprios empresários de educação profissionalizante ou técnicas. Além de executarem uma política de formação profissional extremamente excludente, ajudaram a reforçar o caráter ideológico dado à falta de qualificação, indicada como causa do desemprego para muitos trabalhadores.

Não foi possível aprofundar a pesquisa e direcionar os dados no sentido da hipótese que seria a mais nova marca desse movimento sindical: formar dirigentes executores dessas políticas, que desenvolvem uma “solidariedade” corporativa entre os trabalhadores, ao invés da luta pela universalização dos direitos sociais atingidos durante todo o processo de reestruturação do sistema financeiro. Mas a análise permite elaborar essa tendência no movimento sindical dos bancários no país. Essa concepção gerencial tende a se fortalecer nos próximos anos, e indícios não faltam. O fato de um ex-dirigente do CNB/CUT ser Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e ser responsável pela conclusão da reforma da Previdência, iniciada no Governo de Fernando Henrique, indica o quanto esses dirigentes se voltaram para ações de execução das políticas de reestruturação do capitalismo brasileiro. Além de Berzoini, mais dois ministros de estado são ex-dirigentes bancários, Luiz Gushiken, da Comunicação e Olívio Dutra, Ministro das Cidades. No Ministério do Trabalho, temos um ex-dirigente do Sindicato dos Petroleiros - CUT, e assim por diante.

Em Londrina, também verifica-se esse fenômeno: ex-dirigentes do SEEB/LD, ocupam cargos executivos no governo municipal e estadual.

De forma geral, as transformações no mundo do trabalho pioraram as condições dos trabalhadores, que foram perdendo diversos direitos. Houve uma flexibilização e as condições de trabalho se deterioraram. Neste contexto, as demissões, “*entraram de sola*” no setor bancário. No processo de expansão do sistema financeiro, o movimento sindical teve que enfrentar o problema da grande quantidade de demissões: num período de 16 anos (1986 a 2002) foram mais de 370 mil no Brasil.

A reorganização do trabalho e o avanço nos bancos fizeram com que houvesse uma mudança no perfil do bancário tornou-se o vendedor de produtos

que acaba tendo que se adaptar com mais rapidez, de acordo com a demanda do mercado. O bancário não é mais o mesmo da década de 1970 e 1980, hoje é um trabalhador que acaba se adaptando “às exigências do mercado”, e isso também acontece com o sindicalismo: tende a se “adequar” à realidade.

Portanto as formas como os dirigentes do SEEB/LD construíram suas concepções e suas ações de lutas foram condicionadas pelas transformações na maneira de organizar o trabalho nos bancos, na composição social do modo capitalista de produção e pelo modelo sindical cutista.

Com este estudo, foi possível mostrar como estão presentes no SEEB/LD o modelo classista, combativo-reivindicativo, cidadão, propositivo e o gerencial. É preciso ainda pesquisar como tais tendências “caminham” a cada ano, se distanciando do “*novo sindicalismo*”, em que se encontrava mais facilmente em seus dirigentes a noção de classes sociais e, portanto, estavam mais “dispostos” ao enfrentamento direto com o capital.

Como todo objeto de estudo, também o movimento sindical está inserido num contexto complexo, que demanda maior tempo para o seu estudo. Não foi possível apreender mais elementos, porém eles existem, e quanto mais forem estudados, melhores serão as análises⁸⁷.

Não é uma tarefa fácil “enfrentar” a crise que há no movimento sindical, ainda mais neste momento em que, com reestruturação capitalista, há uma hegemonia do capital financeiro. Certamente essa dificuldade é maior ainda para o sindicalismo bancário, já que os trabalhadores deste setor lidam diariamente com a “mercadoria dinheiro” e são submetidos às diversas formas de pressões psicológicas. Ao mesmo tempo que fazem a riqueza do capital aumentar, não conseguem ter perspectivas de melhora no seu modo de vida, já que as condições

⁸⁷ Isso poderá ser aprofundado em futuras pesquisas.

de trabalho só estão piorando. Neste aspecto, a tecnologia é um elemento de extrema importância para o capital reforçar suas formas de dominação. No caso bancário, o sistema financeiro tenta diminuir consideravelmente o envolvimento humano no processo de trabalho.

Cabe aos sindicatos insistir na noção de solidariedade entre os trabalhadores, como condição de resistência contra o avanço do capital e para romper com a concorrência entre os mesmos, que se acirrou no momento em que isso é incentivado, seja na empresa, pelo governo, etc⁸⁸.

Tendo como referência o caso do SEEB/LD (dentro do todo), podemos tentar responder uma parte dessa pergunta, pois dependemos sempre do contexto social. Observamos que, quase de maneira geral, os sindicatos caminham para a busca da negociação com o capital. O exemplo mais próximo é o caso da eleição de Lula, que está implementando medidas (não terminadas por FHC) que vão em direção aos interesses do capital. Mas ainda há sinais que é possível a existência de outras formas que não essas.

Portanto, verifica-se quatro “modelos” na história desse modelo sindical: classista, a transição para o propositivo, o propositivo e, nos últimos tempos, gerencial.

No contexto do SEEB/LD, pelas entrevistas feitas com os dirigentes, foi possível identificar como tendência dominante nas suas ações o modelo combativo/reivindicatório, e como tendência residual os modelos classistas, propositivos e gerencial. Para este sindicato continuar sendo referência política, tanto nos movimentos populares como no próprio movimento sindical, precisa manter a tendência dominante de combatividade e isso só será possível se retomar

⁸⁸ Enquanto termino este estudo, os bancários estão em campanha salarial. O movimento sindical está conseguindo fazer essa campanha de forma unificada entre os bancos públicos e os bancos privados. É interessante observar que a mobilização que está ocorrendo tende a retomar características do movimento dos anos 1980, que conseguiu aglutinar os trabalhadores.

constantemente a noção de classes sociais. Retomar a questão da combatividade tendo a perspectiva de classes é criar em seus dirigentes a compreensão de que, com o capital, é impossível negociar. Se, ao contrário, crescer a tendência de sindicalismo social-democrata, em que predomina o caráter de conciliação entre capital e trabalho, este sindicato poderá deixar de ser a referência na política local.

Acredito que o SEEB/LD seja o sindicato da região que tem mais condições e elementos, devido à sua trajetória, para formulação de propostas no sentido de reverter o momento em que passa o movimento sindical, este momento de refluxo, pois, a partir de 1985, foram criadas formas embrionárias para a discussão da supressão da propriedade privada e da necessidade de coletivização dos meios de produção, fatores essenciais na perspectiva emancipatória da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. **O Preço da Riqueza**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Dimensões da Globalização: O Capital e Suas Contradições**. Londrina: Práxis, 2001.

_____. **Limites do Sindicalismo**. Marx, Engels e a Crítica da Economia Política. Bauru: Práxis, 2003.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. ; GENTILI, P. (Orgs) **IN: Pós Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Ed. Cortez, 2. ed., 1995.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Círculo do Livro,[sd.] p. 9- 70. (Primeiros Passos v. 30)

ARAUJO, Angela Maria Carneiro. *et al.* **Reestruturação Produtiva e Negociação Coletiva nos Anos 90**. Revista Brasileira de Ciências Sociais v. 16, n. 45, fevereiro, 2001.

BERNARDO, João. **Capital, Sindicatos e Gestores**. São Paulo: Vértice, 1987.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa: O Movimento Operário Europeu em Crise**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOITO JR, Armando. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. IN: BOITO JR, Armando. (org) **O Sindicalismo Brasileiro Nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991a.

_____. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical**. Campinas: Unicamp, 1991 b.

_____. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRAVERMAN, Harry. Gerência Científica. IN: **Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRESCIANI, Luís Paulo. O Trabalho nos Olhos do Furacão: Trajetórias e Turbulências no Brasil. IN: NETO, Antonio Moreira de Carvalho , CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. (Orgs) **Sindicalismo e Negociação Coletiva nos Anos 90**. Belo Horizonte: IRT/PUC-Minas, 1998.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do Mercado: Crítica do Liberalismo**. São Paulo: Unesp, 1991.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **O Sindicalismo Bancário em São Paulo**. São Paulo: Símbolo, 1978.

CARDOSO, Alberto Moreira. **A Trama da Modernidade. Pragmatismo Sindical e Democratização no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Experiência do Movimento Operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá, São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. **A falência Mundial dos Fundos de Pensão**. IN: www.apufpr.org.br.

CNB/CUT. **Dez Anos de Lutas, Conquistas e Sonhos**. São Paulo, 2002.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Mercado de Trabalho e Informalidade nos anos 90**. Estudos Econômicos São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

DIEESE - Boletim n. 196. **Reestruturação Produtiva Reduz Emprego nos Bancos**. julho de 1997b.

_____. Boletim n. 198. **A Globalização da Economia e a Informatização do Sistema Financeiro**. setembro de 1997a.

_____. Boletim n. 213. Bancos (e Finanças) no Brasil: **Reestruturação e Tendências**. maio e junho de 1999a.

_____. Boletim n. 216. **O Emprego Bancário no Primeiro Semestre de 1999**. nov/dez de 1999b

_____. Boletim n. 218. **Mudanças no Atendimento Bancário**. mar/abr/mai de 2000.

_____. Linha Bancários. **Terceirização e Reestruturação Produtiva do Setor Bancário no Brasil**. N. 2, julho 1994.

Dieese/CNB/CUT. **Rostos dos Bancários – Mapa de Gênero e Raça do Setor Bancário Brasileiro**, maio de 2001.

DRUCK, Graça. Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical. IN: **Globalização e Trabalho**. Caderno CRH, Salvador, n. 24/25 Jan/Dez 1996.

_____. **Terceirização: (Des) fordizando a Fabrica: Um Estudo do Complexo Petroquímico.** São Paulo: Boitempo, 1999.

DRUCK, Graça, et al. Bancário: Um Emprego de Múltiplos Riscos. IN: **Trabalho, Flexibilidade e Precarização.** Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 217-233, jul/dez 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FIORI, José Luís. **Os Moedeiros Falsos.** Petrópolis: Vozes, 1997.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e fordismo. IN: **Maquiavel, A Política e o Estado Moderno.** 8. ed. Rio de Janeiro: ed. Civilização brasileira, 1991, p. 375- 413.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

JÁCOME RODRIGUES, Iram. As Comissões De Empresa e o Movimento Sindical. IN: BOITO JR, Armando. (Org.) **O Sindicalismo Brasileiro Nos Anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **O Emprego Como Tema Central na Agência Sindical.** Estudos Econômicos São Paulo, v. 27, n. especial, p.117-136, 1997.

_____. Sindicalismo, Emprego e Relações do Trabalho na Indústria Automobilística. IN: ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos. Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 3.^a edição, 1999.

JÁCOME RODRIGUES, Iram; RAMALHO, José Ricardo. **Sindicalismo na Inglaterra e no Brasil: Estratégias Diante das Novas Formas de Gestão da Produção.** São Paulo em Perspectiva, volume 12, n. 1, SEADE, 1998.

JINKINGS, Nise. **O Mister de Fazer Dinheiro. Automação e Subjetividade no Trabalho Bancário.** SÃO PAULO: Jinkings Editores Associados Ltda, 1995.

_____. Trabalhadores Bancários: Entre o Fetichismo do Dinheiro e o Culto da Excelência. IN: AUED, B. W. (Org.). **Educação para o (Des)emprego.** Petrópolis, RJ: Vozes, p. 151-173, 1999.

_____. **Trabalho e Resistência na “Fonte Misteriosa”: Os Bancários no Mundo da Eletrônica e do Dinheiro.** Campinas: Unicamp, 2002.

_____. As Formas Contemporâneas da Exploração do Trabalho nos Bancos. **REVISTA Idéias,** Campinas, 9(2)/ 10(1) p. 219-245, 2002-2003.

LARANGEIRA, Sônia M.G. **Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90.** *Educ. Soc.*, dez. 1997, v.18, no.61, p.110-138.

LEITE, Márcia de Paula. **O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e subjetividade Operária.** São Paulo: Scritta, 1994.

MARTINS, Heloisa de Souza. JÁCOME RODRIGUES, Iram . **O Sindicalismo Brasileiro na Segunda Metade dos Anos 90**. Revista Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. V.11 - n.º 2, p. 155-182, out. 1999.

MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós 64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro terceiro, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro primeiro, 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

NEVES, Euclides Fagundes. **Bancos, Bancários e Movimento Sindical**. São Paulo: Guivo Guisoni, 1998.

NOGUEIRA, Armando José França Mazzei. **A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro. A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo**. SP: EDUC, 1997.

OLIVEIRA, Ana Lúcia. **IAPB e Sindicato: Duas Estrutura Interligadas**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 13 p.141-151, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor. Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. IN: OLIVEIRA, Francisco. **Os Direitos do Antivalor: A Economia Política da Hegemonia Imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Privatização do Público, Destituição da Fala e a Anulação da Política: O Totalitarismo Neoliberal. IN: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os Sentidos da Democracia – Políticas do Dissenso e Hegemonia Global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OUTHWAITE, Willian, BOTTOMORE, Tom. (Orgs.) **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Alcinei Cardoso. **O Emprego Bancário no Brasil e a Dinâmica Setorial (1990 a 1997)**. Tese de Mestrado em Economia pela PUC SP, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As Tendências Políticas na Formação Das Centrais Sindicais. IN: BOITO JR, Armando. (Org) **O Sindicalismo Brasileiro Nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALERMO, Mário Sérgio. Trabalho e Organização na empresa industrial integrada e flexível. IN: FERRETTI et all. **Novas tecnologias, Trabalho e Educação. Um Debate Multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 3. ed.1996.

SANTANA, Marco Aurélio. **O “Novo” e o “Velho” Sindicalismo: Análise de um Debate.** Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 10/11, p.19-35, 1998.

SANTOS, Ariovaldo. **Trabalho e Globalização: A Crise do Sindicalismo Propositivo.** Práxis, 2001.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste Mental no Trabalho Dominado.** São Paulo: Cortez, 1994.

SEGNINI, Liliana. **A Liturgia do Poder: Trabalho e Disciplina.** São Paulo: EDUC, 1988.

_____. **Mulheres no Trabalho Bancário: Difusão Tecnológica, Qualificação e Relação de Gênero.** São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Reestruturação Nos Bancos no Brasil: Subcontratação e Intensificação do Trabalho. IN: **Educação e Sociedade, ano XX**, n. 67, agosto/1999.

SILVA, Tarcio Lopes da. NETO, Paulo de Melo Jorge. **Economia de Escala e Eficiência nos Bancos Brasileiros Após o Plano Real.** Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas USP. V. 32, n. 4, p.577-619, out/dez 2002.

SOUZA, José dos Santos. A “Nova” Cultura do Trabalho e seus Mecanismos de Obtenção do Consentimento Operário: Os Fundamentos da Nova Pedagogia do Capital. IN: BATISTA, Roberto Leme. ARAUJO, Renan. **Desafios do Trabalho: Capital e Lutas de Classes.** Londrina: Práxis, 2003.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da Contestação à Conformação: a Formação Sindical da CUT e a Reestruturação Capitalista.** Campinas: Unicamp, 2002.

WEIL, Simone. A Racionalização. IN: **A Condição Operária e Outros Estudos Sobre Opressão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Outros materiais consultados:

- Folha de São Paulo
- Folha de Londrina
- Jornal de Londrina

- Boletins sindicais

- **Folha Bancária** - informativo do Sindicato dos Bancários de São Paulo
- **Vida Bancária** - informativo do SEEB/LD
- **Vida Fax** - informativo eletrônico do SEEB/LD

- Revistas:

- **InformaCUT**

- **Caros Amigos**, ano IV, número 44, novembro 2000.
- **O Espelho** - Informativo da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil- CNB/CUT
- **Revista dos bancários** - Sindicato dos Bancários de Curitiba
- **Revista dos bancários** - Sindicato dos Bancários de São Paulo

- Livro de Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias do SEEB/LD.

- Sites:

www.anapar.com.br

www.bancariosbh.org.br

www.bcb.gov.br

www.cnb.com.br

www.cut.org.br

www.dieese.org.br

www.febraban.com.br

www.forcasindical.org.br

jbonline.terra.com.br

www.imf.org/

www.uniban.br

www.unisoli.com.br

www.valor.com.br

www.worldbank.org/

www.jbonline.terra.com.br

- Fitas VHS:

- Sindicato dos Bancários em Estabelecimentos Bancários de Londrina de 30/06/2000 a 18/10/2000.
- Sindicato dos Bancários em Estabelecimentos Bancários de Londrina de 18/10/2000 a 24/10/2000.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Há uma crise sindical?

Há uma crise no sindicalismo bancário?

Qual o teor desta crise?

Quais as raízes da crise?

Quais as dificuldades para enfrentar a crise?

A reestruturação produtiva conduziu à uma redefinição de estratégia sindical?

Como?

Qual a estratégia do movimento sindical?

Quais os resultados positivos e os limites dessa estratégia?

Como a máquina sindical resiste a esse momento de refluxo?

Por que a máquina sindical não consegue mobilizar os trabalhadores?

Qual o ímpeto da reestruturação produtiva sobre o sindicalismo bancário em Londrina? (conseqüências)

Como o patronato tem contribuído para enfraquecer a luta sindical bancária?

Quais as respostas do sindicato para o enfrentamento junto ao patronato?

O que mudou no sindicalismo bancário desde a criação da CUT?

E na realidade londrinense, houve mudanças no projeto do SEEB, a partir de 1985?

Existe uma estratégia articulada com o plano nacional ou acontecem ações isoladas?

Quais as políticas para organizar os trabalhadores terceirizados?

Quais os mecanismos que o sindicalismo bancário tem utilizado para fazer resistência ao capital?

Qual o papel da CNB e da FETEC/PR? (na luta orgânica e inorgânica)

Qual o futuro do sindicalismo?

CHEGOU A HORA

Bancários, a nossa luta não terminou com a entrega da minuta de reivindicações (feita no último dia 12) aos banqueiros. Ao contrário: agora realmente se inicia a arrancada para as mobilizações visando uma possível greve na segunda quinzena de março.

Precisamos estar organizados e preparados no caso dos banqueiros recusarem em atender nossas reivindicações. Por isso, é importante que todos participem das manifestações (reuniões, assembleias etc.) que estão programadas até o final deste mês.

ASSEMBLÉIA POR BANCOS

Terão continuidade também as assembleias por bancos. Fique atento: as próximas serão para o Banco Nacional e Itaú (dia 20/02, a partir das 19 horas, respectivamente na sede do Sindicato e no auditório). No dia 23 haverá assembleia para a Caixa Econômica, às 19 horas, no auditório; no dia 24 às 19 horas, também no auditório para os funcionários do Bamerindus. E no sábado assembleia específica para digitadores e funcionares, a partir das 10 horas da manhã no auditório.

LUTAS NACIONAIS

Do dia 23 ao dia 26, a CUT nacional, do qual este sindicato é filiado estará promovendo manifestações contra a política econômica do governo: É o "Não deu Certo". nós bancários realizaremos um protesto no dia 25, data também do Dia Nacional de Luta da categoria. No próximo boletim publicaremos o que o Sindicato irá promover para este dia. Por enquanto é só, mas não se esqueça sem luta não tem aumento: vamos todos participar.

NÃO SE ESQUEÇA

... que os banqueiros tem até o dia 12 de março para responder se aceitam ou não as nossas reivindicações.

... que queremos novos pisos salariais, 100 por cento já a partir de março, aumento automático mensal dos salários e estabilidade no emprego.

... que os juros já alcançaram a cifra astronômica de mil por cento na semana passada.

... que o piso inicial dos bancários é de atualmente de Cz\$ 2.300 e sua jornada de trabalho é sempre desrespeitada.

... que o salário mínimo estipulado pelo DIEESE para dezembro/86 era de Cz\$ 4.884. Para março deverá ultrapassar os Cz\$ 5.500.

... E O NOSSO SALÁRIO, COMO FICA???



OLHO VIVO

SÓ PARA CURSOS

Atenção bancários, nos dias abaixo relacionados, a chácara do Sindicato estará vetada para uso recreativo em função da realização dos cursos de formação sindical:

Módulo 1: 14 e 15/03; 04 e 05/04; 16 e 17/05; e 05/07/08

Módulos 2: 21 e 22/03; 11 e 12/04; 23 e 24/05; e 13 e 14/06.

Quem estiver interessado em participar dos cursos ligue para o fone 23-0035. Todas as despesas são por conta do Sindicato. No último realizado nos dias 14 e 16 compareceram cerca de 20 bancários, inclusive dois diretores do Sindicato dos Bancários de Ponta Grossa. É o curso ganhando fama em todo estado. No primeiro, realizado também em fevereiro estiveram presentes bancários e diretores de Toledo, Umuarama, Campo Mourão e Curitiba.

PARTICULARES SE ORGANIZAM

Os bancos particulares de Londrina iniciaram na semana passada mobilização para a campanha salarial deste ano. Sem motivação para participar das assembleias gerais, os funcionários dos particulares porém, estão comparecendo em bom número nas assembleias específicas. Ressalta-se exemplos dos bancários do Sebra e do Noroeste, que decidiram pela participação ativa no movimento, com a publicação de boletins internos e dinamização da luta. Eles entendem que os aumentos salariais só virão para aqueles que estiverem mobilizados e organizados em seus locais de trabalho.



VIDA BANCÁRIA



Jorn. Resp. Erió Tarigati Mili 15264

Dir. Resp. Edi Aparecido Trindade

Boletim Informativo do SEEB-Londrina e Região

199
nº 121 ano 3 2 a 8/12/87 5 mil exemplares

NÃO SE DEIXE ENGANAR

Atenção: a partir dos três meses seguintes (Dezembro/fevereiro), todos os bancos serão obrigados a pagar o novo índice da Unidade Referencial de Preços (URP), fixada em 9,19 por cento. Este índice reflete a média de inflação registrada entre setembro e novembro. A URP foi criada para garantir a manutenção do poder real de compra do salá-

rio do trabalhador. No entanto, na prática, não passou de mais um engodo do governo, já que não conseguiu este objetivo e, ao contrário, acelera cada vez mais o arrocho salarial. Veja o quadro dos novos salários, levando em consideração os novos pisos salariais:

NOVOS SALÁRIOS PARA OS BANCÁRIOS URP-9.19%				
	SETEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO/88	FEVEREIRO/88
Portaria	7.000,00	7.643,30	8.345,72	9.112,69
Escriturário	8.650,00	9.444,93	10.312,92	11.260,68
Caixa	9.000,00	9.827,10	10.730,21	11.716,31
Con.Caixa	2.500,00	2.729,75	2.980,61	3.254,53
Anuênio	320,00	349,40	381,51	416,58
Grat.Comp.	850,00	1.631,15	1.781,05	1.944,73
Ajuda Alim.	80,00	87,35	95,38	104,14

Assessoria Econômica do Seeb-Londrina.
30/nov/1.987



RICOS NÃO PAGA IMPOSTO, MESMO!!

Todo mundo já sabia que o rico nunca pagou imposto no Brasil, deixando este encargo aos assalariados brasileiros. Mas agora, esta sacanagem foi oficializada de vez. O presidente Arney proibiu assalariados no dia 11/11 o pacote fiscal do Ministério da Fazenda que tinha entre seus principais itens, cobrança de impostos sobre fortunas pessoais. Em esta decisão, o presidente recebeu aplausos e abraços e sorrisos dos seus



amigos empresários, latifundiários e principalmente banqueiros. Isto porque, primeiro, por não cobrar impostos das suas fortunas e

segundo não tenha dúvida, será o trabalhador brasileiro a pagar este cambalecho. Basta verificar nossos holerites.

DESRESPEITO AO BANCÁRIO

Vários bancos estão desrespeitando o horário de atendimento ao público e ao mesmo tempo aproveitam a situação para explorar ainda mais o trabalho gratuito. Tem bancários trabalhando mais de dez horas diárias. Isto prejudica o desenvolvimento dos seus estudos, o relacionamento com sua família e também o seu lazer. O Sindicato estuda novamente a possibilidade da volta da operação fecho-banco, junto com uma campanha de mobilização contra este tipo de abuso. No entanto, é importante desde já que os bancários sujeitos a essa exploração comecem a se organizar dentro das suas agências e procure denunciar ao Sindicato para que sejam tomadas as providências necessárias. Não fique parado, o patrão não gosta disso.



VIDA BANCÁRIA



Revista Informativa do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região

Dir. Resp. Ed. Aparecido Trindade

ESTATAIS: CONGELAMENTO CONTINUA

Apesar das muitas limitações conquistadas na Justiça, obrigando as empresas estatais a pagarem a URV (em Londrina deve sair liminar hoje), até agora o funcionalismo não recebeu nenhuma centavo. Acontece que a Justiça concede uma instância e tira na outra; é o que está ocorrendo: Os Tribunais, especialmente o TFR, usando de argumentações infundadas, estão cassando todas as liminares. Com isso, revela que os caminhos jurídicos não têm nenhuma chance de sucesso

própria meios, ou seja, mobilização e unidade na luta.

Para que possamos dar uma resposta ao governo, capaz de contra atacar a política de arrocho e entreguismo do governo, o Sindicato está chamando todos os bancários das estatais (BR, Meridional, Basa, e INCC) para uma Assembleia amanhã, dia 24, às 19 horas no Auditório. O rumo do movimento das estatais depende da nossa disposição. Não deixe de participar da Assembleia.

ANTECIPAÇÃO SALARIAL

O Beage e o Credireal não efetuaram o pagamento da antecipação salarial de 15% aos seus funcionários e o mesmo poderá ocorrer com o BCR, que ainda não confirmou o pagamento.

A questão do Beage/Credireal é ainda mais grave: O governo, usando o velho argumento de contenção do déficit público através do empagamento das estatais, vai fundir estes dois Bancos, surgindo daí o Medi-Beage, com o fechamento

de agências e a demissão de muitos funcionários.

Neste processo, os maiores prejudicados acabam sendo os funcionários que assustados com as ameaças, a insegurança no emprego, permanecem acobardados, sem qualquer reação.

Todos os bancários do Credireal e Beage devem ter claro que os ataques e ameaças que hoje sofrem, só podem ser barrados com a mobilização e organização, não com a indiferença.

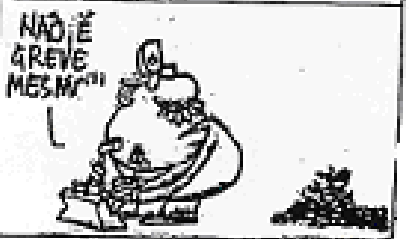
ASSEMBLÉIA BANCOS FEDERAIS: 24/05

Nesta terça-feira, dia 24 de maio, vamos decidir juntos os rumos do movimento das estatais. A Assembleia é para todos os funcionários dos Bancos Federais (BR, CEF, MERIDIONAL, BASA e INCC). Não deixe de participar.

Horário: 19 horas

Local: Auditório do Sindicato

End: Rua Professor João Cândido, 108.



ASSEMBLÉIA

DIÁ 23/5 ÀS 19 HS
PÁUTA: AQUISIÇÃO DA NOVA SEDÉ
NO AUDITÓRIO DO SINDICATO

GREVE DOS BANCÁRIOS DIA 14/9



Assembléia do dia 14.09.88 - Concha Acústica

ASSEMBLÉIA DECISIVA

Dia 13/09 - Terça-feira, às 19 hs. Na Concha Acústica



VIDA BANCÁRIA

FILIADO A
CUT

Jorn. Resp. Osmani Costa - Mtb 1091 - Dir. Resp. Odete Thomaz de Aquino

Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região

Nº 149 - 12/09/88 - Ano IV - 6 mil exemplares.

VIDA BANCÁRIA



Jorn. Resp. Osmani Costa - Mtb 1081 - Dir. Resp. Odete Thomaz de Aquino

Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região.

Nº 157 - 16/11/88 - Ano IV - 6 mil exemplares.

SINDICATO NÃO ACREDITA NO NOVO PACTO SOCIAL

O pacto social antiinflacionário assinado em Brasília no dia 4 de Novembro pelo Governo, por alguns empresários e alguns líderes sindicais não tem a menor possibilidade de dar certo apesar de todo clima de otimismo com que foi divulgado pela grande imprensa. Isto porque o pacto não tem apoio popular, aumenta a perda do poder de compra dos salários, não estabelece nenhum mecanismo de fiscalização: punição para quem aumentar os preços acima do estipulado, e não toca nas principais causas da inflação: especulação financeira, subsídios às grandes exportações, desenfreada emissão de títulos da dívida interna, déficit público e dívida externa.

Esta é a posição oficial da diretoria do Sindicato dos Bancários de Londrina e região - ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) - que reuniu-se na última sexta-feira especificamente para analisar o pacto social. Na opinião da diretoria, esta nova tentativa de pacto - houve duas anteriormente, em 85 e 87 - já nasce morta porque impede mais perdas salariais aos trabalhadores, os preços foram reajustados antes da assinatura, as lideranças sindicais envolvidas não têm representatividade



no conjunto da classe trabalhadora, as multinacionais não aderiram, os empresários que participam não cedem em nada e mantêm suas taxas de lucros, e o Governo não tem respaldo da população por ser ilegítimo. De acordo com cálculos da assessoria econômica do Sindicato, as regras adotadas

pelos empresários e pelo pacto - reajuste dos preços em 26,5 por cento e 25 por cento e da URP em 21,39 por cento e 26 por cento em novembro e dezembro respectivamente - impedem uma perda de 3,34 aos salários nestes dois meses. Acumulada, a perda subiria para 20,02 por cento em um ano. Isto, caso o pacto desse certo. Mas a diretoria não acredita nesta possibilidade pelos mesmos motivos que levaram ao fracasso do Plano Cruzado: "os industriais e comerciantes, sem fiscalização e punição, continuarão aumentando os preços acima do limite fixado; o Governo incompetente e sem compromissos populares não controlará as verdadeiras causas do déficit público e do processo inflacionário".

A diretoria do Sindicato dos Bancários reafirma os motivos que levaram a CUT a não participar do pacto social e com os quais concorda: "Não há no momento qualquer condição de pacto entre os desiguais. Os trabalhadores brasileiros não podem continuar bancando com arrocho salarial, desemprego e fome, a incompetência do (des)governo e muito menos os altos lucros dos banqueiros, industriais, grandes comerciantes e latifundiários".

Meridional pisa na boia

O Banco Meridional só possui duas agências na região, mesmo assim anda fazendo das suas. Em Londrina, nossa diretoria recebeu denúncias de que a administração está convocando e cercando alguns bancários a trabalharem aos sábados. São trabalhos feitos em dia. Já entramos em contato com a subdelegacia do Ministério do Trabalho no sentido de que as medidas cabíveis sejam tomadas para pôr fim a esta situação. Se está sobrando trabalho, o banco que realizou concurso e contratou mais funcionários.

Em Rolândia, o gerente Hélio administra "à moda antiga" e não dá mostras de ter se adaptado ao clima de abertura da nova Constituição e "Nova República". Na última semana ele tentou, de maneira grossa,



seja, impedir que um de nossos diretores distribuisse o VIDA para os funcionários. Chegou e foi logo perguntando: "Para quem você pediu licença para entrar na agência? Com ordem de quem você está distribuindo estes panfletos?"

Coisa feia, "sec" Hélio. O sr. ainda não ficou sabendo que a nova Carta Magna proíbe qualquer tipo de censura? Doídem exemplos estes do Meridional, que está precisando resmudar novos ares.

NOVOS SALÁRIOS

Veja na tabela os pisos salariais e outras verbas relativos a novembro. São o resultado da aplicação da URP de 21,39% sobre os valores recebidos em outubro. Até o final da primeira fase do pacto social (31/12), os bancários estarão acumulando uma perda de 25 por cento no seu poder aquisitivo, desde a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo (19/9).

Isto, claro, se as metas estabelecidas (inflação de 26,5% e 25% em novembro e dezembro,

respectivamente) forem cumpridas pelos empresários e Governo. Algo difícil de ocorrer, em nossa opinião. Desta maneira, sendo otimista, os bancários entrariam em 88 necessitando de um reajuste de 34,49% sobre os salários de dezembro/88. Somente para recuperarem o mesmo poder de compra do salário em 19 de setembro último.

Qualquer dúvida, entre em contato com a Assessoria Econômica do nosso Sindicato, pelo fone (0432) 23-0035.

VENCIMENTOS EM C2S

PORTARIA	64.448,79
ESCRITURÁRIO	79.642,60
CAIXA	82.865,25
IGRAT. CAIXA	21.617,02
IGRAT. COMPENS.	7.348,20
ANUENIO	2.770,27
AJUDA ALIMENT.	682,66

VIDA BANCÁRIA



Jorn. Resp. Osmani Costa - Mtb 1091 - Dir. Resp. Odete Thomaz de Aquino

Adetim Informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região.

Nº 171 - 03/04/89. ANO IV - 5 mil exemplares.

REAJUSTE, SÔ COM GREVE

Os empresários ofereceram 7 por cento. O Governo aceitou com 13 por cento. As centrais sindicais (CUT e CGT) não aceitaram estes índices tão baixos e já estão discutindo uma organização de outra Greve Geral no Brasil.

Este foi o resultado da negociação realizada dia 29 de março entre Governo, empresários e representantes dos trabalhadores. Nada além do esperado aconteceu: enquanto várias categorias já conquistaram, com greve, reposições ou antecipações em patamares que variam de 20 a 55 por cento, Governo e patrões continuam oferecendo "esmolas". Eles tentam impedir novas greves e, com isso, garantir mais alguns dias de existência ao "Plano Ladrão".

E os bancos, como ficam? Até agora, somente o Bamerindus e o Banager pagaram aos seus funcionários 10 por cento a título de antecipação; devendo descontar este índice em setembro. Porém, esta antecipação é menor que os 13 por cento oferecidos pelo Governo, que não representam sequer 1/6 do reajuste necessário (81,16 por cento) para que os salários dos bancários voltem à ter o mesmo poder de compra de setembro de 88.

Se você quer recuperar o salário, vai ter que lutar. Sem greve não tem aumento; sem organização não tem greve. Participe das assembleias e discussões de encaminhamento da nossa Campanha Salarial de emergência.

Bancos pagam menos em 1988

Os banqueiros continuam apertando no abaixamento salarial da categoria bancária. Tanto que em 1987, os salários mais encargos sociais representaram quase o dobro em relação à receita (veja a tabela), quando comparados aos de 1988. Portanto, é necessário se implementar uma luta no sentido de recuperação dos níveis salariais anteriores. Caso contrário não ocorre, certamente os salários vão cair ainda mais em 89.

PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL EM 10 BANCOS PRIVADOS

BANCO	1987 %	1988 %
MERIDIANO	10,20	5,42
BRASIL	12,34	4,80
BAMERINDUS	11,12	4,27
BANQUEIRANTES	11,65	6,33
INTERNACIONAL	8,27	4,27
SUL	8,47	5,81
NORDESTE	7,16	4,45
AMÉRICA DO SUL	7,52	4,39
ECONÔMICO	9,98	3,31
PARANÁ	3,30	1,13
MÉDIA	8,80	4,47

Fonte: Balancos dos bancos 1987 e 1988. Em 1987 foram considerados 55% de despesa administrativa. Colaboração Assessoria Econômica do SEEB-Ltds.

INFLAÇÃO x SALÁRIOS

Entram e saem os "milagrosos" planos econômicos dos incompetentes ministros instalados em Brasília e a situação não se altera: os mínguaos salários correm em vão atrás da inflação galopante. Agora, para piorar, não existe sequer uma política salarial definida. Os reajustes salariais previstos pelo tal "Plano Verão" são uma vergonha. Entre os bancários, o índice máximo de reajuste permitido é 4,45 por cento (divididos em três parcelas).

Enquanto isto, o desgoverno Sarney ameaça mascarar a inflação oficial de março (que deve ficar acima de 8 por cento) com a velha fórmula de expurgo. Há paciência. As perdas salariais da categoria já atingem 42,42 por cento desde setembro de 88, de acordo com cálculos do DIEESE. Assim, o reajuste necessário para recuperar o poder de compra



do salário dos bancários é de 81,66 por cento em primeiro de abril.

Várias categorias de trabalhadores conseguiram na luta a recuperação total ou parcial das perdas salariais. Agora, chegou a hora dos bancários lutarem por sua dignidade profissional. Não podemos continuar impassíveis diante

do roubo que o Governo, os banqueiros e a inflação praticam em nossos salários diariamente. Temos que exigir reposição salarial já. Por isto, é da maior importância a participação de cada bancário nas reuniões e assembleias da nossa Campanha Salarial de Emergência. Vamos lutar antes que seja tarde demais.

ASSEMBLÉIA NA QUARTA

dia 05 de abril, às 19 horas.

No Auditório do Sindicato (R. Prof. João Cândido, 108)

- Pauta:
- Encaminhamentos para a Greve do dia 13 de Abril
 - Eleição dos representantes no Encontro Nacional dos Bancários
 - Eleição dos delegados no Congresso Nacional do DNB da CUT

VIDA BANCÁRIA

Jorn. Resp. Osmani Costa - MTB 1091 - Dir. Resp. Odete Thomaz de Aquino

Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região.

Nº 201 - 23/08/89

BANQUEIROS QUEREM SALÁRIOS ABAIXO DA INFLAÇÃO

Os banqueiros não pretendem pagar aos bancários a inflação integral do período de setembro/88 a agosto/89. Eles afirmaram isto na segunda rodada de negociações, quando foram discutidos os índices gerais de reajustes. Agora, na terceira rodada, quando da negociação dos pisos salariais, eles voltaram a reafirmar a proposta indecorosa.

A jogada da Fenaban é impor a nossa categoria a troca da inflação de janeiro (IPC) que foi de 70,28 por cento, por um índice inventado pelo

governo Sarney, o INPC, de apenas 35,48 por cento.

Não podemos esquecer que os preços em geral, os aluguéis e a cobrança de empréstimos por parte dos bancos foram reajustados ou remunerados com base nos 70,28 por cento. Isto significa que, caso os bancários não busquem reagir a mais este absurdo, os bancos vão ganhar ainda mais com esta história de IPC-INPC. E as custas dos nossos míseros salários. Para se ter uma idéia das más intenções dos banqueiros; veja a proposta da Fenaban. Ela quer

reajustar os pisos numa média de 10 por cento abaixo da inflação. E o pior, ela tem a petulância de afirmar que está aplicando 4 por cento de produtividade neste reajuste. Mas isto não passa de "papo-furado", pois a produtividade seria ganho real acima da inflação. O que não acontece.

Compare no quadro os pisos reivindicados pela categoria, a proposta da Fenaban e os pisos reajustados pela inflação integral do período. Confira e calcule o quanto poderemos perder se não reagirmos.

SETEMBRO/89 - NCz \$			
Cargos/Verbas	Nossas Reivindicações	Proposta da Fenaban	Pisos Real. pela Inflação Integ.
Portaria	1.352,44	460,00	520,50
Escriturário	1.352,44	620,00	643,19
Caixas + Grat.	2.537,82	750,00	843,71
Amplênio	8% do sal.	18,51	22,37
Ajuda Alim.	40,57	5,00	5,59
Ajuda Transp.	Integral	39,39	47,80
Grat. Compens.	845,27	49,14	59,10

Escriturários x Caixas

Para compreender um pouco mais o absurdo da proposta apresentada pela Fenaban (veja matéria nesta página), basta conferir como ficará a diferença salarial entre os caixas e os escriturários.

Em setembro de 88, um caixa recebia um salário que era 31 por cento superior ao salário do escriturário. Caso passe a vigorar a proposta apresentada pela Fenaban, esta diferença cairá para 21 por cento.

Este quadro mostra a desvalorização

profissional dos caixas nos bancos privados. Que aliás, representam um dos setores mais estratégicos de atendimento ao público.

É preciso ter bem claro que esta queda no salário do caixa não significa uma elevação no salário do escriturário. Na verdade, os bancos estão promovendo um nivelamento por baixo, já trabalhando uma tática para ter cada vez menos escriturários e cada vez mais caixas dentro das agências.

VIDA BANCÁRIA



Jorn. Resp. Osmani Costa - MTB 1091 - Dir. Resp. Odete Thomaz de Aquino

Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região.

Nº 212 - 28/11/89 - 5 mil exemplares.

EDITORIAL

HORA DA DECISÃO

Nosso Sindicato é democrático, pluralista e apertidário, de acordo com Estatuto aprovado pela categoria. Por isto jamais colocou, durante a gestão da atual diretoria, o VIDA e toda nossa estrutura a serviço desta ou daquela candidatura político-partidária. No primeiro turno da eleição presidencial nos mantivemos equidistantes dos 21 candidatos, apenas publicando os currículos de cada um.

Esta neutralidade será mantida pelo Sindicato, enquanto representante de todos os bancários. Nossa diretoria, no entanto, dado a importância do momento histórico que vivemos, tem o direito e o dever de opção entre as duas candidaturas qualificadas para a disputa do segundo e decisivo turno da eleição presidencial. A opção, tomada por todos os diretores enquanto trabalhadores e cidadãos-eleitores, foi unânime: apoio à candidatura LULA.

Ela está baseada na seguinte argumentação. Pela primeira vez na história deste País há um confronto direto nas urnas entre a classe trabalhadora e a classe patronal. Lula representa a primeira e Collor a segunda. Lula tem um passado de coerência política na defesa da maioria da população, tendo participado ativamente na luta pela liberdade sindical,

O analfabeto político

O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, dos sapatos e do remédio, dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política.

Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

Bertolt Brecht

pela anistia, contra a ditadura militar, contra o arrocho salarial, pela redemocratização da sociedade, pelas eleições diretas, pela construção da CUT e contra o governo da "Nova República".

Collor, contrariamente, nunca se posicionou favorável a estas questões fundamentais para a classe trabalhadora. Neto do primeiro ministro do Trabalho do Brasil, no governo ditatorial de Vargas, Collor vem de família de latifundiários-usineiros das Alagoas. Hoje candidato da Rede Globo, ele foi prefeito bionício de Maceló (AL) pelo PDS, partido de apoio aos governos militares. Votou contra as eleições diretas em 84 e foi ao colégio eleitoral votar em Maluf (que é padrinho de casamento dele) contra Tancredo. Foi eleito governador de Alagoas em 86 pelo PMDB, posando ao lado de Sarney e elogiando o Plano Cruzado.

Estes são os dois candidatos. Nossa diretoria respeita as opções ideológicas e partidárias de cada bancário. Mas, unanimemente, se sente no direito e no dever de pedir votos e trabalhar pela única candidatura comprometida com a maioria da população e com a classe trabalhadora, apontando para um governo verdadeiramente democrático-popular.

PISOS DE NOVEMBRO

Veja nas tabelas os salários dos principais bancos, os pisos da Fenaban e outras verbas para o mês de novembro. Todos reajustados pelo IPC integral de outubro que foi 37,62 por cento. Elas foram elaboradas pela nossa Assessoria de Economia, que pode responder a possíveis dúvidas pelo fone 23-0035, em horário comercial.

PISOS - PRINCIPAIS BANCOS NOVEMBRO/89				SALÁRIOS E OUTRAS VERBAS FENABAN - NOVEMBRO/89	
EM NCz\$	PORTARIA	ESCRITURÁRIO	CAIXA + GRAT.	EM NCz\$	
BRASESCO	1.244,41	1.572,25	2.022,29	PORTARIA	1.122,56
ITALU	1.160,20	1.633,39	2.215,65	ESCRITURÁRIO	1.436,75
BAMERINDUS	1.253,24	1.693,85	2.058,03	CAIXA	1.496,75
SAFRA	1.468,65	1.565,97	2.085,34	GRAT. CAIXA	374,19
MERCAPAULO	1.121,65	1.693,65	2.058,03	ANUÊNIO	43,30
NORDESTE	1.309,66	1.693,65	2.058,03	GRAT. COMPENS.	134,95
BOA VISTA	1.309,65	1.693,65	2.058,03	AJUDA ALIMEN.	10,82
B.C.N.	1.309,66	1.693,65	2.058,03	AJUDA TRANSP.	92,13

ENCONTRO NACIONAL DIA 12 DE SETEMBRO

Esta Primavera tem que ser nossa !

VIDA BANCÁRIA

NR 237
ANO VI

CUT
BANCÁRIOS

Jorn. Resp. Osmani Costa - MTB 1091. Dir. Resp. Odete Thomaz de Aquino

30/78/80

Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região. Tiragem 5 mil exemplares

Nova Medida Provisória (211) pode impedir reajuste salarial

O presidente Fernando Collor creditou a Medida Provisória (199) sobre política salarial, na última sexta-feira (24/8). Agora ela tem o número 211 e está pior. Alegando "caso de força maior, prejuízos ou situação econômica financeira que ponha em risco o empreendimento" o empregador pode arguir na Justiça a inviabilidade de reajustar os salários mesmo na data-base dos seus empregados.

E o fim da picada. É muita cara-de-pau. Collor conseguiu piorar o que já era terrível para os trabalhadores. A intenção parece ser a de proteger as estatais contra os reajustes salariais que comprometam o programa de controle dos gastos públicos, segundo alguns analistas econômicos. E aí seriam afetados

principalmente os bancários da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Mas o dispositivo da MP 211 não é claro e deixa em aberto a possibilidade de impedir os reajustes também no setor privado. Assim, a ameaça é contra todas as categorias.

Desta maneira os banqueiros - que enrolaram nas duas primeiras rodadas de negociações e não apresentaram qualquer contraproposta - ganharam mais uma força do Governo Federal. No sentido de manter o arrocho dos salários. Agora, mais do que nunca, somente a categoria inteira, unida de forma organizada, vai ser capaz de reverter esta situação. Vamos nos preparar para a luta. Chega de desemprego, recessão e arrocho. Chega de enrolação.

Congresso do DNB indica Dia 12 para Greve da Categoria

A Greve dos bancários deve começar em todo país no próximo dia 12 de setembro, uma quarta-feira. Esta foi a principal decisão do II Congresso do Departamento Nacional dos Bancários (DNB) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizado em São Paulo no último final de semana (25 e 26/8). Nosso Sindicato esteve representado por 5 delegados.

A data do início da Greve, no entanto, é apenas "indicativa" e terá que ser referendada pelo Encontro Nacional dos Bancários, que acontece neste sábado (19/9) em São Paulo. Quando será feita também uma avaliação mais aprofundada das rodadas de negociações já realizadas. Londrina estará presente com 5 delegados.

O Congresso do DNB elegeu a nova diretoria executiva com 15 membros, que conta agora com o nosso diretor Antonio de Paula (O Toninho do Mercapau). E definiu também a importância da manutenção da unidade da categoria bancária para o sucesso da Campanha Salarial de setembro; mesmo respeitando as diferenças e especificidades existentes em cada banco. É necessária ainda a união dos bancários com as outras categorias de trabalhadores em movimento por reposição salarial em setembro.

5 de Setembro: Dia Nacional de lutas

Será realizado na próxima quarta-feira (5/9), em todo o Brasil, o Dia Nacional de Lutas contra o arrocho salarial, contra o desemprego e a recessão. Em Londrina vai ser realizado um ato-show, provavelmente na Concha Acústica no final da tarde, com a participação de trabalhadores de todas as categorias em luta por reajuste salarial agora em setembro.

A Chegada da Primavera

O Dia do Bancário foi come-

morado na última terça-feira (28/8), em Londrina, com a antecipação da chegada da Primavera à luta de nossa Campanha Salarial de Setembro. Foram promovidas passeatas nas agências, o enterro simbólico do salário e a entrega de flores a funcionários.

Setembro vem aí, anunciando uma difícil luta para a nossa categoria. E nós estamos dispostos e preparados para a luta. Até a vitória. Chega de inverno nas nossas vidas. Esta primavera tem que ser nossa.



VIDA BANCÁRIA

No. 243 ANO VI 17/09/90

CUT

Jorn. Resp. Osmari Costa - MTS 1001 - Dir. Resp. Odete Thomaz de Aquino
Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região - Tiragem 5 mil exemplares.

BANCARIOS CONTINUAM EM GREVE, SEM MEDO DE CONQUISTAR

A Greve Nacional dos Bancários, iniciada na última quarta-feira, prossegue hoje (17/9). Ela é por tempo indeterminado até a vitória. Foi isto que decidiram as assembleias realizadas na tarde de sexta-feira passada por todo o país. É esta a orientação do Comando Nacional da categoria.

Nosso movimento entra hoje no sexto dia com toda força. E a tendência é que ele cresça nos próximos dias. Nos três primeiros dias a paralisação foi se espalhando entre os bancos da rede privada; na sexta-feira à tarde a adesão já era de mais de 80 por cento dos bancários. Principalmente nas médias e grandes cidades de todas as regiões.

Mais que nunca é hora de união e unidade de todos os bancários. Todos à luta. Toda força à Greve. Esta Primavera tem que ser nossa.

TRT-SP JULGA GREVE DOS BANCARIOS LEGITIMA

O Dissídio Coletivo dos bancários da rede privada de São Paulo foi julgado na última sexta-feira (14/09). A greve foi considerada legítima. Ou seja, é legal e não abusiva.

O Tribunal Regional do Trabalho - TRT, em São Paulo, julgou também as reivindicações da categoria. Veja as principais: reajuste de 55% sobre agosto unificado para todos os bancos; hora extra de 100%, adicional noturno

de 40%; mantém os mesmos pisos propostos anteriormente pela Fenaban; eleição de representantes sindicais por empresa, conforme a constituição (1/200 funcionários); e estabilidade no emprego por 90 dias, caso os bancários voltassem ao trabalho.

Os bancários da rede privada de São Paulo, em assembleia na noite do mesmo dia, recusou a decisão do TRT, e deliberaram pela manutenção da greve.

BC faz negociata para beneficiar banqueiros

O Banco Central, sob comando do Governo Collor, fez na última quinta-feira mais uma negociata para favorecer os banqueiros da Fenaban. Estes teriam que pagar hoje (17/9), de uma só vez, ao Banco Central, 900 bilhões de cruzeiros. Era o prazo final para a recomposição da dívida, em cruzados novos dos bancos privados, junto ao BC.

Mas o Governo Collor não é tão durão assim. E na negociata da semana passada abriu o coração (e os cofres públicos) novamente para os banqueiros. Agora, os bancos particulares vão poder pagar em 12 suaves prestações; até setembro do ano que vem, é muita moleza com o dinheiro do povo.

Fica a pergunta: quem vai pagar esta conta de quase um trilhão? Resposta: toda a população e, particularmente, os Bancários. Com mais inflação, miséria e arrocho salarial. Os banqueiros continuam os mesmos. O BC e o Governo Federal, também. E os bancários em greve por mais um pouquinho de salário. Haja paciência. Haja luta.

ASSEMBLÉIA

HOJE (17/9) - CONCHA ACÚSTICA

16: HORAS

Avaliação e Organização da Greve da Categoria



22 e 23 de maio:

Vamos à Greve Geral

Nestas quarta e quinta-feiras os bancários vão cruzar os braços no país inteiro. Vamos participar, juntamente com todos as outras categorias profissionais, da Greve Geral Nacional da Classe Trabalhadora contra o desemprego, o atraso salarial, fome e a recessão. A nossa adesão foi decidida no Encontro Nacional dos Bancários, realizado em São Paulo dia 4 de maio. A Greve Geral, convocada pela CUT e duas CGTs, é um protesto contra a incompetência dos primeiros 14 meses do (des) governo Collor e a ganância da classe patronal. Os principais objetivos são: reposição das perdas salariais, reajuste mensal dos salários pela inflação, liberdade sindical, respeito à Democracia (e ao Congresso), reforma agrária, fim do desemprego e da recessão, respeito com o patrimônio e funcionalismo público e suspensão do pagamento da dívida externa. Serão 48 horas de luta por uma vida melhor. Os bancários vão participar com toda força deste movimento nacional da classe trabalhadora. Vamos pressionar os patrões da Fenaban a reiniciarem negociações. Os 20 por cento de antecipação em maio são insuficientes para repor nossas perdas. Todos à Assembleia Conjunta nesta terça-feira na Concha Acústica, às 18 horas. E nas quarta e quinta-feiras braços cruzados, máquinas paradas.



Última greve foi vitoriosa

A última Greve Geral da classe trabalhadora brasileira foi realizada nos dias 14 e 15 de março de 89. Ela foi um sucesso e totalmente vitoriosa, apesar das manobras da Rede Globo (naquela época porta-voz oficial do (des) governo Sarney). Semelhante por ser o dia dos trabalhadores (curta de 35 milhões) cruzaram os braços em todo o país, durante a paralisação também convocada pela CUT. Em Londrina, aquela foi a maior mobilização de trabalhadores da história da cidade e região. Milhares de pessoas não foram trabalhar e saíram às ruas para protestar contra a incompetência e desonestidade da equipe de Sarney. Foi um belo exemplo de unidade e força da classe trabalhadora. Nenhum incidente foi registrado no Brasil inteiro. Funcionários, Governo Federal e Congresso Nacional aprovaram imediatamente uma política salarial mais justa do que a que estava em vigor em março de 89. Agora, como neste ano, é necessário aderir e participar ativamente da Greve Geral. Para darmos um basta à vitória que tomou conta deste país, em consequência do (des) governo encastelado em Brasília.

Sarney "integra" governo Collorido

Collor venceu as eleições em 89 acusando Sarney de corrupção e de incompetência. Prometendo prender os "marajás" e afirmando que jamais integrariam seu governo pessoas que tivessem passado pelos últimos governos (Sarney e militares). Para discurso ócio de campanha política sem compromisso com a verdade. A troca da ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso, por Marelio Moreira traz vários "novos" nomes que participaram do governo de Sarney ao governo Collorido. Dos 11 técnicos escolhidos pelo "novo" ministro, cinco (bem como o próprio Marelio) trabalharam em cargos importantes com Sarney. Dorothea Werneck (ex-Ministra do trabalho) vai ser a "nova" secretária nacional da Economia. Francisco Gros (ex-presidente do Banco Central) é o "novo" presidente do BC.

Mas a lista não pára aí: Romão Tuma também foi o chefe todo poderoso da Polícia Federal de Sarney. Jarbas Passarinho (hoje ministro da Justiça sem ser sequer advogado) foi três vezes ministro dos governos militares. O inexperiente, incompetente e mal-intencionado governo Collor vai aos poucos sendo ocupado, de cima a baixo, pelos "homens" dos ex-governos. Nenhum "marajá" foi preso. Tudo dentro das previsões. Nenhuma surpresa. Infelizmente, para o povo.

Motivos para a Greve

- 1) Collor promete crescimento econômico. Levou milhares de pequenas e médias empresas à falência. Sem milhões de trabalhadores foram despejados no Brasil inteiro, dos quais 95 mil eram bancários.
- 2) Collor prometeu triplicar o valor do salário mínimo. Hoje, ele vale apenas 70 por cento do que valia um ano atrás. E o mais baixo dos 50 anos de existência.
- 3) Collor prometeu recuperar o poder da compra dos salários. Hoje, eles caíram em média comprando 65 por cento do que compravam há um ano.
- 4) Collor prometeu crédito para agricultora. Cortou o financiamento para os pequenos e médios produtores rurais. Vamos gerar esse ano um bilhão e meio de dólares com importação de arroz, feijão, milho e trigo.
- 5) Collor prometeu recursos para educação. Hoje há milhões de crianças sem escola e 30 milhões de adultos analfabetos. O ensino público de 1º, 2º e 3º graus está sendo socializado e privatizado.
- 6) Collor prometeu uma "poupança sem sagrada". Ela foi liquidada e os salários congelados. Nem assim apareceu dinheiro para investimentos em educação, transporte coletivo, saúde, reforma agrária etc.

13º salário

Todos os bancários da rede particular vão receber, juntamente com o salário de maio, a primeira parcela (50 por cento) do 13º salário deste ano. Este adiantamento está previsto na cláusula terceira do nosso Acordo Coletivo de Trabalho.

A última parcela será paga em dezembro (descontado o valor nominal em cruzados-ajustados). O dinheiro é pouco, mas já ajuda a sair do sufoco financeiro em que se encontram os bancários. Também os funcionários do Banestado terão o adiantamento do 13º neste mês. Os do BB receberam em abril, e os da Caixa Econômica Federal em Fevereiro.



Atenção Bancários: participem da Assembléia Conjunta de todos os Trabalhadores Nesta terça-feira(21/5)-18 Horas-Concha Acústica Pauta: Deflagração e encaminhamentos da Greve Geral

VIDA BANCÁRIA

Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região
Rua Tupi, 363 - CEP: 86010 - Fone: (0432) 23-6035 - Londrina - Pr.
Jorn. Resol. Osmari Costa - MTR 1091 - Dir. Resp. Est. Aparecido Trindade

CUT

Nº 293 - ANO VII - 18/09/91



Fizemos e vencemos.

Três dias de greve nos bancos privados. Um misto de luta, garra e festa

Os bancários de Londrina e região deram um low de bola e venceram o primeiro tempo do jogo. Foram três dias de paralisação nos bancos da rede particular. Os bancários tiveram o timar dos bancos, não tiveram medo da retórica dos banqueiros e nem um para o ataque. Na tarde de sexta-feira 13, os bancários da Fenaban entraram o bico. Chamaram para negociar e apresentaram uma boa contraproposta: reposição integral das perdas do último ano, mais três por cento de produtividade - ou seja: 99,05% sobre o salário de agosto (sem o abono).

A Greve Nacional Unificada foi forte e organizada entre os bancários de Londrina. Foram três dias de reuniões, assembleias, piquetes, erratões e muita mobilização. Totalmente pacíficos e sem maiores incidentes com as administrações das agências e soldados da PM. Os bancários demonstraram mais uma vez, como o nosso sindicato a frente, muita disposição para a luta e solidariedade interna na categoria. Quase todos usaram a camisa, com muita garra e alegria. Quase todos os bancos pararam; alguns funcionários precariamente com a fura-greves de sempre: chefes e gerentes.

O segundo tempo do jogo prossegue em andamento, para conquistar também nos bancos federais (BB, CEF, Meridional etc.) a reposição total das perdas.



A assembleia da categoria e greve na noite do dia 13



De piquetes e erratões mobilizam e tomam as ruas da cidade. Caxico e Ipiranga tiveram os bancos fechados



Centenas de bancários da rede privada e Nacional participaram do ato realizado em frente ao Banco do Brasil, em Londrina, a noite do dia 13



Muita música, descontração e alegria marcaram os erratões e passeatas dos bancários

EDITORIAL:

Acreditar na Luta

Mais uma vez os bancários da rede particular demonstraram que a unidade e a solidariedade são capazes de vencer obstáculos que, à primeira vista, parecem insuperáveis.

Acusados constantemente pelo ameaçado demissão, pela regressão nos locais de trabalho, pela ganância de lucro dos banqueiros e pelas irresponsáveis políticas de arrocho salarial do governo federal, estes companheiros tiveram garra e coragem suficientes para, durante 3 dias, serem a prova de todo o resto e lutar por aquilo que têm direito.

Não fizeram os furo greves, não falaram as ameaças. Mas sobram muita vontade e disposição por parte destes que aprenderam que não é abastando a cabeça que se conquistará uma vida melhor.

Mais uma vez ficou provado, também, que é necessário ter um sindicato forte e comprometido com os anseios da categoria. É preciso ter um sindicato que vença e que acredite em sua categoria. Um sindicato que não tem medo de organizar e mobilizar os trabalhadores e denunciar as falcatruas de um governo arbitrário e anti-democrático e dos poderes que humilham a sociedade com filas em bancos, juros exorbitantes e mais especulação.

A luta ainda não acabou. Continue nos bancos federais e estaduais. Continue por saúde, emprego, saúde e democracia para todos. Mas o primeiro tempo nós vencemos; foi nosso. O importante é não perder a garra. Os bancários estão de parabéns.

Como ficaram os pisos e demais verbas de setembro

Veja na tabela ao lado, os pisos de funções, as verbas, seus valores para setembro e o percentual que representam de reajuste sobre os valores de agosto (já incorporados os abonos). Os valores servem para os bancários da rede privada e os índices são os mesmos do Bancapa. Quando fechamos esta edição (tarde de segunda-

feira-17), os funcionários da rede Federal pertenciam em greve, porque suas perdas são maiores e a contra proposta é menor. O índice da Fenaban repõe integralmente as perdas de setembro de 90 a agosto de 91 (333,31% calculados pelo IPC-INPC); descontadas as antecipações do período.

Cargos/Verbas	Valores C/91	Reajuste total a/ agosto 91	
		Cidade 414 132.000 hab.	Cid. c/ mais de 132.000 hab.
Portaria	90.299,00	114,04	99,05
Executivo/Caixa	126.404,71	132,22	99,05
Gratificação de Caixa	31.598,95	132,22	99,05
Auxílio	2.618,26	99,05	99,05
Grat. Compensador	6.706,81	99,05	99,05
Aux. Alim. 8 horas	1.000,00	117,33	117,33
8 horas	1.500,00	119,39	119,39
Fun. dir. noturno	5.368,62	99,05	99,05
Aux. Criança	25.000,00	105,16	105,16

VIDA BANCÁRIA

Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região
Rua Tupi, 363 - CEP-66016 - Fone: (0432) 83-0035 - Londrina - PR

Nº 303 - ANO VII - 27/11/91

Imp. Resp. Osmani Costa - MTS 1001 - Dir. Resp. Ed. Aparecido Trindade - Tiragem: 5 mil exemplares

CUT

Cresce a concentração de renda no Brasil

Os brasileiros mais ricos (1% da população) tiveram sua fatia de renda aumentada de 13% em 1981 para 14,6% em 90. Os 10% mais pobres diminuiram sua fatia de renda de 0,5% em 81, para 0,8% no ano passado. O poder de compra do salário mínimo caiu 38,3% em relação a 81; sendo que 71% dos trabalhadores recebem hoje até cinco salários mínimos mensais. Estes dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pela IBGE em 90.

A pesquisa revelou que apenas 5,4% têm rendimento entre 5 e 10 salários mínimos; enquanto que somente 3% ultrapassam a casa dos 20 mínimos por mês. O Nordeste é a região que detém os piores indicadores sócio-econômicos do país: 42,3% de seus trabalhadores recebem até um salário mínimo, quando no Sudeste (região mais

rica) este número cai para 18,2% dos trabalhadores. Em todo o Brasil, pouco mais da metade (58,8%) dos empregados têm carteira assinada.

Dez por cento da população mais rica (cerca de 14.700 mil pessoas da população estimada em 147 milhões) tiveram aumentada a sua participação na renda nacional de 46,6% em 81 para 49,7% em 90. Portanto, apenas 10% detêm quase a metade da renda nacional (salários, lucros, juros, aluguéis etc.). Se dados que levaram o sociólogo e pesquisador francês, Alain Touraine, a denunciar na última semana, em Congresso de Sindicalistas da Itália, o Brasil "como o campeão mundial das desigualdades econômicas".

Veja nas tabelas, reproduzidas da Folha de S. Paulo, como se dão a concentração e distribuição de renda no país.

CONCENTRAÇÃO DA RENDA

Distribuição do rendimento mensal das pessoas no rendimento total

Categorias	1981	1990
Das 10% mais pobres	0,5	0,8
Das 20% mais pobres	2,7	2,4
Das 50% mais pobres	13,4	11,2
Das 10% mais ricos	46,6	49,7
Das 5% mais ricos	33,4	35,9
De 1% mais rico	13,0	14,6

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento mensal de todos trabalhadores (em %)

Categorias	1990
Até 1 sal. mínimo	24,2
Mais de 1 a 2 sal. mínimos	20,3
Mais de 2 a 5 sal. mínimos	26,6
Mais de 5 a 10 sal. mínimos	11,4
Mais de 10 a 20 sal. mínimos	5,4
Mais de 20 sal. mínimos	3,0
Sem rendimento	8,4
Não declararam	0,7



Foto: Armando Duarte/Agência

O deputado federal Edésio Passos (PT-PR) palestra sobre política salarial

Seminário de sindicalistas

Foi realizado em Londrina, de quarta a sexta-feira últimas, o Seminário Nacional de Dirigentes Sindicais do Bamerindus. Estiveram presentes cerca de 60 funcionários do Banco e que são diretores de sindicatos de bancários nos mais diferentes pontos do país: da Bahia a Roraima, de Minas ao Rio Grande do Sul, passando pelo Paraná. O Seminário, organizado pelo Comando dos Funcionários, debateu temas ligados ao sistema bancário, política salarial, economia do país e organização sindical no Brasil e no Bamerindus.

Executiva Nacional reunida em São Paulo

Esteve reunida no último sábado (23), em São Paulo, a Executiva do Comando Nacional dos Bancários; juntamente com representantes das comissões dos bancos federais, estaduais e privados. Na pauta, a discussão de temas como uma campanha nacional de defesa do emprego e denúncia de atos de ameaças em massa e oitiva de emergência pela reposição das perdas salariais. Nosso Sindicato esteve representado por um diretor. As deliberações e encaminhamentos aprovados serão divulgados no próximo VIDA.

Fim da CPI do Banco do Brasil

Foi aprovado na última semana o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal que investigou a reforma administrativa do Banco do Brasil. Ele recomenda que o Ministério Público apure as responsabilidades da ex-ministra Zélia Cardoso e do ex-presidente do BB, Alberto Policaro, no prejuízo de US\$ 60 milhões aos cofres do Tesouro Nacional.

O prejuízo ocorreu no pagamento da dívida dos usineiros de Alagoas junto a bancos

estrangeiros, pelo BB, no valor de US\$ 85 milhões. A CPI, da qual fez parte o deputado federal londrinense Paulo Bernardo (PT-PR), aponta que os credores propunham o pagamento com um deságio que batava o valor da dívida para cerca de US\$ 25 milhões. Zélia e Policaro se omitiram e aprovaram o pagamento total da dívida, sem o deságio proposto pelos próprios bancos.

A CPI decidiu também recomendar a realização de uma auditoria externa no BB, para apurar se houve prejuízos

patrimoniais em operação de refinanciamento das dívidas da Vasp e de usineiros do Nordeste. Aproveita ainda a consulta ao Tribunal Federal sobre algumas questões; projeto que centraliza no BB as operações financeiras de todas as empresas estatais; fim das nomeações de pessoas ligadas a bancos privados para a direção do BB; plano para reforma do poder aquisitivo dos salários dos funcionários; autonomia do Banco e recusa de concessão das agências estatais pela reforma administrativa.

Greve no JL

Onze jornalistas da redação do "Jornal de Londrina" estão em greve desde o dia 16. Eles reivindicam um piso salarial de Cr\$200 mil; a empresa oferece apenas Cr\$ 138 mil. O jornal prossegue circulando precariamente, produzido por alguns funcionários, jornalistas proprietários, e jornalistas desempregados "amigos" dos donos.

O Sindicato dos Jornalistas de Londrina vem negociando há meses com o JL, que se manteve intransigente na sua proposta errônea. Os grevistas solicitaram à DRT a intervenção do órgão coletivo; a greve deve ser pífua em breve. A reivindicação dos funcionários tem base nos pontos salariais dos dois anos de existência do jornal. A contraproposta do JL é exatamente a metade do piso pago pela "Folha de Londrina", outro jornal diário da cidade.

Nosso Sindicato é solidário aos jornalistas em greve, porque o movimento é pelo o direito. Um bom desempenho da empresa depende de salários decentes aos seus profissionais. Dos empresários donos do JL (todos bem sucedidos em outros setores da economia) esperamos maior sensibilidade e reabertura das negociações.

VIDA BANCÁRIA

Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região
Rua Tupã, 363 - CEP: 86.010 - Fone: (0432) 23-0035 - Londrina - PR
Jam. Resp. Osmani Costa - MTB 1591 - Dir. Resp. Edi Aparecida Trindade - Tiragem: 5 mil exemplares

Nº 305 - ANO VII - 11/12/91

CUT



Collor se entrega ao FMI. Medidas recessivas vão aumentar; 92 pode ser pior

Dois anos depois de ser eleito prometendo defender a autonomia interna e independência em relação aos organismos estrangeiros e países credores, Collor "colou na tábua" e está negociando aos sorrisos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) uma nova "carta de intenções" para slagem da dívida externa brasileira.

No ano passado, Collor chegou a expulsar do país um diretor do FMI, sob acusação de interferência em assuntos internos. Mas a realidade é mais forte que os sonhos, infelizmente. Na semana passada o governo brasileiro entregou ao Fundo uma "carta" de 13 páginas, a qual propõe um programa de estabilização econômica e combate à inflação; além de reivindicar empréstimo de US\$ 2 bilhões (dos quais 25% serviriam para cobrir juros da dívida externa).

A direção do FMI elogiou o plano e deve assiná-lo

em janeiro de 92. O que, para o trabalhador brasileiro, não é um bom sinal. O FMI, bem como os banqueiros internacionais credores, apóiam uma política econômica baseada na recessão profunda; aperto fiscal e monetário, desemprego, juros altos, achatamento de salários, controle do déficit público e diminuição no consumo. Em síntese, a vida do brasileiro tende a piorar ainda mais no próximo ano.

De adversário por breve período, o FMI volta a ser o velho "parceiro" das últimas décadas. Mudança que não deverá ter efeitos mágicos na solução dos graves problemas brasileiros, muito menos nos da população mais pobre. Aliás, as metas estabelecidas na "carta" trarão consequências extremamente dolorosas para a classe trabalhadora nos próximos anos. Papai Noel chegou antes, e com más notícias.

Dois anos de dificuldades para a categoria bancária

Se o terceiro ano promete ser pior, é hora de fazermos um balanço dos dois primeiros anos de Collor no Planalto. De posse dele para cá, o cenário salarial dos bancários foi violento, o maior da história do país. Com uma inflação acumulada de 2.845,28% (até outubro último), os bancários (comissionados) tiveram um reajuste salarial de apenas 1.096,15%, isto provocou uma perda de 60,73% no poder de compra dos salários.

Posterior, o salário real do bancário vale hoje somente 33,27%, em comparação com o dia 1º de março de 1990 (isto é, antes da posse de Collor). Além do mais, a categoria sofreu com uma constante onda de demissões em massa.

Em todo o país, 140 mil bancários foram demitidos neste período. O que piorou em muito as condições das que ficaram nas empresas: subemprego de salários, longas filas com dívidas insatisfeitas, horas extras não pagas etc.

Seminário da FETEC

Acontece na sede de nosso Sindicato, neste sábado (14) das 8 às 18 horas, um Seminário Regional de Bancários para discutir a Federação Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (FETEC) do Paraná. Esta Federação será criada em janeiro de 92, ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O Seminário é aberto a todos os bancários e não há necessidade de inscrições antecipadas.

Também neste sábado, estarão sendo realizados seminários regionais em várias outras partes do Estado. Eles servem como preparação para o Seminário Estadual, que acontecerá em Apucarana no próximo dia 21. E que definirá a estrutura e funcionamento da futura FETEC/OUT.

Luta no Bradesco

A conjuntura nacional, a estrutura da instituição Bradesco, a autonomia bancária e suas consequências na categoria, e a reestruturação do Comando Nacional dos Funcionários. Estes foram os principais temas debatidos no Seminário Nacional dos Dirigentes Sindicais do Bradesco, realizado no final de novembro (27 a 29) em Valinhos (SP).

Nosso Sindicato esteve presente com três diretores. O Seminário definiu que a Executiva Nacional dos Funcionários (que se reúne neste dia 11 em São Paulo) deve exigir imediata reabertura da negociação com a diretoria do banco para: reposição das perdas salariais; fim das demissões e suspensão do pagamento da dívida beneficente (ou sua administração pelos bancários).

Comando do BBB

Esteve reunida na última quinta-feira (5) em São Paulo, a Executiva do Comando dos Funcionários do Banco Beneficente do Brasil. Um diretor de nosso Sindicato esteve presente. A reunião definiu linhas de atuação para a Executiva na próxima rodada de negociação com o Banco, entre 18 e 20 de dezembro, sobre projeto de participação dos funcionários nos lucros.

Outras duas rodadas de negociação estão previstas: na primeira quinzena de janeiro/92, sobre a questão salarial; e na primeira quinzena de fevereiro, sobre saúde e condições de trabalho. A reunião encaminhou a restrição de seminários regionais e encontro para abril próximo e Encontro Nacional dos Funcionários, em Maringá.

Banestado demite

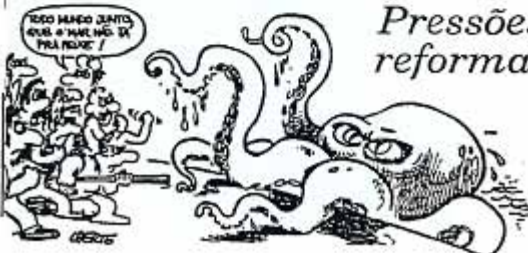
Apesar da promessa da diretoria de que as demissões seriam suspensas ao final de novembro, o Banestado demitiu mais quatro funcionários em Londrina e região na primeira semana de dezembro. Agora, os despedidos aqui são cinco, e no Estado inteiro já chegaram a 200. O presidente do Banestado e o Governador (que são primos) não recebem os funcionários e sindicato para negociação.

Em todo o Paraná, crescem as pressões políticas (através de vereadores, prefeitos, deputados etc.) pelo fim das onças de demissões. O Banco diz que não haverá mais neste mês; mas que o processo de estagamento do quadro de funcionários deve ser retomado em 91. As demissões estão sendo feitas, segundo a direção, "por data" em avaliação de desempenho". Se que não chega os critérios de avaliação.

Fórum de Saúde

Será realizado em Vitória (ES), de 13 a 15 de dezembro, o I Fórum Nacional de Saúde e Trabalho Bancário, uma promoção do Departamento Nacional dos Bancários (DNB) da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nosso Sindicato enviará delegados, por se tratar de tema extremamente importante para a categoria.

Em pauta as principais doenças da profissão, prevenção e suas consequências; novas tecnologias X organização no trabalho; experiências regionais e de outros países. Em discussão também o futuro das políticas de Saúde e Previdência; antes que o Aécio Guerra e o Rogério Magri acabem com elas.



Pressões transferem para 92 a reforma do Sistema Financeiro

A atuação de setores organizados da sociedade, tendo à frente o Departamento Nacional dos Bancários da CUT, conseguiu impedir a votação e aprovação sem maiores discussões do projeto que reforma o Sistema Financeiro Nacional (SFN). O projeto tem como autor o deputado César Maia (PMDB-RJ) e só será votado no próximo ano, dando mais tempo para a preparação da sociedade e para que seja devidamente debatido com a sociedade.

A reforma do SFN está sendo bancada pela Fetenab, FMI e banqueiros internacionais, com o apoio do governo Collor. Ela vai regulamentar a atuação dos bancos e, em especial, o papel do Banco Central. O projeto é bastante polêmico e merece profunda discussão. Principalmente pela categoria bancária, que pode ser muito prejudicada com as alterações propostas. O adiantado é uma vitória apenas parcial. É necessária uma firme pressão aos parlamentares durante e depois do Congresso Nacional.

VIDA BANCÁRIA

Boletim informativo do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região - Trabalho: 5 mil exemplares.
Rua Tupi, 353, CEP: 86.010 - Fone: (0432) 22-0235 - Londrina - PR
Jorn. Resp. Osmari Costa - MTB 1091 - Dir. Reso. Ed. Aparecido Trindade.



NR 314 - ANO VII - 26/02/92

Belinati e Câmara isentam Catuaí do IPTU

Diz vereador de Londrina aprovaram, na última quinta-feira (20), o projeto do prefeito Antonio Belinati que isenta o Catuaí Shopping Center de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no período de 10 anos. O projeto, que eliminou a arrecadação do município em cerca de Cr\$560 milhões neste ano, teve oito votos contrários.

A aprovação deste projeto é apenas mais um grande acerto de administração Belinati, cuja família, coincidentemente, possui duas lojas no Catuaí. O IPTU é um dos mais justos impostos existentes no Brasil, do ponto de vista que seus recursos são para as administrações responsáveis e comprometidas com a população direta e rapidamente aplicados em obras sociais: transporte coletivo, saneamento básico, saúde pública, escolas etc.

O IPTU pode servir, ainda, como instrumento de redistribuição de renda, desde que cobrado com alíquotas diferentes: quem não pode/inquilinos, donos de pequenas casas em bairros pobres,

não paga nada; quem pode proporcionar de casas e apartamentos médios em bairros de classe média, paga pouco; quem pode proporcionar mansões em bairros nobres, paga muito.

Mas para isto, a administração municipal deve estar interessada em resolver os problemas da maioria da população e disposta a confrontar os interesses da elite. Não é o caso da administração Belinati. Muito pelo contrário, permitindo os lojas do Shopping não só agrava o quadro de injustiça fiscal social, penaliza a maioria da população que continua pagando o IPTU (uma massa de estorvos), e beneficia a elite, mais poderosa do cidade (Construtora Kloum e lojas - financiadores de suas candidaturas). Um privilégio escandaloso aos empresários. Mas um traiz exemplar do mesmo o poder político se submeteu ao poder econômico, em prejuízo do povo. Em outubro tem eleição. Será que os eleitores vão se esquecer tão rápido, novamente, do mais este golpe?

Placar da votação

- A FAVOR**
Alvaro Loureiro Júnior,
Carlos Elmi,
Célio Guergoleto,
Edison Siana,
Inocente Mangani,
João Araújo,
José Belinati,
Jorge Cloromatto e
Moyses Leônidas.
- CONTRA**
Alex Casarini,
Antenor Ribeiro,
Carlos Kitz,
Clóves de Pinho,
Deolino Bassato,
Luiz Eduardo Chelido,
Tadeu Felismino e
Wilson Rattini.
- AUSENTES**
Carlos Pinheiro e
Nivaldo Gottl. O presidente da Câmara, Renato Araújo, não precisou votar.



BB favorece empresas e não recebe Executiva

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, na última quarta-feira (19), relatório em que acusa o Banco do Brasil de praticar favorecimento político por não cobrar dívidas de US\$ 551,4 milhões junto ao setor privado. O TCU recomenda o imediato ressarcimento do débito, se necessário pela via judicial, o que a direção do Banco adotou medidas administrativas para apurar responsabilidades.

Entre os maiores devedores do BB destaca-se a empreiteira Mendes Júnior (US\$ 284 milhões) e os setores de Alagoas (US\$ 86 milhões). O TCU critica duramente estes privilégios à iniciativa privada e recomenda a imediata cobrança das dívidas pendentes. O

TCU prosseguirá com diligências e auditorias em várias direções do BB.

Audência suspensa
Enquanto isto, o presidente do BB, Lafayette Coucino, continua na sua postura intransigente e de desrespeito ao funcionalismo. Alegando viagem, ele suspendeu a audiência que teria com a Executiva Nacional dos Bancários na última sexta-feira (21), agendada desde janeiro. Uma nova data para a reunião, que reabrirá as negociações suspensas em setembro, ainda não foi marcada. E os funcionários prosseguem sem resolver os seus primários problemas salariais e de condições de trabalho. Em tempo: o lucro líquido do BB foi de Cr\$209 bilhões em 91.

Foi assinado o Acordo Coletivo do Banestado

O Sindicato dos Bancários de Londrina, juntamente com mais sete de todo o Estado, assinou o Acordo Coletivo 91/92 com a diretoria do Banestado, no último terça-feira (18), em Curitiba. A vigência do acordo é retroativa a 1º de setembro último e vai até 31 de agosto próximo. Na mesma oportunidade foi assinado também o compromisso de se manter suspensas as denúncias e aprovada um calendário de negociação, em reuniões mensais a partir de março.

Uma minuta específica já

entregue ao Banco prevê que os princípios básicos de negociação serão a estabilidade no emprego, reposição das perdas salariais (16% de setembro/91, 28,5% de janeiro/92 etc.), Plano de Cargos e Salários, Direção e respeito à jornada de trabalho de seis horas. O acordo não havia sido assinado desde setembro, data-base da categoria, porque os sindicatos ligados à FETEC/CUT buscavam melhorar as cláusulas do documento e melhores condições de trabalho e salários aos bancários.

A demora na assinatura

em nada prejudicou os funcionários. Pelo contrário, foi o que forçou o Banco a suspender as demissões no final de 91 e admitir a volta a negociar em separado (ou da Fembab) a partir de março. Assinaram também o acordo na semana passada os sindicatos dos bancários de Apucarana, Cornélio Proença, Campo Mourão, Toledo, Umuarama, Arapoti e Assis Chateaubriand. Os demais sindicatos, ligados à antiga Federação do Paraná, haviam assinado um acordo cheio de erros e imposto pela diretoria do Banestado.

Baile do
CARNAVAL 92
Dia 28 - 6ª-Feira - no Balancê
Promoção do Sindicato para os Bancários.
Compre os ingressos com os diretores ou na sede.

Itaú lucra bilhões, mas volta a demitir

O banco Itaú divulgou na semana passada o lucro líquido de 91: Cr\$159,3 bilhões, correspondentes a 9,3% de rentabilidade sobre o seu patrimônio. Dos grandes bancos que já anunciaram o balanço, o lucro do Itaú é inferior apenas ao do Bradesco (Cr\$173 bilhões; 8,02% de rentabilidade). Em 1990, o lucro do Itaú havia sido de Cr\$122,7 bilhões.

A diretoria do Banco

considerou os resultados "somente razoáveis". Para ele, "bem seria obter uma rentabilidade acima de 10%". Mesmo com tanto lucro e tanta produtividade, o Itaú está voltando a demitir seus funcionários. Aqui em Londrina começou uma demissão na última semana e algumas outras ocorreram pelo país. Moral da história: a ganância do "banco 5 estrelas" é insaciável.

Dia Internacional da Mulher
Ato público no sábado, dia 7 de março.
Das 10 às 14 horas, no "Corso do Calçadão".
Música, teatro, exposição, debates, painéis e dança.
Participe. Leve os amigos e familiares.
Promoção: Movimento Popular e sindicatos catistas

VIDA BANCÁRIA

Revista Informativa do Sindicato dos Bancários de Londrina e região - Tragam 5 mil exemplares
 (Tupã, 353, CEP: 86.010 - Fone: (0432) 23-0035 - Londrina - PR
 e Resp. Gilmari Costa - MTB 1001 - Sr. Pádua, Ed. Aparecido Tardado

**MUDAR
O QUADRO**

**E JUNTOS
PINTAR UMA
NOVA REALIDADE**

Nº 342 - ANO VIII - 28/10/82

acompanha salarial:

Bancários assinam a primeira convenção coletiva do país

Os bancários de todo o país, com exceção dos bancos federais, assinaram na sexta-feira (25) em São Paulo com a ABAN, a primeira convenção coletiva de nível da história do sindicalismo brasileiro e relativa à campanha salarial deste ano e foi assinada por 120 sindicatos, sete federações e pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT), criada em março de 1982. Fatos como este é que marcam nossa luta na vanguarda da classe trabalhadora.

O presidente do Sindicato dos Bancários de Londrina, Elzo Augusto Carren, esteve presente e assinou a convenção. O instrumento, passo decisivo para a conquista do status Coletivo Nacional de Trabalho, está assinado em dois níveis: o nacional, e discussões com os bancos e os bancários, e a aditiva, que poderá ser estadual regional e trata das questões específicas dos trabalhadores de determinados estados locais.

Inovação e avanços
 A convenção inova as relações coletivas de trabalho vigentes, na medida em que estabelece um processo de negocia-



ções mais diretas entre patrões e empregados, sem a interferência da Justiça do Trabalho. É este ponto o pressuposto básico para o Contrato Coletivo de Trabalho, artigo reinvindicado da CUT e que agora voltou à discussão através do novo ministro do Trabalho, Walter Barreto. (Veja matéria na verso)

Além da convenção coletiva, a campanha salarial liderada pela CNB-CUT obtinha este ano outras conquistas importantes: re-

ajuste salarial bimestral acima da política oficial (55% da inflação até 3 mínimos e 80% para taxa acima deles); ampliação do auxílio-creche até 83 meses da criança; extensão do auxílio-doença para os pais; unificação do ticket refeição e 5% de produtividade acima do aumento da inflação anual. Os bancários prosseguem lutando por reajuste mensal de salários, pelo aumento do piso salarial e valorização profissional da categoria.

Curitiba complica no Banestado

Os oito sindicatos de bancários da Paraná ligados à FETEC-CUT (incluindo o recém-criado) assinaram acordo coletivo de trabalho com o Banestado, no último dia 15. Ele prevê a inflação de 12 meses anteriores e garante 5% de produtividade e 20% de aumento. Entre os outros pontos, destaca-se a antecipação do pagamento mensal para o dia 20.

Porém, já no primeiro mês de validade do acordo esta antecipação não foi respeitada e os salários não chegaram aos bancários no dia 20. Argumento do Banco para o atraso: "O acordo coletivo não foi assinado pelo Sindicato de Curitiba", e também não o foi pelos outros 11 sindicatos ligados à mesma Federação dos Bancários do Paraná.

Os dirigentes alegaram a "questão dos honorários" para o não assinar. Os dirigentes são 453 funcionários, detentores na maioria em Curitiba. A alegação deles já foi negociada e resolvida entre o Banestado e os sindicatos envolvidos. No entanto, eles não assinaram ainda o acordo para cumprir o voto do funcionalismo e manter o nível político. Nosso Sindicato realizou com a direção do Banco, o pagamento do salário referente ao dia 20.

CEF tem novo presidente

O presidente em exercício, Francisco, nomeou e passou na última semana o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF).

Em substituição a Álvaro Mendonça, fazemos mais uma vez com o Sr. de Mello. Castro é economista de carreira da CEF, e trabalha há 24 anos. Ele atua como economista em sua (MG) e desde 89 ocupa o cargo de superintendente de crédito em Belo Horizonte.

Daniilo Castro afirma: "Após a posse, que deve ocorrer em novembro, a Caixa em um momento de transição para tornar-se mais agressiva e moderna, sem perder jamais o seu papel social". Ele aduziu que as mudanças para com as mudanças para com as mudanças. Castro foi superintendente em São Paulo (de 85 a 89) e gerente de operações em Minas

Gerente, de 83 e 85.

Méritos críticos

A direção do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte (filial do CNB-CUT) reagiu à nomeação de Daniilo Castro para presidente da CEF. "Castro possui profunda indignação ao movimento sindical brasileiro. O fato dele ter sido superintendente nos gerentes de Álvaro Mendonça e Lefevre Coutinho não o recomendou ao cargo mais importante da CEF, crítica a nota divulgada pela entidade.

Castro esteve à frente da CEF em Minas justamente durante o período da demissão de 30 funcionários, no final do governo da campanha salarial de 91. "Nada fez em defesa dos demitidos; e também não demonstrou nenhuma resistência à política de negociações e ataques à Caixa e ao movimento sindical implantada por Álvaro Mendonça", afirma o sindicato mineiro

E velhos problemas

A posse do novo presidente e a reestruturação dos sindicatos são fatos que terminam uma e iniciam outra fase na história da CEF. No entanto, a situação e os funcionários protegem o convênio com a Caixa e grandes problemas. A nova direção deve enfrentar a defesa da CEF e a reestruturação sindical, bem como manter a unidade sindical, além de lutar por melhores salários, assistência no governo Collor.

Além disso, o funcionalismo ocupa posição externa para a participação dos presidentes causados pela administração Lefevre Coutinho: renegociação da dívida dos estados e municípios; pagamento da dívida pelo Tesouro Nacional; eleição de DIREP e CO-REP; implantação de Comitê de Coordenação de Curitiba; e participação na gestão da FENCEF.

Felagismo

Não bastarem sentir "desprezados", o funcionalismo da CEF tem

estado que enfrentar o problema de a política Caixa ter assinado desfavorável acordo coletivo com a empresa e revolta da categoria. Nesse sentido, a Executiva Nacional dos Empregados da CEF está pedindo aos sindicatos que emitem "reclamação ao DERET comunicando que não haverá o reconhecimento autônomo de suas funções, sendo em vista o não reconhecimento daquele acordo firmado".

O pedido Sindicato dos Bancários de Curitiba, ligado à Caixa, reagiu a esta orientação de não desistir, e está ameaçando os funcionários da CEF de desfiliação da entidade. Assim, os funcionários não poderão votar nem serem votados na próxima eleição sindical; além de serem excluídos das ações estatutárias em benefício da Justiça do Trabalho. É mais um sinal de desamparo dos dirigentes ligados à Caixa. Outra posição assumida é a do Sindicato de Curitiba contra os bancários. Nestas condições.

Cheida e Moreira no próximo VIDA

A eleição do futuro prefeito de Londrina será decidida, em 2º turno, no dia 15 de novembro. Dissolvidos o cargo de dois candidatos mais votados em 1º dia eleitoral, Wilson Moreira (PSDB) e Luiz Eduardo Cheida (PT). Engenheiro civil, Moreira é filiado do partido entre 62 e filia ao atual partido é do partido federal, Múgica. Cheida é atualmente vereador em Londrina.

Com o democratismo objetivo de informar os bancários sobre os dois diferentes projetos político-administrativos, o VIDA ofereceu espaço e publicará no próximo edição artigos assinados por ambos os candidatos. Cheida e Moreira foram convocados a escrever 50 linhas cada, sobre o que pretendem fazer à frente de Londrina.

Antes candidatos foi anunciado que discutiram, principalmente, os temas sociais ligados à classe trabalhadora: emprego, saúde, educação, transporte coletivo, habitação popular, segurança etc. Esperamos que Moreira e Cheida aceitem o convite e aproveitem o espaço para "conversar" com nossa categoria. E que os artigos ajudem aos bancários na hora de escolherem em quem votar.

tomar corpo justo ao novo

vo com o presidente Calliani. Mas,

supostos.

UMA VIDA VINCULADA AO BANCÁRIO

(F 1-2-3) CEB DISTRI

VIDA BANCÁRIA

Revista Informativa do Sindicato dos Bancários de Londrina e região - Tiragem: 5 mil exemplares
 Av. Tupi, 365, CEP: 86.010 - Fone: (0432) 23-0035 - Londrina - PR
 R. Resp. Curiani Costa - MTB 1091 - Dir. Resp. Ed. Aparecido Trindade



EM VOANDO SE SINDICALIZAM

Nº 347 - ANO VIII - 09/12/92

Democracia e transparência nas contas do Sindicato

Os bancários vão decidir, soberanamente, o que fazer em 93 com o dinheiro que a entidade arrecada. O orçamento ultrapassa os Cr\$ 12 bilhões. A categoria vai definir em assembleia as suas prioridades

berente com os princípios cutistas de democracia e transparência na gestão dos recursos do nosso Sindicato, a leitura está começando a categoria para uma assembleia na próxima quinta-feira (17), a partir das 19 horas, no salão da entidade (Rua Prof. João André, 108, sobrelaje, esquina com a Rua Serpente). O principal ponto da pauta será a "leitura, discussão e votação da proposta orçamentária para o exercício de 1993". A previsão de recursos no orçamento do próximo ano é de Cr\$ 12,050 bilhões. O dinheiro será arrecadado essencialmente com mensalidades dos associados e o desconto assessorial anexo taxa de reversão de todos os associados. Por isso, são os bancários quem vão decidir quais são os investimentos prioritários para a atuação do Sindicato no próximo ano. A mesa diretora vai levar uma proposta orçamentária aberta, para discussão, para receber novas propostas a ser votada pela assembleia. A proposta se baseia em dados técnicos da entidade e nas prioridades políticas do movimento da categoria, tanto a nível regional quanto no nacional. Ela considera que é necessário manter e melhorar o patrimônio da entidade (destaque-se as obras e instalações da Câmara de



Sentado) e aprimorar o funcionamento da máquina administrativa (destaque-se o pagamento dos funcionários e a aquisição de equipamentos). Outro destaque importante são os recursos a serem investidos nas lutas e mobilização da categoria. Com participação ativa de diretores e bancários da base em encontros estaduais e nacionais, fóruns, cursos de

formação sindical, reuniões por bancos e nas campanhas eleitorais. Muitas são as prioridades. Mas todas estão aí para serem discutidas, debatidas e votadas. A decisão de onde será aplicado o dinheiro que os bancários destinam para a sua entidade é prerrogativa da categoria. Com a palavra e o poder de decisão, todos os bancários. Não faltará assembleia.

A
S
S
E
M
B
L
E
I
A

Na próxima
5ª-feira

Dia 17/12,
às 19 horas,
Auditório
do Sindicato

Pauta:

- Avaliação da Campanha Salarial 92;
- Dotação Orçamentária para 93.

Banestado: reunião vai discutir os rumos da Funbep

Acomece em Curitiba, na próxima quarta-feira (16), uma reunião entre a diretoria da Fundação Banestado de Seguridade Social (Funbep) e representantes dos sindicatos de bancários e funcionários do Banestado de todo o Paraná. Em pauta, dois pontos: assistência odontológica e a privatização da Funbep. Esta primeira reunião faz parte da sequência da campanha salarial de setembro, que deixou alguns importantes pontos pendentes entre os sindicatos (funcionários) e o Banestado. Na época, ficou o compromisso de manter o clima de "negociação permanente", que agora será reaberta oficialmente. Nossa diretoria estará presente. Maiores informações nas próximas edições da VIDA.



Encontro Nacional avalia campanha salarial no BB

Foi realizado em Brasília, no último final de semana (5 e 6), o Encontro Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil. O principal ponto da pauta foi a avaliação da recente campanha salarial, que culminou com o assentado de um acordo considerado bom pela maioria dos presentes ao encontro. Nosso Sindicato participou do evento através do diretor Eli Aparecido Trindade.

As deliberações de delegações discutiram ainda temas ligados à administração e integração às relações entre empresa e seus empregados, primado do trabalho nos Colôps, política de saúde, passivo trabalhista e eleição do Caret. O encontro fez também um balanço positivo de como ficou a situação do BB na gestão de Fernando Franco, após concluído o processo de impeachment do presidente afastado Fernando Collor. Maiores detalhes sobre o encontro, na próxima VIDA.

VIDA BANCÁRIA

Nº 360 - ANO VIII - 13/04/93



Bancos lucram com mau atendimento e péssimas condições de trabalho

As condições de trabalho e atendimento nas agências bancárias se deterioraram assustadoramente nos últimos anos. A única coisa que aumentou, em contrapartida, foi o lucro astronômico da rede bancária. Há rede privada, acontecem milhares de demissões. Na rede oficial (federais e estaduais), não ocorrem novas contratações.

Os bancos privados investiram na automação e terceirização dos serviços: expulsando grande parte da clientela. Os bancos oficiais, que recebiam os clientes dispensados pelos particulares, não aumentaram seus quadros. As filas aumentam a cada dia em quase todas as agências.

Em consequência deste processo, pioraram em muito as condições de trabalho dos

bancários que restaram nas agências. As filas geram tensão, mau atendimento e trabalho sob pressão. Com a redução no número de bancários veio a sobrecarga de trabalho, acumulo não remunerado de funções e constante extração da jornada diária de 8 horas. A maioria dos bancos privados não paga as horas extras trabalhadas.

Tanto trabalho, preocupações e aumento salarial geram stress e várias doenças profissionais. Além disto, é constante a insegurança nas agências e postos de serviços. Resumindo: nos últimos anos os bancos aumentaram seus lucros e patrimônios na mesma proporção em que pioraram o atendimento aos clientes e as condições de trabalho e vida de seus funcionários.



Reajuste mensal dos salários

Esta reivindicação pública do CNB-CUT e Funcionários Bancários é realizada mensal dos salários e vem com o objetivo de corrigir o índice de inflação integral do mês anterior. Vários categorias profissionais já conseguiram esta conquista, fundamental numa época de inflação em torno de 25% ao mês.

Não dá para comer com a perda de 14% do poder aquisitivo do salário todo mês.

É não estamos pedindo muito. Os salários dos bancos, recentemente publicados pela imprensa, demonstram que são muito baixos e não atendem as condições de vida mensal dos funcionários.

Ampliar horário de atendimento

A Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT) está pedindo aos bancos oficiais e privados ampliar o horário de atendimento nos finais de semana e feriados. Uma das principais propostas é a de ampliar no mínimo de 30 minutos as atividades nos bancos.

O expediente estava passando para ser de 17 horas, com os bancos sendo fechados nos dois dias de trabalho (segunda e terça-feira). Com isso, com a manutenção do atual nível de emprego e a contratação de novos funcionários, o CNB, sem dúvida, melhorará o atendimento e a qualidade dos serviços prestados pelos bancos e as condições de trabalho de seus funcionários. Esta é a proposta.

Banestado demite por perseguição política

O bancário João Donato Vieira foi demitido, sem "justa causa", de uma agência do Banestado em Jaguapitã, na última terça-feira (6), depois de três anos e quatro meses de trabalho prestado. A "causa" alegada pelo gerente Antônio Elio Ferrari é uma suposta "falta injustificada" em 18 de dezembro. Há provas de que a falta não houve, porque ele trabalhou meio período e se opôs a uma decisão na outra parte com o chefe administrativo.

Na verdade, o funcionário foi demitido por uma perseguição política que ultrapassou as relações patrão-trabalhador e tenta cercar direitos de cidadania garantidos pela Constituição brasileira. Os problemas de João Vieira começaram quando ele e outros membros de Jaguapitã, em fevereiro de 92, entraram na Justiça com ação popular e contra o prefeito Cláudio de Oliveira e Silva (PSCB).

A ação popular tentava impedir a doação de um prédio e terreno públicos, feita pelo ex-prefeito e um grupo de empresários. Com a doação e o terreno construído, na propriedade pública, um matadouro particular financiado pelo gerente do Banestado de Nova Seara, em Jaguapitã. A ação popular não foi aceita pelo juiz. Como João Vieira, presidente da comissão julgadora, se negou a entrar na Justiça foi demitido dentro de um processo cheio de irregularidades.

Nomes diretores e assessores jurídicos, que se reuniram com o gerente de Jaguapitã e Gerência Regional e não conseguiram evitar a demissão, vão agora cair da diretoria do Banestado quanto a Reajuste, se recusarem a reintegração do bancário perseguido e demitido. No entanto, para que se repare mais este injusto do banco.

Eleição dos delegados sindicais do BB em maio

Está marcada para o mês que vem, do dia 12 a 14, a eleição dos novos delegados sindicais do Banco do Brasil em Londrina e região. As inscrições dos candidatos vão até 5 de maio. Podem concorrer todos os funcionários sindicalizados. A eleição, como todo direito o trabalho, vai eleger um delegado para cada grupo de 50 funcionários por dependência (mínimo de um delegado).

Os eleitos cumprirão mandato de um mês, com estabilidade no emprego garantida pelo acordo coletivo e CLT. As candidaturas são individuais e devem ser homologadas no Sindicato, que coordenará todo o processo eleitoral. O delegado sindical é o elo de ligação entre o funcionalismo

do BB e as entidades sindicais (neste Sindicato, o Executivo Nacional da Função Bancária e o CNB-CUT).

As suas principais funções são: ouvir, debater e encaminhar as reivindicações da base junto às instituições sindicais; auxiliar as entidades na organização e mobilização da categoria; fiscalizar e fazer cumprir os acordos, convenções etc.; participar de eventos, reuniões e campanhas da categoria. A eleição dos delegados é um importante reforço de luta por novas conquistas e manutenção dos seus direitos do funcionalismo do BB. Participe como candidato, fazendo campanha e votando em maio. Melhores informações ao Sindicato ou com nossos dirigentes.

Pela democratização dos veículos de comunicação

Está previsto para outubro, o início do processo de revisão constitucional. Muitos pontos da atual Constituição (em vigor desde outubro de 88) estão denunciados, montados, alienados ou regulamentados por leis complementares. Entre eles, destaca-se o que trata da possibilidade da democratização nos meios de comunicação de massa.

Para discutir o assunto e coordenar as ações do ponto de vista dos trabalhadores, a CUT, OAB, ABL, Federação Nacional dos Jornalistas

e outras entidades civis criaram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Este Fórum está sendo constituído em várias cidades do país.

Em Londrina ele foi lançado em março, com a participação do Fórum Sindical do lado de entidades que representam os jornalistas, publicistas, advogados, médicos, estudantes e outros setores da sociedade. Leia no vídeo produzido "OPINIÃO", um artigo sobre o tema.

O plebiscito da próxima semana

Está marcado para o próximo domingo (13 de maio) o plebiscito nacional para definir a forma (Monarquia ou República) e sistema (Parlamentarismo ou Presidencialismo) de governo para o Brasil nos próximos anos. O voto é obrigatório para todos os cidadãos acima de 16 anos em todo o Brasil.

Mas o voto que não é obrigatório não é obrigatório para todos os cidadãos. É necessário, porém, votar

contando com a presença e participação de toda forma ou sistema. O Voto é uma das diferenças e semelhanças essenciais entre as opções, em número análogo.

Nesta semana, eventos alinhados aos bancários em apoio do CUT tentará a qual é (ficado neste Sindicato), especificando o assunto. A Control é contra a renovação representativa pela possibilidade de toda a Monarquia, e por isso defende a manutenção da República. Respeitando a pluralidade existente nos direções e

há um lado nacional que se propõe, a CUT nacional não ficou quando quanto ao sistema (Parlamentarismo ou Presidencialismo).

Leia com atenção o jornal do CUT, veja os programas na TV, ouça os debates, discuta o assunto com os amigos, familiares e vizinhos. Mas que seja uma participação, o voto é um direito do cidadão. Exercite esse direito com liberdade, de acordo com sua vontade. E que a vontade histórica do seu país

WDA

BANCARIA

Nº 368 - ANO IX - 20/07/03



SINDICATO DOS
BANCÁRIOS DE
LONDRINA

A dívida dos banqueiros

Bancários e a sociedade vão cobrar as dívidas dos bancos

O Encontro Nacional dos Bancários, que aconteceu nos dias 10 e 11 de julho, no Rio de Janeiro, reuniu 368 pessoas (276 delegados e 92 observadores) de 90 entidades bancárias de 20 estados brasileiros. Foram definidos os principais eixos da campanha salarial deste ano, como o contrato coletivo de trabalho, a defesa dos bancos públicos, a reformulação do sistema financeiro e um amplo plano de ação para a categoria. A campanha salarial de 93 vai atacar fundo as dívidas dos banqueiros para com a sociedade, com os bancários e para com a democratização no país. Horário de atendimento, juros e prazos, tarifas bancárias são assuntos que interessam, não só aos bancários, como a toda a sociedade.

Na questão salarial, as lutas principais são pela reposição das perdas do Plano Collor, a elevação do piso, a criação de um piso para os comissionados, elevação da gratificação de caixa, a nacionalização da gratificação semestral e pelo reajuste mensal integral do salário.

O Contrato Coletivo de Trabalho, direito de reunião no local de trabalho, acesso do Sindicato ao local de trabalho e direito de representação no local de trabalho são pontos para a garantia do exercício de cidadania e da plena democracia nas agências bancárias.



No encontro nacional, a firme decisão de cobrar os banqueiros

A dívida dos banqueiros

Com a democracia e a cidadania

- Direito de Reunião no local de trabalho
- Acesso do Sindicato ao local de trabalho
- Direito de representação no local de trabalho
- Contrato Coletivo de Trabalho

A dívida dos banqueiros

Com os bancários

- Pagamento das perdas do Plano Collor
- Elevação do piso salarial
- Criação do piso salarial para os comissionados
- Elevação da gratificação de caixa
- Nacionalização da gratificação semestral
- Reajuste Mensal Integral de Salário
- Garantia de emprego
- Jornada de seis horas, com dois turnos, inclusive para os comissionados
- Terceirização selvagem e suas consequências sobre as categorias bancárias.

A dívida dos banqueiros

Com a sociedade

- Horário de atendimento
- Juros e prazos
- Tarifas
- Fortalecimento dos bancos públicos, contra a privatização do governo neoliberal de Itamar.
- Em defesa do papel social das instituições bancárias.

Aprovado o reajuste mensal integral. Se houver veto, como querem Itamar, Fernando Henrique e Borelli, vai ser um veto imoral. (pág. 3)

VIDA**BANCARIA**

Nº 370 - ANO IX - 3/08/93

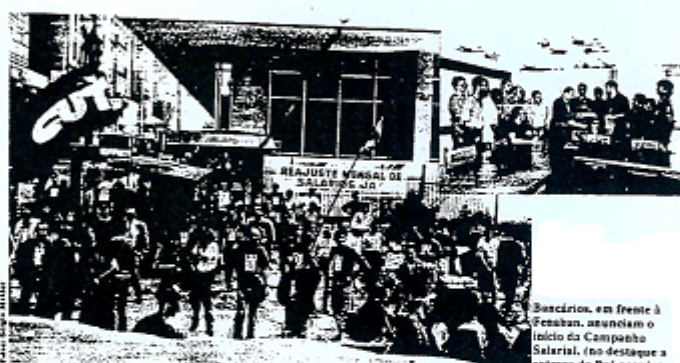
**SINDICATO DOS
BANCÁRIOS DE
LONDRINA**

A Campanha Salarial está nas ruas. entre nessa você também, a briga é de todos

A Campanha Salarial Nacional dos Bancários já está na rua. Neste dia 5 de agosto acontece a primeira rodada de negociação com os banqueiros. Em todo o Brasil, os sindicatos realizam assembleias para eleger delegados representantes para a Executiva Nacional dos Bancários.

Em Londrina, além de elegermos nossos delegados na Executiva Nacional, do qual o nosso Sindicato é membro efetivo, vamos acompanhar o que estará rolando na primeira rodada de negociação com os banqueiros. Outra discussão importante vai ser sobre os pontos que constam da Minuta Mínima Unificada que foi entregue, juntamente com o Pré-acordo, no último dia 22 de julho. A sua presença na Assembleia é fundamental.

No auditório do nosso Sindicato, às 19h30, vamos discutir também as formas de mobilização em Londrina e



Bancários, em frente à Fenaban, anunciam o início da Campanha Salarial. (no destaque a entrega do Pré-acordo).

região, pois você sabe, campanha salarial é assim mesmo: um desafio atrás do outro. Mas o desafio maior mesmo é acumular forças para arrancar conquistas e ampliar benefícios já conquistados. Não deixe de comparecer à nossa Assembleia. A participação e a mobilização de cada bancário, inclusive os comissionados e

administradores, é a moia propulsora que nos levará à celebração do Contrato Coletivo de Trabalho, modernizando nossas relações de trabalho.

Entre nesta briga contra o jogo dos bancos. Vamos cobrar as dívidas dos banqueiros para com os bancários, a democracia e a sociedade.

**Não esqueça: Assembleia às 19h30,
no Auditório do nosso Sindicato.**

VIDA

BANCARIA

Nº 375 - ANO IX - 08/09/93

**SINDICATO DOS
BANCÁRIOS DE
LONDRINA**

Todos à Assembléia que irá decretar GREVE contra a ganância dos bancos

Nesta quinta-feira, às 19h30 no Auditório dos bancários, vamos decretar greve contra a ganância e a falta de seriedade dos banqueiros nas negociações nessa Campanha Salarial. A decretação de greve para o próximo dia 15 obedece procedimento legal da lei de greve. Nossa preocupação é fazer uma greve de massa, com a participação efetiva de cada

bancário, pois só assim iremos romper com o descaso dos bancos às nossas reivindicações. A mobilização de cada bancário é fundamental para que nesta quinta-feira, o nosso auditório (rua João Cândido x Sergipe) esteja lotado com a indignação da categoria contra os banqueiros. Compareça, só iremos construir a vitória nesta Campanha Salarial com a luta de todos.

Porque vamos à greve

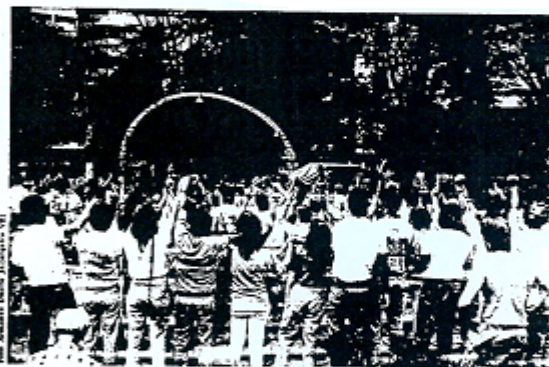
Os bancários de todo o país irão à greve no próximo dia 15. A decisão, já aprovada no Encontro Nacional dos Bancários, deverá ser referendada em assembleias neste dia 9 em todo o Brasil. Apenas aprovar a paralisação não basta. É preciso que cada bancário explique claramente a clientes e à população em geral, porque estamos indo para uma greve nacional:

- Porque até agora os banqueiros, maiores beneficiários da miséria econômica que atinge a Nação, só fizeram propostas ridículas na mesa de negociação com a Executiva Nacional dos Bancários.

- Porque a mesma postura da Fenaban está sendo assumida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais na negociação salarial dos bancos públicos.

- Porque os banqueiros são hoje os cúmplices da miséria e sócios da inflação. Lucram acintosamente, mas endurecem nas negociações, numa clara manobra junto com o Ministério de FHC para dilapidar os bancos públicos e achatar os salários de todos os bancários.

- Porque os bancários não abrem mão de suas reivindicações fundamentais como aumento real de salário, reajuste mensal integral, garantia de emprego, piso para os comissionados,



gratificação semestral para todos os bancários e manutenção do PCS nos bancos públicos.

- Porque se não formos à greve, poderemos perder conquistas de negociações salariais. Os bancários não aceitam as provocações dos banqueiros e dos governos. Organizar e preparar a greve geral e nacional dos bancários é tarefa de cada bancário.

Só com a greve vamos conquistar vitória contra a intromissão dos banqueiros e dos governos estaduais e Federal!

**Acompanhe as negociações
nos bancos públicos (pág. 2)**

**Derrubamos redutor
do Banestado (pág. 3)**

VIDA**BANCARIA**

Nº 389 - ANO IX - 01/02/94

**SINDICATO DOS
BANCÁRIOS DE
LONDRINA**

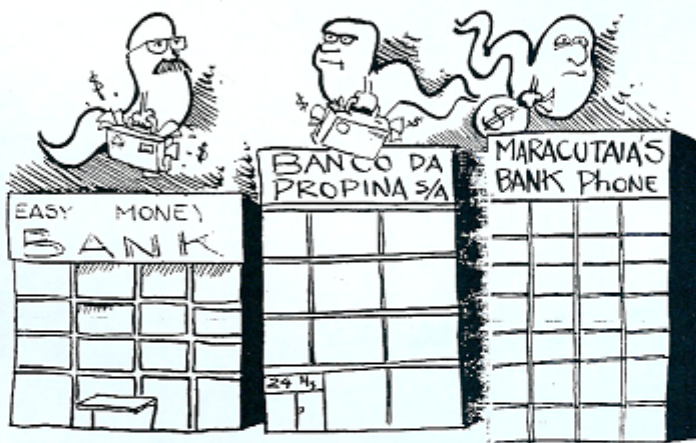
A quem interessa o sigilo bancário?

O momento em que o país está estarelecido com denúncias de corrupção, e vendo as falcatruas serem comprovadas na CPI do Orçamento, é de fundamental importância uma ampla discussão sobre o sigilo bancário em nosso país. Desde a CPI do PC Farias e do processo de impedimento do ex-presidente Collor, os bancos saíram na berlinda como cúmplices na lavagem de contas fantasmas. São essas contas que viabilizam, e viabilizam ainda hoje, todo o esquema de corrupção no país. Não dá para entender a reação irada dos bancos quando se fala de quebra do sigilo bancário. Fica a suspeita que os banqueiros não seriam apenas cúmplices de todo esquema, mas também beneficiários dele.

Para a real democratização e a moralização do país é necessário que a legislação seja reformulada, de forma que os detentores de cargos públicos, sejam eleitos ou nomeados, tenham suas contas a disposição da sociedade, na mesma forma que as empresas, autarquias, fundações ou entidades que cuidam dos interesses da população.

Por outro lado, o sigilo bancário tem servido ao longo dos anos para viabilizar a estrutura de "fixa 2ª", que garante a sonegação de impostos, bem como o dinheiro para a "compra de favores" junto a parlamentares e órgãos públicos.

Na atual estrutura, os assalariados são os únicos que têm a perder com toda esta conversa. Além disso, seus impostos são descontados na fonte, e os salários são controlados pelo governo e



patrões. Enquanto isto, a corrupção e a sonegação são protegidas pelo sigilo bancário. De tudo isto, o que se pode concluir é que o sigilo bancário, da forma como está hoje, interessa apenas aqueles que se utilizam de meios ilícitos para garantir suas "vantagens".

FHC confisca Fundos de Pensão
(pág. 2)

**Haully e Moreira
são inimigos
dos trabalhadores**

Confira na pág. 3

TST legaliza fraude contra nossos direitos

(pág. 4)

Nº 400 - ANO X - 17/05/94

Cúmplices da miséria

Sócios da Inflação agora querem apostar na confusão

A Fenaban quer apostar na confusão para enrolar os bancários. A entidade dos banqueiros marcou reunião com a Executiva Nacional dos Bancários (da qual nosso Sindicato faz parte) para o último dia 11.

No dia 11 a Executiva Nacional dos Bancários estava lá, na toca do leão, para discutir os seguintes pontos: demissões, perdas salariais, 13º e Adiantamento de Férias (conversão em URV), tickets e calendário de negociações.

A cara de pau do pessoal da Fenaban chegou a ser hilariante. Nas questões sobre

perdas salariais e demissões a alegação da Fenaban era de que os temas eram "muito genéricos, e teriam que ser discutidos antes pelos banqueiros como um todo".

A Executiva Nacional propôs então discutir 13º e Adiantamento de Férias (conversão em URV). Pontos mais concretos não poderiam haver. Qual a reação das raposas da Fenaban? Adivinhou. Ganhou um doce. "São temas muito específicos, precisamos discutir com o sistema".

Quá, quá, quá. É rir para não chorar da cara de pau dos banqueiros. Na reunião, a

Fenaban mostrou que está mesmo apostando na confusão para não avançar nas negociações. Até para marcar a data da nova rodada de negociação a justificativa era de que precisava "consultar o sistema".

Essa postura da Fenaban mostra, claramente, que os banqueiros estão querendo empurrar com a barriga qualquer discussão séria até a implantação do Real. Nossa posição, em resposta à enrolação da Fenaban, é fortalecer a luta nos bancos contra as demissões e pela reposição das perdas salariais.

VIDA BANCÁRIA. 10 ANOS INFORMANDO A CATEGORIA

Estamos em festa. O VIDA BANCÁRIA está completando 10 anos de circulação ininterrupta. São 10 anos participando do dia a dia dos bancários: comemorando vitórias, lamentando derrotas, chamando para as lutas emergências e para uma reflexão sobre nossas vidas e nosso país.

São 10 anos de contato direto com a categoria, após a expulsão, pelo voto dos bancários, dos interventores do nosso Sindicato, em 1985.

Mas o VIDA já existia desde 1983, quando surgiu como divulgador das idéias do GEB (Grupo de Estudos Bancários) de

onde nasceu o movimento de oposição que ganhou as eleições de 1985.

Nesses 10 anos, o nosso Sindicato viveu quatro gestões cutistas, que transformaram a história do sindicalismo de Londrina. Hoje, somos referência nacional no sindicalismo bancário.

E é grande a nossa satisfação ao saber que o VIDA BANCÁRIA tem sido um dos elos de ligação entre a diretoria e os bancários. Elo que fortaleceu a categoria como um todo e que vai continuar unindo bancários de Londrina e região na luta por mais cidadania e justiça social em nosso país.

DIA 25/05: Vamos organizar e fortalecer a estrutura sindical da categoria. Assembléia para eleger os delegados ao Congresso da FETEC/CUT-PR e CNB/CUT. 19:00 hr. no Auditório do Sindicato. Compareça.

VIDA**BANCARIA**

Nº 405 - ANO X - 29/06/94

**SINDICATO DOS
BANCARIOS DE
LONDRINA**

Parece pesadelo... Mas é Real

O Plano Real está aí, chegando para jogar na cara da gente toda a incapacidade da equipe econômica em debelar o monstro da inflação. E o plano eleitoreiro entra em vigor com um quadro aterrador para o trabalhador.

Inflação de 50% ao mês, os donos de supermercados avisando, alto e em bom tom que haverá remarcação em Real. Isso significa mais inflação em um período de salário congelado. E os salários continuarão congelados até a data base de cada categoria.

Além da inflação real em URV, teremos a inflação em Real, pois o setor empresarial não esconde que está fazendo remarcação preventiva. É a chamada, segundo os economistas, inflação de expectativas e não de custos.

Seja qual o nome que os técnicos dão para o bicho inflacionário, ele está crescendo e engolindo o salário do trabalhador. Uma clara demonstração de que o plano já nasce "furado" em seu objetivo de debelar a inflação. Mas os homens de FHC ainda esperam usá-lo politicamente, para eleger o Fernandinho Henrique.

Esse grave momento econômico requer toda a força na mobilização dos trabalhadores. Nós bancários, precisamos acelerar o processo de organização para nossa Campanha Salarial. É primordial combater o pesadelo do Real com organização e luta por aumento real de salário.

**Caiu mais um reduto pelego.
CUT vence eleição dos bancários no ABC**

***Veja quais os cuidados
que você deve ter na
troca da moeda (pág.3)***

VIDA

BANQUEARIA

Nº 426 - ANO X - 11/01/95

SINDICATO DOS
BANCARIOS DE
LONDRINA **CLUB**

Bancos públicos

Governo amplia ataque. A meta, agora, é fechamento de agências dos federais

O governo de Fernando Collor nem esperou acabar a poeira das intervenções nos bancos estaduais, e já anuncia o fechamento de 600 agências de bancos federais no ano. O processo de privatização dos bancos públicos, tocado pela equipe do FHC a "toque de caixa", foi iniciado pelas intervenções nos bancos estaduais e agora para cima do BB, CEF, Bradesco, Itau e Banco do Nordeste. Esta medida, segundo Roberto Malan, Ministro da Fazenda, faz parte do programa de ajuste fiscal que está sendo implantado pelo Governo.

O ministro diz que o programa de fechamento de agências dos bancos federais se baseia em levantamentos do Comif (Comitê de Acompanhamento das Instituições Financeiras Federais), que tem em conta os critérios de produtividade e duplicidade de agências de bancos federais numa mesma praça. O alvo deste programa são os pequenos municípios, principalmente do Norte e Nordeste, onde a agência do banco federal realmente cumpre seu papel social, levando linhas de crédito a pequenos agricultores e microempresários.

O fechamento de agências de bancos federais pelo Governo FHC dá esta

fatia do mercado "de mão beijada" para aos bancos privados. É difícil acreditar que Bradesco, Itau ou Banerindus irão atuar em áreas sociais, através de linhas de crédito especiais com juros mais baixos, em programas de irrigação, incentivo à produção ou modernização das atividades do campo, entre outros.

A diretoria Executiva da CNB (Confederação Nacional dos Bancários) e a Executiva Nacional da Categoria se reuniram nesta semana em São Paulo para discutir estratégias de defesa dos bancos públicos. Uma das propostas defendidas pela CNB é articular uma frente parlamentar em Brasília, para tentar barrar a política privatista

do Governo Federal. A Confederação também já enviou pedido de audiência ao Ministro da Fazenda para discutir o assunto. Paralelamente os Comandos de Funcionários do Banespa e Banerj têm se mobilizado na construção de propostas para organizar a luta dos funcionários contra a privatização destes bancos.



LIDA

BANGARRIA

Nº 478 - ANO XI - 30/04/96

SINDICATOS DE
BANCARIOS DE
LONDRINA, ARAPOTI,
CORNELIO PROCOPIO
E APUCARANA CUT

1º de maio: Dia do Trabalhador

Emprego é nossa palavra de ordem

Em todos os anos se celebra neste 1º de maio o dia do trabalhador. Mais que uma data de descanso e festividades reconhecidas por todo o mundo, neste momento, em especial no Brasil, reflexões por parte não só dos trabalhadores, mas também dos empresários e da sociedade em todo, a respeito da situação do emprego. A palavra de ordem não é só a categoria, mas também os mais

diversos segmentos de trabalhadores, que assistem a cada dia a mais uma leva de cortes.

A estabilidade econômica propagandeada aos quatro cantos pelo presidente FHC não garantiu a manutenção do emprego nos mais diversos setores da economia do país. Os números do desemprego batem recordes e a miséria do povo brasileiro cada vez é mais evidente nas ruas das grandes cidades. Aproveitando a data o governo FHC lan-

ça nesta semana um programa para gerar emprego, baseado na informalidade e na redução de direitos dos trabalhadores. Será que a saída para o desemprego passa por este tipo de atitude oficial?

Reforma Agrária, reforma tributária, redução da jornada de trabalho, política industrial e agrícola são apenas algumas propostas apresentadas pelos trabalhadores, através da CUT, para combater o fantasma do desemprego. Enquanto o

Governo patina em suas reformas e só se toca de que a miséria avança no país quando ocorrem massacres como o de Eldorado dos Carajás, trabalhadores continuam sendo dispensados às levas por empresários falidos, ambos no aguardo de uma reforma de verdade da sociedade brasileira. Diante de tudo isto nós, trabalhadores, continuamos insistindo em discutir e implementar políticas que caminhem para a geração de empregos.

2/05 tem reunião com a Fenaban

Executiva Nacional dos Bancários está à mesa de negociações com os sindicatos neste dia 2/05 em São Paulo para discutir Emprego, Salário e Resultados. Na reunião do último dia 18/04, em Curitiba, surpreendentemente a Fenaban, através da

Executiva Nacional dos Bancários, apresentou uma proposta de uma pesquisa conjunta com a Fenaban, que será novamente discutida

na reunião deste dia 2/05, para aferir o sentimento da população com relação aos bancos, verificando o grau de satisfação com os serviços prestados, créditos e oferta de empregos no setor. Na proposta, a Executiva Nacional dos Bancários quer a suspensão das demissões nos bancos e a Fenaban já discutiu de cara

NO PIC DA DEMISSÃO

8.000 **2.000**
EMPREGOS EMPREGOS

NO FINAL DESTA JOGO QUEM PERDE É O BRASIL.

Sindicatos distribuem as cartilhas das LER

Os sindicatos de Apucarana, Arapoti, Cornélio Procopio e Londrina, juntamente com outros sindicatos cutistas do Estado e a FETEC-CUT/Paraná, elaboraram e estão distribuindo à categoria o Manual do Bancário, uma cartilha com informações sobre as doenças ocupacionais, em especial as LER (Lesões por Esforços Repetitivos), os riscos que elas representam e os direitos que temos garantidos em Lei.

As cartilhas foram confeccionadas de acordo com o número de bancários que atuam na base territorial de cada sindicato, para que ninguém fique sem a sua. Por isso, se você ainda não recebeu um exemplar, aguarde, porque logo algum diretor do seu sindicato vai lhe entregar uma cartilha.

Em tempo: por erro de edição foi omitido um dos tipos mais comuns das LER, a tenossinovite, que é a inflamação do tecido que reveste os tendões. Também, por erro de edição, não consta da cartilha a participação da FETEC-CUT/PR na confecção desse material. A FETEC coordenou a distribuição para os sindicatos e oposições bancárias do Estado.

LER
LESÕES POR ESFORÇOS REPETITIVOS

MANUAL DO BANCÁRIO

Começa a campanha do Bradesco e Itaú

Está sendo lançada neste dia 30/04 em todo o país a campanha Compromisso pelo Emprego Já, encaminhada em conjunto pelos funcionários do Bradesco e do Itaú. A mobilização nestes dois bancos, recordistas em demissões nos últimos meses, vai chegar às ruas com cartazes, adesivos, camisetas e manifestações para denunciar a onda de demissões que tomou conta dessas duas instituições. Vista esta camisa você também. Só com muita mobilização iremos assegurar o emprego da categoria.

VIDA

Bancária

INFORMATIVO SEMANAL DO BANCÁRIO

SINDICATOS DE
BANCÁRIOS DE
APICARANA, ARAUJO,
CORNELIO PROCOPIO
E LINDOYRA
Nº 506
12/11/98



DÍVIDA DE CAMPANHA

Proer faz um ano de socorro a banqueiros

O Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro) comemorou no último dia 5/11 um ano de vigência, destinando neste período mais de R\$ 14 bilhões no socorro a banqueiros em dificuldades financeiras. Tendo prazo de duração até este final de ano, o Programa ainda não deu mostras de que vai realmente ser extinto, pelo contrário, parece cada vez mais firme os indícios de que as portas dos cofres públicos continuarão abertas até que o último banqueiro necessite de ajuda do governo para sobreviver. Pelo jeito as dívidas da Campanha Eleitoral de FHC foram feitas para pagamento a longo prazo.

Neste primeiro ano de vigência, o Proer bancou a incorporação de seis bancos, resultando em gastos de R\$ 14,442 bilhões. Na operação Econômico/Excel, a maior e a que levou o Banco Central a criar o Proer depois da pressão do senador baiano Antonio Carlos Magalhães, foram aplicados a bagatela de R\$ 6,578 bilhões. Na operação Nacional/Unibanco o saque aos cofres públicos foi de R\$ 5,898 bilhões, e na Banco/Bandeirantes mais R\$ 1,256 bilhões. Nas incorporações dos demais bancos feitas este ano as despesas foram menores, sendo repassados R\$ 473 milhões no Mercantil de Pernambuco Rural; R\$ 112 milhões na do Antonio de Queiroz/União; e R\$ 125 milhões na operação do Martelli/ Postal.

Em meio a esta enorme fortuna aplicada no socorro a banqueiros, somente eles mesmos tem a comemorar neste primeiro aniversário do Proer. Nestes seis casos, além de cobrir os rumos deixados pela má administração, os recursos dos cofres públicos também bancaram uma enxurrada de despesas nestes bancos.



VIDA

BANESTADO

INFORMATIVO SEMANAL DO BANCÁRIO

SINDICATOS DE
BANCÁRIOS DE
APUCARANA, ARAPOÍTA,
CORNELIO PROCOPIO
E LONDRINA
CUT

Nº 518
18/03/97

ANO
XII

EDITORIAL

Banestado vive o caos

rentios entre cotês de bôras extras, denúncias de irregularidades, criação de CPI, votação de propostas, excesso de trabalho e filas enormes, os funcionários do Banestado vivem o caos.

Nas últimas semanas, os sindicatos mergulharam de cabeça na construção de uma proposta alternativa que impedisse a pulverização de direitos dos funcionários, decretada arbitrariamente pela diretoria.

Todos já têm conhecimento da proposta sobre a modificação de direitos dos funcionários. Inclusive estão votando ou já votaram sim ou não. O que todos precisam saber é que não se trata de uma proposta de consenso do movimento sindical, até porque não cabe ao Sindicato fazer propostas de redução de direitos do trabalhador. É, sim, uma proposta traçada por uma comissão paritária da qual fazemos parte. E não vamos nos iludir que, de uma comissão à qual a diretoria do banco também faz parte, saíria propostas que resolveriam todos os nossos problemas.

Não estamos negociando com a diretoria do banco por manter nela. Aliás, com as últimas já estamos perdendo inclusive o respeito. Estamos nessa cruzada exclusivamente por respeito ao quadro funcional e é deste que estamos solicitando a reflexão, pois a responsabilidade da diretoria do banco não vai além de abandonar o banco quando lhe aprouver, e nós ficamos, e sempre, com a incumbência de preservar a empresa.

É preciso que não caiamos nas armadilhas preparadas pela diretoria, que visa sempre dividir os funcionários. Mistur-se faz a união de todos (pessoal de seis horas, de bitú, comissionados etc), visando exatamente repudiar essa prática divisionista, para manter a credibilidade do banco, lutar contra a privatização, as demissões e redução de direitos.

Novamente a diretoria mostrou-se incompetente no episódio da tentativa de redução de despesas, sem contar



Nas agências as filas são enormes e ultrapassam as portas

que deixa perigosas evidências de envolvimento em escândalos. Paquidêmica na apuração e punição de desvios, sustenta uma política de crédito desastrosa, grande causa dos problemas de liquidez do banco. Entretanto, na hora de propor cotês, não toca nos seus privilégios, deixando a conta para nós pagarmos. Para o Sindicato, a diretoria do Banestado tem que sair já. Este fato por si só não seria uma punição para a sua incompetência, mas já traria grande motivação a todos os funcionários, que não estão nada a fim de enfrentar tantos desafios liderados por essas sumidades.

Reforma da Previdência
O secretário geral da
CUT prevê chumbo
grosso para os
trabalhadores
Pag.3

Estrutura Sindical
Juiz ainda não se
pronunciou sobre a ação
do Sindicato. Seminário
discute mudanças na
estrutura sindical
Pag. 4

VIDA

INFORMATIVO SEMANAL DO BANCÁRIO

SINDICATOS DE
BANCÁRIOS DE
APUCARANA, ARAPOZ,
CORNÉLIO PROCOPIO,
LONDRIINA
CUT
Nº 521
15/04/97

ANO
XII

Mudança da compensação para Curitiba vai provocar mais demissões

PERIGO À VISTA



A partir do próximo dia 28/04, os serviços de compensação de cheques do CESEC de Londrina serão transferidos para Curitiba. Como a mudança do horário dos bancos em Londrina, esta medida surge de forma arbitrária, sem nenhum estudo que comprove a eficácia dessa centralização ou que aponte saídas para os problemas que certamente ocorrerão com este serviço de "cheque voador". Assim, o Cesec de Londrina ficará sem este serviço, passando a operar na compensação de outros documentos.

O transporte dos malotes será feito por avião, que sairá diariamente de Londrina às 19 horas. Se com o horário atual, onde o Cesec recebe malotes até às 20 horas, ocorrem vários atrasos, certamente com a redução em uma hora muita gente vai perder o voo. Tem também a questão das condições atmosféricas, que implicam no atraso do pouso ou decolagem, tanto no aeroporto de Londrina, como no de Curitiba. Quem garante que os malotes chegarão a tempo para a abertura das agências?

Demissões - Mesmo não dispondo de números de quantos bancários serão demitidos com a centralização da compensação em Curitiba é possível prever que os cortes acontecerão. Só o Cesec Londrina tem 12 funcionários que atuam neste setor e que ficarão sem função. Segundo informações do banco, eles serão transferidos ou aproveitados em outros setores. Os demais bancos já estão se adequando ao fim da compensação de Londrina que, antes mesmo de ser implantada, já tem provocado demissões nas agências.



Sindicato de Londrina mobiliza a população contra novo horário

O Sindicato de Londrina iniciou na semana passada uma série de atividades voltadas para mobilizar clientes e usuários de bancos, como toda a população e os poderes públicos, na defesa pela manutenção do horário de atendimento ao público. A redução em uma hora já foi decidida por alguns gerentes, e deve entrar em vigor a partir do dia 5/05, quando as agências começarão atender das 11 às 16 horas.

Na foto, o presidente eleito do Sindicato, José Francisco da Silva, expõe os problemas que a redução do horário trará à cidade na sessão do último dia 10/04 da Câmara de vereadores. Plebiscito, nota em emissoras de rádio e abaixo-assinado são outras formas de mobilização desenvolvidas pelo Sindicato nesta campanha. Leia mais na página 2.

PARA REFLETIR

Journalista Alberto Dines fala sobre os limites da imprensa sindical

"Não há limites. O que eu quero mostrar é justamente isso: não nos deixemos acomodar à segmentação. O jornalista sindical tem um grande papel. Cabe de formador, contribuinte para elevar o nível cultural dos leitores. O que não pode haver é a ideia de pensar que basta fazer malotes tratando da associação do sindicalizado, dando matérias específicas, para satisfazer o interesse ou o sindicalizado. Não se deve abrir, trazer grandes informações, como o problema da sindicalização, por exemplo, e assim manter o interesse de informações pessoais."

Trecho de entrevista do jornalista Alberto Dines concedida ao jornal Acão, nº 97, da ANABB Associação Nacional dos Jornalistas do BB.

VIDA

Bancária

INFORMATIVO SEMANAL DO BANCÁRIO

SINDICATOS DE
BANCÁRIOS DE
APUCARANA, ANAPOLIS,
CORNÉLIO PROPCOPIO
E LONDRINA

Nº 522
29/04/97

ANO
XII

HISTÓRIA

1º de Maio marcou início da luta pela redução da jornada

O Dia 1º de Maio, o dia do Trabalhador, ou do Trabalho, como é oficialmente chamado, foi instituído em 1892 pela AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores). Diferente do que muitos pensam e do que os padrões costumam pregar, a data não é comemorativa de nenhum acontecimento

especial do passado, mas sim de reflexão sobre como é importante a organização dos trabalhadores e de lembrar que a luta pela redução da jornada de trabalho foi iniciada em 1º de maio de 1885.

Naquele ano foi realizado um Congresso da AIT, em Genebra, Suíça, onde foi aprovada a campanha mundial pela jornada de 8 horas de trabalho. Era comum naqueles tempos, jornadas de 14, 15 e até 18 horas diárias nas indústrias de tecido e de metalurgia. Insuficientes com a exploração, operários norte-americanos convocaram uma greve geral a partir do dia 1º de Maio de 1886. Nos primeiros dias do movimento a polícia prendeu e matou diversos operários, mulheres e até crianças. Os líderes da greve também foram presos e enforcados em novembro do ano seguinte.

Diante dessa repressão e o assassinato dos operários a AIT decidiu instituir o 1º de Maio como a data de luta pelas 8 horas e pelos demais direitos dos trabalhadores de todo o mundo. Mesmo tendo passado todo este tempo, a cada ano temos mais pendências a resolver com relação à exploração do trabalhador, às condições de trabalho, aos salários e, principalmente, à manutenção do emprego, cada vez mais escasso nesta aldeia global em que vivemos.

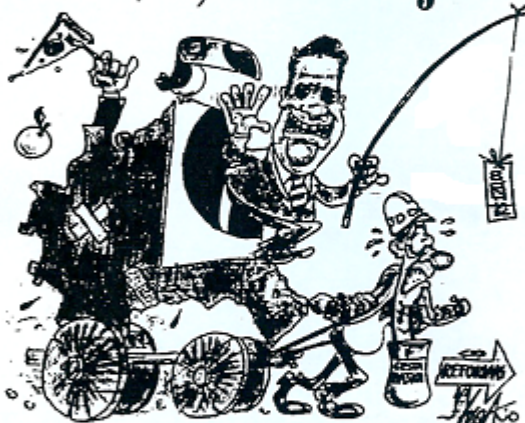


FHC anuncia "novo" mínimo com apenas R\$ 8,00 de reajuste

Apegando-se mais uma vez na "estabilidade" do Plano Real, o governo FHC decretou na semana passada o novo valor do salário mínimo, que recebeu apenas 7,14% de reajuste. Em cadeia nacional de rádio e televisão, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, argumentou que o salário mínimo brasileiro tem se mantido acima do custo da cesta básica, que está atualmente em torno de R\$ 110,00. Segundo estudo do DIEESE, o mínimo deveria ter um reajuste de pelo menos 475% para recuperar o valor de 1940, quando foi instituído.

Ao decretar mais este arrocho no poder de compra de uma parcela de trabalhadores e de aposentados e pensionistas da Previdência Social, que recebem benefícios de acordo com o salário mínimo, o governo FHC mais uma vez não leva em conta os gastos com moradia, condução, lazer, saúde, educação, vestuário e higiene, indispensáveis a qualquer ser humano.

E assim, o trabalhador brasileiro vai passar mais um 1º de Maio amargando perdas, enquanto o presidente FHC, ministros, deputados, senadores e outros marajás do serviço público federal já articulam aumentos para seus salários de aproximadamente 50%. Fica a lembrança da promessa de campanha de FHC, de que elevaria o salário mínimo para R\$ 200,00 durante seu mandato. Resta saber se isto acontecerá até o final de 98 ou no término de seu próximo mandato.



VALORES DO MÍNIMO

Peru	US\$ 70,00
Bolívia	US\$ 80,00
Brasil	US\$ 109,00
México	US\$ 127,00
Paraguai	US\$ 146,00
Uruguai	US\$ 160,00
Argentina	US\$ 200,00
Espanha	US\$ 690,00
EUA	US\$ 680,00
Itália	US\$ 800,00
França	US\$ 1.000,00
Dinamarca	US\$ 1326,00

Fonte: DIEESE (dados baseados em 1994) Banco Mundial e estatísticas
Elaborado pelo jornal O Dia em parceria com o DIEESE.



VIDA Bancária

Nº 534
22/07/97

INFORMATIVO SEMANAL DO BANCÁRIO

Dia 25/07
o país realiza
manifestações no
Dia Nacional de Lutas por
Terra, Moradia, Salário,
Previdência
Pública e Justiça

ABRA O OLHO BRASIL

A CUT, os sindicatos filiados, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), partidos políticos e outras entidades da sociedade civil organizada realizam neste dia 25/07 o Dia Nacional de Lutas. A data registrará mais um protesto Nacional contra as políticas neoliberais do governo FHC, que tem se dedicado somente à campanha rumo a reeleição em 98 e à privatização de empresas estatais.

Como aconteceu na Marcha a Brasília, realizada no dia 17/04, quando mais de 60 mil pessoas protestaram contra as políticas neoliberais do governo, neste dia 25/07 serão realizadas manifestações em todo o país, denunciando a falta de reforma agrária, da ausência de políticas sociais e de geração de empregos, de linhas de crédito que possibilitem a construção de moradias populares e a conquista de salários decentes para os trabalhadores.

A situação crítica dos hospitais, as greves de policiais militares em vários estados do país, a miséria e violência nas ruas são exemplos que reforçam esta falta de interesse que o governo FHC tem em superar problemas estruturais do país. Por isso temos que resistir e protestar no próximo dia 25/07, por Reforma Agrária, Emprego, Moradia, Salário, Previdência Social e Justiça. Participe das atividades.



NEWS DESTA EDIÇÃO

Funcionários da CEF realizam dia 26/07 o Congresso Estadual

No próximo dia 26/07 os funcionários da CEF realizam em Curitiba o Congresso Estadual, que vai definir os delegados ao Convecef, que acontecerá de 20 a 23/08 no Rio de Janeiro. Leia mais sobre a CEF na pág. 2.

Londrina sofre com a crise entre AML e convênios de saúde

O impasse entre a Associação Médica de Londrina e os convênios de saúde gera crise no atendimento aos 45 mil usuários da cidade. Pág. 3.

CAMPANHA SALARIAL

Assembléias no dia 24/07 discutem a Campanha Salarial

Os sindicatos de Arapoti, Cornélio Procópio e de Londrina realizam assembléias neste dia 24/07 para discutir a organização da Campanha Salarial 97 e escolher os delegados ao Encontro Nacional dos Bancários, que será realizado nos dias 1º e 24/8 em São Paulo. Confira no quadro ao lado o horário e local das assembléias. O Sindicato de Apucarana não definiu a data da assembléia.

No Encontro Nacional será dada a largada para a Campanha Salarial 97 da categoria, sendo definidas as propostas para a Mínima Mínima de Reivindicações e estratégias de mobilização e negociação com os bancos. Nas assembléias desse dia 24/07 também serão escolhidos os delegados ao Congresso Nacional dos funcionários do BB. Participe da Assembléia de seu Sindicato! Não fique de fora da organização da Campanha Salarial 97.

ARAPOTI

Horário: 19 horas

Local: sede do Sindicato

CORNÉLIO PROCÓPIO

Horário: 20 horas

Local: sede do Sindicato

LONDRINA

Horário: 19 horas

Local: auditório do Sindicato (rua prof. João Cândido, 108, esq. com Sergipe, sobreloja)

INDICATOS DE
BANCÁRIOS DE
PARANÁ, ADAPTO
SINDICATO PARANÁ
SINDICATO PARANÁ

CNE
fatec/PR

Bancária

INFORMATIVO SEMANAL DO BANCÁRIO

Nº 712
De 8 a
14/05/2001

1º MAIO

Trabalhadores protestam em todo o Mundo

Desigualdades sociais, reforma agrária e combate à Alca foram os principais temas das manifestações do Dia do Trabalhador este ano

O dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador, foi marcado este ano por diversas manifestações realizadas por todo o mundo. Passeatas, protestos e debates sobre os principais problemas que afetam os trabalhadores, em especial, a criação da Zona (Área de Livre Comércio das Américas).

No Paraná, os protestos aconteceram no interior, mas o grande ato ocorreu na BR-277, no quilômetro 108, próximo a Curitiba. Neste local foi inaugurado o monumento idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em homenagem ao trabalhador sem-terra José Tavares Pereira, assassinado no ano passado pela PM.

O ato, denominado "Um outro Paraná é possível: 1º de Maio, Dia da Resistência", reuniu cerca de 5 mil pessoas, envolvendo, além dos líderes do MST (Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), sindicalistas, estudantes, políticos de oposição, representantes de entidades sociais e populares e trabalhadores de diversas categorias. Também participaram deste protesto personalidades mundiais.

A CUT realizou em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, um grande ato público, com cerca de 100 mil pessoas. Na ocasião, além dos debates sobre a globalização, desemprego, reforma agrária e a defesa dos direitos dos trabalhadores, foram recolhidas assinaturas pela instalação da CPI da Corrupção no governo FHC e pelo pagamento imediato dos reajustes nas contas do FGTS e nos salários dos servidores públicos.

Festa 127 - Em outra região da capital paulista, ao invés de debates a Força Sindical, agremiação ligada aos patrões,



Mais de 5 mil pessoas participaram do ato na BR-277. Defesa da Copel foi uma das reivindicações dos trabalhadores



Monumento lembra sem-terra assassinado pela PM

organizou show com artistas de cachês milionários e sorteou carros e apartamentos aos participantes. Dinheiro para bancar esse evento milionário, com certeza não faltou para a central que fechou o acesso do FGTS com o governo.



Lerner foi condenado pelo Tribunal Internacional por violar direitos humanos

Tribunal Internacional condena Lerner

O Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos do Paraná, realizado nos dias 1º, 2 e 3 de maio na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, condenou, por unanimidade, o governo Jaime Lerner (PFL) pela violação dos direitos humanos.

O governo não enviou nenhum

representante neste julgamento e foi considerado agente ou omissor nos crimes praticados contra os trabalhadores rurais sem-terra nos últimos seis anos. Durante o governo Lerner já foram assassinados 16 sem-terra. Entre os jurados destacaram-se as presenças do advogado Hélio Bicudo, vice-prefeito de São Paulo, e do Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel.

Elas não são as mesmas

Facilidades levam
Banco do Itaú para
a estratosfera

Pág. 2

Carros antigos
de Finasa prejudicam
saúde dos bancários

Pág. 3

Alimento cassado
em Londrina, Belinati
preso por desvios

Pág. 3

Hedson debate venda
de Sercomtel Celular
para a população

Pág. 4



Dia 3 de maio foram realizadas manifestações nas agências do Bradesco no Paraná. Em Londrina (foto), o Sindicato realizou ato em frente à agência Centro. A terceirização de serviços, demissões, perseguição aos lesionados e o corte nas férias foram denunciadas aos clientes e usuários. Esses problemas foram levados ao banco em negociação ocorrida no mesmo dia em Curitiba. Leia mais na pág. 3.

SINDICATOS DE
BANCÁRIOS DE
LUCASIANO, ARRUDA,
MAGALHÃES, ROSA
E ARRUDA
COT

CNE

fetec/PR

TÁ NA HORA

WVWA Bancaária

INFORMATIVO SEMANAL DO BANCÁRIO

Nº 714
De 22
28/05/99

Votação no Senado pode dar fim à política dos coronéis

Comissão de Ética discute cassação de ACM e Arruda pela quebra de sigilo do painel de votação

O Senado Federal terá nesta quarta-feira (23/05) uma das mais importantes sessões de sua história, quando será votado, na Comissão de Ética, o relatório do senador Saturnino Braga (PSB-RJ) sobre a violação do Painel Eletrônico após a cassação do ex-senador Luiz Estarreja. No banco dos réus estarão Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), os mentores da quebra do sigilo. O relator apresentou seu parecer no último dia 16 de maio, propondo punição severa aos dois caciques políticos pela quebra de decoro parlamentar e por não terem tomado pro-

vidências após a obtenção da lista de votação para impedir novas violações do Painel Eletrônico. Mais do que a simples cassação de ACM e Arruda, a Comissão de Ética tem em mãos a decisão sobre o futuro da política dos coronéis.

Aceitando o pedido de cassação de ACM, que ainda deverá ser votado pelo Plenário, o Senado vai se desfazer de um dos políticos mais asquerosos do País. O próprio povo baiano está saindo às ruas em protesto contra o acordo que estava sendo costurado com o governo FHC, visando livrar a cabeça do coronel Toninho Malveza. Vindo da antiga Arena, o partido político da

Ditadura, o senador baiano, que sempre esteve ao lado do poder, vem acumulando fortunas e poder, chegando ao ponto de dar pito seguidas vezes no presidente FHC. Talvez este tenha sido o prelo de sua cassação. Mas como o FHC ainda tem muitos escândalos a explicar à população, ACM pode voltar a ser um grande aliado para barrar a CPI da Corrupção.

Só a pressão popular pode impedir que o caso da violação do Painel do Senado tenha final feliz. Decididamente, o Brasil não precisa de senadores como Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.



MAIS LAMA

Revista denuncia trambiques do ex-presidente do BC

O governo FHC inicia esta semana envolvido em mais um escândalo. A revista Veja traz a denúncia de que o ex-presidente do BC (Banco Central), Francisco Lopes, venderia informações sigilosas da inspeção ao mercado. De acordo com a revista, o banqueiro Salvatore Cacciola, dono do banco Marka, que foi socorrido em janeiro de 99 após a desvalorização do real, teria gravado conversas de Chico Lopes durante este tipo de operação e utilizava as fitas para fazer chantagem.

O presidente FHC, sempre na defensiva, mandou dizer que também não sabia de nada que acontecia no BC.

INVESTIMENTOS

Justiça proíbe terceirização na Caixa

Pág.

Funcionários do Santander fazem protesto mundial

Pág. 2

Sindicato de Arapoti realiza eleições dia 24

Pág. 3

Mobilização no Unibanco pede garantia de emprego

Pág. 3

APAGÃO

Crise da energia comprova falta de competência de FHC

O governo FHC vive um de seus piores momentos desde que se instalou no Palácio do Planalto em janeiro de 95. Denúncias de corrupção por toda a parte, dólar nas alturas, decadência dos serviços públicos e, por que não lembrar, o desemprego crescente não tiraram a arrogância do presidente da República. Apesar de tudo isso e muito mais, FHC tomou espaço nas redes de tevê no último dia 18 de maio para tentar explicar à população a necessidade de economizar energia elétrica. O presidente

falou tudo mas não disse nada.

A culpa, todos sabem, é de seu governo. Nos últimos seis anos e meio FHC e sua equipe não fizeram nada para evitar a escassez de energia, como também não se preocuparam com a saúde da população. Hoje, em pleno século 21, os brasileiros ainda sofrem com doenças da idade média, como a lepra, febre amarela e outros males há muito erradicados em Países mais sérios. Assim, o Brasil tem tudo para voltar ao tempo das cavernas. Escutidão a gente já tem!





VIDA Bancária

INFORMATIVO SEMANAL DO BANCÁRIO



Dia 25 tem discussão sobre Igualdade de Oportunidades

Executiva Nacional vai debater com a Fenaban o Mapa da discriminação nos bancos

A Executiva Nacional dos Bancários estará reunida no dia 25 de julho, em São Paulo, com representantes da Fenaban para debater o tema Igualdade de Oportunidades, conforme estabelece a Convenção Coletiva do ano passado. Este encontro vai analisar os números revelados pela pesquisa "Rostos dos Bancários - um Mapa de Raça e Gênero", feita pela CNB-CUT.

A Igualdade de Oportunidades em dois eixos mais importantes da luta de reivindicações da Campanha Salarial. A Executiva vai ouvir aos representantes da Fenaban que a discriminação no trabalho existe e atinge, principal-

mente, as mulheres e os negros. A pesquisa revela que apesar de ocuparem praticamente o mesmo número de postos de trabalho nos bancos e de terem, em geral, maior escolaridade do que os homens, as mulheres recebem menos e têm poucas chances de alcançar postos de chefia e de direção nos bancos.

Quanto aos negros, a participação na categoria é bem menor e ocorre, em sua grande maioria, nos bancos públicos, onde o concurso público é o critério para contratação. Isso revela que nos bancos privados a discriminação por raça é maior, como revela "Os Rostos dos Bancários". Com base nestas evidências, a Executiva

Nacional vai cobrar uma posição da Fenaban sobre este problema, exigindo avanços com relação à Igualdade de Oportunidades nos bancos. Leia mais na pág. 3.

Novo presidente da Fenaban visita a CNB-CUT

O novo presidente da Fenaban, Gabriel Jorge Ferreira, visitou a sede da CNB-CUT, em São Paulo, no último dia 19 de julho. A visita, segundo ele, serviu para estreitar a comunicação entre as partes. Ferreira falou sobre o sistema financeiro, destacando pontos como a defesa do consumidor, a internacionalização do setor e a implantação, em janeiro de 2002, de um novo sistema de compensação nos bancos. A CNB-CUT avaliou positivamente a iniciativa do representante dos banqueiros, porque aconteceu às vésperas do início das negociações da Campanha Salarial.

ABONADOS

Bancos ganham várias mega senas por ano



Que o setor é altamente lucrativo ninguém tem dúvida. A Folha Bancária, jornal do Sindicato de São Paulo, revela que o lucro líquido acumulado pelos bancos no ano passado atingiu R\$ 7,8 bilhões. Esta fortuna equivale a nada menos do que 393 prêmios acumulados da mega sena. Isso significa que juntos os bancos ganham mais de uma mega sena por dia. Incluímos os finais de semana.

Cum quanto dinheiro assim, pro-

pos como o Bradesco e o Itaú, os dois maiores bancos privados do Brasil, que têm uma lucratividade de 20% sobre o patrimônio líquido, precisariam de apenas cinco anos para dobrar seus capitais. E pensar que a poupança rende menos de 0,7% por mês ao cidadão comum e a inflação oficial do País não chega a 8,5% ao ano.



Agências do BB onde ocorreram derrubidas através do GDP e o sistema de Desemprego Profissional foram alvo de manifestações no último dia 19 de julho em diversas cidades do País. Na região, o protesto atingiu as agências de Itaporã (foto) e de Comodoro Roca. Leia mais na pág. 2.

GLOBALIZAÇÃO

Encontro do G-8 gera protestos

O Encontro dos líderes dos oito países mais ricos do Mundo e da Rússia, realizado entre os dias 20 e 22 de julho, em Gênova, na Itália, foi alvo de incessantes protestos. A reunião do G-8 foi cercada de grande aparato policial, utilizado para reprimir os protestos de grupos ativistas contrários às políticas de globalização, que mantêm os países mais pobres

atrelados às políticas de submissão aos grandes grupos financeiros internacionais.

O resultado da repressão foi o assassinato de um jovem manifestante italiano por um policial, ferimentos em cerca de 300 pessoas e a detenção de outras 180. Diante da pressão, o G-8 anunciou que vai perdoar US\$ 53 bilhões, de um total de US\$ 74 bilhões, da dívida

externa dos países mais pobres. Os líderes decidiram ainda criar fundos voltados à AIDS e à Saúde e prometeram colaborar com o desenvolvimento da África. Mas a principal discussão dos chefes das potências visava impor a globalização aos países mais pobres, que ainda não se ajoelham ao capital mundial.

SINDICATOS DE BANCÁRIOS DE
PARANÁ, MATOZOS
UNIAO - PROCOB
CTB

CNE
fsec/PR

Bancária

INFORMATIVO SEMANAL DO BANCÁRIO

Nº 741
 De 4 a
 10/12/2001

HDS

Mais de 60 milhões de pessoas foram contaminadas

No último dia 1º de dezembro foram realizadas manifestações em todo o Mundo no Dia Internacional de Combate à Aids. A Síndrome da imunodeficiência Adquirida foi descoberta em 1981 e desde então já foram registrados, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde) (Agência das Nações Unidas para a Aids), mais de 60 milhões de pessoas foram contaminadas. Destes, 40 milhões já morreram.

Nas atividades realizadas no dia 1º de dezembro foi destacada a importância da prevenção. Diferente do que ocorre há 20 anos, atualmente não existem mais grupos de risco. HIV, o vírus da Aids, tem afetado não apenas as pessoas viciadas em drogas e homossexuais. O número de mulheres casadas contaminadas pelos maridos vem aumentando cada vez mais. Os idosos também passaram a fazer parte das estatísticas, demonstrando a importância da prevenção, com a utilização de preservativos, é essencial para evitar o contágio pelo HIV.

Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil 590 mil pessoas estão infectadas, sendo que destas 215 mil já desenvolvem os sintomas da doença. De acordo com estes dados, em 16% dos casos a transmissão do vírus ocorreu em relações homossexuais. O contágio entre homossexuais representa 12%; nas relações bissexuais 3%; e 18,5% das pessoas infectadas contrairam o HIV ao utilizar drogas injetáveis. Entre os casos de crianças menores de 15 anos infectadas, 90% foram infectadas no parto.

Governo FHC joga pesado pela aprovação de mudanças na CLT

Pressão junto aos deputados federais é a arma dos trabalhadores para garantir direitos. FHC reabre balcão de negócios

O projeto de lei 5.483/01, de autoria do governo FHC, que estabelece a "flexibilização" de direitos dos trabalhadores, deve ser submetido a votação no Plenário da Câmara dos deputados esta semana. No último dia 28, em meio a muita pressão, o projeto seria votado, mas tendo ser derrotado o governo mandou que os deputados aliados abandonassem a sessão, derrubando o que queriam necessário.

Nos bastidores dessa alteração nos direitos previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) o governo FHC voltou a reabrir o balcão de negócios, expediente já utilizado

nas votações da reforma da Previdência e do projeto de reeleição. No último dia 28 de novembro o próprio presidente FHC pressionou deputados, mobilizando também governadores aliados na tentativa de arrebatar votos fa-



voráveis. Segundo apuros o jornal Folha de S.Paulo, às 23h20 deste mesmo dia o governo liberou R\$ 3,6 bilhões em empenhos destinados aos deputados aliados. A confiança do governo de que sairá vitorioso nesta votação é tan-

CUT mobiliza trabalhadores para garantir direitos

A CUT e os sindicatos estão realizando mobilizações esta semana para pressionar a Câmara a rejeitar o projeto que altera a CLT. Por trás desta intenção do governo FHC estão os interesses dos patrões, que querem economizar e ampliar seus lucros às custas do corte de direitos dos empregados. O que está previsto na CLT é o mínimo necessário para o trabalhador garantir seu sustento. Se o governo quer socorrer os patrões, por que não reduz os impostos? Entre nesta luta. Não podemos deixar que metam a mão em nossos direitos!

ta, que até churrasco de comemoração já está agendado na Granja do Torto, em Brasília.

Por isso, é importante pressionar os deputados federais da região a votar contra o projeto do governo FHC. Não deixe que toquem em seus direitos.

PELO SOCIAL

Bancários, estudantes e professores protestam contra a privatização

A política de privatização das empresas estatais do governo FHC e o abandono dos serviços públicos, em especial a educação, foram alvo de manifestação realizada no último dia 30 de novembro em Londrina (ver foto). Esta atividade teve a participação de diretores do Sindicato de Londrina, do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UEL (Universidade Estadual de Londrina), da



ULES (União Londrinense dos Estudantes) e da Aduel (Associação dos Docentes), da UEL.

VEJA O QUE ESTÁ EM JOGO

- Seguro-desemprego
- FORTS
- Salário mínimo
- Piso salarial
- Irredutibilidade do salário
- 13º salário
- Remuneração do trabalho noturno superior ao diurno
- PLR (Participação nos Lucros e Resultados)
- Jornada de oito horas diárias
- Repouso semanal remunerado
- Férias remuneradas, com acréscimo de um terço do salário
- Licença maternidade de 120 dias
- Licença paternidade
- Aviso Prévio
- Adicional de periculosidade e de insalubridade
- Aposentadoria
- Creches e pré-escolas
- Seguro contra acidente de trabalho
- Proibição de diferenças salariais por motivos de sexo, idade, cor, estado civil ou deficiência física
- Proibição de trabalhos noturnos penosos e insalubres a menores de 18 anos

ESTADÍSTICA

- Itaú inicia nova onda de demissões em massa** Pág. 2
- Iniciada a privatização da Nossa Caixa** Pág. 2
- Assaltantes seqüestram gerentes na região** Pág. 3
- TST homologa dissídio coletivo do Banespa** Pág. 3

Alimentação

O problema do tíquete está colocado. Os bancários movimentam em todo o país cerca de US\$ 600 milhões ao ano em vales refeição. Nesse caso da maior parte dos sindicatos, ele não vem sendo utilizado na cobertura de refeições prontas. A categoria encontra utilizando o Vale Refeição para pagar o mercado, o açougue, a padaria, entre outros estabelecimentos, e, até a edição da portaria do Ministério do Trabalho, que proibiu o recebimento do VR por esses estabelecimentos. Até o momento, essa portaria só tem benefício às administradoras.

As administradoras de VR não estão recebendo tíquetes daqueles que não são credenciados como restaurantes ou lanchonetes. Esses estabelecimentos, por sua vez, em função da inflação alta e da demora no ressarcimento (15 dias), estão deixando de receber os VR. Interiormente eles podiam

"girar" com os tíquetes recebidos nas compras, para repor estoque.

A CNB está buscando discutir com o Ministério do Trabalho, com as empresas administradoras de tíquete e com a Fenaban, uma saída para o problema.

As opções existentes

1) opção pura e simples entre o VR e o Vale Alimentação (VA). Se essa opção for feita, o movimento sindical estaria abrindo mão de uma reivindicação histórica, que é o tíquete refeição. Por outro lado, os banqueiros resistem a essa opção pelo fato de que o VA requer desembolso maior, de uma vez só e os prazos de faturamento são menores, além das taxas de administração serem maiores. Para adotar o VA os bancos colocam como condição principal a alteração na data de entrega dos vales.

2) opção pelo recebimen-

to do auxílio em forma de vales refeição ou em dinheiro (previsto na Convenção Nacional - Cláusula Décima Quarta, parágrafo primeiro). Para o recebimento do auxílio em forma de dinheiro, recai sobre o bancário, a cobrança do INSS e do Imposto de Renda.

3) manutenção do VR, com possibilidade de aceitação nos mais diversos estabelecimentos (bares, restaurantes, supermercados etc.). Essa era a situação anterior à portaria do Ministério do Trabalho. Para que isso voltasse a acontecer, o Ministério teria que revogá-la.

4) manutenção do VR com a adoção do tíquete alimentação. Essa é a reivindicação do movimento, ou seja, o bancário deve ter direito aos dois auxílios. Porém, os bancos não querem discutir a criação de mais um benefício para a categoria.

Foram necessários cerca de 3 meses de negociações, mas finalmente, conseguimos concluir as negociações para aquisição de um terreno localizado na Avenida Leste Oeste, de propriedade das Sras. Dolores Lourdes Piaie de Oliveira e Caxias de Lourdes Macarini.

Com área de 1.630,88 m², o terreno é composto pelos lotes de nº 1, 2 e 3 da quadra 138, localizados na Rua Paraíba, com Travessa Belo Horizonte e a Avenida Leste Oeste. No terreno existe uma construção de alvenaria, que pode ser demolida, e que era utilizada como armazém de cereais.

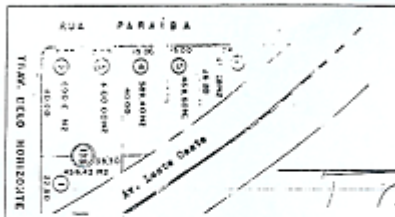
O terreno foi adquirido pelo valor de US\$ 110.000,00, e conforme avaliações de mercado, seu preço hoje é de US\$ 145.000,00. Com este investimento, será possível, agora, iniciar o pro-

jeito de construção da sede própria do Sindicato, bem como de uma Quadra Poliesportiva.

Além deste terreno, adquirido agora, o Sindicato já havia adquirido em 1992, um terreno localizado na Rua Belém, lote nº 11, quadra 131, com área de 656,25 m², cujo valor de mercado está hoje em torno US\$ 35.000,00.

A documentação do terreno da Avenida Leste Oeste, já se encontra no 2º Ofício de Registro e Imóveis, para transcrição e registro definitivo da escritura pública de compra e venda.

Em breve, estará sendo convocada assembleia da categoria para discutir a melhor forma de iniciar o projeto de construção da sede própria da entidade. Fique atento. Vamos participar de mais este projeto.



Em 93, mais bancários fortaleceram a CUT

No ano passado mais bancários decidiram apostar no fortalecimento de suas lutas. Diversos sindicatos se filiaram à Central Única dos Trabalhadores e à Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT), uma clara demonstração de que o modelo sindical praticado pela Contec e por federações de não aceitam se democratizar, está ultrapassado.

Filiaram-se à CUT, em 93, os bancários de São Miguel D'Oeste, Niterói, Petrópolis, Curitiba, São Paulo, Cruz Alta e as federações de Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro/Espírito Santo. No dia 18 de dezembro, os bancários de Patos também aprovaram, em assembleia, a filiação da entidade à CUT, a FEBOPR e à CNB-CUT.

CUT autoriza quebra do sigilo bancário

A CUT autorizou, no dia 21 de dezembro, o Banco Central e a Procuradoria Geral da República a quebrarem o sigilo bancário e facultar todos os departamentos e instituições do Banco Central, inclusive dos 29 diretores de sua Executiva.

Jair Meneguelli esteve com os presidentes da Câmara e do Senado, onde reafirmamos que a CUT não tem nenhuma CPI e protestou contra a falta de justificativa concreta para a criação da CPI.



Saúde mental: O Psicólogo e Doutor Wanderlei Codo, professor de psicologia social na USP/Ribeirão Preto, esteve no Auditório de nosso Sindicato no dia 18 de dezembro, debatendo com os bancários, as implicações do trabalho bancário na saúde mental. A atividade foi organizada pela Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho de nossa entidade e Dpto. de Psicologia da UEL.

Bradesco não toma jeito!

O Bradesco não toma jeito mesmo. Todos os bancos fizeram o pagamento do mês de dezembro no dia 30, junto com o 13% Salário. Só o banco de Deus, mas que reza para o diabo, quis ser a exceção. Pagou apenas o 13% Salário no dia 20 e deixou o pagamento para o dia 30. Uma atitude antipática, que desagradou a todos os funcionários do banco.